



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
P11

SÃO PAULO
Fevereiro 2022



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
Unidades Regionais e respectivos municípios contemplados:	4
Anexo 1 Calendário de Audiências Públicas	6
Anexo 2 Resultados da participação nas audiências públicas presenciais e virtuais por Unidade Regional ...	7
Anexo 3 Modelo de formulário de participação nas audiências	10
Anexo 4 Formulário de proposta disponibilizado nas plataformas	11
MEMÓRIA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	15
I. REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA	16
I.1. Sub-região de Limeira	17
I.2. Sub-região de Piracicaba	38
I.3. Sub-região Rio Claro	53
II. AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA	70
II.1. Sub-região de Ituverava	71
II.2. Sub-região de Franca	86
III. REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ	99
III.1. Sub-região Jundiaí	100
IV. REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO	122
IV.1. Sub-região Batatais	123
IV.2. Sub-região Jaboticabal	143
IV.3. Sub-região Ribeirão Preto	158
V. REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	179
V.1. Sub-região de Cruzeiro	180
V.2. Sub-região Guaratinguetá	196
V.3. Sub-região Taubaté	211
V.4. Sub-região São José dos Campos	226
V.5. Sub-região Caraguatatuba	241
Equipe Técnica	251

APRESENTAÇÃO

A realização de audiências públicas é, sem dúvida, a etapa primordial do processo participativo previsto legalmente na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs). São necessárias várias rodadas de discussões técnicas via consultas públicas com diferentes atores e segmentos até que seja consolidado um diálogo com a sociedade e níveis governamentais para que se possa formar consensos políticos em torno dos objetivos, diretrizes e propostas do PDUI de determinada Unidade Regional.

Por isso, no âmbito desse projeto, os instrumentos de processo participativo foram importantes para o levantamento de dados, definição de problemas e busca de soluções. Para estimular e ampliar a participação da sociedade civil e dos poderes públicos, foram adotados como instrumentos participativos: plataforma digital, oficinas regionais, grupos de trabalho temáticos, audiências públicas e acompanhamento das atividades pelo Ministério Público.

A criação de plataformas digitais para cada uma das Unidades Regionais foi o braço tecnológico e inovador para disseminar informações e dados técnicos levantados pelas equipes da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) sobre determinada UR. Canal também disponibilizado para acompanhamento dos produtos elaborados e para o recebimento de propostas dos setores públicos, de entidades e da sociedade civil.

A plataforma serviu como ferramenta de acompanhamento, consulta e participação na construção do PDUI. Gerenciada pela Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, com apoio da equipe Fipe, ela foi alimentada durante todas as fases do projeto, com a agenda e os produtos contratuais resultantes dos levantamentos e das análises técnicas – e dando suporte à divulgação jornalística das várias etapas e informações necessárias na condução dos PDUIs.

As audiências públicas foram a última etapa no campo da troca de ideias e coleta de propostas que poderiam ser acrescentadas ao PDUI, fechando o circuito de conversas que envolveu a realização de 15 oficinas regionais e seis reuniões de grupos de trabalho com órgãos setoriais do Governo do Estado de São Paulo.

Realizá-las entre janeiro e fevereiro de 2022, em meio à crise sanitária decorrente do vírus da Covid-19, e com a súbita transmissão da variante Ômicron, foi um grande desafio. Para proteger todos os envolvidos, a escolha foi por audiências no formato híbrido: presencial (com limitação de participantes e seguindo protocolos sanitários) e com transmissão pelo Youtube, no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

Assim, foram programadas 15 audiências públicas (ver o calendário anexo) para as cinco Unidades Regionais em estudo, realizadas por sub-regiões: Aglomeração Urbana de Franca (Franca e Ituverava), Região Metropolitana de Jundiaí (Jundiaí), Região Metropolitana de Piracicaba (Piracicaba, Rio Claro e Limeira), Região Metropolitana de Ribeirão Preto1 (Batatais, Jaboticabal e Ri-

1 Nessa UR, estavam previstas quatro sessões sub-regionais, mas, por questões de logística e de infraestrutura para a realização da audiência em Mococa, foram agrupados os municípios de duas sub-regiões num só grupo – Mococa e Batatais.

beirão Preto) e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Cruzeiro, Guaratinguetá, Taubaté, São José dos Campos e Caraguatatuba).

Para dar suporte aos debates, foi desenvolvido o Caderno Preliminar de Propostas para cada uma das regiões, com os resultados dos primeiros estudos realizados e das contribuições advindas das oficinas regionais e das reuniões dos grupos de trabalho. Basicamente, o documento trazia uma proposta preliminar de macrozoneamento regional, que dá as diretrizes de ordenamento territorial, oferecendo as bases para a articulação entre os municípios, e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

O objetivo era dar conhecimento, colher subsídios, fazer correções e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao Executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Esse caderno foi disponibilizado nas respectivas plataformas digitais das URs em 15 de dezembro de 2021, para que os participantes das audiências públicas tivessem insumos para se preparar para os debates e fazer novas proposições.

Um *mailing list* abrangente foi montado, incluindo representantes da sociedade civil, gestores públicos, comunidade técnica, entidades e instituições diversas, visando ao envio de convites para a série de audiências públicas. Também foi desenvolvida estratégia de comunicação específica, voltada para os veículos de comunicação locais, que envolveu a Secretaria de Desenvolvimento Regional, a Fipe, a Associação Paulista de Municípios (APM) e a União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), bem como as agências regionais. A cobertura dos eventos deu-se antes, durante e depois, com registro em fotos, vídeos e reportagens, tudo isso publicado nas plataformas digitais na aba Notícias (consultar as plataformas digitais).

- Aglomeração Urbana de Franca – <https://auf.pdui.sp.gov.br/>
- Região Metropolitana de Ribeirão Preto – <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>
- Região Metropolitana de Piracicaba – <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>
- Região Metropolitana de Jundiaí – <https://rmj.pdui.sp.gov.br/>
- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>

Os resultados desse esforço de Comunicação podem ser medidos pela significativa participação dos públicos convidados (ver tabela anexa), cujas memórias estão registradas neste **Produto 11 – Sistematização dos resultados das audiências públicas**. O documento tem por objetivo apresentar o resultado do processo participativo a partir da realização das audiências públicas – que aconteceram entre 11 de janeiro e 4 de fevereiro de 2022 –, que mobilizaram a equipe técnica da Fipe, responsável pela produção dos documentos técnicos para todas as cinco URs em estudo.

Além das equipes da SDR e da Fipe, as audiências também mobilizaram prefeituras, câmaras municipais, Parlamento Regional, Ministério Público, entidades da sociedade civil de todos os 122 municípios. Foi preciso contar com o apoio das prefeituras onde aconteceram as audiências presenciais, para ceder o local e, também, a estrutura para transmissão da audiência em formato *on-line*.

Desde o início, o projeto buscou o diálogo para aprimorar o diagnóstico, a visão e a percepção das principais questões regionais – bem como possíveis incorporações de conteúdo, aprofundamento de análises e complementações de informações.

Foram realizadas 14 audiências públicas, organizadas por sub-região das Unidades Regionais em estudo, com o seguinte roteiro:

- Abertura da sala virtual (15 minutos antes do início da reunião).
- Composição da mesa presencial e *on-line* (5 minutos).
- Saudação de autoridades municipais e de representante do Governo do Estado; e vídeos de saudação (1h10min).
- Exposições sobre o estudo técnico do PDUI (15 minutos).
- Apresentação do Contexto Regional (15 minutos).
- Apresentação das Propostas de Macrozoneamento e de FPICs (40 minutos).
- Debates (30 minutos).
- Encerramento (5 minutos).

Unidades Regionais e respectivos municípios contemplados:

Região Metropolitana de Piracicaba

- **Sub-região Piracicaba. Municípios:** Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho.
- **Sub-região Limeira. Municípios:** Araras, Conchal, Cordeirópolis, Leme, Limeira, Pirassununga, Santa Cruz da Conceição.
- **Sub-região Rio Claro. Municípios:** Águas de São Pedro, Analândia, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São Pedro

Região Metropolitana de Jundiaí

- **Municípios:** Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista.

Região Metropolitana de Ribeirão Preto

- **Sub-região Jaboticabal. Municípios:** Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva e Taquaral.
- **Sub-região Mococa. Municípios:** Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Santa Cruz de Esperança, Santa Rosa do Viterbo e Tambaú.
- **Sub-região Ribeirão Preto. Municípios:** Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guataparã, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho.
- **Sub-região Batatais. Municípios:** Altinópolis, Batatais, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira e Santo Antônio da Alegria.

Aglomeración Urbana de Franca

- **Sub-região Ituverava. Municípios:** Aramina, Buritzal, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Ituverava, Miguelópolis e São Joaquim da Barra.
- **Sub-região Franca. Municípios:** Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista.

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

- **Sub-região Cruzeiro. Municípios:** Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz e São José do Barreiro.
- **Sub-região Guaratinguetá. Municípios:** Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira.
- **Sub-região Taubaté. Municípios:** Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé.
- **Sub-região São José dos Campos. Municípios:** Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jembeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.
- **Sub-região Caraguatatuba. Municípios:** Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

ANEXO 1

CALENDÁRIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DATA	DIA DA SEMANA	MUNICÍPIO	HORÁRIO	REGIÃO	MUNICÍPIOS CONVIDADOS
11-Jan	terça-feira	Limeira	14h	RMP	Araras, Conchal, Cordeirópolis, Leme, Limeira, Pirassununga e Santa Cruz da Conceição.
13-Jan	quinta-feira	Piracicaba	14h	RMP	Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras e Saltinho.
17-Jan	segunda-feira	Ituverava	14h	AUF	Aramina, Buritizal, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Ituverava, Miguelópolis e São Joaquim da Barra.
18-Jan	terça-feira	Franca	9h	AUF	Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista.
19-Jan	quarta-feira	Rio Claro	14h	RMP	Águas de São Pedro, Analândia, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Iracemópolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro.
21-Jan	sexta-feira	Jundiaí	14h	AUJ	Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista.
24-Jan	segunda-feira	Batatais	14h	RMRP	Altinópolis, Batatais, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo e Tambaú.
28-Jan	sexta-feira	Ribeirão Preto	9h	RMRP	Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumond, Guataparã, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho.
26-Jan	quarta-feira	Jaboticabal	14h	RMRP	Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva e Taquaral.
31-Jan	segunda-feira	Cruzeiro	14h	RMVPLN	Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.
1-Fev	terça-feira	Guaratinguetá	14h	RMVPLN	Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira.
2-Fev	quarta-feira	Taubaté	14h	RMVPLN	Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé.
3-Fev	quinta-feira	São José dos Campos	9h	RMVPLN	Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.
4-Fev	sexta-feira	Caraguatatuba	9h	RMVPLN	Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

ANEXO 2

Resultados da participação nas audiências públicas presenciais e virtuais por Unidade Regional

Foram realizadas 14 audiências públicas no formato híbrido (presencial e com transmissão pela internet. Na sequência, os resultados da participação do público que acompanhou as reuniões presencialmente e pela internet.

Total de participantes das audiências públicas do PDUI da Região Metropolitana de Piracicaba (registro por sub-região)

Balanco de Presenças da AP Limeira - 11/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
55	5	32	20	87	25	112

Balanco de Presenças da AP Piracicaba - 13/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
42	4	30	19	72	23	95

Balanco de Presenças da AP Rio Claro - 19/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
62	4	23	16	85	20	105

Total de participantes das audiências públicas do PDUI da Aglomeração Urbana de Franca (registro por sub-região)

Balanco de Presenças da AP Ituverava - 13/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
26	6	41	20	67	26	93

Balanco de Presenças da AP Franca - 18/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
53	4	34	14	87	18	105

Total de participantes das audiências públicas do PDUI da Região Metropolitana de Jundiaí

Balanco de Presenças da AP Jundiaí - 21/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
50	5	56	9	106	14	120

Total de participantes das audiências públicas do PDUI da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (registro por sub-região)

Balanco de Presenças da AP Batatais - 24/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
45	5	15	13	60	18	78

Balanco de Presenças da AP Jaboticabal - 26/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+Fipe
46	5	22	24	68	29	97

Balanco de Presenças da AP Ribeirão Preto - 28/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
53	5	33	13	86	18	104

Total de participantes das audiências públicas do PDUI da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Balanco de Presenças da AP Cruzeiro - 31/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
44	5	24	17	68	22	90

Balanco de Presenças da AP Guaratinguetá 01/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
55	4	33	12	88	16	104

Balço de Presenças da AP Taubaté - 02/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SSAM/SDR/Fipe
70	7	47	10	117	17	134

Balço de Presenças da AP São José dos Campos - 03/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
59	5	43	11	102	16	118

Balço de Presenças da AP Caragatatuba - 04/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
31	5	46	9	77	14	91

ANEXO 3

Modelo de formulário de participação nas audiências

saopaulo.sp.gov.br Cidade SP f t @ /governosp

PDUI
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO
REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

fipe
São Paulo
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Desenvolvimento Regional

Início PDUI Sobre a Região (RMVPLN) Notícias Reuniões Audiências Documentos **Propostas** Legislação Contato

Faça sua Proposta (PDUI-RMVPLN)

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) deve ocorrer num ambiente de amplo e democrático processo de discussão de propostas. Além de audiências públicas, os interessados podem também participar da consulta popular por meio desta plataforma digital.

As sugestões do poder público e da sociedade civil serão divulgadas gradativamente neste site. Essas contribuições vão embasar a proposta final do Plano, que acompanha o projeto de lei (PL) a ser enviado à Assembleia Legislativa.

É importante ressaltar que nem todas as sugestões serão incorporadas ao texto final do PL, sobretudo aquelas que não fizerem referência às Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) e nem incorporarem a escala regional do plano.

Os cidadãos podem apoiar integralmente as contribuições do poder público apresentadas aqui, fazer comentários com observações e análises que contribuam para aperfeiçoar os conteúdos existentes e ainda formular novas propostas.

Basta preencher o formulário de propostas e participar. As contribuições devem ter enfoque regional, considerando o bem comum da região e de seus moradores. Espera-se a colaboração ativa da população, entendendo que o cidadão está muito mais próximo dos reais desafios do cotidiano da região, tais como transporte, habitação, saneamento, e meio ambiente, entre outros.

Daí a necessidade de sua contribuição nas discussões para aprimorar as propostas do PDUI, que busca melhorar as condições de vida de todos na região. Só assim será possível construir um espaço democrático que atenda as reais demandas regionais.

Preencha o formulário abaixo:

Proposta do Poder Público Proposta da Sociedade Civil

Área Temática / FPIC
Planejamento Territorial e Uso do Solo (I - planejamento e uso do solo)

Instituição (opcional)

Seu nome

Seu e-mail

Cidade-UF

Título da Proposta

Anexar arquivo (.pdf, .jpg, .png | MAX:10MB)
Choose File no file selected

Sua mensagem

Concordo com a política de privacidade.

Enviar Proposta

ANEXO 4

Formulário de proposta disponibilizado nas plataformas



PDUI
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO
REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO



fipe
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE
PESQUISAS ECONÔMICAS



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria de
Desenvolvimento R

Proposta do Poder Público Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP)

Nome: _____

Instituição: _____

Email: _____

Número da proposta: _____

Data de entrada: _____

1. TEMA

Planejamento territorial e uso do solo

I – planejamento e uso do solo	
III – habitação	

Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos

V – meio ambiente	
IV – saneamento ambiental	

Desenvolvimento econômico e atendimento social

VI – desenvolvimento econômico	
VII – atendimento social	
VIII – esportes e lazer	
IX - turismo	

Transporte e sistema viário

II – transporte e sistema viário regional	
---	--

2. TÍTULO DA PROPOSTA

Transporte e sistema viário

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

4. REFERÊNCIAS

5. ANEXOS

Descrição do documento (pdf, título, etc.)

Proposta da Sociedade Civil Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP)

Nome:

Instituição:

Email:

Número da proposta:

Data de entrada:

1. TEMA

Planejamento territorial e uso do solo

I – planejamento e uso do solo

III – habitação

Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos

V – meio ambiente

IV – saneamento ambiental

Desenvolvimento econômico e atendimento social

VI – desenvolvimento econômico

VII – atendimento social

VIII – esportes e lazer

IX - turismo

X - agricultura e agronegócio

Transporte e sistema viário

II – transporte e sistema viário regional

2. TÍTULO DA PROPOSTA

Áreas protegidas

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

4. REFERÊNCIAS

5. ANEXOS

Descrição do documento (pdf, título, etc.)

MEMÓRIA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Antes de apresentar as memórias de cada uma das audiências públicas, cabem dois esclarecimentos:

- ❑ Em função da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, as audiências públicas foram organizadas em modelo híbrido com limite no número de participantes presenciais e transmissão pelo Youtube, no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Houve ampla divulgação para atingir o público interessado em participar presencialmente ou à distância.
- ❑ Todos os documentos produzidos pela equipe da Fipe estão disponíveis na plataforma digital de cada Unidade Regional. A plataforma digital é o canal de participação social, que hospeda os documentos relativos ao registro de todas as atividades realizadas, e que receberá as propostas oriundas dos gestores públicos e da sociedade civil nos diferentes momentos do processo de construção dos PDUIs.

As audiências públicas fazem parte do processo participativo para a construção do PDUI da Unidade Regional. São uma oportunidade para os cidadãos debaterem e apresentarem propostas sobre o ordenamento territorial da região e sobre as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) aos municípios que a compõem.

I. REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA

I.1. Sub-região de Limeira

Data: 11 de janeiro de 2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Teatro Nair Bello, Rua João Kühl, s/nº Vila São João – Limeira

Municípios convidados: Araras, Conchal, Cordeirópolis, Leme, Limeira, Pirassununga e Santa Cruz da Conceição.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informando que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUi) da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o Caderno de Insumos detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase de elaboração do plano e, por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

Agradeceu ao prefeito de Limeira representado pelo secretário de Comunicação Social e a todos os presentes na audiência. Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RMP_-AP_-Regulamento-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Em seguida, foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Secretário de Comunicação Social de Limeira
- Prefeita de Iracemópolis e vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba
- Prefeito de Cordeirópolis
- Prefeito de Araras

- Vice-prefeita de Conchal
- Secretário de Meio Ambiente de Santa Cruz da Conceição
- Controlador Geral da Prefeitura de Leme
- Vice-presidente do Parlamento Regional Metropolitano de Piracicaba, vereador e Presidente da Câmara Municipal de Limeira
- Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), Núcleo PCJ-Piracicaba
- Deputado estadual
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício
- Vice-prefeita de Cordeirópolis
- Secretário de Governo de Pirassununga
- Diretor Regional da SDR
- Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe)

Formada a mesa, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença do promotor de Justiça e representante do Ministério Público, e pela Fipe, a coordenadora e do palestrante nesta audiência da prefeita de Iracemápolis e vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba do prefeito de Conchal do prefeito de Santa Cruz da Conceição do ex-prefeito de Piracicaba e membro da Associação Paulista dos Municípios (APM) de Piracicaba, do vereador de Araras e do diretor regional da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

Na sequência, foi aberta a palavra para que os componentes da mesa diretora fizessem suas colocações.

O primeiro foi o secretário de Comunicação de Limeira, que deu início às suas colocações dando as boas-vindas aos participantes. Justificou a ausência do prefeito por compromissos em outro município.

O secretário destacou que o prefeito sempre teve a preocupação regional, que participa, sempre que possível, das ações regionais, e é membro do PCJ e Associação de Prefeituras e fala da importância que essa integração entre os municípios tem em prol do desenvolvimento e da melhoria da região como um todo. Agradeceu aos participantes da região e o apoio de Limeira em relação ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e disse esperar que ele tenha o êxito que todos aguardam e expressou o desejo de que a audiência traga avanços para todos.

Na sequência, a prefeita de Iracemápolis cumprimentou a todos os presentes e ressaltou a importância desse plano para a região, quais as ações futuras, quais as prioridades elencadas devem ser postas em prática cobrando tanto governo federal como o governo estadual, e quais os investimentos para alcançá-los.

Lembrou que na última reunião do Conselho, o presidente fez constar em ata as demandas regionais prioritárias aprovadas, como, por exemplo, saneamento e recursos hídricos, elaboração de estudo sobre o aterro de resíduos sólidos domiciliar e industrial regional, segurança: integra-

ção, gestão e ampliação dos sistemas de câmeras de monitoramento em todos os municípios; agricultura: estruturar a região demarcada para produtos RMP e incentivos ao consumo público e privado na região metropolitana; gestão pública: estudos, diagnósticos e projetos para cidades inteligentes, Parceria Público Privada concessões públicas melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e compartilhamentos de projetos entre os municípios da região metropolitana; transporte intermunicipal e logística: infraestrutura da região metropolitana, instalação de usina fotovoltaica; e habitação, tema já contemplado no PDUI. Feitas as considerações, agradeceu a todos os presentes.

O prefeito de Cordeirópolis falou em seguida. Cumprimentou autoridades e representantes dos municípios e, entre suas considerações, citou a questão de extrema importância levantada pelo representante do Gaema do Ministério Público, durante a audiência inicial de instauração da Região Metropolitana de Piracicaba, em que, na visão do Ministério Público e de outro setor do judiciário, as deliberações de um plano de desenvolvimento regional, no caso do PDUI, prevalecem sobre o que consta nos planos municipais.

Por este motivo, o prefeito disse ser importante a maturidade na elaboração do PDUI para que não se perca o que se quer para a região. Outra questão colocada foi que, diferentemente das outras regiões metropolitanas, em que se tem confluência natural para a cidade sede, como Campinas, São Paulo, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, na Região Metropolitana de Piracicaba, com exceção das cidades mais próximas, a confluência não é tão direta, não há cidade dormitório no entorno de uma cidade central, o que deve ser considerado e debatido na elaboração do PDUI.

Outro ponto colocado foi o importante trabalho do Consórcio PCJ em relação aos recursos hídricos, que deve ser utilizado no PDUI. Após as considerações, agradeceu e desejou um bom trabalho na audiência.

O prefeito de Araras saudou a todos, agradeceu a acolhida e colocou que não há crescimento se não houver planejamento. Disse ser um assunto relativamente novo para todos no que diz respeito a essa nova configuração. “Piracicaba agora como região metropolitana em condições de discutir assuntos de interesse de todas as cidades envolvidas nesse movimento”, afirmou.

Disse ainda que não adianta planejamento se não houver planejamento financeiro, se não ficar claro de onde virão os recursos para que os novos desafios impostos aos municípios possam acontecer a contento. Disse ter convicção de que pelos esforços feitos pelo Estado, terão recursos para este ano de 2022 e para 2023 para que possam investir no que seja necessário.

Reforçou a colocação do prefeito de Cordeirópolis relativa às decisões das regiões metropolitanas que devem se sobrepôr a quase tudo que não diga respeito ao interesse de cada um dos municípios, são cidades próximas que têm problemas comuns, mas que também têm problemas individuais, sendo necessário, nesse confronto positivo, bom senso por parte dos órgãos de controle, em especial do judiciário.

Ressaltou que juntos poderão encontrar as soluções conjugadas e trocar experiências e que o

município de Araras estará participante, ativo e disposto a fazer o que for de sua competência nas decisões que serão tomadas.

A vice-prefeita de Conchal cumprimentou as autoridades presentes, disse ser uma honra participar desta reflexão, pois esse é um momento importante para ouvir os municípios, as autoridades, secretários, os vereadores, a fim de buscar as prioridades da região. Disse que a formação da Região Metropolitana de Piracicaba foi muito importante e agradece por participar da audiência representando o município de Conchal.

O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Cruz da Conceição também cumprimentou a todos, colocou que estava representando o prefeito e ressaltou a importância da regionalização para buscar melhorias para a região, bem como levar as demandas ao governo do Estado, representado na ocasião pela secretária em exercício. Agradeceu a oportunidade de participar da audiência pública.

O controlador geral da prefeitura de Leme cumprimentou as autoridades presentes, as equipes técnicas e todas as pessoas que assistiam a audiência pública. Disse que em nome do prefeito de Leme, e como auditor de carreira no município, a oportunidade de estar entre as autoridades presentes era única, e destacou que o futuro começa a ser escrito com estes passos que estão sendo dados.

“A regionalização é um caminho sem volta e as experiências como Leme tem tido no Consórcio Cemmil são provas de que trarão melhoria de vida dos cidadãos”, disse. Como representante na governança agradeceu a oportunidade e destacou que a participação os levará a alcançar resultados que não seriam tão fáceis de serem almejados.

O vereador, presidente da Câmara Municipal e vice-presidente do Parlamento Regional Metropolitano de Piracicaba saudou a todos os presentes e disse que representava o presidente da Câmara Municipal de Piracicaba que não pôde estar presente.

Falou sobre a alegria de terem uma região tão importante no cenário do Estado de São Paulo, que hoje representa 24 municípios, mais de 1,5 milhão de habitantes, está na rota das dez melhores rodovias do Brasil, sendo que quatro delas fazem parte da Região Metropolitana de Piracicaba. Destacou a importância da diversidade industrial da região e a importância que a região representa para o Estado de São Paulo.

Colocou que gostaria de solicitar uma cadeira permanente no Conselho Regional de Piracicaba, já que são representantes dos vereadores e de toda a população. Agradeceu o trabalho desenvolvido por todos, disse que a região tem muito a crescer, apesar desses dois últimos anos difíceis devido à pandemia. Agradeceu a todos e disse que estão prontos e com sede de trabalho e desenvolvimento.

O promotor de Justiça-MP-Gaema, Núcleo PCJ-Piracicaba cumprimentou as autoridades, agradeceu pelo convite e falou da importância da prevalência do PDUI sobre os planos diretores municipais, que é um ponto fundamental, inclusive, para a participação da população.

Observou que no momento da audiência era registrada participação virtual de 57 pessoas, além dos participantes presenciais, o que demonstra, de certo modo, a importância que tem se dado a esse trabalho, do qual sempre foi defensor, destacando ainda uma exposição em Conchal nesse sentido. Disse que o pleito de participação, embora não prevista na lei estadual, é algo precisa ser visto porque também é uma representatividade popular.

Aproveitou para dizer que foi instaurado um Procedimento Administrativo de Acompanhamento (PAA), em que, cumprindo a determinação do Estatuto da Metrópole, a Lei Federal 13.089, que prevê no artigo 12, parágrafo 2º, a obrigatoriedade de acompanhamento por parte do Ministério Público quanto aos atos de elaboração do PDUI, e é por este motivo que estão aqui cumprindo a determinação legal, mas também numa função de buscar que seja uma mesa de negociação entre os vários seguimentos, entre os vários entes federativos, Estado, municípios e sociedade civil para juntos construir esse plano diretor da forma que deve ser.

Disse, ainda, que neste procedimento que foi instaurado, já fizeram uma recomendação ao governador via chefia de gabinete e ao secretário de desenvolvimento regional a quem também cumprimentava, no sentido de que fosse elaborado rapidamente um projeto de lei que sabe que está em gestação, no sentido de prever a participação popular no Conselho de Desenvolvimento e nos conselhos como um todo, e que é uma determinação do Estatuto da Metrópole, é uma determinação muito antes do estatuto da própria Constituição Estadual, e que não se entende uma razão jurídica lógica para isso já não tenha sido implantado no Estado de São Paulo desde a Constituição de 1988, e que já era previsto também na Constituição paulista de 1989.

Disse ter colocado, inclusive, quando da instalação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba, que é fundamental que esse conselho já comece com a participação popular.

Para direcionar os trabalhos pediu alguns esclarecimentos, sendo essa a função de acompanhamento do Ministério Público, sobre como foi a forma de divulgação desta audiência pública para a população, inclusive foi um pedido formal dirigido à Secretaria de Desenvolvimento Regional, de que o Ministério Público seja comunicado de todos os atos e eventos.

Destacou ter recebido o convite em seu *whatsapp* particular sobre a realização da audiência, mas que não recebeu um e-mail, um ofício convite, e disse que, a partir disso, ficou a preocupação de que se todas as entidades da sociedade civil da região receberam o convite. Lembrou que por lei o Ministério Público tem a obrigatoriedade de participar desses eventos, e que por alguma razão, não recebeu o convite.

Deixou um apelo para que sejam incluídos no mailing, até porque, via de regra, acontecia em gestões anteriores, o MP toma conhecimento ocasionalmente ou em cima da hora da realização de alguns atos. Colocou que fica o pleito para facilitar a função de fiscal do MP em relação ao plano [PDUI].

Perguntou, ainda, com que antecedência a sociedade civil e os órgãos públicos foram comunicados, uma vez que se preconiza que os comunicados sejam enviados com pelo menos 15 dias de

antecedência. Recomendou que, já que terão, pelo regulamento de audiências públicas, sete dias úteis de oferecimento de contribuições por parte da sociedade civil, que as gravações das audiências públicas e materiais produzidos, sendo estes últimos já disponíveis, sejam imediatamente disponibilizados na [plataforma digital] para que a população possa ouvir, se inteirar e contribuir com esse plano.

Ainda disse ter lido o material e que ele contempla em boa parte os pleitos da região. Lamentou a extinção da Emplasa, pois ficaram três anos sem reuniões entre o período de transformação da aglomeração em região metropolitana, e que tentarão recuperar o tempo perdido, garantir voz e voto à comunidade desde o início do processo.

Reforçou o pedido para que o [Ministério Público] fosse comunicado de todos os atos e eventos para tentarem participar de todos. Disse atuar neste caso juntamente com uma promotora e tentarão fazer um revezamento de modo a atingir os objetivos. Perguntou se foram levados em consideração os dados do Plano de Bacia Hidrográfica, se o material produzido pela Emplasa foi atualizado, e sobre os grupos de trabalho que detalharão a questão urbanística e ambiental. Disse que gostaria de ouvir sobre a questão da gestão integrada e regionalizada de resíduos sólidos, que é denominado como Marco Legal de Saneamento Básico, Lei 14.026.

Colocou que foi contemplada a questão do Geoparque Corumbataí, que abrange oito municípios, fala-se em adequação da paisagem rural [áudio incompreensível]. Expressou que preocupa muito a criação dos Conselhos CRAS para efeitos de recuperação, triagem dos animais silvestres, em especial os atropelados pelos inúmeros sistemas viários da região a necessidade de criação do aeroporto regional a necessidade de um aterro sanitário em obediência a todos os requisitos, inclusão social dos catadores, com educação ambiental para redução do volume produzido, reciclagem, reaproveitamento, e só em última hipótese, fazer aproveitamento energético, mas seguindo todas as etapas para que se possa garantir um ciclo de vida desses produtos.

Disse ter ficado satisfeito em ver que há previsão de conectividade dos remanescentes florestais. Lembrou que há no Gaema, atuando com o Comitê de Bacias Hidrográficas, com Consórcio PCJ, como foi comunicado aqui a respeito do acompanhamento do Plano Diretor para Recomposição Florestal, e diz ser muito importante a conectividade de remanescentes, quer por margens de curso d'água, quer por APP e Reserva Legal.

Sugeriu que esses municípios integrados estabeleçam um plano, um padrão de arborização urbana, que contribui muito para o microclima, evita enchentes, melhora a qualidade do ar e, que todos tenham um olhar atento para a questão da qualidade dos recursos hídricos, dos enquadramentos dos corpos d'água, não só com a água subterrânea, mas com a água superficial.

Disse que água subterrânea será o 'cheque especial' mais a longo prazo e que o plano de gestão integrada de resíduos, que fará parte de um plano setorial do PDUI, necessita um olhar atento, pois existem muitas APAs na região, e diz ser importante que esse trabalho seja considerado, e que em relação a esse tema, há previsão no Caderno Preliminar de Propostas.

Colocou, ainda, que outras questões poderão ser trazidas após assistir as apresentações já que ficam algumas ideias e diretrizes gerais. Pediu ainda que essas considerações não sejam abandonadas. “Como foi dito nesta audiência, é necessário manter os pés no chão, ter um plano que seja factível e realizável”, disse.

Ele lembrou ainda que, como representante do Ministério Público e como previsto no Estatuto da Metrópole, ele tem a obrigatoriedade de acompanhar e buscar o cumprimento dessas medidas, sendo importante que elas sejam implantadas. Disse que o MP conta com o apoio do secretário de Desenvolvimento Regional, de prefeitos e da Assembleia Legislativa, representada pelo deputado estadual que estava presente na audiência, “o grande idealizador dessa região metropolitana, e que certamente poderá auxiliar na articulação entre Estado e municípios, inclusive sociedade civil, sem esquecer da luta pela inclusão de um assento no parlamento regional dentro do Conselho de Desenvolvimento”, destacou.

Colocou que não dá para abrir mão do que está previsto na legislação estadual, na Constituição e na legislação federal: a imediata inclusão da sociedade civil, com voz e voto no Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana.

Agradeceu a oportunidade, pediu desculpas por ter se alongado nesta primeira fala, mas que julgou importante aproveitar a presença de todos para que fossem esclarecidos alguns pontos e para que fiquem atentos, principalmente os prefeitos, que têm o papel de conduzir o processo, não só de criação do PDUI, mas de sua implantação.

Disse que obviamente o trabalho principal fica com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e com a secretária em exercício para garantir que o plano seja realista quanto ao diagnóstico dos problemas, quanto às diretrizes e, posteriormente, quanto à implantação, e colocou o Ministério Público à disposição.

O deputado estadual cumprimentou e agradeceu a todos os presentes e disse estar há 23 anos como deputado estadual e que Piracicaba estava há 12 anos sem representante e que, com todo o respeito, não poderiam continuar dependente de Campinas.

Colocou que iniciaram um movimento para tornar Piracicaba como sede de região e o ponto importante foi, quando a extinta Emplasa começou a redesenhar o projeto do Aglomerado Urbano, já que estava sendo criada a Região Metropolitana de Campinas.

Disse que votou a favor, mas foi contra a inclusão dessa região, e posteriormente recebeu apoio de cidades de grande potencial e de cidades menores. Colocou que viram na Emplasa as condições de criar o Aglomerado Urbano, e de fato foi criada, e que, posteriormente, em agosto, passou a ser Região Metropolitana de Piracicaba, com ganho para as 23 cidades que fazem parte da região.

Colocou que foi o órgão condutor e, como deputado em seu sexto mandato, de continuar defendendo a região. Disse ser esta a função, de defender a região, a meta de trazer recursos, de melhorar as rodovias. Mencionou a grande ajuda do promotor de justiça do Gaema, Núcleo PCJ-

-Piracicaba tanto na criação do Aglomerado, quanto na criação da Região Metropolitana, que tem sido parceiro, participando das audiências. Falou ainda sobre a importância da participação da sociedade civil.

Destacou ainda a questão das muralhas eletrônicas, que são a instalação de câmeras nas entradas dos municípios. Disse que talvez as cidades de maior porte tenham mais dificuldades, visto o maior investimento, mas que as cidades menores terão mais facilidade, principalmente na questão de segurança.

Falou sobre a concessão para a construção do anel viário de Piracicaba, já com nove quilômetros prontos. Mencionou que junto com o ex-prefeito de Piracicaba, outras entidades e sindicatos, estiveram na Hyundai em Seul, e que só viriam para Piracicaba com a cessão de uma área de 1 milhão de metros quadrados e mais 700 mil para as empresas fabricantes das peças dos veículos, e se tivessem um acesso adequado no distrito industrial Uninorte, o que não existia, e que hoje liga as Rodovias do Açúcar e Luis de Queiróz com a Rodovia Piracicaba-Limeira e Piracicaba-Rio Claro.

Disse ainda que o projeto atual é dar a volta no entorno da cidade: sair da Piracicaba-Rio Claro, indo até Piracicaba-Charqueada, a Hermínio Petrin, e depois até a Rodovia Piracicaba-São Pedro, daqui a seis anos. Colocou que não é um benefício apenas para o município, mas que contemplará as cidades de São Pedro, Águas de São Pedro, e outras que fazem parte da Região Metropolitana, desafogando o tráfego dentro das cidades. Agradeceu a todos, e colocou a si e a Assembleia Legislativa à disposição para o que for necessário.

Em sua fala, a secretária de Desenvolvimento Regional em exercício cumprimentou a todos e disse ser uma honra estar nesta audiência pública representando o secretário. Saudou as autoridades presentes, destacou que promotor de justiça do Gaema, Núcleo PCJ-Piracicaba que tem sido um grande parceiro na construção da política que é inovadora no Estado de São Paulo, e que tem sido desempenhada com bastante dedicação graças à participação do corpo técnico.

Pediu licença para voltar ao início do ano de 2019 para recordar que o vice-governador chamou a equipe e impôs a tarefa de, com boa vontade, criatividade e competência técnica, encontrar soluções de políticas públicas regionais, pensar soluções que atendessem os municípios de forma coletiva, diante da realidade orçamentária do Estado, e que para fazer qualquer desenvolvimento é necessário infraestrutura e, portanto, dada aquela realidade, seria necessário pensar em construções coletivas de investimento.

“Assim, ganharam um espaço muito importante na visão de proposta de política pública, os conselhos, as regiões metropolitanas, os consórcios, então um novo desenho conseguiremos tratar do assunto de forma institucional e garantir que os municípios paulistas sejam atendidos, embora estivessem num momento de cintos apertados. Essa foi a determinação do vice-governador, com absoluto aval do governador”, recordou.

Colocou ainda que este é um momento histórico que emociona e que a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Regional não poupou esforços para que conseguissem, para além de estarem

aqui hoje, propondo a criação de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, para que se pensar de uma nova forma todo o governo do Estado, toda a estrutura das regiões do Governo do Estado de São Paulo.

Disse que a equipe técnica e os seus consultores se debruçaram com bastante afinco para que pensassem em soluções e encontrassem soluções, porque como disse o prefeito de Araras, são necessários recursos, planos exequíveis, que de sonhos se vive um homem, mas de realidade é que, com atos e com ações reais, se atende a população.

Colocou que diante do desafio, estavam acompanhados do melhor corpo técnico que o Estado de São Paulo possui para que se encontrem soluções, mas mais do que isso, para se reunirem para praticar escuta. Disse não ser do interesse do Governo do Estado que haja competição entre os municípios, e sim, uma nova era de gestão pública pautada na solidariedade, na fraternidade e na busca de soluções conjuntas para os municípios.

Ressaltou que hoje o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado alcança, sem sombra de dúvidas, um novo patamar, uma nova forma de fazer gestão pública em que todos, imbuídos do interesse do bem comum, se reúnem para encontrar soluções compartilhadas aos problemas das regiões e que, sem dúvida, sairão desta audiência fazendo história, sairão com os pés no futuro muito próximo para encontrar as soluções para as dificuldades dessa região.

Disse ainda que sob seu ponto de vista, cada região é muito própria e que, embora se consiga ver aspectos que são comuns, as dificuldades, os problemas e as realidades são muito próprias, o que é um enorme desafio, mas é um desafio que todos juntos – governo do Estado de São Paulo, municípios, o corpo técnico, os vereadores com participação, apoio, orientação e acompanhamento do Ministério Público – conseguirão encontrar soluções para as dificuldades que assolam as regiões do Estado de São Paulo.

Para finalizar, agradeceu a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, ressaltando que a equipe desta secretaria é a melhor equipe do Governo do Estado e faz isso com muito prazer e disse que como chefe de gabinete tem muito orgulho de dizer e acredita que a Secretaria de Desenvolvimento Regional está pronta para os desafios de investimento do Estado de São Paulo e que, graças a Assembleia Legislativa, foi realizada a reforma administrativa e hoje existem recursos para investir.

Complementou dizendo que é necessário pensar bem como bem gastar, como bem investir o dinheiro público, para que os objetivos sejam alcançados, como muito bem colocado pelo promotor de justiça do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), Núcleo PCJ-Piracicaba, todos aqueles outros que forem peculiares a cada região do município.

Agradeceu ao diretor interino do escritório regional de Campinas e fez um agradecimento especial ao secretário de Desenvolvimento Regional que permitiu que o representasse neste evento que é tão importante e caro a ele. “Se tem alguém que sonhou e nos colocou para trabalhar para que isso acontecesse, foi o secretário”, disse. Desejou a todos um excelente trabalho, daqui até a conclusão do PDUI.

A seguir tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba <https://rmp.pdui.sp.gov.br>:

- Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – MC-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-RMP_AP-PDUI-Marcos-Campagnone.pdf)
- Contexto Regional da Unidade Regional – MH-Fipe(https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3-RMP_AP_Contextualizacao-Mauricio-Hofmann.pdf)
- Proposta de Ordenamento Territorial – SM-Fipe
- Proposta de Macrozoneamento – MY-Fipe
- Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) – SM-Fipe https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4-RMP_AP_OrdenamentoTerritorial-Sarah-e-Mariana.pdf

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates:

A vice-prefeita de Cordeirópolis cumprimentou a todos, colocou que Cordeirópolis elaborou seu Plano Diretor em 2011, ressaltando que todo o levantamento e estudos feitos são base para que se possa desenvolver um planejamento, e por este motivo parabenizou as equipes da SDR e Fipe pelo trabalho.

Quanto ao levantamento feito sobre a realidade regional apresentado nesta audiência, colocou sua preocupação em relação aos temas sociais, como saúde, educação, cultura e outros pontos que também são importantes, e questionou em que momento essas questões entrariam no PDUI.

SM-Fipe esclareceu que plano diretor é um plano físico territorial e o PDUI não faz política pública educacional ou de saúde. Disse ainda que o PDUI aponta diretrizes relativas à localização de equipamentos, por exemplo, e que as questões relativas às políticas de saúde, de educação são afeitas às secretarias setoriais de Estado, como Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, dentre outras.

MC-Fipe complementou dizendo que essas questões mencionadas pela vice-prefeita de Cordeirópolis, são tratadas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento. Disse que embora o PDUI trate da questão do ordenamento físico-territorial, as políticas sociais estão previstas nas Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) e são tratadas pelas respectivas câmaras temáticas, que serão criadas para esta finalidade.

Esclareceu que essas questões não entram necessariamente no plano até porque os órgãos responsáveis pela saúde, educação, segurança são muito fortes, com uma capilaridade muito grande no território do Estado, e que essas políticas de desenvolvimento de natureza territorial requerem

uma abordagem integrada para serem viabilizadas, têm um tratamento diferenciado no âmbito do Estado, tendo em vista a necessidade de integração, e reforçou que serão tratadas no âmbito do conselho com as câmaras temáticas.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou que seria oportuna a participação da vice-prefeita de Cordeirópolis nas próximas reuniões do conselho, nas quais serão formadas as câmaras temáticas específicas de educação, de saúde, e todas as propostas que devem ser encaminhadas à essas câmaras temáticas, serão discutidas pelo conselho.

Assim, aproveitou a oportunidade para convidar a vice-prefeita a participar das próximas reuniões do Conselho de Desenvolvimento que serão divulgadas brevemente e que passará o contato para a vice-prefeita.

O secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Cruz da Conceição colocou que o trabalho apresentado pela equipe Fipe foi muito interessante e, como destacou a vice-prefeita, muito bem elaborado, e que realmente buscou as particularidades na região.

Disse que algumas ações de governo, e citou como exemplo o caso dos recursos do Fehidro, relativo às bacias que já são regionalizadas, que geram certo conflito, porque parte de algumas das cidades da Região Metropolitana de Piracicaba fazem parte de outra bacia, a do Vale de Mogi, em que os recursos vêm do Fehidro, que devem ser discutidos.

Questionou se não seria o momento de rever a questão na tentativa de melhorar essas regiões, já que Piracicaba está regionalizada, que então fique tudo em Piracicaba. [inaudível] ... política pública de Estado melhor atender as regiões metropolitanas.

Disse que esta é uma das políticas públicas que está colocando, mas que existem outras que já poderiam estar sendo inseridas dentro dessas regiões para atender regionalmente.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos convidou MC-Fipe para fazer sua intervenção e disse ao secretário que julgava importante fazer as demais propostas, uma vez que as apresentações propiciaram maior conhecimento do Plano. Reforçou que a plataforma digital está disponível e convidou o secretário a submeter as propostas e sugestões no formulário próprio na plataforma digital do PDUI da região.

MC-Fipe explicou que o modelo de gestão das unidades de recursos hídricos é um modelo regional perfeito porque tem fontes de recursos asseguradas, tem um conselho tripartite e esse conselho elege, seleciona e prioriza os projetos para preservar a qualidade hídrica dos nossos rios, e que até fizeram recomendação para que os demais Estados pudessem adotar esse modelo de gestão.

Colocou que quando começaram a estudar a regionalização, constataram que as regiões administrativas são um modelo de regionalização já superado, pois não conta com um modelo de governança, e que os órgãos setoriais no Estado não estão aderentes a esta regionalidade das regiões administrativas, e mesmo sendo imensas como são, o vice-governador, nas audiências públicas

da nova regionalização, assumiu o compromisso de, uma vez aprovada a regionalização completa de todas aquelas 32 unidades regionais pela na Assembleia Legislativa, dar início à adequação dos órgãos setoriais do Estado neste novo desenho das unidades regionais conforme está previsto na constituição federal e estadual.

Contudo, disse que não há nenhum movimento do governo para interferir no modelo de regionalização das bacias hidrográficas, até porque o que fundamenta esse modelo de gestão são as próprias bacias hidrográficas, e que sendo elas um fenômeno geológico, não há como alterar essa nova regionalização, logo, terão a nova regionalização com todos os órgãos setoriais adequados ao perímetro, mas o modelo das unidades gestão de bacias hidrográficas permanecerá inalterado.

O secretário de Urbanismo de Limeira cumprimentou a todos e reiterou duas propostas que haviam submetido na plataforma digital do PDUI de Piracicaba em 2017, que apesar de serem locais, de seu município, têm caráter regional.

Uma delas diz respeito ao aeroporto de Limeira a ser construído ao longo do tempo, e ter o cunho regional. A outra questão que diz respeito à Piracicaba e todo o anel de contorno, também com relação à Limeira, que tem um trânsito muito intenso no anel viário de origem, seja pela Limeira Mogi-Mirim, que pega a região vinda de Mogi Guaçu, vinda do oeste do Estado e do sul de Minas Gerais, assim como pela SP-133, que é a Limeira-Cosmópolis, em que há todo o tráfego da refinaria de Paulínia e parte da Região Metropolitana de Campinas.

Disse que todo esse tráfego passa por dentro do município de Limeira em acesso ao oeste do Estado, em especial Piracicaba, e as demais cidades a oeste. Colocou que há 20 anos existe como diretriz municipal a construção de um Rodoanel que nada mais é que o prolongamento dessa Rodovia SP-133, que inicia na Rodovia Anhanguera, então teria continuidade da Anhanguera a oeste, passando sobre a Bandeirantes até chegar na SP-147 - Limeira-Piracicaba, Rodovia Deputado Laércio Corte.

“Esse rodoanel desviaria boa parte do trânsito, que não é local, e que passa por dentro do município de Limeira, para o seu devido lugar, eliminando os prejuízos causados ao anel viário da cidade e que sobrecarrega uma cidade, uma estrutura que não é de cunho rodoviário”, explicou.

A outra questão colocada e muito importante, diz respeito ao espraiamento urbano, que julga ser importantíssimo fazer constar no plano como diretrizes para que as cidades obedeçam em seus planos diretores.

Citou o exemplo de Cordeirópolis, que tem aprovação do loteamento na divisa com Limeira completamente descontíguo à malha urbana da cidade de Cordeirópolis e conurbando com Limeira, e que não é possível entender este avanço.

Colocou que o Graprohab recomendou que Limeira se manifestasse sobre a aprovação do loteamento, e que estão fazendo os estudos de impacto. Disse que a questão é importante para que esse macrozoneamento seja bem claro e identificado, para evitem estes saltos de urbani-

zação, em que as cidades encostam nas outras, sem antes preencher os próprios espaços, os próprios vazios.

Reforçou ser importante essa recomendação como algo fundamental para melhor organização do espaço e melhor orientação dos planos diretores.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu pela intervenção e à prefeitura de Limeira pela participação nesta audiência.

O secretário de Desenvolvimento e de Turismo e Inovação de Limeira cumprimentou a todos e colocou que o slide apresentado da Serra de Itaqueri tem vários passos dados nessa direção. Informou que Limeira, Rio Claro, Piracicaba, Analândia, Corumbataí e várias cidades da região metropolitana fazem parte dessa região turística da Serra de Itaqueri, e que o ordenamento dessa região não segue exatamente o mesmo ordenamento de municípios da região turística da região metropolitana, mas que estão trabalhando muito para que isso acabe criando uma certa sinergia, e que com apoio de entidades de fomento, como o Senac e o Sebrae, o município vem avançando bastante, e que a região da Serra do Itaqueri é uma das mais avançadas em planejamento no país.

Disse ser importante reforçar para que outros municípios da região metropolitana invistam nesse sentido para que tenham um crescimento e uma efetividade de projeto turístico na região que tem muito potencial. Falou ainda que em relação à questão do desenvolvimento econômico, sentiu que não foi abordada na apresentação de hoje, diz respeito aos arranjos produtivos locais (APLs).

Colocou que Limeira tem dois APLs, Piracicaba também tem um APL, que não viu uso dessa nomenclatura, e não sabe se o fato tem relação com alguma questão estratégica. Disse reconhecer a relevância do agro nessa cadeia, mas Limeira especificamente, tem dois APLs reconhecidos pelo governo do Estado - a cadeia de joias folheadas e a área de tecnologia, que julga merecerem um olhar específico no Desenvolvimento Regional.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a participação e disse que as colocações sobre a questão dos arranjos produtivos locais (APLs) serão consideradas para que façam parte do caderno preliminar de propostas.

Convidou para a última fala o promotor de justiça que acompanhou a audiência, e agradeceu novamente ao Ministério Público que acompanha todas as audiências públicas.

O promotor de justiça-MP-Gaema, Núcleo PCJ-Piracicaba destacou que o trabalho está caminhando em bom sentido e sintonia, o que é muito importante. Disse ter percebido que abordaram questões de eventos hídricos, hidrológicos extremos, que tem visto as enchentes causarem problemas em todo território nacional, reiterou que é um defensor desse trabalho dessa Região Metropolitana, que de Aglomeração Urbana evolui para região metropolitana, e que essa representação conjunta dos órgãos públicos dá muita força política e se houver a participação da sociedade com certeza ainda mais.

Disse não ter percebido muito, talvez porque ainda não se ateuve e disse ter acompanhado a audiência enquanto executava outros trabalhos. Colocou a menção feita pelo secretário acerca dos arranjos produtivos locais e sobre a questão das joias e bijuterias em Limeira, disse ter inclusive um inquérito a respeito por envolver questões ambientais, impactos regionais, e que se ainda não está, como foi mencionado por ele, disse que essa abordagem é importante porque ela tem um forte impacto na região, não só com externalidades positivas, mas também com as negativas. “E não foi por outra razão que firmamos o termo de ajustamento de conduta, na época com Odebrecht Ambiental, hoje PRK, para que haja um tratamento terciário de esgoto da região, até por conta dos impactos dos efluentes das joias e bijuterias”, explicou.

Afirmou ter se preocupado com a informação de que 10 municípios da Região Metropolitana de Piracicaba, não contam com plano diretor, e que irão atrás disso já que a Constituição exige planos diretores para municípios acima de 20 mil habitantes. “A própria Constituição Estadual e a legislação também o exigem em regiões metropolitanas e que essa questão precisará ser suprida pelos respectivos municípios, dentro daquela ideia de que o PDUI é uma espécie de plano diretor regional, se sobrepõe ao plano municipal, mas agora elaborando-se o regional, o municipal já pode ser elaborado dentro dessa compatibilidade”, analisou.

Colocou ser muito importante a participação da sociedade, seja no âmbito do Conselho de Desenvolvimento, como dito anteriormente, seja nas câmaras temáticas, a participação dos professores universitários, das universidades, dos técnicos, da sociedade civil, dos profissionais autônomos, não só da OAB, mas também dos Conselhos Regionais de Engenharia, de Arquitetura e Urbanismo, conselhos técnicos de nível médio, que é bem importante.

Disse que talvez a realização dessas audiências no momento de férias e de férias acadêmicas possa prejudicar um pouco a participação, e que nesse sentido, comunicou que como auxílio a esta divulgação e essa amplitude de informações que é preconizada no próprio Estatuto da Metrópole, ainda durante esta audiência, solicitou a equipe auxiliar que fosse elaborado um e-mail para todas as entidades regionais existentes na área do Núcleo Gaema-PCJ Piracicaba – que envolve 21 municípios – comunicando da realização desta audiência de Limeira, pois o link e a gravação estarão disponíveis, e também sobre os sete dias para oferecimento sugestões, e reiterando o convite para as próximas audiências: dia 13 em Piracicaba às 14 horas e no dia 19, quarta-feira, também às 14 horas, ou ajudando nessa divulgação como incentivo para que outras pessoas participem.

Aproveitou para convidar a todos os presentes e aos assistentes virtuais para a reunião regional anual, a ser realizada pelo Gaema, provavelmente no dia 9 de fevereiro, para colher sugestões e críticas. Alertou que o horário ainda não estava definido, mas que deveria ser no dia 9 de fevereiro, às 14 horas. Disse ainda que a divulgação será feita pelo mailing e que também será publicado no Diário Oficial, na página do Ministério Público, que o convite fica estendido a todos e que poderão, nessa reunião voltar a esse assunto.

Enalteceu a previsão de que dentro desse trabalho regional aqui discutido, como também foi apresentado pela lei de regularização fundiária de núcleos urbanos informais – a Lei 13.465 – alte-

rando o Estatuto da Metrópole para prever que essa política de regularização fundiária urbana também faça parte desse planejamento regional.

Lembrou que a média nacional de irregularidades de loteamentos e parcelamentos, sejam de condomínios fechados, ou de assentamentos informais, favelas etc chega a algo em torno de 46 a 50% de todo o território nacional e acertar isso significa maior arrecadação para o município, significa melhor qualidade na água, no esgoto, no resíduo. A integração das cidades nessa formalização e essa força de atuação regional seria bastante importante que viesse agora também.

Explicou que essa atuação em região metropolitana, em conjunto com o comitê de bacias hidrográficas, conjunto com o consórcio é fundamental, disse que não percebeu se houve a participação do consórcio e do comitê, mas não sabe se houve o convite, e que caso não tenha vindo o convite direto, fica a sua sugestão, ainda há tempo para que o Consórcio PCJ [inaudível?] o consórcio de usuários e o Comitê, através da Agência de Bacias, presidido por SR possa participar das próximas audiências e dar as suas contribuições em nível de bacia hidrográfica.

“Foi dito aqui essa necessidade de integração no plano com o Comitê de Bacia Hidrográfica, que já havia chamado a atenção, e que é muito importante porque o enquadramento dos corpos hídricos a qualidade a quantidade da água, é fundamental para a autorização ou não de novos parcelamentos de solo, para expansão da área urbana para a rural”, destacou.

Colocou para o secretário de Limeira que o parcelamento do solo que estaria em andamento na divisa Iracemápolis com Limeira e que qualquer coisa, acionar o MP-Gaema, porque havia um impacto regional e há uma necessidade de aprovação desse tipo de parcelamento de solo no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, e que isso terá que passar pelo Conselho, já foi detectada pelo Graprohhab, sendo importante que as coisas caminhem de uma maneira correta.

Lembrou também que dessas nove funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana de Piracicaba, cinco delas estão relacionadas com área de atuação do Ministério Público. São elas: planejamento de uso e ocupação do solo, habitação, meio ambiente, saneamento e transporte regional.

Explicou que ao falar da participação do Ministério Público, está falando do Gaema, os promotores locais também teriam participação de outras áreas. Colocou que há um assunto delicado, mas que não dá para deixar de citar, que é questão do saneamento regionalizado. “O governo de São Paulo aprovou uma lei recentemente a 17.383 falando das unidades regionais de água e esgoto ignorando esse recorte interfederativo das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas”, ressaltou.

Disse entender que o governo do Estado e, por consequência, a Secretaria de Desenvolvimento Regional fará o seu planejamento com base nesta lei aprovada que, embora possa vir a ser contestada pelo Ministério Público – foi feita representação ao procurador-geral de Justiça para que ingresse com uma ação direta de inconstitucionalidade, pois entenderam que essa lei fere a Constituição Estadual, está em desacordo com o Estatuto da Metrópole, e até em prestígio àquilo

que disse anteriormente da importância dessa atuação regionalizada, não se pode trabalhar com água e esgoto ignorando esse recorte.

“Temos que prestigiar a atuação de bacia hidrográfica e pegar municípios da nossa região, que são operados pela Sabesp, e colocar num outro bloco, não faz nenhum sentido do ponto de vista dessa atuação regionalizada”, destacou.

Colocou que sobre o que foi dito sobre o compromisso do vice-governador, em alterar as regiões administrativas, e lembrou de uma conversa com um ex-governador que se interessou pelo assunto. “Ele tinha um projeto de fazer as regionalizações dos Estados sempre por bacia hidrográfica”, revelou.

MC-Fipe disse que teve acesso informal a esse projeto e gostou no projeto e acha que a atual gestão do atual governador poderia, via Secretaria de Desenvolvimento Regional retomar esse trabalho e aproveitar essa onda de que a ideia é trabalhar regionalizadamente e voltar a esse trabalho já que não faz sentido para algumas áreas, como saúde, educação que o recorte territorial e administrativo seja diverso.

Colocou que isso não é uma questão do Ministério Público e, sim, de governo, mas fica a sugestão. Sobre os resíduos, colocou que de fato merecem uma apreciação conjunta porque existe o aterro regional, que não está operando bem, e é objeto de questionamento por parte do Ministério Público e ação civil pública e a prefeitura também já está rescindindo esse contrato. “Precisamos pensar em trabalhar, como disse antes, com inclusão dos catadores, aproveitamento energético sim, mas lá no final da cadeia. Antes com redução, reciclagem, reaproveitamento, compostagem”, destacou.

Reafirmou ainda a necessidade da participação da sociedade civil, com voz e voto, nas decisões do conselho e que os dados e diagnósticos para elaboração final do PDUI estejam compatíveis com o plano de bacia hidrográfica, que vigorará de 2020 a 2035, com as metas de enquadramento, e que farão esse acompanhamento.

Finalizou afirmando serem essas observações complementares que tinha a fazer e que imaginava que iriam para a ata para que se pudesse ter as anotações dos presentes e que a redação final da proposta do PDUI possa contemplar todas essas questões de maneira que não seja um plano para inglês ver, ou que seja um plano irrealista, e sim aquilo que tem certeza que a equipe busca: fazer um plano factível, realista, que atendesse aos interesses da sociedade e que pudesse ser um guia para os próximos anos para o desenvolvimento de uma região tão pujante como é a Região Metropolitana de Piracicaba. Agradeceu a atenção e se colocou à disposição.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou que a participação do promotor do Ministério Público é realmente muito importante e destacou que o evento do Gaema já estava anotado e seria divulgado para as 50, 60 pessoas que estiveram presentes no ambiente virtual. Informou ainda que o representante da Fundação Agência das Bacias PCJ participou no ambiente virtual, assim como o Secretário de Governo de Pirassununga que não pôde estar presente, além

dos representantes da Secretaria Estadual de Cultura de Piracicaba, e que a audiência pública teve uma participação ampla. Pediu ao promotor que aguardasse um pouco mais para as considerações de MC-Fipe faria em seguida.

MC-Fipe dirigiu-se ao promotor para um esclarecimento sobre a diligência mencionada pelo de que são dez os municípios que não fizeram a lei de uso e ocupação do solo e cinco municípios que não fizeram o plano diretor.

Disse que particularmente considera que o que dá efetividade para o plano diretor é a lei de uso e ocupação do solo e que de nada vale um plano diretor que se desdobre na lei de zoneamento. Por este motivo citou dez, mas são cinco e dez. Quanto aos APLs, informou que foram tratados no Panorama Regional.

Após as colocações dos participantes, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos e reforçou que todos os documentos produzidos e a gravação na íntegra desta audiência pública ficam disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba (<https://rmp.pdui.sp.gov.br>) onde será possível enviar propostas até sete dias úteis após esta data e também no Youtube, no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional (<https://www.youtube.com/watch?v=yvldycSRj1k>).

Balanco de Presenças da AP Limeira - 11/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
55	5	32	20	87	25	112

Lista de presença

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Prefeito	AO	Presencial / Mesa
Araras	Prefeitura de Araras	Diretora (Secretaria de Planejamento)	ACM	Presencial
Araras	Câmara Municipal de Araras	Chefe de gabinete	AM	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	AP	Chat YouTube
Campinas	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) - Escritório Regional de Campinas	Diretor - Regional Campinas	ARD	Presencial
Araras	Câmara Municipal de Araras	Vereadora	AJC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat YouTube
Piracicaba	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRAD) Piracicaba	Diretora do Núcleo de Avaliação e Supervisão (Nuasu)	AMS	Presencial
Conchal	Prefeitura de Conchal	Vice-prefeita	AMVCC	Presencial / Mesa

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Araras	Prefeitura de Araras - Secretaria de Cultura		AN	Chat YouTube / Formulário
Limeira	Prefeitura Municipal de Limeira/SOSP	Chefe da Divisão de Iluminação Pública	AR	Presencial
Piracicaba	Associação Paulista de Municípios (APM)	Conselheiro	BN	Presencial / Meet
São Paulo	Equipe Fipe		CB	Chat YouTube / Meet
Iracemápolis	Prefeitura de Iracemápolis	Coordenadora de Comunicação	CFS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	CL	Chat YouTube
Limeira	A.P Indústria e Comércio	Gerente	CS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		DA	Meet
Limeira	Câmara Municipal de Limeira	Assessor Parlamentar	DMS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional		Desenvolvimento Regional SP – SDR	Chat YouTube
Cordeirópolis	Câmara Municipal de Cordeirópolis	Vereador	DG	Presencial
Araras	Secretaria de Esportes	Secretário	DM	Chat YouTube / Formulário
Santa Cruz da Conceição	Prefeitura de Santa Cruz da Conceição	Prefeito	DA	Presencial
não menciona	não menciona		EA	Chat YouTube
Piracicaba	Agência das Bacias PCJ		ES	Meet
Pirassununga	Prefeitura de Pirassununga	Secretário de Governo (representando Prefeito Dr. Dimas Urban)	ES	Chat YouTube / Mesa
Limeira	Prefeitura de Limeira	Fiscal de obras	EVRJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat YouTube
não menciona	não menciona		EASP	Formulario YouTube
Piracicaba	Alesp	Assessor Parlamentar	ED	Presencial
São Paulo	Cidadão		ESN	Chat YouTube
Piracicaba	Alesp	Assessor Parlamentar	FS	Presencial
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Vice-prefeita	FC	Presencial / Mesa
Araras	Prefeitura de Araras	Secretário de Planejamento	FB	Presencial
Piracicaba	Parlamento Metropolitano	Assistência Técnica	FHVS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	FC	Chat YouTube / Formulário
Limeira	Polícia Civil	Delegacia Seccional	FP	Presencial
Araras	Secretaria de Cultura	não menciona	FJ	Presencial / Formulário
não menciona	Associação Paulista de Municípios (APM)	Presidente	FG	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		GAT	Meet / YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa	não menciona	GM	Chat YouTube / Formulário
São Paulo	Equipe Fipe		HG	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Formulario YouTube
Pirassununga	Prefeitura de Pirassununga		HP	Chat YouTube / Formulário
Limeira	Câmara Municipal de Limeira	Chefe de Gabinete	IM	Presencial
Piracicaba e região	Promotor de Justiça do GAEMA, núcleo PCJ- Piracicaba		ICC	Meet / Chat YouTube / Formulário / Mesa
São Paulo	SSAM/SDR	Coordenador	JJ	Presencial
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Secretário	JAG	Presencial
Limeira	Prefeitura de Limeira - Secretaria de Cultura		JFZ	Chat YouTube / Formulário
Limeira	PM Limeira	Secretário de Desenvolvimento	JFA	Presencial
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) - Escritório Regional de Campinas	Secretária em exercício	JO	Presencial / Mesa
não menciona	não menciona	não menciona	KMK	Formulario YouTube
não menciona	não menciona	não menciona	KG	Chat YouTube / Formulário
São Paulo	Equipe Fipe		LRT	Meet / YouTube
Cordeirópolis	não menciona	Assessora	LG	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Secr. de Obras e Planejamento	MJC	Presencial
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Secretária	MC	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	MMC	Chat YouTube
Piracicaba	Associação Paulista de Municípios (APM)	Assessor	MS	Presencial
São Paulo	Fipe/SDR		MC	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MCL	Chat YouTube
Limeira	Ceprosom	Presidente	MAD	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	MID	Chat YouTube
não menciona	não menciona	não menciona	MKO	Chat YouTube
São Paulo	não menciona	não menciona	MLSOW	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat YouTube
Cordeirópolis	Câmara Municipal de Cordeirópolis	Vereadora	MFT	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MYM	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	MGA	Formulario YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Limeira	Sincaf	Diretor Financeiro	MSC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulario YouTube
Limeira	PM Limeira	Secretário de Urbanismo	MR	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Meet
não menciona	não menciona	não menciona	MMB	Formulario YouTube
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	MF	Presencial
Iracemápolis	Prefeitura de Iracemápolis	Prefeita	NCMF	Presencial / Mesa
Cordeirópolis	Câmara Municipal de Cordeirópolis	Vereadora, Vice-presidente	NDM	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	OABN	Formulario YouTube
Limeira	Câmara Municipal de Limeira	Assessora - Lu Bogo	PJ	Presencial
Santa Cruz da Conceição	Prefeitura de Santa Cruz da Conceição	Secretário de Meio Ambiente	PLFC	Presencial / Mesa
Araras	Prefeitura de Araras	Prefeito	PE	Presencial / Mesa
Conchal	Câmara Municipal de Conchal	Vereador	PHMA	Presencial
Araras	Prefeitura de Araras - Secretaria de Habitação	Secretário	RZ	Chat YouTube / Formulário
Iracemápolis	Câmara Municipal	Vereador	RS	Presencial
Araras	Prefeitura de Araras - Secretaria de Justiça	Secretário	RT	Chat YouTube / Formulário
Piracicaba	DRS X - Piracicaba		RPM	Chat YouTube / Formulário
Limeira	Prefeitura de Limeira	Chefe de R. Legislativo	RRC	Presencial
Limeira	não menciona		RN	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	RM	Presencial / Mesa
Araras	Prefeitura de Araras - Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	Secretário	RB	Chat YouTube / Formulário
Araras	Câmara Municipal de Araras	Presidente	RS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora Técnica	RN	Meet
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	SMMS	Presencial / Chat YouTube
não menciona	União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp)	Presidente	SM	Presencial
Limeira [?]	Secretaria Municipal de Educação		Secretaria Municipal de Educação	Meet
Limeira	Prefeitura de Limeira	Secretário (representando Prefeito Mario Botion)	SAM	Presencial / Mesa
Piracicaba	Agência das Bacias PCJ		SR	Chat YouTube / Formulário

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Limeira	Câmara Municipal de Limeira	Vereador - Presidene da Câmara	SP	Presencial / Mesa
não menciona	não menciona		SFZ	Formulario YouTube
São Paulo	Fipe/SDR		S	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
não menciona	não menciona		SAS	Formulario YouTube
Araras	Câmara Municipal de Araras	Chefe de Gabinete	TM	Presencial
Limeira	Prefeitura de Limeira	Diretor de Saneamento	TBC	Presencial
Leme	Prefeitura de Leme	Controlador Geral	VBN	Presencial / Mesa
Conchal	Prefeitura de Conchal	Prefeito	VM	Presencial
São Paulo	Secretaria de Cultura		VF	Chat YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		EV	Presencial
Limeira	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	VB	Presencial
não menciona	não menciona		WM	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	ZA	Meet / YouTube

I.2. Sub-região de Piracicaba

Data: 13 de janeiro de 2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Anfiteatro da Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba – Rua Cristiano Cleopath, 1902 – Alemães Piracicaba/ SP

Municípios convidados: Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras e Saltinho.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informando que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Agradeceu ao prefeito de Piracicaba pela colaboração na montagem da audiência pública.

Explicou que o Caderno de Insumos detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Essa audiência é a segunda rodada de discussões públicas para subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). O evento contou com a presença do prefeito de Piracicaba e presidente do Conselho da RMP, e demais prefeitos dos municípios do entorno da cidade — Elias Fausto, Saltinho, Rafard, Rio das Pedras e Capivari. Marcaram presença também o presidente do Parlamento Regional, o promotor público do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) e a secretária do Desenvolvimento Regional.

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase de elaboração do plano e, por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

A seguir, expôs o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RMP_-AP_-Regulamento-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Em seguida foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Os trabalhos se iniciaram com a formação da mesa diretora composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Piracicaba
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício
- Deputado estadual
- Prefeito de Elias Fausto
- Prefeito de Saltinho
- Prefeito de Rafard
- Vice-prefeito de Rio das Pedras
- Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Capivari
- Promotor Público do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema)
- Representante do Parlamento Regional e Presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMP

Na sequência, foi aberta a palavra para a mesa diretora:

O primeiro a falar foi o prefeito de Piracicaba, que agradeceu a presença de todos e disse que a realização desta audiência é parte de um processo de estruturação da RMP e espera receber muitas contribuições em um processo que já está em andamento para que se tenha o mais rápido possível ações concretas para se pensar regionalmente e atuar localmente.

Em sua fala, o prefeito de Elias Fausto saudou a todos e elogiou as audiências públicas. “Estamos iniciando um processo de construção da Região Metropolitana de Piracicaba que começa a dar os primeiros passos e é preciso pensar no planejamento. Até um mês atrás o assunto era a falta de água. Agora, com as chuvas esquecemos desse problema, mas é preciso planejar o dia de amanhã. Agora, a preocupação é com a crise sanitária por causa da onda gripal. Então é importante ter um planejamento porque as cidades pequenas da região, Elias Fausto, Mombuca, Rio das Pedras, Rafard dependem da Santa de Capivari e acabamos sufocando Piracicaba porque mandamos os nossos pacientes para cá causando uma superlotação”, disse.

Reafirmou que o planejamento é de extrema importância e que é preciso debater porque é uma região muito extensa e é preciso trabalhar de maneira regional com programas pontuais para avançar. “Desejo sucesso e coloco-me à disposição”, encerrou.

O prefeito de Rafard cumprimentou a todos e disse ser muito importante a criação da Região Metropolitana de Piracicaba e que se todos trabalharem em conjunto conjuntamente obterão resultados positivos em vários setores. “Estava esperançoso, mas, estamos passando por momentos difíceis, os hospitais estão lotados, mas estamos trazendo investimentos e a cidade de Rafard vem crescendo com o seu distrito industrial. A segurança pública e a educação são áreas que precisam de atenção, por essa razão valorizo o planejamento”, disse.

O prefeito de Saltinho destacou que os problemas das cidades da região, sejam de pequeno ou grande porte são praticamente os mesmos. “Estamos enfrentando a pandemia, hoje é uma situação um pouco melhor por ser um pouco mais leve, mas as unidades de saúde estão superlotadas.

Estamos descentralizando os serviços para dar uma desafogada. Precisamos discutir o transporte integrado porque sofremos bastante no ano passado. Cada cidade tem a sua identidade, mas, não foge muito do foco final. Estou à disposição”, destacou.

O vice-prefeito de Rio das Pedras começou sua fala destacando que estão passando por um momento delicado porque muitas pessoas acharam que a pandemia acabou e ainda é preciso cuidado. Ressaltou a importância da reunião e ver o que acontece na Região Metropolitana de Campinas onde disse que teve a oportunidade conhecer o Plano de Incentivo de Crescimento (PIC) que teve um investimento de 400 milhões (de reais) na região de Hortolândia. “É isso que queremos para os nossos municípios. Algumas prefeituras já estavam fazendo isso. Mas, temos que pensar no coletivo, na integração dos municípios porque um depende do outro. Precisamos crescer prestando atenção na sustentabilidade”, disse.

Apontou ainda que empresas procuram a região, mas sem um plano de sustentabilidade e soluções para tratamento de resíduos elas não se instalarão. “Para o meio ambiente é preciso olhar com carinho porque é o nosso futuro. E também, as questões de saúde, água que é o que nos aflige. Rio das Pedras tem um problema sério de abastecimento de água. As chuvas agora estão ajudando, mas, tivemos um colapso muito cedo. É uma situação que se pudéssemos, de alguma maneira, sentar e encontrar uma solução seria importante”, disse.

Destacou que para Rio das Pedras, a represa de Corumbataí não vai ser efetiva por causa da distância. “Estamos conversando com o prefeito e com a Sabesp para que ela nos dê uma luz. Vários municípios já estão com a Sabesp. Enfim, tem problemas com educação e tudo tem que ser debatido conjuntamente. Agradeço a oportunidade e em nome do prefeito, coloco-me à disposição”, afirmou.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Capivari saudou a todos afirmou que a demanda da cidade, além da crise da saúde diz respeito ao meio ambiente e transporte que é o que influencia o dia a dia da população. Ressaltou que atualmente, a demanda é uma solução para o cruzamento da SP 101 com a SP 308, Km 41 onde houve registro de muitas mortes. “Fica no limite com Capivari, mas é onde todo mundo passa. O Estado todo passa por lá, sentido Campinas e tem um distrito industrial particular com mais de 1000 colaboradores passando por lá todos os dias. É uma questão de extrema relevância para colocar na pauta da Região Metropolitana de Piracicaba”, alertou.

O representante do Parlamento Regional e Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba disse que estava feliz por poder representar todos os vereadores. “A nossa região, apesar da configuração de metropolitana conta com uma característica diferenciada que é a menor densidade demográfica. O que significa que os nossos municípios estão mais distantes ou menos integrados por seus núcleos urbanos. Apesar de favorecer a agricultura temos acreditado em modelos econômicos característicos de outras regiões metropolitanas com relação ao consumo. Infelizmente nós não temos uma grande massa de consumo na nossa região. Analisando pontos favoráveis encontrados, o fato é que a pesquisa feita pelo Seade mostra que o conjunto dos municípios vem perdendo participação no total de investimentos privados recebidos no Estado de São Paulo.

A participação que em 2013 era de 2,65% caiu para 0,08% em 2020. Isso é muito preocupante e temos que reverter, enquanto região metropolitana, esses índices, buscando unir a necessidade de um novo vetor de impulso econômico com aptidão regional”, analisou.

Afirmou ainda que será entregue uma proposta ao governo do Estado de São Paulo, por meio da Região Metropolitana de Piracicaba que é o Polo Paulista de Fomento de Economia de Baixo Carbono que, segundo o vereador, é um promissor modelo que concilia desenvolvimento econômico, modo de produção e racionaliza o consumo de matérias primas, bem como a redução de resíduos e emissões.

“Não pretendemos nenhum privilégio, mas buscamos demonstrar tecnicamente porque nossa região pode potencializar os compromissos de desenvolvimento econômico com preservação ambiental assumidos recentemente pelo COP 26. Basicamente, estamos apresentando uma estratégia de projeto, disponibilidade de terras nós temos na nossa região, proximidade com os grandes centros consumidores e melhores rodovias estaduais, além de recursos hídricos, excelência acadêmica e experiência em biotecnologia. Buscamos apoio do governo do Estado nos moldes do Vale do Futuro que propiciou nítido desenvolvimento ao Vale do Ribeira”, disse.

Destacou, ainda, o compromisso do Parlamento Metropolitano com os estudos técnicos que têm sido feitos com o desenvolvimento de modelo de mapeamento de todas as locações produtivas de cada município para cruzar com as demandas. “Por meio da equipe técnica, nosso parlamento está estudando os 24 municípios para saber qual é o perfil de crescimento de cada um. Peço licença para entregar ao prefeito de Piracicaba que é o presidente do Conselho de Desenvolvimento e à Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício, o trabalho técnico realizado durante o ano de 2021 e todas as reuniões feitas do projeto de Baixo Carbono”, demonstrou.

Já o promotor público saudou as autoridades da mesa e iniciou dizendo acompanhar o projeto, não só por obrigação legal, mas também por vocação e por acreditar nessa forma coletiva de trabalho porque trata-se de um direito difuso, uma situação regional que coincide de 80% a 90% da base territorial na qual atua o Gaema PCJ Piracicaba. Atuamos aqui na região em 21 municípios e a RM tem 24 municípios. Alguns são diferentes, mas, no mínimo em 80% temos semelhança. É um trabalho regional que envolve meio ambiente, habitação e urbanismo. Falou-se aqui na crise hídrica e nós tivemos crise em 2014 e estamos a beira de uma nova porque, embora esteja chovendo, nós não temos uma reserva. Precisamos pensar com a força política que uma região metropolitana tem em restaurar as nossas APPs, restaurar as nossas reservas legais. Nós trabalhamos num Plano Diretor de Recomposição Florestal no Gaema, junto com a Dr^a Alexandra Martins que tem um trabalho muito forte sobre a questão hídrica em Iracemápolis e Rio das Pedras, com a preocupação com a qualidade da água para abastecimento público que também faz parte das nossas metas no Gaema, além da questão dos resíduos sólidos, o transporte regional, o uso e ocupação do solo regional que também são metas da Região Metropolitana.

“Temos entre as nove Funções Públicas de Interesse Comum, (FPICs), cinco delas que coincidem com as nossas metas. Temos várias facetas comuns. O Gaema tem um auxílio técnico jurídico para trabalharmos junto. Quando o deputado propôs o projeto da Aglomeração Urbana eu o procurei

para trabalharmos junto. Desde aquela época a minha luta é pela participação popular, a exemplo do que diz a nossa Constituição Estadual. Posteriormente, veio o Estatuto da Metrôple em 2015, ambos prevendo a participação popular dentro do Conselho de Desenvolvimento com direito a voz e voto. Nós estamos prestes a encaminhar esse projeto, conforme citado pela secretária de Desenvolvimento Regional em exercício. O governo vai encaminhar esse projeto e vai fazer parte dele a criação de uma agência metropolitana, nos moldes do que existe na Região Metropolitana de Campinas. É fundamental porque tem um fundo específico e um gestor específico. Eu apelo aos prefeitos que façam contato com os deputados da base para que isso seja aprovado o mais rápido possível para deslançarmos efetivamente nesse projeto”, enfatizou.

Sobre a qualidade da água, disse que a promotoria trabalha junto com o Comitê de Bacia do PCJ e precisa ter o enquadramento do corpo hídrico, ou seja, a qualidade da água por trechos de rios. “De um modo geral, vai ter empresas interessadas em instalar empreendimentos industriais, outros empreendimentos imobiliários, grandes grupos”, disse.

Lembrou que na audiência de Limeira foi falado em parcelamento na divisa de Iracemápolis e afirmou que esses parcelamentos de solos, principalmente de grandes dimensões, não podem depender apenas de aprovação do loteamento pelo município. “É preciso passar pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana porque vai ter um impacto de importância regional”, ponderou.

Disse considerar que a mentalidade da gestão pública muda a partir da região metropolitana e que o município não é mais dono do seu próprio nariz sozinho. Citou uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu haver necessidade do compartilhamento da gestão do interesse público dentro dessa governança federativa.

“Ou seja, as questões precisam ser decididas em conjunto, entre Estados e municípios e aí se tem decisão, tem responsabilidade. Isso, senhores prefeitos, é muito importante porque o problema da água e dos resíduos, por exemplo, não é mais de responsabilidade só dos senhores como era até então. A titularidade passa a ser compartilhada, também passa a ser um problema do Estado. Os senhores terão força para reivindicar, mas terão que contribuir com essa articulação. Acho que nossa região vai evoluir muito com isso”, destacou.

Disse, ainda, que o Parlamento Regional é muito importante e na época da Aglomeração Urbana já dizia da importância de um acompanhamento “pari passu” porque até então não tinha nem previsão de participação popular no Estado de São Paulo. Ressaltou que os vereadores são representantes do povo e parece existir uma construção política para que isso aconteça.

“Na nossa região nós temos a questão dos polos produtivos, da cana de açúcar, temos a questão da água e do esgoto que embora sejam temas delicados eu me sinto na obrigação de relatar aqui, assim como foi relatado em Limeira, aproveitando a presença dos senhores prefeitos. O Estado de São Paulo aprovou uma lei, em 2021, por força de uma lei federal, criando as Unidades Regionais (URAS) de Água e Saneamento. Eu entendo que o planejamento regional vai ser esse porque tem uma lei estadual. Mas foi atropelada a governança interfederativa das aglomerações

urbanas e regiões metropolitanas que teriam que ter a gestão da água, do esgoto e de resíduos entre os municípios que compõem essa base territorial. Não foi isso que aconteceu, os municípios operados pela Sabesp, 371 municípios espalhados pelo Estado a fora estão num bloco só e não têm nenhuma identidade entre eles. Entre outros problemas, não foi considerada a base da bacia hidrográfica como forma de gestão. Tão logo foi aprovada a lei nós fizemos uma representação junto ao Ministério Público Estadual para propor uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei estadual. Para que haja uma anulação dessa lei e que haja uma nova negociação contra essa lei para que essa questão seja acertada. Assim como, sejam acertadas as Regiões Administrativas do Estado. Há uma necessidade de integração das bases. Não tenho dúvidas que os senhores prefeitos sentem mais isso do que nós”, disse.

Destacou que para a educação a base territorial é uma, para saúde é outra, para o Meio Ambiente é outra. Disse que talvez esteja na hora de resgatar um projeto anterior e aproveitar essa regionalização não só baseada em recurso hídricos, nem desenvolvimento, nem em hospitais, mas usar uma mesma base territorial para qualquer tema a ser discutido.

“O papel do Ministério Público é mais de acompanhamento, a decisão é toda dos prefeitos e do Estado. Até então, o poder decisório é compartilhado entre dois, em breve será entre três porque terá a sociedade civil. O nosso papel é ser intermediário, apontar algumas correções ou incompatibilidade legal. Estou à disposição para qualquer diálogo separado porque acredito muito na figura das regiões metropolitanas. Não poderia deixar de apontar também as Áreas de Proteção Ambiental, a importância de trabalhar e cobrar o governo do Estado. Nós temos várias na RMP e fizemos um trabalho recente de combate a incêndio que foi muito produtivo. Inclusive contra uma operadora de energia elétrica. Temos também a APA Tietê e precisamos atuar conjuntamente”, ressaltou.

O promotor apontou ainda a questão da regularização fundiária urbana. Disse que na região de Limeira existem 400 loteamentos clandestinos na zona rural e em Piracicaba foram identificados algo em torno de 170. “Muito foi dito aqui sobre a expansão das manchas urbanas, de conter essa expansão, aqui em Piracicaba não, mas em Limeira sim. Temos que evitar novos parcelamentos e aqueles posteriores a 2016 que é do marco legal, precisam ser desfeitos. Não podemos dar exemplo para que continuem. Se não está consolidado e não é de difícil reversão, não há possibilidade de permanecer. As regras estão aí para isso. Essa questão tem que ser debatida aqui porque os parcelamentos estão em divisas de municípios”, alertou.

Disse que em Americana existem vários parcelamentos na denominada tríplice fronteira, Americana, Paulínia e Cosmópolis. “É um problema porque a população paga imposto em Americana, frequenta Paulínia e assim por diante. Não podemos cometer esse mesmo risco aqui. Vamos aproveitar para definir o pagamento para serviços ambientais, ter ações de sustentabilidade, ter a mesma política para a região garantir a sustentabilidade. O trabalho é conjunto porque se cada município olhar só para o seu umbigo vai dar disputa no Conselho de Desenvolvimento. É hora de se decidir regionalmente requisitos mínimos para instalação de empresas na região. Vamos aproveitar que hoje todos falam do ESG para garantir a instalação das empresas. Coloco o Ministério Público à disposição para que se acerte todas as questões legais, urbanísticas e sociais que

a região vai ganhar muito. Somos uma potência em quase todas as áreas individualmente, coletivamente seremos muito mais”, sintetizou.

O deputado estadual começou sua fala dizendo que, quando chegou na Assembleia Legislativa, em 1999, a região de Piracicaba estava sem nenhum representante no maior Parlamento da América que é a Alesp. “Fomos eleitos com a bandeira de resolver a questão de que qualquer tipo de serviço que se precisasse, por exemplo na área de segurança teríamos que ir até Campinas. Todos nós éramos totalmente dependentes de Campinas. Hoje, a região de Piracicaba, da maior cidade a menor, Águas de São Pedro que compõe a nossa região metropolitana, estão no mesmo patamar. Existe uma ação conjunta de todos os prefeitos e todos os vereadores. Me recordo que em 2008 a convite do prefeito esteve em Seul para assinar o termo de intenções da vinda da Hyundai para Piracicaba. “Fomos em 14 representantes da Câmara dos Vereadores, prefeitura e sindicatos e fomos até Ulsan, uma cidade que tem 35 mil funcionários na sede da Hyundai e através de uma seção de área, cerca de um milhão de metros quadrados a prefeitura permitiu que a empresa se instalasse e depois cedeu mais 700 mil metros quadrados para as empresas que fabricam as peças. Antes, era para apenas um modelo de carro, agora são dois fabricados em Piracicaba”, recordou.

Disse que toda a região ganha. “Piracicaba comanda essa região. O próprio hospital regional vamos ter 100% de atendimento, palavras do vice-governador quando veio assinar o projeto que criou na Região Metropolitana de Piracicaba. Tínhamos dentro de nós esse desejo de não depender mais de Campinas. Naquela oportunidade não foi possível criar a Região Metropolitana porque estava sendo criada a de Campinas. Procuramos na Emplasa verificar a criação do Aglomerado Urbano que foi aprovado na Assembleia Legislativa, mas queríamos a Região Metropolitana de Piracicaba porque todas as cidades do entorno, uma depende da outra, e poderia se tornar região metropolitana. Até que o atual governador assinou o projeto de criação e mandou para a Assembleia Legislativa. Todos os prefeitos concordaram. Hoje todas tem o mesmo peso político. Sabemos que temos que melhorar a questão viária porque antes as rodovias não eram concedidas, mas a duplicação de rodovias que vieram, só saíram do nosso entorno, por exemplo, a que sai da Rodovia do Açúcar e da Luiz de Queiroz, passando pela Piracicaba-Limeira, até Piracicaba- Rio Claro porque a Hyundai vinha para cá e precisava de um entorno para as carretas. Agora, o projeto é estendê-lo até Piracicaba-Limeira, depois Piracicaba-Charqueada e depois completar terminando na rodovia Piracicaba-Saltinho emendando na rodovia Luiz de Queiroz. Esse é o nosso sonho”, disse.

Lembrou ainda de uma proposta feita na audiência pública de Limeira é que os municípios possam colocar como prioridade as muralhas eletrônicas que são muito importantes na questão de segurança. “Fico muito feliz de ter provocado essa discussão que aprovou o aglomerado e a região metropolitana na nossa região que é uma das mais importantes do Estado. Localizada no centro do Estado, há 160 KM da capital, com todas as rodovias duplicadas, com segurança, portanto merecia se tornar região metropolitana”, afirmou.

Em seu discurso, a secretária de Desenvolvimento Regional em exercício fez um breve histórico lembrando da determinação do governador e do vice em priorizar o cumprimento de todas as tarefas a serem realizadas para uma maior aproximação entre Estado e municípios.

“Entendemos que o compartilhar é a nossa forma de gestão e percebemos na fala dos prefeitos que os problemas ultrapassam as fronteiras municipais e, portanto, precisam ser tratados de forma coletiva e solidária. Se inaugura uma nova fase que por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, renuncia a competição entre os municípios para trabalhar por meio de solidariedade, compartilhamento e sinergia entre os municípios”, disse.

Diante que o governador exigiu da equipe entrega de políticas públicas. “Estamos aqui, após muitos anos em que as ações de regionalização ficaram paralisadas e estamos retomando criando regiões metropolitanas. Está na Assembleia Legislativa para aprovação uma nova forma de governança para as regiões metropolitanas que já assume a responsabilidade de adequar a legislação paulista aos ditames da legislação federal. Se tínhamos alguma dúvida de que a sinergia entre os municípios era necessária a pandemia destruiu qualquer dúvida. Se além das Funções de Interesse Comum (FPICs) entre os municípios existia respeito ao meio ambiente, a pandemia mostrou que só através de um esforço conjunto entre Estado, legislativo, Ministério Público e municípios pode-se chegar a uma solução”, ponderou.

A secretária destacou ainda o enorme desafio de saúde pública e afirmou que a solução só é possível pelo trabalho coletivo. “Se existia dificuldade com o problema da água, por exemplo, precisamos coletivamente buscar solução, essa é a razão de existir a região metropolitana. Temos que entender que o interesse coletivo se sobrepõe ao individual. E de forma solidária vamos criar um modelo de sustentabilidade que atenda a todas as necessidades dos municípios para que essa política pública, ainda que implementada localmente, tenha sucesso no uso dos recursos públicos que é um dever de todos nós”, destacou.

O prefeito de Piracicaba e presidente do Conselho de Desenvolvimento fez um apanhado dos temas discutidos e o relatou a proposta de estudos e projetos discutidos em reunião com a maioria dos prefeitos em novembro de 2021.

Ele sintetizou as colocações feitas pelos participantes da mesa diretora da audiência pública e disse que cada município tem os seus problemas e o princípio regional é uma coisa nova. “Fomos criados como Região Metropolitana de Piracicaba, mas eu gostaria que o nome fosse “do Piracicaba”. Todas as cidades têm a mesma importância. A união é igualitária. Todas participarão da gestão. Haverá uma rotatividade e todos os prefeitos participarão igualmente da presidência do Conselho de Desenvolvimento”, destacou.

Afirmou ainda que as contribuições feitas pelo promotor de justiça do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), Núcleo PCJ-Piracicaba foram completas, mas alertou que iria complementar com algumas questões.

Disse que a questão dos loteamentos irregulares vai ser muito discutido. “A Lei de Saneamento já está sendo discutida e cada município está definindo se vai aderir ao sistema e vamos discutir agora, sob o prisma da região metropolitana”, revelou.

Afirmou ainda que rever os modelos de regionalização é um passo importantíssimo, mas, são os representantes do Estado é que devem resolver. “Não dá para continuar operando, por exemplo, a

estrutura de segurança em 50 municípios e a educação e saúde operam em outra forma de regionalização, portanto, está na hora de ter uma convergência sobre isso”, ponderou.

Sobre a divisão de ônus e bônus, afirmou que terão coisas muito boas, mas outras ruins e que é preciso pensar sobre isso e que sobre políticas públicas de conservação, a pedido do Ministério Público, vai ser incluído na pauta a política pública de conservação também da fauna silvestre. “É parte da premissa quando se constitui uma região metropolitana a criação de uma agência e de um fundo de financiamento específico. Esclarecendo ao representante do Parlamento Regional, estamos numa fase de formação do conselho construindo a legislação para a implementação das figuras da região metropolitana. Isso está em andamento e, com certeza, haverá a participação popular com direito a voz e voto”, explicou.

Exemplificou dizendo que o Parlamento Regional que tinha sido criado com a legislação do aglomerado urbano precisa ser resgatado nessa nova legislação para que ele volte a existir de forma legal. “A proposta apresentada de baixo carbono será, com certeza, analisada. Foi feita menção sobre a queda dos investimentos industriais de 2013 a 2020 que caiu muito, mas, temos uma notícia boa porque em 2021 estamos com 25% de todos os investimentos da região administrativa de Campinas que é outro recorte regional. A partir daí, estamos resgatando a pujança dessa região. Os outros prefeitos levantaram questões sobre saúde, saneamento, integração dos transportes, falta de água, meio ambiente, segurança e quanto a um entroncamento que causa muitos acidentes. Conseguimos que o Estado custeasse a ampliação do anel viário e dois dispositivos na região por causa dos acidentes”, destacou.

Revelou ainda que no dia 23 de novembro de 2021 aconteceu uma reunião com a maioria dos prefeitos e foram aprovados alguns temas já estabelecidos que são base para os estudos. Além das questões regimentais, ficou definido o Projeto de Barragens que já teve a aprovação pelo Comitê de Bacia do PCJ. Disse que os estudos para execução dessa barragem já se iniciaram.

“Será em Ipeúna, no rio Corumbataí e também de um outro estudo que está sendo feito pelo comitê que é o Estudo da Macrodrenagem da Bacia do Rio Capivari para combate às enchentes. São iniciativas para resolver os problemas mais graves. E os municípios que não forem eventualmente beneficiários, como Rio das Pedras, outras alternativas poderão atender”, relatou.

O prefeito explicou que uma barragem está sendo feita em Pedreira, e que haverá uma transposição que custou 400 milhões (de reais) para trazer água para Campinas. “Fazer uma ligação até Rio das Pedras não deve ser muito difícil. Vamos juntos, analisar essa possibilidade. As demandas regionais de saneamento e recursos hídricos, criação regional de enfrentamento da crise hídrica é uma demanda de curto prazo. O bloco de saneamento também foi aprovado. Um Plano Regional de Enfrentamento da Crise Hídrica é uma preocupação porque pode faltar água. Vai ser preciso criar um grupo muito forte para tratar disso. Quanto a segurança, já foi discutido nesse grupo de prefeitos a integração, geração e criação das muralhas eletrônicas. Quanto a saúde, estamos todos unidos para ajudar cada um a passar por essa fase, mas é um plano de médio e longo prazo evitar uma centralização de atendimento em Piracicaba”, afirmou.

Disse ainda que faria sentido ter uma unidade sub-regional e citou como exemplo, o prefeito de Analândia que disse que o município precisa de uma ambulância para levar os pacientes para outro município.

“Temos que pensar diferente do modelo que temos agora. É preciso centralizar as demandas. Quanto aos esportes, foi autorizada a criação dos Jogos de Verão da Região Metropolitana. Turismo e cultura, foi comentada a existência do grupo da Serra do Itaqueri e a ideia é criar um conceito de geoparque e criar o calendário de eventos para ser divulgado em todo o Brasil e no exterior. Na agricultura, foi aprovado criar a região demarcada de produtos agrícolas da RMP. É um projeto que vem sendo desenvolvido em parceria com a Esalq e os produtores agrícolas estão sendo qualificados e estão entrando nesse projeto os produtores agrícolas em áreas de proteção dos mananciais e proteção de nascentes. Esse já é um trabalho que está sendo feito com pagamento de serviços ambientais. Quanto a gestão pública, é outra coisa complexa porque todos nós temos dificuldades comuns”, afirmou.

O prefeito de Piracicaba disse ainda que a maior parte das prefeituras tem grande dificuldade de ter estrutura porque tudo é analógico e está sendo vista a possibilidade da agência de desenvolvimento da região de criar uma estrutura para fazer estudos, diagnósticos, projetos e estudos com mais serenidade para que se possa ter acesso às emendas dos deputados para que seja possível apresentar um projeto em nível estadual e federal e criar uma estrutura unificada para ser mais célere na geração de estudos de viabilidade econômica e ambiental.

No quesito transporte municipal e intermunicipal e logística têm sido um problema muito sério. O prefeito falou da hidrovía Tietê-Paraná que é um assunto antigo que já teve três inaugurações. “Cabe aqui a discussão para verificar se tem viabilidade e se tem outro modelo. Os temas de transporte continuam sendo motivo de discussão porque todos os municípios precisam fazer licitação de transporte público porque, pelo preço do diesel, todos os dias o valor sobe e as prefeituras não têm mais capacidade para subsidiar. Estamos tendo pressões fortes para solucionar esses problemas. Quanto a energia, foi aprovada a instalação de usinas fotovoltaicas para geração”, explicou.

Sobre meio ambiente, disse que foi muito discutida a viabilização do geoparque. Por fim, discutiu-se sobre educação que é um problema muito sério e tem várias questões a serem debatidas. “A dificuldade de se cumprir metas, como ter acesso aos programas, enfim temos muito que trabalhar”, disse.

Vale informar sobre a licitação em curso da ampliação do aeroporto de Viracopos que irá impactar na região metropolitana. Essas são propostas que já foram aprovadas pelos prefeitos que estarão incluídas no PDUI e que a partir das três audiências públicas vamos analisar quais são as propostas que serão efetivamente implantadas.

O secretário de Desenvolvimento Regional acompanhava a audiência on-line e, também, fez uma declaração. Ele afirmou que a audiência Pública simboliza na prática os primeiros passos que a RMP dá rumo a sua efetivação no que tange o planejamento de médio e longo prazo. Explicou que

está sendo concebido um conceito de que o modelo que nos trouxe até aqui não nos levaria adiante, portanto, houve a necessidade de uma readequação por parte do governo.

“Fizemos a extinção da Emplasa, mas, através da parceria com a iniciativa privada, estamos dando agilidade e profundidade nos nossos planos de desenvolvimento urbano integrado, os quais serão os primeiros do país a serem apresentados e aprovados na Assembleia Legislativa de São Paulo”, explicou.

O secretário disse ainda que sabia que o governo sabe da vocação que tem a região e o grande impacto que o plano para o futuro da região. “Audiência pública de verdade que está ouvindo vocês e que vai sistematizar, por meio da Fipe, o caderno de propostas a ser entregue em março, que não será um prato pronto do governo do Estado, mas sim um diálogo conjunto e profundo com a região. Essa audiência pública serve para que possamos, no mês de julho, apresentar na Assembleia e contar com o apoio dos parlamentares para aprovação. Vamos apresentar os primeiros PDUIs do Brasil e Piracicaba está englobada nisso. Portanto, um passo muito importante. Quero saudar todos vocês, as equipes técnicas presentes nessa região e dizer desse passo enorme que estamos dando no que tange ao planejamento das regiões de Estado. A região de Piracicaba, sem dúvida, sai na frente e será precursora nesse processo. Bom trabalho a todos, a toda a nossa equipe que está aí presente e tantos amigos nesse importante dia de hoje”, disse.

A seguir, foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fipe. O Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional, ordenamento territorial e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe.

<https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Piracicaba.pdf>

As apresentações pela equipe Fipe também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>.

- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe:**
https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-RMP_AP-PDUI-Marcos-Campagnone.pdf
- **Contexto Regional da Unidade Regional – MH-Fipe:**
https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3-RMP_AP_Contextualizacao-Mauricio-Hofmann.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial – SM-Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – MY-Fipe**
- **Proposta das FPICs – SM-Fipe:**
https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4-RMP_AP_OrdenamentoTerritorial-Sarah-e-Mariana.pdf

O conteúdo completo desses estudos está disponível no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=uzjpoCo3li4>) bem como na Plataforma digital do PDUI da RMP (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/>) onde também é possível enviar as propostas até 7 dias úteis após a realização da audiência pública.

Balanco de Presenças da AP Piracicaba - 13/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR?SSAM/Fipe
42	4	30	19	72	23	95

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Piracicaba	Prefeitura	Chefe de Gabinete	DM	Presencial
Piracicaba	PDT	Vice-presidente	AF	Presencial
Piracicaba	Sedema	Secretário	AGS	Presencial
Campinas	Escritório Regional de Campinas	Diretor Interno	ARSD	Presencial
Rafard	Câmara Municipal	Vereador/ Presidente	AFF	Presencial
Piracicaba	Câmara Municipal	Assessora	AMG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Rádio Educativa	Presidente	ACB	Presencial
Saltinho	Prefeitura - Departamento de Meio Ambiente		AMOM	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	CREA SP	Chefe de Unidade	AR	Presencial
Piracicaba	Prefeitura	Ex-prefeito	BN	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CB	Chat YouTube/ Meet
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Chat YouTube
não menciona	não menciona		CJV	Meet
não menciona	Alesp		COR	Formulário YouTube
Piracicaba	RMPemNumeros	Professora	CF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CG	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Sociedade Civil		ESN	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Prefeitura	Secretaria Assistência.Social	EF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Formulário YouTube
Rafard	Prefeitura	Prefeito	FS	Presencial/Mesa
Piracicaba	Câmara Municipal	Assessor Especial	FHV	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa	Secretária	GFM	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Câmara Municipal/ Parlamento Regional/ Conselho de Desenvolvimento Regional/	Vereador e Presidente	GR	Presencial/Mesa
Elias Fausto	Secretaria de Administração e Finanças		GZ	Presencial
Saltinho	Prefeitura	Prefeito	HFB	Presencial/Mesa
não menciona	não menciona		HB	Meet
Piracicaba	Lares Negocial Consultoria Econômica e Social Ltda		IALS	Formulário YouTube
Piracicaba e região	Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - Gaema	Promotor Público	ICC	Meet/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Formulário YouTube
Piracicaba	SEMDETTUR	Secretário	JPCP	Presencial
Rio das Pedras	Câmara Municipal	Vereador	JR	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
não menciona	não menciona		JLT	Meet
não menciona	não menciona		JFA	Chat YouTube
Piracicaba	Associação de Moradores Res. Eldorado	Vice-presidente	JFM	Presencial
Capivari	Secretaria de Finanças e Governo	Secretário	JLM	Formulário YouTube
Piracicaba	SEMDETTUR	Secretário	JLGJ	Presencial
Capivari	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretário	JMC	Presencial/Mesa
não menciona	não menciona		JOM	Chat/Formulário YouTube
Elias Fausto	Prefeitura	Chefe de Gabinete	JMJ	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Secretária em exercício	JO	Presencial/Mesa
Piracicaba	Câmara Municipal	Assessora	LF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		LRT	Meet
Piracicaba	Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap)		LIMDM	Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
Piracicaba	Prefeitura	Prefeito/Mesa	LA	Presencial
Capivari	Prefeitura	Secretário de Projetos	LFR	Presencial
Rafard	Câmara Municipal	Vereador	LFZ	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Secretário	MV	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Piracicaba	Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap)		MBSDS	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MIP	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		MKO	Chat YouTube
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Técnica	MYM	Presencial
não menciona	Internav Engenharia SS LTDA.		MGA	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Chat/Formulário YouTube
Capivari	Secretaria de Saúde		MGR	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	SEMAE - Piracicaba		MAMO	Chat/Formulário YouTube
Elias Fausto	Prefeitura	Prefeito	MB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MH	MEET
Rio Claro	Prefeitura		MMM	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		MR	Chat YouTube
Piracicaba	Secretaria da Agricultura e Abastecimento		NFT	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Câmara Municipal	Vereador	PK	Presencial
Piracicaba	Câmara Municipal	Verador	RA	Presencial
Limeira	não menciona		R	Presencial
Piracicaba	Parlamento Metropolitano	Assesor Técnico	RB	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Formulário YouTube/Meet
São Paulo	ALESP	Deputado	RM	Presencial/Mesa
Rio das Pedras	Câmara Municipal	Assessor	RA	Presencial
Rafard	Câmara Municipal	Vereador	RDR	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Formulário YouTube/Meet/Chat
Piracicaba	Prefeitura - Centro de Comunicação Social		SRB	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de equipe	SMM	Presencial
Piracicaba	EMDHAP		SMC	Formulário YouTube
Piracicaba	Câmara Municipal	Vereadora	SM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
São Paulo	EMTU / SP		SAS	Formulário YouTube
Piracicaba	Prefeitura	Diretora de Comunicação	TEE	Presencial
Piracicaba	Conselho da Juventude do PT	Secretário	TF	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Rio das Pedras	Prefeitura do Rio das Pedras	Vice-prefeito	TALR	Presencial/Mesa
RMC	Consórcio Consimares		VAR	Formulário YouTube
Piracicaba	Câmara Municipal	Assessora Especial	VR	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Formulário YouTube
Capivari	Prefeitura		VHR	Formulário YouTube
Rafard	Prefeitura	Vice-prefeito	WAB	Presencial
São Pedro	Smart Public	CEO	WDPS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Chat/Formulário YouTube

I.3. Sub-região Rio Claro

Data: 19 de janeiro de 2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Câmara Municipal de Rio Claro - Rua 3, nº 945 – Centro – Rio Claro

Municípios convidados: Águas de São Pedro, Analândia, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos que informou sobre o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) que é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, para colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Ele destacou que o Caderno de Insumos detalhou, de forma preliminar, a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Agradeceu à Câmara Municipal de Rio Claro, representada pelo presidente, pela cessão de uso do plenário e de toda infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente a geração de imagens para o ambiente virtual.

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase de elaboração do plano e, por esta razão, para ampliar a participação, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana e que está disponível no endereço eletrônico <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

Informou que em razão da pandemia, o local onde aconteceu a audiência segue todas as regras de distanciamento social, teve sua capacidade reduzida e, por este motivo, o acesso dos convidados foi limitado, conforme orientações contidas no convite.

Apresentou o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RMP_-AP_-Regulamento-Jesse.pdf), e informou que as propostas para a sub-região poderiam ser feitas por meio de formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data da audiência.

Em seguida são apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, foi feita a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Vereador e presidente da Câmara Municipal de Rio Claro
- Prefeito de Rio Claro
- Prefeita de Iracemápolis e vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba
- Prefeito de Águas de São Pedro
- Prefeito de Analândia
- Prefeito de Charqueada
- Prefeito de Ipeúna
- Prefeito de Corumbataí
- Promotor de Justiça do Gaema, Núcleo PCJ-Piracicaba
- Deputado Estadual
- Secretário de Habitação de Santa Gertrudes, representando o prefeito
- Advogado da prefeitura de Santa Maria da Serra, representando o prefeito
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício

Ainda destacou a participação, no ambiente virtual, a presença do deputado estadual, da promotora de justiça de Rio Claro, da promotora de justiça de Pirassununga e do promotor MP-Gaema de Piracicaba.

Agradeceu aos representantes do município, aos vereadores, a vereadora de Araras, e demais vereadores, ao diretor regional de Campinas, ao diretor regional em Araraquara, e a todos os presentes na audiência pública.

Na sequência, deu início às saudações e considerações das autoridades que compõem a mesa diretora, iniciando pelo presidente da Câmara, representando o Parlamento Regional.

O presidente da Câmara de Rio Claro cumprimentou e deu boas-vindas a todos os presentes na Câmara Municipal.

O prefeito de Rio Claro saudou a todos os presentes e aos integrantes do Ministério Público que acompanhavam a audiência remotamente. Iniciou sua fala falando sobre a questão do enfrentamento da pandemia regionalmente e da regionalização dos centros de saúde para o atendimento da população. Além disso, salientou a necessidade de se identificar as potencialidades industriais, econômicas e turísticas da região, uma vez que tem o maior polo cerâmico da América Latina e terceiro maior do mundo - uma indústria que gera cerca de 7 bilhões de recursos, além do grande polo automobilístico em Iracemápolis e em Itirapina.

Disse que, no final de 2021, Rio Claro, com o apoio da Câmara Municipal, aprovou uma lei para iniciar uma discussão sobre a ampliação e regionalização do aterro sanitário, além do uso para a geração de energia.

Dito isso, solicitou que as questões de saneamento fossem discutidas regionalmente. Ressaltou a questão do aterro sanitário que, segundo ele, vai gerar uma economia de meio bilhão de reais para a cidade nas próximas décadas.

Reafirmou a importância da integração regional sem deixar de considerá-la um desafio enorme, visto que alguns municípios não aderiram a proposta de regionalização do Estado e municípios maiores já possuem serviço próprio de saneamento, como Rio Claro, Santa Gertrudes, Piracicaba, Limeira e outras, mas que é passível de ser vencido.

Sobre o turismo, mencionou que, embora não tenham grandes belezas naturais, com exceção do Horto Florestal, Rio Claro tem vocação para o turismo, especialmente o turismo de eventos, como o carnaval de Rio Claro, o balonismo, que pode atrair público e levar os turistas a outras cidades da região.

Disse saber que o desafio da integração e da resolução dos problemas das cidades é enorme, mas que pode ser superado com o trabalho que vem sendo realizado por todos.

Falou sobre exemplos mundiais de integração regional em que as especificidades locais necessitam ser superadas por uma questão regional. Citou ainda que com a integração regional foi o caminho encontrado pela Europa para a superação de disputas e guerras com a formação do bloco europeu proporcionando maior estabilidade para a região.

Agradeceu a todos os presentes, ao governo do Estado e convidou a todos para a participação efetiva no debate para a construção do PDUI.

A prefeita de Iracemápolis também seguiu o protocolo e saudou todas autoridades presentes. Como representante do Conselho, fez considerações ressaltando que o PDUI prevalece sobre o plano diretor municipal e, portanto, exige cuidado nas ações.

Citou algumas das demandas regionais prioritárias aprovadas que constam em ata da última reunião do Conselho: saneamento e recursos hídricos, elaboração de estudos sobre o aterro de resíduos sólidos domiciliar e industrial regional, segurança integrada e gestão e ampliação dos sistemas de câmeras e monitoramento em todos os municípios, agricultura, estruturação a região demarcada para produtos da RMP e incentivos ao consumo público e privado da RMP, gestão pública, estudos, diagnósticos e projetos para cidades inteligentes, PPs, concessão pública, melhoria do IDH e compartilhamento de projetos dentre os municípios da região metropolitana, transporte intermunicipal e logística, infraestrutura da região metropolitana, instalação de usina fotovoltaica e habitação.

Por fim, agradeceu ao presidente do conselho e prefeito de Piracicaba que não pode comparecer e desejou a todos uma produtiva audiência.

O prefeito de Águas de São Pedro também seguiu o protocolo e cumprimentos a todos. Terminadas as saudações, apontou a regionalização como principal ponto a se trabalhar para crescimento da região e ressaltou que muitos projetos podem ser articulados em conjunto.

Sobre Águas de São Pedro, citou alguns apontamentos/demandas: estimulação da criação de convênios regionais para descarte e tratamento de resíduos sólidos, criação de roteiros e investimentos turísticos na regionalização do turismo, aproveitamento dos já existentes, como é o caso de Águas de São Pedro na criação de um ciclovia turística, aproveitamento da malha viária existente para obrigar que veículos de grande porte e carga perigosa desviem do trânsito do interior dos municípios, antecipação da construção de anéis viários já previstos nas rodovias estaduais para tirar os veículos pesados de dentro das cidades, estimulação da criação de convênios para compras coletivas, discussão sobre um consórcio intermunicipal para o investimento em turismo e em outras áreas, a exemplo do Consórcio das Águas, tendo, assim, a capacidade de se trabalhar o marketing da região explorando o potencial de cada cidade criação de campeonatos regionais, e redes de câmeras integradas. Finalizou frisando o potencial da região e a união dos municípios.

O prefeito de Analândia saudou a todos os presentes pela acolhida e iniciou sua fala trazendo a água como um ponto forte de Analândia: 720 minas cadastradas no município e a nascente do rio Corumbataí e chamou a atenção para esse potencial hídrico inexplorado.

Ressaltou a necessidade de se considerar a parte de tratamento apropriado do esgotamento sanitário em Analândia para uma água de melhor qualidade na região. Mencionou ainda o projeto “Nascentes Analândia” que é capitaneado pelo presidente da Câmara Municipal e que tem como objetivo preservar o potencial hídrico do município.

Outro ponto abordado foi o aspecto turístico inexplorado da cidade e a necessidade de um profissionalismo e de um turismo integrado como saída, bem como a identificação de investidores para o potencial do município, com vistas à profissionalização da atividade e agregação de valor ao turismo regional.

Ressaltou também a área da saúde, mencionando a carência de itens básicos da cidade, como a falta de um Programa de Saúde da Família (PSF) para desafogar a UBS e, conseqüentemente, os hospitais referência de Rio Claro e Piracicaba. Finalizou agradecendo a oportunidade e reforçando a disponibilidade da cidade de caminhar de “braços dados” com a região.

O prefeito de Charqueada cumprimentou a todos os presentes e ressaltou a importância da audiência pública enfatizando a importância da união e integração dos municípios em relação à segurança pública.

Citou algumas das dificuldades, como prédios ocupados pelo município não regularizados e, portanto, sem investimento e pediu apoio do governo do Estado para regularização desses imóveis.

Agradeceu a oportunidade de participar da audiência pública, ao governo do Estado pela atenção aos municípios, e pela oportunidade de participação neste processo tão importante para a região.

O prefeito de Ipeúna também cumprimentou a todos e pediu a dispensa do protocolo. Disse que, embora o município de Ipeúna seja pequeno, é muito organizado e estruturado, e que as demandas do município serão submetidas à plataforma digital.

Ressaltou a importância da regionalização do turismo, citando a Serra do Itaqueri e destacou a questão dos graves e fatais acidentes no trecho da SP-191 entre Ipeúna e Rio Claro, administrado pela Eixo, e pediu apoio e que os investimentos sejam antecipados.

Além disso, também pediu apoio para as questões da saúde, uma vez que a cidade tem 8 mil habitantes e mais de 20 mil fichas de inscrição na saúde da região. Disse que recebeu orientação da DRS para instalação de uma UPA, pois Ipeúna recebe pacientes de outras cidades, pois tem uma farmácia com mais 750 itens, e pediu apoio dos prefeitos da região para o cadastramento de pacientes.

Colocou, ainda, a necessidade de finalização da vicinal entre Charqueada e Ipeúna, que é acesso a uma usina e um bairro. Agradeceu o governo do Estado e todos os envolvidos na iniciativa e pelo trabalho desenvolvido.

O prefeito de Corumbataí seguiu o protocolo e cumprimentou a mesa e todos os presentes. Saliu a confiança no governo do Estado a possibilidade de serem vistos de maneira diferente e pelo apoio aos municípios.

Mencionou a dificuldade hídrica de Corumbataí, que com o crescimento da cidade, com a expansão urbana tem necessidade de recursos para a construção de um poço.

Ressaltou a importância da regionalização e as necessidades da população que, quando buscam atendimento ou serviço para o cidadão, no sentido da troca dos serviços oferecidos em cada cidade, e citou como exemplo o uso do serviço de RX utilizado e fornecido por Analândia.

Disse que Corumbataí oferece serviço de transporte para todos os alunos que venham estudar no município e que outras cidades não possuem, e reforçou que quer participar da discussão das necessidades da região.

Colocou como pontos centrais de suas necessidades, a questão da segurança pública, que não tem fronteiras e que poderiam ter uma guarda compartilhada regional, e a questão do atendimento à saúde. Agradeceu a todos e pela oportunidade de participar desta audiência e desse processo de planejamento integrado.

O promotor de Justiça do MP-Gaema cumprimentou a todos os presentes e disse que está atuando nesta questão regional, não só por se tratar de um direito difuso e coletivo, mas também, para cumprir a determinação do Estatuto da Metrópole, a lei federal 13.089, que prevê no artigo 12, parágrafo 2º, a obrigatoriedade de acompanhamento por parte do Ministério Público quanto aos atos de elaboração do PDUI, o qual se sobrepõe aos planos municipais.

Enfatizou a importância da elaboração do plano, uma vez que define as diretrizes que permeiam as necessidades e demandas dos 24 municípios da região para os próximos 10 anos.

Portanto, segundo ele, esse é o momento de identificar as potencialidades de cada município, demandas comuns para que sejam colocadas no plano e possam ser legalmente exigíveis.

Alertou que uma das questões importantes de se fazer essa gestão interfederativa é justamente a Função Pública de Interesse Comum (FPIC) é o compartilhamento dessas responsabilidades e significa que, das nove funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana de Piracicaba, das quais cinco tem a ver com área de atuação do Ministério Público, que é o planejamento de uso e ocupação do solo, habitação, meio ambiente, saneamento e transporte regional.

“Foi dito nesta audiência sobre o potencial turístico de Itirapina, de São Pedro, Águas de São Pedro, mas também o potencial automobilístico de Piracicaba, de Iracemápolis e Itirapina com montadoras, o polo cerâmico, um dos maiores da América Latina e o maior do Brasil, envolvendo cerca de 39 empresas da região, que traz riquezas, mas também traz dificuldades, como para o meio ambiente, a poluição, como o sistema viário, o levantamento de partículas, o problema das cavas de mineração em Rio Claro, a queima para a produção do piso de cerâmica e geração do gás fluoreto, poluição hídrica, problemas que ultrapassam os limites de um ou outro município, até porque o polo cerâmico é composto por Rio Claro, Iracemápolis, Piracicaba, Santa Gertrudes e tais problemas, precisam ser enfrentados regionalmente, também para a ampliação da pavimentação dessas regiões”, disse.

Mencionou ainda que a gestão compartilhada se aplica muito fortemente na questão do saneamento básico e a prestação regionalizada do saneamento básico vem com o novo Marco Legal do Saneamento Básico, lei de 2020, que exigiu que o governo do Estado fizesse uma regionalização e foi feito em 2021, as URAEs, que contemplou um arranjo regional que não atende às premissas e condições da região metropolitana e da aglomeração urbana, tal qual previsto em lei, pois agrupa todos os municípios operados pela Sabesp – são 371 no Estado, em um único bloco, sem identidade regional, sem guardar semelhanças com as bacias hidrográficas ou com a economia local.

Comentou também uma preocupação do prefeito de Rio Claro que, se não houvesse a adesão haveria a falta de repasses financeiros, e esclareceu que o decreto federal sobre o assunto ressalva que uma das maneiras de formação de blocos regionais é a região metropolitana e aglomeração urbana, portanto, mesmo que não haja a aderência às unidades regionais, ao bloco central ou ao bloco da Sabesp, previsto na lei estadual, não perderão “um centavo” sequer, daí a importância de se preservar esta união da região metropolitana.

Nesse sentido, salientou que o Gaema PCJ Piracicaba fez uma representação ao procurador-geral de Justiça para que se declare a inconstitucionalidade da Lei 17.383 que estabeleceu essa prestação regionalizada em quatro blocos.

Explicou que a Lei 17.383 tirou toda a responsabilidade do governo estadual e jogou nas costas do município essa questão, havendo, portanto, incompartilhamento de responsabilidade e de obrigações.

Segundo ele, a força da região de Piracicaba é uma das questões que pode ser fortemente abordada, juntamente com a questão dos recursos hídricos, água bruta, qualidade da água, enquadramento dos corpos hídricos, que é a qualidade da água por trechos do rio, e em alguns locais, a carga orgânica e industrial, e sendo a região a terceira economia nacional, perdendo apenas para

a Região Metropolitana de São Paulo e a do Rio de Janeiro, tem um potencial alto de riquezas e industrial, mas também um alto teor de poluição hídrica.

Comentou ainda a tentativa da criação de um Laboratório da Unesp para tratamento dos sólidos, de toxicologia aplicada no departamento de Água e Esgoto de Rio Claro a fim de que esse controle sirva regionalmente, e que acha importante constar essa prioridade no PDUI.

Falou de outros assuntos importantes para o PDUI como a questão dos aterros sanitários regionais, sobre os quais as oficinas de trabalho identificaram a necessidade de otimizar o funcionamento das cooperativas de catadores, de aumentar a vida útil dentro da política de reduzir o volume de resíduos sólidos e/ou reaproveitar esse resíduo, reciclagem, fazer compostagem e aproveitamento energético, destinando ao aterro somente aquilo que é dispensável, aumentando o prazo de validade desses aterros.

Segundo ele, são essas coisas que se forem trabalhadas regionalmente gerarão um ganho muito maior. Levantou ainda o aspecto, que faz parte do Caderno de Insumos, da contenção do crescimento desordenado da ocupação urbana nas zonas rurais e lembrou a importância da regularização fundiária urbana, lei de 2017, que está sendo regulamentada em vários municípios e que Rio Claro precisa regulamentar para se adequar sua lei municipal a importância de se ter centros de triagem de animais silvestres para os quais o MP-Gaema está trabalhando com Rio Claro, em termos de ajustamento de conduta como compensação pelas multas, existem ainda as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) – Botucatu-Corumbataí-Tejupá a APA Piracicaba Juqueri-Mirim a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Rio Claro (FEENA). Disse que o MP-Gaema tem atuação regional em 21 municípios, muitos deles relacionados com Região a Metropolitana de Piracicaba, e que essas questões precisam ser bem contempladas, e que depois virão as adaptações aos planos diretores, e para tanto, trabalhem de forma organizada, ganharem força política, e até forças atrativas de investimentos externos de grandes conglomerados para que possam desenvolver da forma como merecem, afinal a região representa 3,42% da arrecadação do PIB.

Lembrou ainda que a rede hídrica da região é bastante densa, além do rio Piracicaba, Capivari e Jundiá, que compõem o consórcio PCJ que, por sua vez, é considerado o consórcio mais avançado do país dentro deste contexto econômico já colocado, há ainda o rio Corumbataí, no qual estão trabalhando fortemente na recomposição de mata ciliar, recuperação do seu processo de erosão, aumento da qualidade da água, pois o rio corresponde a 60% do abastecimento de Rio Claro e 90% do abastecimento de Piracicaba, e que atualmente há construção de uma Represa em Ipeúna para efeitos de abastecimento.

Disse que sobre o tema, a promotoria deverá encaminhar para o acompanhamento regional do Gaema que já existe uma representação em relação à represa, e falou da importância dela, pois robustece o suprimento hídrico da região, mas será preciso ter suas cautelas em relação a acidentes e preservação hídrica, sobretudo a qualidade do tratamento da água.

Destacou que dentro da ideia da prestação regionalizada de saneamento, ter um tratamento de esgoto adequado e se tiver a represa, ter um tratamento avançado, um tratamento terciário que faz remoção

de fósforo e hidrogênio, adequar a paisagem rural, fazer um corredor ecológico, unir as APPs, APAs com mata ciliar, para que a flora e fauna possam transitar, trabalhar em conjunto com o Consórcio PCJ, e ter, acima de tudo, a participação popular, que a sociedade civil organizada tenham participação com poder de voz e voto dentro do Conselho de Desenvolvimento, pois está previsto na legislação estadual, na Constituição e na legislação federal, que possam ajudar decidir o destino da região, e com isso poderão introduzir pagamentos por serviços ambientais, regulação climática, além de evitar dentro desse contexto, uma guerra municipal, uma guerra fiscal de benefícios, pois ao se trabalhar coletivamente se consegue compatibilizar essas questões, inclusive com plano de bacia hidrográfica.

Aproveitou para falar na importância do plano diretor de cada município, uma vez que é obrigatório pela Constituição do Estado, para Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas, independentemente de seu tamanho.

Conclamou a região de Piracicaba ainda que reivindique ao governo, para que haja uma regionalização do Estado como um todo, não só em alguns aspectos, que as regiões administrativas preferencialmente atendam ao contexto das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs), que existem 22 bacias hidrográficas no Estado, e que deveriam ter 22 regiões administrativas, que servissem para segurança, saúde, educação, assistência social, enfim, para todas as áreas do governo, e que havia um projeto desse tramitando junto à Secretaria de Recursos Hídricos, salvo engano, que pode ser recuperado.

Finalizou agradecendo a oportunidade de participar da audiência, falando inclusive em nome da promotora de Rio Claro e em nome da promotora de Pirassununga, e colocando o Ministério Público à disposição para continuar a participar desse debate, acompanhar a implantação das regras do Plano Diretor, para que, coletivamente, possam alcançar os objetivos.

O deputado estadual saudou a todos e compartilhou sua trajetória política e lembrou da criação do aglomerado e a instituição da região metropolitana em agosto de 2021, e sua independência da Região Metropolitana de Campinas.

O secretário de Habitação de Santa Gertrudes cumprimentou as autoridades e todos os presentes na audiência. Concordou com as demandas citadas pelos outros prefeitos e o promotor, como recursos hídricos, saneamento, a própria expansão urbana dos municípios.

“Algo que é de seu interesse, que é a questão do parcelamento irregular do solo, ação que os municípios precisam trabalhar fortemente com o apoio do Estado, os programas regionais de habitação, e as rotas turísticas, que foram citadas aqui e levantadas em reunião em Iracemápolis”, disse.

Agradeceu ao prefeito de Santa Gertrudes pela oportunidade de representá-lo e desejou uma boa tarde a todos.

O advogado da prefeitura de Santa Maria da Serra também seguiu o protocolo e cumprimentou as autoridades. Iniciou falando que Santa Maria já entrega os resíduos sólidos a mais de 70 quilômetros no município de Rio das Pedras, o que não será um desafio.

Concordou com a questão da criação de consórcios de compras porque os municípios maiores podem auxiliar municípios menores. Sobre o que foi dito pelo prefeito de Analândia, disse que Santa Maria também tem belezas inexploradas e um potencial turístico muito grande com a vantagem da proximidade a regiões próximas, bastante rica, o que permite a agregação do turismo.

Disse acreditar na criação de centros de monitoramento, pensando na segurança da região. Em relação à malha viária, colocou o descontentamento de Santa Maria da Serra com a terceirização do trecho, não por ser contra, mas porque os consórcios que terceirizam têm que ser parceiros dos prefeitos e das cidades da região.

Afirmou que por ser consultor e prestar serviços, tanto no município, quanto em outros da região e fora da região, e que a Eixo, por vezes, não atende aos prefeitos como deveria, o que causa muita estranheza.

Disse ser a favor da terceirização, inclusive da cobrança do pedágio, que mantém a estrada em perfeito Estado, mas também é a favor da contrapartida, que tem que ficar claro o trato das lideranças políticas da região.

Citou como exemplo a Serra de Santa Maria que liga a Torrinha interditada em virtude da possibilidade de queda de pedras, e sequer se tem prazo de solução, o que causa preocupação, pois Santa Maria liga Torrinha, Brotas e demais cidades do platô por esta serra. Declarou ainda que este é o momento de se tratar das realidades e dos problemas.

A secretária de Desenvolvimento Regional em exercício saudou a todos e falou do prazer em estar cumprindo a missão dada pelo secretário de Desenvolvimento Regional, pois sabe o quão importante é para o secretário o projeto de regionalização no Estado de São Paulo.

Lembrou que, em janeiro de 2019, a equipe da secretaria foi convocada pelo governador e o vice-governador com os desafios de resgatar os valores do municipalismo e a outra missão dada pelo vice-governador: conseguir atender os municípios com os orçamentos superestimados e uma forma de fazer isso foi o atendimento regionalizado.

O secretário de Desenvolvimento Regional lançou para sua equipe a missão de pensar soluções para atender a todos os municípios paulistas independente do tamanho. Assim, comentou que para pensar novo, o secretário viu a necessidade de primeiro se abolir a competição entre os municípios, instaurar uma nova forma de gestão pautada pela solidariedade entre os municípios, e uma saída foi ouvir os municípios, da oitiva, para entender o que os municípios precisam.

Avaliou o momento como sendo uma quebra de paradigma, um momento para fazer história, em que se está repensando o Estado para que juntos façam com que os planos se realizem.

Disse que absorveu e anotou todas as demandas: uma delas, a mais citada, diz respeito ao desenvolvimento do turismo e que o considerou o grande mote da região e deve ser pauta de discussão.

Além disso, a questão fundiária também chamou a atenção. Outra preocupação salientada foi quanto à democracia do modelo, em que os municípios pequenos têm o mesmo peso dentro do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba.

Fez um apelo aos municípios pequenos para que participem do processo de forma contundente para a melhoria de sua cidade. Finalizou saudando a presença das autoridades e representantes da sociedade civil.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos passou a palavra ao prefeito de Rio Claro para a fala de encerramento.

O prefeito de Rio Claro reforçou a angústia dos prefeitos, principalmente os de municípios menores, aproveitando a presença da secretária de Desenvolvimento Regional em exercício para que leve um pedido para que o diálogo com a Eixo e com a Artesp seja melhor.

Disse que os municípios têm tido muitos desafios, mas entendem que houve um ganho enorme para região, o maior projeto da história do investimento em vicinais, demanda que os deixará com uma dívida imensa pelo que o governo tem feito pela região, e reforça o pedido de intervenção da secretaria no sentido de melhorar a interlocução com a Eixo e Artesp.

Pontuou, também, a questão da macrodrenagem da região, trabalhando regionalmente, e, por fim, falou da felicidade de saber que a Secretaria está à disposição para ouvi-los, a fim de resolver os problemas. Agradeceu a escuta qualificada que os acolhe.

Em resposta à solicitação do prefeito, a secretária solicitou que eles, em nome do Conselho da Região Metropolitana de Piracicaba, façam um ofício à Secretaria para que seja marcada uma reunião com a Eixo e a Artesp.

A seguir, foram feitas as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba <https://rmp.pdui.sp.gov.br>:

- **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – MC-Fipe**
(https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-RMP_AP-PDUI-Marcos-Campagnone.pdf)
- **Contexto Regional da Unidade Regional – MH-Fipe**
(https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3-RMP_AP_Contextualizacao-Mauricio-Hofmann.pdf)
- **Proposta de Ordenamento Territorial – SM-Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – MY-Fipe**
- **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) – SM-Fipe:**
(https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4-RMP_AP_OrdenamentoTerritorial-Sarah-e-Mariana.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates, convidando a representante da APM para abrir os trabalhos.

A representante da APM iniciou o debate cumprimentando a todos os presentes pelo compromisso e responsabilidade, parabenizou a equipe e aos palestrantes e fez duas propostas: disse que ficou triste por ver a discussão de todos os municípios da região, que em nenhum momento ouviu falar sobre o turismo ferroviário que está lutando pelo restabelecimento desse tipo de turismo, tal qual com era quando foi secretária de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Rio Claro, que estabeleceu o aproveitamento dessa ferrovia, trazendo estudantes, sociedade civil organizada, Rotary de São Paulo e pediu a quem estiver interessado, sobre a questão de turismo, pense nesse assunto.

A outra questão diz respeito ao convite que foi feito pela APM aos secretários municipais da região, sobre a participação nesta audiência, e disse que pelo menos todos os secretários deveriam estar presentes para receber o conteúdo apresentado e que haja uma conscientização sobre as discussões sobre desenvolvimento econômico, turismo, saúde, educação, dentre outros deste evento.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou que esta é uma das funções do Conselho de Desenvolvimento que foi criado na Região Metropolitana de Piracicaba que tem a função de criar as Câmaras Temáticas, que por sua vez, tem a participação efetiva dos secretários municipais nos temas das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), como turismo, desenvolvimento econômico, dentre outras. Disse ainda, ser importante a participação dos secretários, visto que são os técnicos conhecedores dos temas.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Rio Claro cumprimentou a todos os presentes e expôs sua preocupação com a questão do plano diretor, que está sendo revisto. Colocou que milita na área rural e que tem visto o desmembramento de um módulo rural de 20 mil metros em chácaras de mil metros para condomínio de maneira legal, com registro em cartório, mas que o problema recai sobre o município.

Disse que o adensamento na área rural, que inclusive tem tido reclamações de desmembramentos que impedem que a população chegue próximo. Perguntou à equipe do PDUI qual o mecanismo capaz de barrar esse tipo de desmembramento 'legalizado'.

Citou o caso desse loteamento 'legalizado' em Corumbataí, que não tem a exigência no Plano Diretor, ao contrário de Rio Claro, que tem o plano. Ressaltou que a bacia do Corumbataí [em Analândia?] está fragilizada, e reforça sua pergunta com quem podem falar no sentido de ter um estudo aprofundado dessas áreas para que talvez fosse criada uma unidade de conservação nas margens, mas que seja sustentável, passível de exploração, seja com reflorestamento ou plantio, para não prejudicar o proprietário rural.

MC-Fipe explicou que a competência nesses casos é exclusiva dos municípios de acordo com os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. O plano diretor deve considerar as áreas urbanas e as áreas rurais, mas com o PDUI, o Estado, juntamente com os municípios, passa a ter um referen-

cial macro no território definindo as grandes áreas. No entanto, a competência continua sendo do município. Ele sugere que se faça a proposta e se submeta ao Ministério Público.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e a representante da APM atestam que o assunto é polêmico, de suma importância e que precisa ser discutido no âmbito nacional, se configurando em pauta, tanto para a Marcha Brasília dos Municípios, quanto para o Congresso Estadual.

O vereador sugere que sejam feitos condomínios nessas áreas para que se tenha mais controle.

MC-Fipe enfatizou que foi tramitado no Congresso durante treze anos um projeto de lei da responsabilidade territorial que colocava o dedo nessas feridas, mas não se chegou a nenhum acordo, retiraram apenas o capítulo que tratava da regularização fundiária, que pegou carona no “Minha Casa, Minha Vida” e o restante que tratava dos condomínios urbanos e rurais foi esquecido.

Disse que é possível restabelecer a questão da responsabilidade territorial, e seguir atualizando.

A secretária do Meio Ambiente de Rio Claro parabenizou a todos que ficaram até o final, abordou a questão do aeroporto regional que não foi mencionado na audiência. E fez algumas reivindicações para PDUI: a consideração de estudos já existentes, como Biota Fapesp, relativo à conectividade ecológica e de projetos que já existem como o “Corredor Caipira”, encabeçado pela Esalq e patrocinado pela Petrobras, que conecta paisagens e pessoas, pois leva em consideração a questão ambiental, a sociocultural e o político.

Disse que este projeto está totalmente conectado com a região, que começa em Analândia, passa pela região metropolitana e termina em Botucatu. Apontou alguns equívocos no diagnóstico do PDUI, que diz que a região cerâmica de Santa Gertrudes produziu 582 metros quadrados de piso em 2020, ao passo que esse valor deve ser produzido por hora, ao que o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que será corrigido.

Outros ajustes que merecem ser feitos dizem respeito à quantidade de hospitais de Rio Claro, que ao invés de dois, como apresentado, são três, e a informação de que o município pertence à APA, o que não procede. Finalizando, questionou sobre o processo de inserção da sociedade civil nos Conselhos de Desenvolvimento.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos respondeu dizendo que o processo de inserção da sociedade civil nos conselhos de desenvolvimento, não só da Região Metropolitana de Piracicaba, mas das demais já instituídas, e as novas que virão, serão feitos a partir da revisão da Lei 760 de 1994, que é a lei estadual das diretrizes regionais, inserindo nela a participação da sociedade civil, e que hoje o conselho é formado pelos representantes dos municípios, os representantes das secretarias estaduais, e que agora fará parte a sociedade civil, de forma tripartite.

Disse, ainda, que a minuta de revisão desta lei foi feita por MC e uma equipe, e que agora passa para a apreciação da Assembleia Legislativa, provavelmente ainda no mês de fevereiro, que é cobrança do Ministério Público.

A representante da APM colocou que tinham um levantamento para destinação do aeroporto para o Campo do Cocho, inclusive com desapropriação de terras que, por questões políticas, não se concretizou. Orientou a MM a fazer esse levantamento.

A secretaria do Meio Ambiente de Rio Claro colocou que nas administrações anteriores, o Campo do Cocho foi trazido para Limeira, Piracicaba, Iracemápolis, Rio Claro, próximo ao pedágio de Piracicaba, inclusive regionalmente.

O superintendente do Arquivo Público colocou que o prefeito de Rio Claro nomeou, por Portaria, um grupo de trabalho para revisão do Plano Diretor. Disse ainda que estas questões apontadas são pequenas em relação à grandeza do trabalho da equipe do PDUI, parabenizou a todos, disse que se debruçarão nas questões que puderam assistir e que trabalharão de forma colaborativa com a equipe e que estão à disposição.

MC-Fipe esclareceu que a Lei Complementar 760 previa o Conselho paritário entre Estado e município e a participação da sociedade civil nas audiências públicas, prestação de contas semestrais, representação, e com a aprovação do Estatuto da Metrópole, em que houve a definição e obrigatoriedade do conselho tripartite.

Disse que a Região Metropolitana de Piracicaba foi criada no marco legal da 760, mas o projeto de lei complementar, que institui a nova regionalização, já assimila todos os dispositivos do Estatuto da Metrópole colocando a sociedade e conselho tripartite.

Nesse projeto de lei está colocado que as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas já institucionizadas deverão se adequar integralmente a essa nova lei em todos os seus dispositivos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos ressaltou que todo esse processo sem a participação da sociedade civil não é válido. “É necessária a participação da sociedade civil, de membros das prefeituras, das câmaras municipais e, agora, terão a participação dos Parlamentos Regionais”, afirmou.

MC-Fipe complementou que os representantes da sociedade deverão ser eleitos entre entidades representativas da sociedade que atuam nas Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC).

Ou seja, para o saneamento, por exemplo, terá que vir representantes que atuam no saneamento, e assim por diante. A intenção não é trazer, segundo ele, movimentos reivindicatórios para dentro do conselho, mas quem efetivamente pode contribuir tecnicamente pelo conhecimento ou pela atividade que exerce.

Ao final, tanto MC, quanto o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, lembraram que o PDUI estabelece diretrizes e que cabe aos conselhos estabelecer as prioridades, quais serão de médio ou longo prazo e ainda, que o PDUI passa necessariamente por revisões e atualizações a cada 10 anos.

Após as colocações dos participantes, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos, reforçou a íntegra da audiência e todos os documentos produzidos estão disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba (<https://rmp.pdui.sp.gov.br>) e que as propostas serão recebidas até 7 dias após esta audiência pública. A audiência também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=xE-N8R80It8>).

Balanco de Presenças da AP Rio Claro - 19/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
62	4	23	16	85	20	105

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Rio Claro	Secretaria Municipal de Agricultura	Representante do secretário	AS	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	AT	Presencial
Santa Gertrudes	Câmara Municipal	Vereador	AFB	Presencial
Campinas-SP	Regional de Trabalho e Empreendedorismo - Região Administrativa de Campinas, representando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo de SP	Diretora	AM	Chat YouTube
Rio Claro	Comdema		AC	Presencial
Campinas	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)	Diretor Escritório Regional	AD	Presencial
Santa Gertrudes	Associação Paulista das Cerâmica de Revestimento (ASPACER)	Representante	AG	Chat YouTube
Rio Claro	Prefeitura-GTPD	Secretária -GTPD	ACB	Presencial
Águas de São Pedro	COMDEMA - Águas de São Pedro		AGAP	Chat YouTube
Araras?	Câmara Municipal	Vereadora	AJC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat YouTube
Iracemápolis	Prefeitura	Motorista	AB	Presencial
Rio Claro	Soc. Civil	Cidadão	ATF	Presencial
Rio Claro	Unesp	Professor	AM	Presencial
Piracicaba	APM		BN	Presencial
Cordeirópolis	Diretoria de Governo	Diretor de Governo	BO	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Rio Claro	Câmara Municipal de Rio Claro		Câmara Municipal de Rio Claro	Chat YouTube
Rio Claro	Prefeitura	Engenheira	CFC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CB	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal		CG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Chat YouTube
Corumbataí	Câmara Municipal	Vereador	CL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CG	Chat YouTube
São Paulo	APM	Relações Públicas	DGPS	Presencial / Chat YouTube
São Paulo	Desenvolvimento Regional SP		Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube
Ipeúna	Prefeitura	Prefeito	DHP	Presencial / Mesa
Rio Claro	Câmara dos Deputados	Secretário Parlamentar	DA	Presencial
Rio Claro	Alesp	Assessor	EJC	Presencial
Corumbataí	Câmara Municipal	Vereador	EAA	Presencial
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	EAM	Presencial
não menciona	Cidadão	Consultor	EC	Chat YouTube
Piracicaba	Parlamento Metropolitano	Assessor Esp.	FHVS	Presencial
Santa Gertrudes	Prefeitura	Secretário	FP	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FC	Chat YouTube
Araraquara	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)	Assessor	FMC	Presencial
não menciona	Cidadão		FR	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	GLM	Presencial
Rio Claro	Ariobar	Presidente	GS	Presencial
Rio Claro	Prefeitura	Prefeito	GP	Presencial / Mesa
Águas de São Paedro	Prefeitura	Assessor do Prefeito	IPR	Presencial
não menciona	Cidadão		IS	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	IAL	Presencial
Piracicaba e região	MP - Gaema	Promotor de Justiça	ICC	Chat YouTube / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		IM	Chat YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		IV	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Corumbataí	Prefeitura	Vice-prefeito	JBAF	Presencial
Águas de São Paedro	Prefeitura	Prefeito	JVB	Presencial / Mesa
Piracicaba	OAB de Piracicaba e Oscip PIRA 21		JP	Chat YouTube
Araraquara	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)	Diretor Escritório Central	JB	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Rio Claro	Secretaria de Justiça		JCP	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	JJLA	Presencial
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	JP	Presencial / Mesa
Rio Claro	Prefeitura	Secretário de Justiça	JRM	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Secretária em exercício	JO	Presencial / Mesa
Rio Claro	Prefeitura	Secretário de Meio Ambiente	LG	Presencial
Corumbataí	Prefeitura	Prefeito	LM	Presencial / Mesa
Analândia	Câmara Municipal	Presidente	LS	Presencial
Analândia	Prefeitura	Assessor	LN	Presencial
Santa Gertrudes	Câmara Municipal	Assessor	LC	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Chat YouTube
Santa Gertrudes	Câmara Municipal	Vereador	LB	Presencial
Rio Claro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	LGBJ	Presencial
não menciona	Cidadão		LST	Chat YouTube
Charqueada	Prefeitura	Assessor Jurídico	MB	Presencial
Charqueada	Prefeitura	Secretário	MEDS	Presencial
Piracicaba	APM	Assessor Piracicaba	MS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
não menciona	Cidadão		MP	Chat YouTube
não menciona	Cidadã		MG	Chat YouTube
São Paulo	Cidadã		MLSW	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat YouTube
não menciona	Cidadã		MF	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Técnica	MYM	Presencial
Santa Gertrudes	COMDEMA	Conselheira	MCKM	Presencial
São Paulo	SDR/Fipe		MH	YouTube
Rio Claro	SEMA-DS	Técnico Agrícola	MMM	Presencial
Rio Claro	Prefeitura	Superintendente APH	MCBFF	Presencial
Iracemápolis	Prefeitura	Prefeita	NMF	Presencial / Mesa
Águas de São Pedro	Prefeitura Municipal de Águas de São Pedro	Chefe de Gabinete	NRSCZ	Chat YouTube
não menciona	Cidadã		PMT	Chat YouTube
Analândia	Prefeitura	Prefeito	PHF	Presencial / Mesa
Araras	Câmara Municipal	Assessor Parlamentar	RPBS	Presencial
Piracicaba	Parlamento Metropolitano	Assessor Esp.	RB	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Chat YouTube
Rio Claro	Alesp	Deputado	RM	YouTube / Mesa
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	R	Presencial
Charqueada	Prefeitura	Prefeito	RA	Presencial / Mesa

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SM	Chat YouTube
Rio Claro	Prefeitura	GCM	SAO	Presencial
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	SC	Presencial
Rio Claro	[FU?]	[?]	S	Presencial
não menciona	Cidadão		SM	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Repres. Vagner Baungartner Vereador	SRB	Presencial
Santa Maria da Serra	Prefeitura	Advogado/ Consultor	SCC	Presencial / Mesa
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	SRO	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
Pirassununga	Ministério Público	Promotora de Justiça	TP	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	TM	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura		VF	Chat YouTube
Rio Claro	Soc. Civil	Corretor/Advogado	WAS	Presencial
não menciona	Cidadão		WP	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ZA	Chat YouTube

II. AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA

II.1. Sub-região de Ituverava

Data: 17 de janeiro de 2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Câmara Municipal de Ituverava - Rua Getúlio Vargas, 42 – Centro – Ituverava/SP

Municípios convidados: Aramina, Buritizal, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Ituverava, Miguelópolis e São Joaquim da Barra.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informando que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Aglomeração Urbana de Franca é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase elaboração do plano, e por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://auf.pdui.sp.gov.br/>.

Fez um agradecimento especial a Câmara Municipal de Ituverava pela cessão de uso do plenário e de toda infraestrutura necessária para a realização desta audiência, principalmente a geração das imagens para o ambiente virtual.

Agradeceu também a Prefeitura de Ituverava pelo suporte na organização da audiência e que, desde o início dos trabalhos do PDUI da sub-região, não medindo esforços para ajudar na oficina realizada e em todas as fases deste importantíssimo trabalho de elaboração do plano.

Reiterou que o local seguiu todas as regras de distanciamento social, inclusive com a capacidade reduzida, sendo por isso, que o acesso dos convidados foi limitado, conforme orientações contidas no convite.

Disse que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, e por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana, disponível no endereço <https://auf.pdui.sp.gov.br>.

Expôs o regulamento da audiência pública (https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-AU-F-AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região poderiam ser feitas por

meio do formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data da realização da audiência.

Em seguida, foram apresentadas as saudações do Secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora, que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Presidente da Câmara de Ituverava
- Prefeito de Ituverava
- Prefeito de Franca e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Franca
- Prefeita de Aramina
- Prefeito de Buritizal
- Prefeito de Guará e presidente do Consórcio de Municípios da Mogiana (CMM)
- Prefeito de Igarapava
- Prefeito de Ipuã
- Prefeito de Miguelópolis
- Prefeito de São Joaquim da Barra
- Representante do Parlamento Regional

Formada a mesa, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença do diretor regional da Secretaria de Desenvolvimento Regional e no ambiente virtual destacou a presença do presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), e do presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), além da coordenadora da Fipe e do representante da Fipe que faria a palestra nesta audiência.

Na sequência, foi aberta a palavra para que os componentes da mesa diretora fizessem suas colocações.

O presidente da Câmara de Ituverava saudou a todos e disse que estava honrado e muito feliz por receber este evento de grande magnitude na Câmara Municipal e colocou o parlamento à disposição para o que fosse necessário.

O prefeito de Ituverava cumprimentou a todos e disse ser um grande prazer receber a todos na cidade de Ituverava para esta reunião que, certamente, veio para mudar não só a característica da região, mas do município e do Estado. Cumprimentou e agradeceu ao presidente da Câmara de Ituverava por receber a audiência, a todos os vereadores presentes de Ituverava e dos municípios que compõem a sub-região.

Disse que todos estão reunidos para trocar ideias e somar esforços para o desenvolvimento da região. Colocou que a audiência é de grande valor e de muita importância. Disse que estão vivendo muitos desafios na região de Franca, assim como nas outras regiões do Estado de São Paulo, que

os prefeitos têm lutado e acredita que juntos alcançarão muito mais, que dividindo as responsabilidades somarão resultados.

Disse ainda que o prefeito de Franca iria discorrer sobre várias situações e propostas de seu, e de outros municípios da região, sobre a questão da saúde, sobre a possibilidade do Hospital Regional para a região, sobre a educação, assuntos a serem discutidos conjuntamente. Disse que tiveram muitos desafios em termos de saúde, mas nunca como nos últimos tempos.

Enfrentaram e enfrentarão uma pandemia, que com a experiência do passado, poderão tomar decisões quanto à questão de leitos, testes, vacinação e dos afastamentos dos profissionais da linha de frente.

Falou ainda sobre o enfrentamento passado das queimadas decorrentes da seca, disse que a região tem aporte das usinas, dos agricultores e, também, dentro dos próprios municípios e a questão não poderia ficar sem base para criar uma frente de enfrentamento neste momento.

Informou que no ano passado a Câmara Municipal aprovou e, posteriormente, foi assinado um convênio que trará para Ituverava o Corpo de Bombeiros. Revelou, inclusive, que a construção da base já começou e que o serviço é regionalizado, cobrindo toda a região.

Disse que o município tem a brigada, suporte de várias empresas, de usinas, caminhão pipa, mas é possível profissionalizar ainda mais, e que o tema poderia constar no PDUI, para que possam trabalhar e usar melhor o Corpo de Bombeiros.

Sobre a questão do saneamento básico, disse que devem ter um olhar diferenciado sobre os resíduos sólidos. Afirmou que muitas prefeituras fazem o recolhimento por conta própria, outras terceirizam, e que precisam colocar a proposta do aterro sanitário para que possam fazer o recolhimento e a transposição final desses resíduos de forma sustentável, tratando o lixo e transformando em energia, o que geraria economia para a região e melhor qualidade de vida.

Colocou o problema do transporte urbano, principalmente para as cidades de menor porte, como Capivari, São Luís da Cachoeirinha, Capivari da Mata, cuja distância de Ituverava é de aproximadamente 30 quilômetros e que as pessoas que trabalham em Ituverava precisam se deslocar e que a prefeitura tem que ter disponibilidade financeira para suprir as necessidades de outras categorias de transporte além dessa para o trabalhador, como por exemplo, o escolar, o universitário, e que essa questão deverá ser tratada pelo conjunto de municípios junto ao governo do Estado a fim de encontrar soluções.

Colocou que a partir do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado terão a possibilidade de discutir esses assuntos e fazer chegar ao governo do Estado e à Secretaria de Desenvolvimento Regional, por meio do secretário que tem um olhar diferenciado, municipalista para as questões da ponta, e que a base pode criar mecanismos para a resolução dos problemas em curto ou médio prazo.

Disse ainda que todos os prefeitos trouxeram suas particularidades e demandas para a audiência e, somadas, certamente, os ajudarão a chegar a um denominador comum para resolver com mais facilidade e tranquilidade os problemas da região.

Por fim, agradeceu a presença de todos dizendo que essa iniciativa do PDUI é de grande e vital importância que poderão conquistar mais e fazer a diferença na vida das pessoas da região como um todo.

Sobre a fala do prefeito de Ituverava, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos ressaltou que o plano coloca as ações de todas as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), como habitação, meio ambiente, saúde, educação, tudo o que for discutido será encaminhado às secretarias de Estado para que possam encontrar soluções conjuntas e, como o plano se transforma em lei, ficará à disposição do Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana para que possam fazer captação de recursos, tanto do governo do Estado, quanto do governo federal e fontes internacionais.

O prefeito e presidente do Conselho de Desenvolvimento da AUF saudou a todos os presentes, agradeceu pela recepção na Câmara Municipal, cumprimentou a todos os presentes. Colocou que para que possam entender sobre o Conselho de Desenvolvimento de Franca, a ideia não é criar mais um ponto que vá de encontro aos consórcios, pelo contrário, disse que o consórcio tem um papel específico, e que em sua opinião, se pudessem ser unificados teriam mais força.

Disse que há um grupo de prefeituras que, por vezes, é diferente do comando do Consórcio de Municípios da Mogiana (CMM) que engloba outras prefeituras, e que cada um tem sua função e responsabilidade, não menos importante.

Afirmou que o que se busca no Conselho de Desenvolvimento é conseguir que a região seja ouvida de forma mais rápida e eficiente pelo governo do Estado e que isso tem sido feito por meio do secretário de Desenvolvimento Regional e pelo vice-governador, pois existem demandas para o executivo que necessitam ser atendidas rapidamente.

Lembrou que existe, dentro do Aglomerado de Franca, a possibilidade de se ter acesso aos benefícios que o Estado pode oferecer de maneira mais rápida, como por exemplo, chamar um secretário para discutir um problema pontual de algum município ou para uma questão regional.

Falou, também, sobre os problemas regionais, sendo um deles relacionado à questão da saúde que se apresenta neste momento, a nova cepa do Covid-19, que embora traga sintomas mais brandos, tem um poder de contágio muito maior.

Revelou que Franca está com a marca de 250, 280 casos/dia e informou que seu município abriu três unidades de urgência e emergência que atendem de 2 mil a 2.800 pessoas/dia, além de duas unidades básicas que atendem cerca de 180 a 200 pacientes. Sendo um problema regional, são necessários leitos, estrutura hospitalar.

Lembrou que pela nova regra do Ministério da Saúde, a partir do dia 31 [de janeiro] não existirá mais leito Covid, somente leito comum convencional, e disse que há necessidade de se discutir a questão, uma vez que se trata de um problema regional.

Disse que estão com uma média de 30% de ocupação de leitos na região, e que seguindo a tendência de aumento de contaminação apresentada nos gráficos divulgados, a região necessitará de suporte.

Colocou que além dessa demanda trazida pela pandemia, existe a demanda reprimida de consultas de especialidades, cirurgias eletivas, leitos hospitalares, leitos de UTI, que pede soluções.

Ressaltou que a região de Franca é a única que não possui um hospital público estadual e que as Santas Casas foram as responsáveis por segurar as demandas das regiões na pandemia e que grande parte dos recursos destinados para o enfrentamento da Covid, foram para Santa Casa.

Outra demanda da região apresentada foi relativa à segurança pública, como por exemplo, a defasagem de infraestrutura e de recursos humanos nas delegacias, o que complementa o diagnóstico da situação regional, que será apresentado pelos técnicos da FIPE nesta audiência pública.

Outro ponto colocado diz respeito à falta de interligação entre municípios, alguns distritos e bairros, seja para escoar a produção, seja para mobilidade do trabalhador ou do estudante.

Disse existir na região algumas cidades dormitórios. Colocou a necessidade de pavimentação, asfaltamento e duplicação de vias. Sobre a interligação eletrônica, afirmou ser necessário a implantação de câmeras que reforcem a segurança pública regional.

Falou ainda sobre a busca de recursos voltados à elaboração de projetos para a resolução de grandes problemas regionais, como por exemplo, a criação de um aterro sanitário, por meio da união proporcional dos municípios por número de habitantes.

Agradeceu e convidou a todos a irem ao Teatro Municipal, em que conversarão com todos, para que a região tenha representatividade política junto ao Estado.

O prefeito de Guará e presidente da CMM cumprimentou a todos e disse ser um dia festivo, pois estão fazendo parte da programação do Estado. Disse que quando se fala de um aglomerado, de um consórcio, de regionalização, se fala de trazer soluções, não só para Franca, e sim para todos os municípios que compõem a região, e que o Conselho dá todo o apoio quando solicitado.

Colocou que recentemente fez uma reivindicação sobre a regulação da Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde (CROSS), pois hoje estão sentindo mais dificuldades pelos leitos ocupados, o que necessita de uma resolução. Aproveitou para convidar aos vereadores dos municípios a participarem das audiências para buscar soluções conjuntas para os problemas da região.

Informou que o Hospital Psiquiátrico Infanto-juvenil de Guará se tornou realidade e que, da mesma forma, lutarão pelo Hospital Regional de Franca e que, inclusive, o vice-governador informou que já existe o estudo que viabiliza a construção desse hospital.

Outra questão colocada foi sobre a especialidade de oncologia para a Santa Casa e Ituverava. Informou que já existe estrutura para o funcionamento, mas que necessitam de recursos do governo do Estado, ou que seja inserido na regulação da CROSS.

Disse que em reuniões Departamentos Regionais de Saúde (DRS), sobre a regionalização, na qual recebeu a informação de que a questão está com o Secretário da Saúde e reforçou a importância de os municípios discutirem e cobrarem, conjuntamente, dos órgãos competentes as necessidades da região.

Outro ponto mencionado foi sobre o transporte de estudantes e propôs uma forma de intercâmbio entre os municípios para o deslocamento. Usou Guará como exemplo que percorre 22 quilômetros para deslocar um aluno para a Politécnica de Ribeirão Corrente, ao passo que este último município percorreria 6 quilômetros apenas nesse deslocamento, o que traria uma economia no custo do transporte.

Falou, ainda, que o aluno sendo do Estado, é o Estado quem arca com tal custo, embora os municípios complementem a despesa, devido à defasagem dos recursos repassados.

Outro assunto abordado foi segurança pública, especificamente, sobre a implementação do sistema detecta do Estado de São Paulo, o que permitiria monitorar as rodovias, as vicinais, as interligações, as entradas e saídas dos municípios.

Por fim, informou que o Consórcio CMM debruçou sobre a busca pela solução da questão da transformação dos resíduos sólidos em energia, disse que em reuniões com a MWM Internacional e com uma empresa de ônibus, em que se estuda que 80% dos resíduos se transformem em combustível para o abastecimento dos caminhões, de frotas de ônibus, a um custo baixo, o que também aumentará a vida útil dos aterros sanitários e melhorar a qualidade de vida para a população.

O prefeito de Buritizal cumprimentou a todos e disse ser uma honra e muito gratificante participar da audiência pública, sendo sua primeira gestão, disse ver com bons olhos o processo para a região e espera que o trabalho que está sendo feito traga oportunidades de discussão para os assuntos que estão acontecendo para o Aglomerado de Franca.

Disse que este processo é muito importante, visto que seu município é pequeno, tem 4.500 mil habitantes, e depende muito de outros municípios, como de Franca e Ituverava e agradeceu aos prefeitos destes dois municípios pelo que têm feito por Buritizal.

Sobre a questão da saúde, disse que espera que consigam resolver o assunto do hospital de Franca que tem muito a agregar para a região. Disse que Buritizal, por ser uma cidade pequena, de-

pende de transporte para outras cidades já que o município não tem uma linha permanente de ônibus e grande parte desse transporte é mantido por recursos públicos, o que onera a prefeitura.

Sobre segurança, disse que tem tentado resolver a questão do detecta, e que esteve com a Secretaria Estadual de Segurança em São Paulo para tentar implantação deste sistema.

Sobre a questão da infraestrutura, disse que Buritizal é carente de empregos e que necessita melhorar a infraestrutura para oferecer trabalho para a população. Colocou que Buritizal, assim como outros municípios, participa do Programa Frente de Trabalho, mas que a demanda por emprego é muito grande, tem em torno de 450 pessoas inscritas no programa, o que representa 10% da população.

Disse acreditar que os municípios juntos terão maiores chances de acertos e efetividade neste processo de elaboração do PDUI e desejou uma excelente reunião a todos os presentes. O prefeito de Igarapava cumprimentou a todos e agradeceu o convite para participar da audiência.

Parabenizou a iniciativa para pensarem de forma regionalizada, e como o próprio plano diz, estudarem estratégias, diagnosticar as necessidades de cada município e tratar os problemas da região.

Disse que sabem que a realidade da região, diferentemente dos governos federal e estadual [inaudível] acontece na cidade, principalmente, nos municípios, com exceção de Franca, que é uma cidade maior, a população bate na porta do prefeito no dia a dia.

Afirmou que este é um governo que tem feito a diferença, e que na gestão anterior, os prefeitos comemoravam a oferta de final de mandato de verbas de 100 a 500 mil reais, e que hoje os prefeitos têm acompanhado o governo, apresentado projetos com grandes conquistas.

Disse ainda que no final do mandato agradeceram com lealdade ao governo anterior com meio milhão, hoje a cifra de investimento supera a ordem de 70 milhões e que a evolução do trabalho, a diferença, os números falam por si só e que o governo do Estado tem dado uma lição de gestão, quer seja fiscal, quer seja em investimento em todas as áreas.

Falou sobre as demandas, iniciando pelas questões econômicas e sobre a necessidade do governo do Estado fazer um estudo do ICMS, com vistas a comparar ou igualar com Minas Gerais, pois estão perdendo muitas indústrias e empregos para este Estado.

Disse que o município de Extrema está sendo privilegiado pois está a apenas 100 quilômetros da capital de Minas Gerais, e que Igarapava está distante da capital de São Paulo, o que traz grandes dificuldades para o município. Citou como exemplo a fábrica de cerveja e outras empresas próximas de Uberaba, cidade no sul de Minas, que ao invés de gerar postos de trabalho em nossa região, geram empregos para aquela cidade. Destacou que para o desenvolvimento da região a prioridade é o estudo do ICMS.

Colocou a questão do gasoduto parado [inaudível] ficando São Carlos e Ribeirão Preto, Uberaba tem buscado esse gasoduto via Belo Horizonte e disse acreditar que chegando até a divisa de Minas Gerais atrairia indústrias termométricas e outras para que possam tocar num futuro distrito industrial e gerarem empregos.

Outra questão colocada foi a necessidade de planejamento de estudos ligados à piscicultura, uma vez que são banhados pelo Rio Grande, e citou como exemplo Santa Fé do Sul, que tem frigoríficos e fábricas, mais para o lado de Mato Grosso do que de São Paulo, o que também requer a revisão dos impostos.

Em relação à saúde, colocou a questão da falta de liberação do sistema do CROSS. Disse que é importante, antes da abertura desse sistema, elencar quais as áreas e especialidades que não foram liberadas em determinado período. Mencionou ainda que o CMM reuniu os secretários para fazer um diagnóstico e estudo para que haja a abertura dessas vagas.

Afirmou ainda a necessidade do governo ampliar o projeto de construção de [inaudível] para que os prefeitos possam atender os pacientes.

Sobre a questão da segurança pública, colocou que faltam investimentos em infraestrutura nas delegacias, que certas cidades têm uma única viatura, e que pelo fato de terem que se deslocar à cidade vizinha para registro de flagrantes, deixam a cidade de origem desprovida de corpo policial.

No que diz respeito ao meio ambiente, colocou a falta de local para despejo e tratamento de resíduos sólidos. Informou que o município está inscrito no Consórcio de Municípios da Alta Mogiana (Comam) para receber uma usina móvel a fim de amenizar o problema dos resíduos.

Questionou o governo do Estado sobre a razão do município não poder usar defensivo [veneno] para eliminar o mato na cidade, ao passo que as usinas têm essa permissão.

Parabenizou novamente o governo do Estado e disse que os pontos colocados são para que o governo cresça ainda mais e colocou que esse plano possa alavancar o desenvolvimento e crescimento dos municípios da região.

O prefeito de Guará e presidente da CMM disse que outra questão a ser levada ao governo do Estado diz respeito à revisão do ISS da tarifa do pedágio sobre a distribuição, pois houve aumento da linha de cobertura sem ajuste da taxa de pedágio [inaudível], o que diminuiu o ISS de Ituverava, Guará e Igarapava em quase 40 mil reais/mês.

O prefeito de Ipuã cumprimentou a todos os presentes, agradeceu ao presidente da Câmara pela recepção, agradeceu ao prefeito anfitrião e disse ser privilegiado logo em seu primeiro mandato, pela presteza dessa atual gestão estadual.

Colocou as demandas do município de Ipuã, iniciando pelo tema da segurança pública em que há defasagem de recursos humanos, ou seja, número reduzido de policiais, que ao se deslocarem

para outro município para registrar flagrantes, deixam o município desprovido de segurança.

Disse que em relação à polícia civil, Ipuã encontra-se sem delegado, devido à promoção e transferência para outro município, o que de certa forma prejudica, não só Ipuã, como também a região como um todo.

Observou que os pequenos furtos não têm crescido em razão da pandemia e do desemprego e pediu a algum assessor que estivesse ouvindo a audiência, enviasse um delegado e pelo menos dois investigadores para o município.

Levantou a questão sobre a necessidade de pavimentação de um trecho de 3,2 km do anel viário que serve para o escoamento de produção de cana-de-açúcar de três usinas. Falou ainda que o grande tráfego de caminhões das usinas prejudica a saúde da população do bairro de Itapuã formado no limite desse trecho e pediu auxílio do governo do Estado para a referida pavimentação.

Colocou que um tema que julga ser o principal no momento é a saúde. Lembrou que quando foi eleito havia dez leitos criados desde agosto de 2020, subindo para 15 leitos em maio de 2021 em decorrência da alta demanda e que agora, esse número foi reduzido para dez em outubro, e para cinco em dezembro, que são custeados pelo próprio município.

Falou sobre o alto custo de manutenção de leitos para Covid, o custo para manter uma estrutura adequada e que o momento atual é de dúvidas, por não saberem como será o comportamento da pandemia.

Colocou que essa é uma demanda prioritária para a região que Ipuã, apesar de não ter todos os seus leitos ocupados por população do município, atuou como parceiro dos outros municípios na oferta dos leitos desocupados. Disse que a prefeitura continuou a manter os leitos abertos, mas que neste mês estão pedindo ajuda face ao alto custo de manutenção para um município pequeno como Ipuã.

Pediu ajuda ao governo do Estado para que possam definir o futuro desses leitos em seu município. Finalizou suas colocações agradecendo mais uma vez o convite para participar dessa audiência pública e dizendo ser uma honra participar da política e poder contribuir para a elaboração do PDUI da região.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos encerrou as colocações dos prefeitos e convidou prefeito de Miguelópolis a fazer o pronunciamento.

O prefeito de Miguelópolis cumprimentou e agradeceu a todos os que permaneceram na audiência pública. Falou sobre a importância da reunião em que os representantes das regiões colocam os problemas regionais para encontrarem as soluções em conjunto e disse que não podem esquecer do governador e do vice-governador, além do secretário de Desenvolvimento Regional que os atende em suas necessidades, e que só tem a agradecer ao governo atual.

Colocou que ratifica tudo o que foi dito sobre segurança pública e que o município está fazendo uma parceria para implementar o monitoramento eletrônico da cidade e que, com a ajuda do governo estadual, farão uma segurança pública ímpar na região.

Disse que estão em tratativas sobre a possibilidade de ocuparem uma parte da sala de controle da central de Ituverava para fazer esse monitoramento, até que se consiga o recurso necessário para essa melhoria em sua cidade.

Colocou que sua cidade possui características para o turismo, que estão trabalhando na melhoria da infraestrutura, na locomoção dos turistas, que já tem aprovação do governo estadual para a conclusão do trecho que liga Miguelópolis a Ituverava, faltando apenas concluir o projeto, acostamento, terceira faixa, sinalização, enfim a estrutura necessária para proporcionar uma boa mobilidade e conforto, não só para quem vem de fora, mas para a população que se desloca entre Miguelópolis e Ituverava.

Sobre a questão da saúde, disse que é necessário definir a questão do hospital regional. Disse que não querem prejudicar a Santa Casa, pelo contrário, e fez um apelo para que todos ajudem as Santa Casas, pois foram elas que seguraram os atendimentos na pandemia e que 80% deles foram feitos via Santa Casa.

Falou ainda da necessidade de estruturação da central de regulação, seja pela regionalização, ou [inaudível], pois sabe da dificuldade do paciente na espera de uma vaga de internação ou de uma transferência, seja para qual for a especialidade.

Falou que dos 30% do orçamento para a saúde do município, de 9 a 10% são direcionados para a Santa Casa. Disse que uma cidade pequena como Miguelópolis, que tem 22 mil habitantes, as Santas Casas estão todas deficitárias, e que acredita que o investimento nas Santas Casas ajudaria às regiões e o governo do Estado a acolher mais pacientes.

Outra questão importante colocada foi relativa às queimadas. Relatou a queimada ocorrida em Miguelópolis e disse que não se pode deixar de exaltar a defesa civil. Colocou ainda que um ponto necessário e importante nessa regionalização é a definição da margem de segurança entre os canais e as cidades, a fim de evitar acidentes com a população, a falta de energia, dentre outros, e colocou a necessidade de um plano regionalizado em parcerias, inclusive com as usinas.

Destacou ainda da necessidade de suporte relativo ao transporte para os universitários das cidades que não possuem faculdades. Disse que Miguelópolis possui mais de 700 alunos universitários que não têm transporte, que só podem utilizar os ônibus do Estado e a prefeitura não tem recursos para bancar o transporte próprio. Afirmou que os municípios que tentaram arcar os custos com recursos próprios não conseguiram pagar as empresas de ônibus.

Disse ainda que fica frustrado por não poder atender a demanda a contento e que o município fornece o vale transporte, que não é muito, mas ajuda, e pede que a questão possa ser contemplada no PDU.

Ressaltou a necessidade de continuarem a trabalhar sobre as questões apresentadas durante a reunião, bem como continuar a buscar recursos, a elaborar projetos que beneficiem a região como um todo.

Por fim, agradeceu a oportunidade de participar desta reunião e que com a regionalização possam chegar à resolução dos problemas da região.

O prefeito e presidente do Conselho de Desenvolvimento da AUF agradeceu a participação de todos os prefeitos, falou sobre a importância da presença dos prefeitos em suas cidades, das demandas da população, e do significado do deslocamento dos prefeitos para essa reunião.

Destacou que o que se tem de ideias daqui para a frente é o compilado que MC-Fipe nos trará no final da primeira quinzena de fevereiro próximo, em reunião presencial, já com o diagnóstico situacional concretizado das propostas para a região, a fim de que possam anunciar algumas ações a partir do referido diagnóstico.

Agradeceu e convidou a todos a assistirem às audiências públicas das outras regiões.

A seguir foram feitas as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Aglomeração Urbana de Franca <https://auf.pdui.sp.gov.br>.

- **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – MC-Fipe**
(https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-AUF_AP-PDUI-Marcos-Campagnone-Franca-14-1-22.pdf)
- **Contexto Regional da Unidade Regional – MH-Fipe**
(https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-AUF_AP_PDUI-Mauricio-Hoffmann_14-01.pdf)
- **Proposta de Ordenamento Territorial – SM-Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – MY-Fipe**
- **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) – SM-Fipe:**
(https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-AUF_AP_PDUI_14_01_22-Fernanda-e-Felipe.pdf)

Após as apresentações sobre o contexto regional, das Propostas de Ordenamento Territorial, de Macrozoneamento e das FPICs, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu, mais uma vez, a Câmara Municipal de Ituverava e ao prefeito de Ituverava e a todos as pessoas que acompanharam a audiência presencialmente e no ambiente virtual.

Disse que foi uma reunião profícua e que espera contar com a presença de todos os prefeitos e dos órgãos do Estado nas próximas reuniões do Conselho de Desenvolvimento, já com a consoli-

dação do Caderno de Propostas, inclusive com a presença do vice-governador e do Secretário de Desenvolvimento para que possam dar sequência ao processo de elaboração do PDUI da região.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública (<https://auf.pdui.sp.gov.br/>). Além disso, a plataforma também receberá as propostas até sete dias úteis após esta data. A audiência também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=nGPgxQUTQFM&t=8324s>).

Balanco de Presenças da AP Ituverava - 13/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
26	6	41	20	67	26	93

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Vereador	ABM	Chat/Formulário YouTube
Franca	Prefeitura	Prefeito	AAF	Presencial / Mesa
Ituverava	Prefeitura	Secretário de Administração	AJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		AFB	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat YouTube
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Vereadora	AY	Presencial
Franca	Prefeitura	Assessora de Comunicação	AONG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		BB	Chat YouTube
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Chat YouTube
Ribeirão Corrente	Câmara Municipal de Ribeirão Corrente	Vereador	CAM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CB	Chat YouTube
	Secretaria de Cultura e Economia Criativa		CPR	Chat/Formulário YouTube
não menciona	Cidadão		C	Presencial
Franca	CETESB - Agência de Franca		CC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CG	Chat YouTube
Guará	Prefeitura	Diretor de Comunicação	DA	Presencial
Franca	Câmara Municipal de Franca		DHSB	Chat/Formulário YouTube
Buritizal	Prefeitura	Prefeito	DS	Presencial / Mesa
Ituverava	Secretaria Municipal de Projetos e Convênios		DSPW	Chat/Formulário YouTube
	Cidadão		DSG	Chat/Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Desenvolvimento Regional SP	Desenvolvimento Regional SP	Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube
Ipuã	Secretaria de Administração e Negócios de Governo		EAS	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Alesp	Assessor da Deputada Estadual, Delegada Graciela	EAR	Chat/Formulário YouTube
Ituverava	Prefeitura Municipal de Ituverava		EBD	Chat/Formulário YouTube
Ituverava	Casa dos Conselhos de Ituverava-SP		ERC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Socióloga	EMM	Chat YouTube
Ituverava	Câmara Municipal de Ipuã	Vereador	ECG	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		EV	Presencial
Ituverava	Cidadã		FGC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Chat/Formulário YouTube
Aramina	Prefeitura Municipal de Aramina		FLD	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Consultor	FDD	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	FC	Presencial
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)	Presidente	FG	Chat YouTube
Ituverava	Prefeitura	Assessora de Imprensa	GP	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Chat/Formulário YouTube
Miguelópolis	Prefeitura	Imprensa	GF	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico		GGU	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Chat/Formulário YouTube
São Joaquim da Barra	Câmara Municipal de São Joaquim da Barra	Vereador	HRJ	Presencial
Ipuã	Câmara Municipal de Ipuã	Vereador	IRJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Ituverava	Secretaria Municipal da Saúde		JVNO	Chat/Formulário YouTube
não menciona	Cidadão		JOMM	Chat YouTube
Igarapava	Prefeitura	Prefeito	JRRM	Presencial / Mesa
Guará	Prefeitura Municipal de Meio Ambiente		LAP	Chat/Formulário YouTube
Buritizal	Prefeitura	Diretor de Educação	LJ	Presencial
não menciona	Cidadão		LFOS	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Presencial
Ituverava	Prefeitura	Prefeito	LAA	Presencial / Mesa
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Vereador	MK	Presencial
Franca	SAA/CATI/EDR FRANCA		MFA	Chat/Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Vereador e Presidente da Câmara	MAJ	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Aramina	Prefeitura	Prefeita	MMS	Presencial / Mesa
Piracicaba	Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap)		MBSDS	Chat YouTube
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MIP	Chat/Formulário YouTube
São Joaquim da Barra	Prefeitura de São Joaquim da Barra		MJTB	Chat/Formulário YouTube
	Cidadã		MKO	Chat YouTube
não menciona	Cidadã		MLSOW	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Chat/Formulário YouTube
	Cidadão		MR	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Chat YouTube
Rio Claro	Prefeitura de Rio Claro		MM	Chat YouTube
não menciona	Cidadão		MR	Chat YouTube
Miguelópolis	Prefeitura	Prefeito	NM	Presencial / Mesa
	Cidadã		NFT	Chat YouTube
Piracicaba	Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap) - Autarquia Municipal		não menciona	Chat YouTube
Miguelópolis	Fundo Social	Presidente	NAPM	Presencial
Ribeirão Corrente	Câmara Municipal de Ribeirão Corrente	Vereador	NAMF	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona	Vereadora	P	Chat YouTube
Ituverava	Secretaria Municipal da Saúde		RPSR	Chat/Formulário YouTube
ituverava	Prefeitura Municipal		RCS	Chat/Formulário YouTube
Igarapava	Câmara Municipal	Vereador	RGG	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Chat YouTube
São Joaquim da Barra	Câmara Municipal de São Joaquim da Barra	Vereador	RS	Presencial
Ipuã	Prefeitura	Prefeito	RMAP	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat YouTube
não menciona	Cidadã		SRB	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SHCR	Chat YouTube
São Paulo	União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp)	Presidente	SM	Chat YouTube
Ituverava	Secretaria Municipal da Saúde		SRMC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
Franca	DRADS de Franca		TRBM	Chat/Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Franca	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Diretor Regional	VS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens		VFG	Chat/Formulário YouTube
Guará	Prefeitura	Prefeito	VMF	Presencial / Mesa
Ituverava	Prefeitura	Assessor de Gabinete	VM	Presencial
São Joaquim da Barra	Prefeitura	Prefeito	WJS	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	ZAIM	Chat/Formulário YouTube

II.2. Sub-região de Franca

Data: 18/1/2022

Horário: 9h às 12h30

Local: Teatro Municipal de Franca –

Av. Sete de Setembro, 455 – Residencial Baldassari – Franca/SP

Municípios convidados: Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informando que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Aglomeração Urbana de Franca é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase elaboração do plano, e por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://auf.pdui.sp.gov.br/>.

Agradeceu a prefeitura municipal de Franca pela cessão de uso deste teatro e de toda infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente a geração das imagens para o ambiente virtual. Lembrou que o prefeito de Franca também presidente do Conselho de Desenvolvimento da AUF e que desde o início dos trabalhos do PDUI, não mediu esforços para nos ajudar, na oficina regional que realizamos e em todas as fases deste importantíssimo trabalho de elaboração do plano.

Informou que o local onde estava sendo realizada a audiência seguia todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e por isso estamos limitando o acesso dos convidados, conforme já orientado no convite.

A participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana no endereço <https://auf.pdui.sp.gov.br>

A seguir, expôs o regulamento da audiência pública (<https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RMP-AP-Regulamento-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Feito isso iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito Municipal de Franca
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício
- Representante do Prefeito de Itirapuã, secretário de Engenharia e Obras
- Prefeito de Patrocínio Paulista
- Prefeito Municipal de Pedregulho
- Vice-Prefeita de São José da Bela Vista
- Secretária de Negócios Jurídicos de Ribeirão Corrente
- Presidente do Fundo de Solidariedade
- Presidente da Câmara Municipal de Franca
- Presidente do Parlamento Regional
- Promotor de Justiça do Ministério Público

O prefeito de Franca fez a abertura dos trabalhos e cumprimentou todas as autoridades municipais presentes na audiência e, também, a secretária de Desenvolvimento Regional em exercício. Iniciou dizendo que, por meio do Conselho de Desenvolvimento querem estreitar os contatos da região com o Estado, por meio de todos os secretários, vice-governador e governador.

Disse que tem sido visto um empenho muito grande, especialmente do vice-governador e também do governador com a nossa região. “O vice-governador e o secretário de Desenvolvimento Regional têm dado uma grande ajuda para o desenvolvimento da nossa região. São pessoas que atendem o telefone a qualquer hora que se liga, sábado, domingo, feriado, a qualquer hora. Nós, do executivo não temos prazo para executar as coisas, tudo é para amanhã de manhã. E quando temos alguém no governo que pensa a mesma coisa ajuda muito”, disse.

Contou ainda que na véspera, em Ituverava, foi dito que o Conselho de Desenvolvimento cria um acesso muito mais fácil ao Governo do Estado do que, propriamente os consórcios porque são coisas diferentes. “Os consórcios cuidam daquilo que é de interesse dos prefeitos. O Conselho de Desenvolvimento vai criar uma ponte entre a região e o Governo do Estado e essa ponte tem que ser sólida porque é lá que vamos resolver os problemas que são regionais, embora cada prefeito tenha o seu pleito pontual, o que é normal e tem que ser feito de uma maneira rápida e eficiente para resolver os problemas”, pontuou.

Disse ainda que existem demandas que são regionais, são muito importantes e foram discutidas na audiência de Ituverava. “Todos os prefeitos falaram e algumas falas são comuns entre os prefeitos, por exemplo o ICMS. Estamos a margem de Minas Gerais e o ajuste que os prefeitos solicitaram é porque as empresas estão vindo de lá. Por isso, precisamos desse ajuste no ICMS.

É preciso tornar bem próximo daquilo que o governo de Minas está oferecendo. Somos mais competitivos, mais capazes e mais preparados para vencermos no mercado, precisamos só de uma ajuda para fazer esse ajuste. Isso é uma fala comum entre os prefeitos da região”, disse.

Quanto aos resíduos sólidos disse ser necessária uma solução regional e sobre segurança pública destacou ser preciso mais delegados, mais técnicos, mais investigadores, mais estrutura nas delegacias. “Isso é recorrente entre todos os prefeitos”, destacou.

Na área de saúde, disse ser preciso de atenção nas cirurgias eletivas e que, especificamente, na oncologia de Ituverava é preciso melhorar a oferta de serviços. “Também na cirurgia endo-vascular porque hoje não temos acesso e em Franca temos capacidade operacional instalada para poder executar”, analisou.

Destacou que agora, na volta dos aumentos de casos de covid há necessidade de leitos e recursos. “Precisamos de um hospital regional com oferta de mais leitos para que possamos ter cirurgias eletivas. Por exemplo, a maioria dos prefeitos falam em regulação da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS) devido a dificuldade de colocar pacientes nos hospitais e cada prefeito que for falar aqui trará as suas impressões”, destacou.

Afirmou que a ideia é que sejam criadas condições da região oferecer pleitos para o Estado para ele resolver através do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Lembrou que o diagnóstico situacional foi levantado durante as visitas da Fipe que elaborou esse diagnóstico. “Daqui a 15 ou 30 dias faremos uma reunião regional com a presença de secretários de Estado, do vice-governador e de todos para fecharmos o plano regional. Esse é um resumo do que trabalhamos na audiência de Ituverava. Espero que todos se sintam acolhidos entre nós, tanto os que estão nos assistindo virtualmente, como pelos presenciais. A nossa ideia é ser um elo entre o governo do Estado e os prefeitos da região por meio do Conselho de Desenvolvimento”, afirmou.

O prefeito de Patrocínio Paulista saudou aos participantes da audiência e disse estar muito feliz que o prefeito de Franca esteja como presidente do Aglomerado Urbano promovendo essa primeira reunião do PDUI em Franca. Lembrou que já foi presidente do Aglomerado Urbano e que o prefeito de Franca teve total apoio dos prefeitos para assumir a presidência do Conselho de Desenvolvimento.

Afirmou que nessa primeira participação está trabalhando muito pelo hospital regional de Franca que é a única cidade da região do Estado de São Paulo que não possui um hospital regional e que ele melhoraria muito a assistência médico hospitalar da região.

Outro problema apontado foi o aterro sanitário regional que é uma reivindicação porque existe urgência. Felicitou a equipe do Governo do Estado de São Paulo e destacou que o vice-governador tem feito um trabalho muito interessante. “Ele dá assistência e demonstra um interesse tão grande que eu fico admirado pelo trabalho dele porque em todos os momentos que estive com ele, fui bem assistido”, destacou.

Disse que a reunião teria um debate interessante e que as oficinas vão promover aquilo que é mais importante para a região. “Estamos trabalhando no orçamento do Estado de São Paulo e temos que lutar para trazer os recursos para o Aglomerado Urbano de Franca fazendo as políticas públicas necessárias para a maioria da população”, ressaltou.

A prefeita de Restinga cumpriu o protocolo de saudar os presentes e começou sua fala reafirmando a importância de um hospital regional. “Estamos vivendo a experiência de conseguir através do CROSS sanar a dificuldade de colocar esses pacientes dentro de um hospital. A nossa região implora por um hospital regional que será uma grande vitória para todos os prefeitos e para o Governo do Estado”, enfatizou.

Sobre a questão da Segurança disse que aumentar o número de efetivos da Polícia Civil e da Polícia Militar seria de grande valia, assim como aumentar o número de viaturas porque os municípios pequenos sofrem muito pela carência. “Essa é a razão de estarmos pleiteando isso nesse plano e, na área da saúde, um SAMU Regional também é importante para atender todas as cidades pequenas que não têm pronto atendimento e emergências o que dificulta muito o atendimento”, revelou.

O prefeito de Pedregulho ressaltou que os pontos levantados pelo prefeito de Franca

são os maiores problemas da região e, assim como Restinga, Pedregulho também tem problemas na área de segurança. “Acho que o objetivo dessa reunião de hoje é aquela velha retórica de que unidos somos mais fortes. Hoje, essas palavras se encaixam muito bem aqui porque o município sozinho não vai conseguir atender a todos os anseios da região. Tenho certeza de que todos juntos conseguirão algo maior para a população da região de Franca”, afirmou.

E conclamou que se faça o melhor para a região que é uma região agrícola que impulsiona o governo do Estado. “Podem contar conosco”, disse.

Já a vice-prefeita de São José da Bela Vista destacou que representava o prefeito que não pode estar presente e disse que logo seria iniciada uma obra de uma Unidade de Saúde e pavimentação das últimas ruas de terra que existiam nas cidades, em parceria com o governo do Estado por meio do “Programa Nossa Rua”.

“Queremos aproveitar a oportunidade com o governador para entregar um ofício para infraestrutura urbana, para recape de várias ruas de nossa cidade. Devido às chuvas, há décadas não se faz manutenção e a quantidade chuvas agravou ainda mais a qualidade do asfalto. Por isso, pedimos do fundo do coração para que atendam o nosso ofício. E assim todos unidos vamos vencer”, enfatizou.

O secretário de Engenharia e Obras de Itirapuã cumprimentou a todos e afirmou que representa o município para somar com todos os prefeitos e prefeitas da região para buscar um Hospital Regional para o Aglomerado de Franca que seria de grande valia.

“Temos essa necessidade de buscar empenho para atender a essa necessidade de que há alguns anos estamos reivindicando. Quero fortalecer aqui a questão da Segurança Pública. O município precisa de um reforço”, declarou.

A secretária de Negócios Jurídicos de Ribeirão Corrente cumprimentou a todos e disse que todas as demandas regionais são unânimes para todos os municípios. “Com urgência precisamos do hospital regional para dar cobertura às demandas de média e alta complexidade que os municípios não têm como atender. No ano de 2021, os prefeitos, por causa da covid, enfrentaram grandes problemas com leitos e internações. Estamos enfrentando essa fase da pandemia, mas não podemos esquecer das outras demandas, as oncológicas, as cirurgias eletivas que muitos municípios têm uma lista enorme. E quanto menor os municípios, os pacientes não entendem e batem na porta do prefeito quando é urgência e emergência”, relatou.

Acrescentou ainda que os problemas de segurança pública também pedem atenção. “É preciso aumentar os efetivos tanto da Polícia Civil e da Militar tendo em vista que em vários municípios as delegacias foram desativadas e tudo foi centralizado no município de Franca. Dependendo da distância aumentam muito os problemas locais”, destacou.

Levantou também a questão do aterro regional para disposição de resíduos sólidos, já que muitos municípios não possuem local adequado e encontram dificuldade de encontrar local para a disposição final.

Destacou também o “Plano de Contingência aos Nossos Produtores Rurais” porque quando não são afetados pelas pragas, pela seca, por exemplo, existem os incêndios que este ano foram muitos. “Por sermos uma região fortemente agrícola, muitas pessoas foram afetadas. Essa é uma proposta que o município de Ribeirão Corrente traz, em caráter regional para que todos os municípios sejam acolhidos”, apresentou.

O presidente do Parlamento Regional disse que era a primeira vez que o Parlamento Regional participava de uma audiência pública do Plano de Desenvolvimento Urbano da região porque é recém-criado.

Destacou que não poderia deixar de falar do empenho do presidente da UVESP, do secretário de Desenvolvimento Regional e do vice-Governador. Disse não faltar entusiasmo no Parlamento Regional.

“Todos os vereadores estão conversando seriamente, buscando as demandas dos municípios, os projetos, os convênios que podem ajudar, levando isso para o executivo o que é bom para a população da região que são quase 700 mil pessoas. Muitas são as demandas desses municípios e procuramos discutir o que é mais benéfico para essa regionalização levar ao Estado. Quando falamos de programa de desenvolvimento integrado, pensamos em segurança pública, que já foi bem destacado aqui, porque ela tem uma deficiência no RH e essa defasagem faz falta em algumas delegacias, tanto para Franca, como para toda a região. Fazem falta as viaturas e a estrutura”, descreveu.

Na área da educação disse que a região é polo de referência em todo o Brasil, com diversas faculdades e centenas de cursos que se ramificam em toda a região.

Sobre a malha viária, disse se perguntar se ela é segura para os estudantes viajarem todos os dias. “Muitas dessas cidades viram dormitórios porque várias pessoas trabalham e estudam em Franca, mas moram em outra cidade. Outro problema é o escoamento da produção. Essa malha viária tem que estar em ordem”, disse.

Falou ainda da questão da saúde que está sempre presente nas discussões, quer no programa de desenvolvimento regional, quer seja em todas as audiências públicas, na Assembleia Legislativa, no governo do Estado, nas discussões do executivo.

“A saúde é um bom exemplo do cooperativismo. Cooperar para crescer. Fizemos um movimento enquanto parlamentares e executivos para o hospital público da Região de Franca. Conseguimos até uma moção de apoio da cidade de Ituverava e as 22 cidades que compõem o Departamento de Saúde fizeram também moção de apoio pedindo ao governo do Estado para que fosse instalado o hospital público em Franca para atender todos os municípios. Fizemos um movimento com assinaturas muito bem apresentado, os prefeitos que colheram assinaturas para sensibilizar o governo do Estado. O governo está agilizando para nos promover esse sonho da região. O caminho do hospital público passa por aqui hoje. Nesse sentido eu conclamo todos os prefeitos, deputados, vereadores para pensarem em ações regionalizadas. Vamos aproveitar essa abertura que o governo nos dá. Todos nos atendem prontamente, portanto, vamos aproveitar para trabalhar”, disse.

O promotor de Justiça do Ministério Público seguiu o protocolo e cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a iniciativa do prefeito em aceitar a presidência do Conselho de Desenvolvimento.

Destacou que a audiência pública é um acontecimento muito importante para que os municípios possam se organizar porque os anseios são comuns. “É preciso fazer essa ponte para que as demandas sejam levadas ao Estado. As autoridades municipais sentem na pele que a municipalização de qualquer serviço foi concretizado. Os municípios têm a arma, mas não têm munição. Municipalizou tudo, saúde, educação, segurança e a verba pública permanece na União e nos Estados. Então estamos numa guerra onde os municípios têm a arma, mas não têm munição para atender as demandas do povo que é quem sofre com isso. Então, essa organização dos municípios é de extrema importância. Quando o executivo e o legislativo não conseguem atender as demandas da população, o Ministério Público sempre é acionado para em conjunto com o executivo executar as políticas públicas. E quando não conseguimos, temos que judicializar e vocês sabem que quando a gente judicializa a política pública o que acontece é que o judiciário não está preparado para executar política pública, quem está preparado é o executivo que tem toda a estrutura para executar e aliado ao Ministério Público trabalham juntos na execução das políticas públicas. Quando isso não acontece tem que judicializar, isso não é um bom sinal. Esse aglomerado urbano é de extrema importância para que a gente possa dar força aos municípios para que eles possam executar bem o serviço público. E quando faz de maneira macro, regional faz um serviço público de excelência porque os anseios da sociedade são comuns. Este é um evento muito importante que me deixa muito feliz pela participação do Ministério Público nesta audiência pública”, enfatizou.

O promotor lembrou, ainda, que a audiência realizada no sistema híbrido – metade presencial e metade *on-line* – pode causar dúvidas na população que fica sem saber se vai ou não. “Acredito que o convite tenha sido estendido à população e à comunidade civil. Tem um problema no Brasil porque hoje critica-se políticos e quando se faz um evento como esse, cadê a sociedade civil? Um dos problemas crônicos do Brasil é a passividade da sociedade civil. Num evento desses do aglomerado urbano para resolver todos os problemas regionais, só da região de Franca e o que a gente espera é um auditório cheio de gente para tentar resolver os problemas e a sociedade civil que é a mais interessada porque ela é o público-alvo, não participa. Ela tem que estar aqui presente, mas não está. Nós temos que dividir juntos os problemas, Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Sociedade Civil. Ela tem que participar e cobrar. À Secretaria de Estado, aos prefeitos desse aglomerado, espero que saiam efetividade e concretização das políticas propostas, que não fique num mero diálogo, mas, que sejam feitas propostas que sejam concretizadas. Senhores, esse é o desejo do Ministério Público”, discursou.

Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício também cumprimentou a todos e agradeceu a acolhida e o apoio do prefeito de Franca e da primeira-dama à equipe da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Destacou que a presença de todos é de se louvar porque está sendo feita história no dia de hoje.

“Estamos quebrando um paradigma porque até hoje a gestão pública foi feita isoladamente, município a município com um espírito de competição entre eles. O secretário sempre nos diz que estamos fazendo uma nova ordem onde trocamos a competição por um espírito de solidariedade entre os municípios que, em conjunto, encontrarão as melhores soluções para que possamos municípios e Estado construir uma nova forma de fazer política pública no Estado de São Paulo”, disse.

Relembrou que em 2019 quando assumiu, a atual gestão tinha um orçamento muito ruim do ponto de vista da aplicação nos municípios. “O vice-governador nos fez um chamado, uma determinação para que pudéssemos encontrar soluções regionais para que pudéssemos investir recursos públicos e não deixássemos os municípios sem esse amparo tão necessário para a aplicação e desenvolvimento de qualquer política”, recordou.

A secretária contou que uma das saídas foi retomar um antigo projeto. Toda a equipe trabalhou as melhores soluções para que fosse possível construir uma política exequível de desenvolvimento regional. “Por isso, estamos aqui na manhã de hoje construindo, tirando da cabeça do secretário esse sonho e transformando isso em realidade. Não é possível que a gente faça uma construção isoladamente. Anotei as demandas que coincidiram com as apresentadas na audiência pública de Ituverava que, aliás, quero saudar os prefeitos daquela região porque infelizmente, a SDR não pode estar presente senão pela nossa equipe de apoio que tenho certeza de que realizou um excelente trabalho. Frente ao relato do Prefeito de Franca, muito bem apresentado, acho que a única demanda apresentada aqui um pouquinho diferente, foi trazida pela secretária de negócios Jurídicos que foi o “Plano de Contingência para os produtores rurais”, as demais, são demandas regionais bastante comuns e isso é que deu a certeza ao vice-governador que poderemos resolver os problemas de forma otimizada, pensando em soluções criativas para o recurso público ser gasto de forma que reverta para a população do Estado de São Paulo”, ressaltou.

Reforçou as palavras do promotor de que o destinatário final é a população do Estado de São Paulo. “Aqui estamos tratando da população do Aglomerado Urbano de Franca, lembrando que esse trabalho está sendo feito em todo o Estado de São Paulo”.

Afirmou, também, que o governador diz que precisamos cuidar dos menos favorecidos e os PDUIs olham para os mais vulneráveis porque é um plano democrático porque parte do princípio de que os municípios pequenos ou grandes quando reunidos num conselho todos têm um voto com o mesmo peso.

“As políticas públicas serão construídas com a participação da sociedade civil porque, em breve, mandaremos um projeto de lei para a Assembleia. A gente pensa a política pública em conjunto, mas é aplicada em cada município. Todas as reivindicações colhidas aqui, hoje, serão encaminhadas através do relatório que vai ser gerado, ainda temos um trabalho para frente porque vamos elaborar o plano que será enviado ao poder executivo, será traduzido em linguagem legislativa, vai ser enviado para a Alesp e sancionado pelos deputados”, explicou.

Disse, ainda, que a importância desse plano é a sinergia. “Nós estamos falando de política pública a partir da oitiva de pessoas, participação ativa da população, por meio da sociedade civil organizada porque temos três segmentos muito importantes, a saúde, a educação e a área de urbanismo e agradeço a presença desses três segmentos e vou citá-los no final da minha fala. Nós todos temos um papel muito importante na nova forma de fazer políticas públicas no Estado de São Paulo, os PDUIs em São Paulo estão entre os primeiros do Brasil e contamos, obviamente, com a participação dos três poderes como foi colocado pelo promotor, é importante e inovador a presença do Parlamento Regional nas nossas construções. Tudo isso para dizer que para o governo do Estado chegou a hora e a vez dos municípios. Esse é o mote do governo do Estado que é um governo municipalista que para isso criou a Secretaria de Desenvolvimento Regional e entregou nas mãos de rapaz competente, cheio de energia que se dedica integralmente, como todos falaram aqui a missão de cumprir a tarefa do municipalismo paulista. Desejo a todos um ótimo trabalho e que a gente consiga construir um plano que atenda os anseios da nossa região”, afirmou.

Fechamento dos depoimentos da mesa diretora pelo prefeito de Franca

Disse que a presença do representante dos vereadores é importante porque quando se fala de Parlamento, fala-se de discussão, de conversa, de buscar soluções e consenso. Afirmou que em 2007, a saúde começou a criar os Centros de Referência e as regionais e nessas regionais buscava-se o consenso e foi muito difícil ter consenso numa região de 22 municípios, cada um com as suas situações socioeconômicas específicas, condições de saúde específicas, demandas específicas e com condições epidemiológicas completamente diferentes. Lá se falava em consenso.

“Era difícil o consenso e vários secretários de saúde na conversa com o Parlamento, as discussões e na conversa muitas vezes somos voto vencido, ajudando a dar certo. O consenso, mostra para nós um grau de humildade e de crescimento muito grande. É isso que a gente tem que buscar dentro desse Conselho. Unificar todas as ações e ser o elo entre o governo do Estado e os municípios nos pleitos regionais, mas, também nos pleitos locais de cada uma das cidades.

Contem conosco para que possamos trazer para a nossa região mais desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida através de investimentos”, ressaltou.

Afirmou ainda que o governo do Estado investiu 28 bilhões de reais este ano nos municípios. “São estradas vicinais, creches, escolas, atendimento pré-hospitalar que para a nossa região é um problema porque muitos têm o atendimento, mas não tem suporte 24hs, não tem dinheiro para fazer isso e acabam na agonia de ter que lidar com o paciente que está precisando de um acesso hospitalar e não tem. Temos discutido muito essa necessidade de atendimento pré-hospitalar. Por fim, nosso Conselho vai buscar a união de uma maneira ímpar no Estado de São Paulo. Somos um grupo de prefeitos unidos e a ideia é unificar e personalizar no Conselho o acesso ao governo do Estado e trabalhar trazendo os secretários de Estado aqui na região para discutir pontualmente, cada uma das soluções e cada um dos problemas”, disse.

Ressaltou, ainda, que existem condições epidemiológicas, demográficas, econômicas completamente diferentes, por exemplo, da Grande São Paulo, da região de Registro, Vale do Paraíba. Portanto, na opinião do prefeito é preciso colocar anseios e angústias da região de uma maneira diferente.

Disse que uma das propostas da região é conseguir recursos para fazer projetos regionais que possam ser executados rapidamente para oferecer qualidade de vida às pessoas e que o custo desses projetos será dividido proporcionalmente com cada uma das cidades de acordo com a sua população e com o aporte do governo do Estado, lá na frente perfazendo 50% do Estado e 50% dos municípios para criar, por exemplo, um projeto de resíduos sólidos regional, um atendimento pré-hospitalar regional, um projeto de distribuição de medicamentos, de estrutura e operação de saúde, de leitos regionalmente. Isso vai facilitar muito porque no ano passado foram gastos 53 milhões de reais com a Covid-19.

“Se cada um tem sua estrutura de saúde para atender regionalmente terá que colocar recursos do próprio município. Todos precisam colocar recursos e essa conta é difícil tanto para as cidades menores quanto para as maiores e estamos entrando em um processo de pandemia de novo e é preciso cuidar das pessoas. A única região que não tem o hospital regional é a nossa. Não quer dizer que vamos excluir as Santas Casas de cuidar das pessoas, ao contrário, elas aumentam o acesso ao serviço de saúde”, enfatizou.

Desejou melhora aos prefeitos que estavam se recuperando de covid. “Precisaremos deles daqui a 30 dias para conhecerem o diagnóstico e as propostas das audiências compiladas, o resultado do trabalho que será apresentado ao governo com a presença aqui do vice-governador e do secretário de desenvolvimento regional e se alguma coisa mais séria que precisar ser discutida com algum secretário de Estado, que ele esteja presente. Essa é a proposta do Conselho de Desenvolvimento”, expôs.

Em seguida, foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fipe. O Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional, ordenamento territorial e as funções públicas de interesse comum identificadas

pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe.

<https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Franca-17-1-22.pdf>

A seguir foram feitas as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Aglomeração Urbana de Franca <https://auf.pdui.sp.gov.br>

- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe:**
https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-AUF_AP-PDUI-Marcos-Campagnone-Franca-14-1-22.pdf
- **Regional da Unidade Regional – MH-Fipe:**
https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-AUF_AP_PDUI-Mauricio-Hofmann_14-01.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial – FC-Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – FD-Fipe**
- **Proposta das FPICs – FC-Fipe:**
https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-AUF_AP_PDUI_14_01_22- Fernanda-e-Felipe.pdf

O conteúdo completo desses estudos e a íntegra da audiência está disponível na plataforma digital do PDUI da AUF (<https://auf.pdui.sp.gov.br/>) que estará disponível para receber as propostas até 7 dias úteis após a realização da audiência e no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, no Youtube (<https://youtu.be/gPukUM3VbMY>).

Balanco de Presenças da AP Franca - 18/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
53	4	34	14	87	18	105

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ribeirão Preto	Câmara Federal	Equipe Arnaldo Jardim	ABN	Presencial
São Paulo	CDHU		AQS	Formulário YouTube
Ribeirão Corrente	Secretaria de Negócios Jurídicos	Secretária	AC	Presencial/Mesa
Franca	Ministério Público de São Paulo	Promotor de Justiça	AFP	Presencial/Mesa
Franca	Prefeitura	Prefeito	AF	Presencial/Mesa
Franca	UniFacef	Reitor	AJMN	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		AFVB	Meet

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat
Franca	Drads-Sed	Especialista em Desenvolvimento Social	ALCJ	Presencial
não menciona	Sociedade Civil		AS	Chat/Formulário YouTube
Franca	Unesp		ALPS	Formulário YouTube
Franca	Câmara Municipal	Assessora Parlamentar	AA	Presencial
Franca	EMDEF	Advogado	ACD	Presencial
Piracicaba	Associação Paulista de Municípios (APM)	Equipe Fipe	BN	Formulário YouTube
não menciona	GeoRocks Geologia e Mineração		CTC	Formulário YouTube
Franca	Câmara Municipal	Vereador	CCA	Presencial
Franca	Alfa-Franca	Presidente	CHR	Presencial
São Paulo	Ministério Público de São Paulo		CHG	Formulário YouTube
Franca	CETESB		CC	Formulário YouTube
Franca	Câmara Municipal	Presidente	CR	Presencial/Mesa
Franca	IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil - Núcleo Franca		CF	Presencial/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		CK	Chat
Franca	Fundo Social de Solidariedade	Presidente	CDMF	Presencial/Mesa
Franca	Câmara Municipal	Vereador e Presidente do Parlamento Regional	DB	Presencial/Mesa
Pedreguho	Prefeitura	Prefeito	DPF	Presencial/Mesa
Franca	Alesp	Assessor da Deputada Garciel	EA	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		EM	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Chat/Formulário YouTube
Itirapuã	Prefeitura - Secretaria de Obras	Secretário	FA	Presencial/Mesa
Franca	FDF	Assessor Jurídico	FFF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FD	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Consultora	FACC	Presencial
Patrocínio Paulista	Prefeitura - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio ambiente		FRF	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		FS	Meet
Pedreguho	Prefeitura	Diretor Defesa Civil	GM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Formulário YouTube
Franca	CATI	Diretor	GNJ	Presencial
Franca	Vereador	Vereador	GP	Presencial
Franca	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico	Diretor Regional	GGU	Presencial
Franca	Prefeitura	Assessor	GMC	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Pedreguho	Prefeitura	Assessor de Comunicação	GPR	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Formulário YouTube
Rifaina	Prefeitura	Prefeito	HCL	Formulário YouTube
Jeriquara	Câmara Municipal	Presidente	IDVB	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Formulário YouTube/Meet
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Franca	UniFacef	Pró-Reitor	JAPG	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transporte		JMAN	Chat/Formulário YouTube
Patrocínio Paulista	Prefeitura	Prefeito	JMB	Presencial/Mesa
Franca	não menciona	Arquiteto	JRBF	Presencial
Franca	Faculdade de Direito de Franca	Professor, Diretor	JS	Presencial
Franca	FVF	[?]	JSS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR)	Secretária em exercício	JO	Presencial/Mesa
Patrocínio Paulista	Prefeitura	Diretor	JCA	Presencial
Restinga	Prefeitura	Prefeita	KF	Presencial/Mesa
Cristais Paulista	Prefeitura - Secretaria de Comunicação		KM	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		LFOS	Chat/Formulário YouTube
Franca	DRS	Diretor Técnico II	LGM	Presencial
São Paulo	não menciona		LH	Meet
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
Franca	EMDEF	Gerente Transporte	LML	Presencial
Franca	Secretaria de Desenvolvimento		LOCP	Presencial
Restinga	Prefeitura	Diretor Social	LHS	Presencial
Franca	SAA/CATI FRANCA	Assistente de Planejamento	MFA	Presencial
Franca	Grupo Santa Casa de Franca		MR	Formulário YouTube
São Paulo	PMESP		MAC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Franca	Secretaria de Segurança	Secretário	MAMA	Presencial
Franca	Diretoria de Ensino	Supervisor de Ensino	MCB	Presencial
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MIP	Formulário YouTube
São José da Bela Vista	Prefeitura	Vice-prefeita	MLCM	Presencial/Mesa
Franca	Secretaria de Convênios	Diretora de Departamento	MDS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Meet
Franca	Unesp		MF	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Franca	Emdef	Presidente	MG	Presencial
Franca	LASEP	Presidente	MPM	Presencial
Franca	Prefeitura	Secretária	NR	Presencial
São José da Bela Vista	Prefeitura	Chefe de Gabinete	NC	Presencial
Franca	não menciona		PO	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		PG	Meet
Franca	Prefeitura	Fessol	RDM	Presencial
Patrocínio Paulista	Prefeitura		RKK	Chat/Formulário YouTube
Franca	Secretaria de Finanças		RRP	Formulário YouTube
Franca	UNESP		RCL	Chat/Formulário YouTube
Franca	ICACE-SP	Vice-presidente	RE	Presencial
São Paulo	CDHU		RPD	Formulário YouTube
Sales de Oliveira	Prefeitura		RRC	Formulário YouTube
não menciona	Cidadã		RCOCPL	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
Franca	Secretaria de Educação	Assessora de Gabinete	RRC	Presencial
Franca	Câmara Municipal	Vereador	RRC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Meet
Franca	[Fecomp] ER Franca	Estagiária	RAG	Presencial
São Paulo	Uvesp	Presidente	SM	Virtual
Franca	Drads-Sed	Diretora Regional	TRB	Presencial
não menciona	não menciona		TO	Chat YouTube
Franca	Fundação Santa Casa de Misericórdia		TG	Formulário YouTube
Franca	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR)	Diretor Regional	VZS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens do Estado	Secretário	VFG	Formulário YouTube
Franca	Unesp	Graduanda em Direito pela UNESP-Franca e membra do grupo de pesquisa sobre Direito à Cidade, coligado ao Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs).	VGT	Formulário YouTube
Franca	PSDB	Presidente	WA	Presencial
não menciona	não menciona	Engenheira civil	WMV	Chat/Formulário YouTube
Franca	Sociedade Civil - UDECIF/ Conselho Municipal de Educação		WMR	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Formulário YouTube

III. REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ

III.1.Sub-região Jundiaí

Data: 21/1/2022

Horário: 14 horas às 16h30

Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Jundiaí, 8º andar – Av. Liberdade, s/nº, Jardim Botânico

Municípios convidados: Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional que informou sobre o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ) é apresentar e debater o Caderno de Insumos para Estimular o Debate com a população da região metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o caderno detalha de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela da Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a equipe da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Agradeceu a prefeitura municipal de Jundiaí pela cessão de uso do auditório e de toda infraestrutura necessária e, também, a presença de todos que acompanham presencialmente, no auditório da Prefeitura Municipal de Jundiaí e na transmissão ao vivo pela internet no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase de elaboração do plano e, por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://rmj.pdui.sp.gov.br>.

Expôs o regulamento da audiência pública (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RM-P-AP-Regulamento-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência, foram apresentados os vídeos de saudação do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador geral da Fipe.

Após as saudações, assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Jundiaí e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMJ
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício
- Prefeito de Cabreúva
- Prefeita de Jarinu
- Prefeito de Várzea Paulista
- Vice-prefeito de Itupeva, representando o prefeito
- Vice-prefeito de Louveira, representando o prefeito
- Secretário Municipal de Meio Ambiente de Campo Limpo Paulista
- Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba e do Parlamento Regional Metropolitano

A abertura foi realizada pelo prefeito de Jundiaí e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMJ que cumprimentou as autoridades presentes, os integrantes da mesa diretora e o secretário de Desenvolvimento Regional que acompanhava a reunião virtualmente e a todas as pessoas presentes e on-line.

Ressaltou a importância da região metropolitana nos quesitos norteadores que são postos para a realização de uma política regional que aponte caminhos e alternativas para os problemas da região.

Disse que o tema da saúde é o que mais aflige a região e é necessário trabalhar de modo integrado porque percebe-se o quanto isso é importante em momentos como o atual da pandemia.

Colocou que o elemento norteador dessa política é a importância de olhar para esta região, em termos de saúde pública, como um sistema e não individualmente.

Afirmou que a questão do transporte e da mobilidade em uma região que está totalmente conurbada e se percebe o fluxo de pessoas, é muito comum quem vem de outros municípios fazerem essa integração para busca do trabalho, lazer e consumo.

Citou como exemplo a cidade de Várzea Paulista que é uma excelente consumidora do polo comercial de Jundiaí que, por sua vez, se serve de Várzea Paulista para algumas ações.

“No tema do transporte entendemos ser razoável, a iniciativa de integração dos ferroviários que faz a integração entre cidades, ligando Jundiaí a São Paulo. Existe interesse de estender o trem intermunicipal até Louveira que é uma demanda do município, assim como a criação do Gabinete de Gestão Integrada do Trânsito e do Transporte do município”, afirmou.

Outro ponto destacado pelo prefeito foi transformar em realidade objetiva a segurança pública integrada entre os municípios da região. “Dá para perceber que existem instrumentos usando tecnologia, por exemplo o usado em Jundiaí que é um sistema de verificação de placas de veículos que se completa quando tem elementos de integração com outros municípios, especialmente na segurança pública”, comentou.

Completo ainda ser de interesse da região a criação de Comitê Regional de Gestão Integrada na Segurança Pública onde a integração de polícias seja de interesse comum dos municípios. Sem entrar em detalhe nas questões de segurança, classificou como importante apontar aspectos relevantes para a comunidade como, por exemplo, o convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado para a implantação do Instituto Médico Legal (IML) regional em Jundiaí. “Isso é extremamente importante e as pessoas sofrem, num momento de dificuldade, com os entraves por não ter o IML”, destacou.

Quanto ao desenvolvimento regional disse atuar muito com a dinâmica das pessoas e exemplificou com a oferta de cursos que é dada em Jundiaí. Explicou que tem correlação direta com o mercado de trabalho porque é um objetivo da região avançar.

Da mesma forma, disse acontecer com o estímulo ao empreendedorismo. “Entendemos que o setor de serviços tende a ter um crescimento muito interessante nos próximos anos e está de olho na nossa população para ela encarar esses novos momentos de qualificação com vistas ao mercado de trabalho”, assegurou.

Quanto ao saneamento básico e meio ambiente, destacou a presença do representante do Departamento de Água e Esgoto de Jundiaí, EP, membro do Conselho do DAAE que, de acordo com LM, sabe da importância de se promover uma regionalização do serviço de água e esgoto dos sete municípios que compõem a RMJ.

“Assim como, é extremamente importante a celebração de um termo de cooperação para proteção dos mananciais e preservação do Rio Jundiaí que tem cerca de 28KM cortando a cidade de Jundiaí. Portanto, preservá-lo e todos os nossos mananciais, é uma obrigação de todos nós que olhamos isso como uma política de futuro”, afirmou.

Colocou a importância da celebração de consórcios para ações conjuntas de defesa e regras de uso sustentável da Serra do Japi e da Serra dos Cristais. Disse que na política da Serra do Japi de preservação, 52% do território da Serra está em Jundiaí e ressaltou ser necessário outras ações que possam ser cooperativas e colaborativas entre o Estado e a região, ou seja, uma troca de experiências de política de gestão, governança e tecnologias usadas pelos municípios que compõem a RMJ.

Ressaltou também a importância da troca de experiências para cidades inteligentes e a formação de consórcios com o objetivo internacionalizar a região e trazer mais investimentos para gerar emprego e renda para o cidadão.

Disse que essas eram as considerações objetivas que queria fazer para o Governo do Estado de São Paulo.

“Cada vez mais será possível observar que as cidades que estão formando esses blocos de cooperação, seja através de região metropolitana ou de aglomerações urbanas, estão fazendo de modo correto. Somos em 645 municípios no Estado com uma vasta diferença entre as suas regiões, e

à medida que se tem a criação de blocos regionais que deliberem sobre a política pública, mais condições de um avanço mais considerado para a população que habita será possível”, afirmou.

Agradeceu ao governador pela deliberação em 2021, ao vice-governador pela participação em todos esses projetos que estão sendo discutidos junto ao governo do Estado, especialmente ao secretário pelo projeto de regionalização. Agradeceu, também, às autoridades da região dizendo que são verdadeiros lutadores que operam a política pública de frente, prefeitos, vices, vereadores.

“Nenhum desenvolvimento se dá a partir de entes que são subjetivos na vida dos cidadãos. E os entes são subjetivos, Estado, União, municípios. Enfim, o que queremos ver aplicado é no bairro, é na casa onde o cidadão reside, no seu entorno, nos equipamentos públicos. De fato, onde a vida acontece é que a presença do Estado precisa se dar”, enfatizou.

Chamou atenção, ainda, para um último ponto sobre uma política de uso do solo ou uma política de um PDUI que envolve o uso de solo dos municípios e ressaltou a importância de compreender as peculiaridades de cada um.

Citou como exemplo a APA. “À medida que se tem um decreto editado pelo Estado que entende a cidade de Jundiaí como uma APA, tudo o que está sendo projetado pela Fipe ou por qualquer outro órgão deve respeitar essa vocação que é tipicamente municipal. Portanto, é preciso muito cuidado com planos integrados de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo porque as características dos municípios são distintas. Basta ver o modelo de preservação da Serra do Japi no município de Jundiaí para compreender como não é de maneira igual, estabelecido em outros municípios. Não se trata de um julgamento, mas, constatando que a compreensão e a concepção do uso do solo parte do município. Ao entregar esse entendimento a um terceiro que não conhece a região ou a cidade ou as regiões da nossa cidade corremos um sério risco de não fazer com tanto critério”, alertou.

Por isso, solicitou ao Estado que conforme tivesse a avaliação integrada do plano diretor de desenvolvimento regional, e que entendesse quais são essas peculiaridades, para que se integre efetivamente o modelo de concepção de política pública que o Estado se propõe a fazer a partir do PDUI da RMJ.

Exemplificou com o setor habitacional. “Assistimos hoje uma apresentação de diretores da prefeitura sobre a Região Oeste onde o conceito do uso e ocupação daquele espaço é integrado e perfaz inúmeras ações que não somente olhar quais são as ações para um plano diretor para aquela região”, disse.

Após fazer as considerações agradeceu a presença de todos os presentes, especialmente os prefeitos e prefeitas, vices, secretários, vereadores, parlamento regional, cidadãos e os representantes do governo do Estado, em especial os consultores da Fipe que faziam a exposição e a consultora técnica que se fazia presente.

Pediu licença para se ausentar para participar de uma reunião com o governo do Estado e passou a condução dos trabalhos ao presidente da Câmara e disse que continuaria acompanhando a audiência

virtualmente. Despediu-se dizendo esperar que as considerações feitas possam complementar e consolidar a tão sonhada Região Metropolitana de Jundiaí nos seus aspectos práticos, não só conceituais.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a acolhida de vereadores presentes, do delegado seccional de polícia, do gestor de planejamento urbano e meio ambiente de Jundiaí, do gestor de mobilidade e transporte de Jundiaí, da presidente da câmara municipal de Cabreúva, do diretor regional de Campinas da Secretaria de Desenvolvimento Regional e dos representantes da Região Metropolitana de Sorocaba.

Agradeceu mais uma vez aos prefeitos que atenderam ao chamado da Secretaria de Desenvolvimento Regional e, também, do presidente do Conselho de Desenvolvimento. Na sequência, passou a palavra ao prefeito de Cabreúva.

O prefeito de Cabreúva seguiu o protocolo e cumprimentou a todos e em nome dos prefeitos disse que a Secretaria de Desenvolvimento Regional vem apoiando muito o interior paulista.

“As cidades têm um grande agradecimento a fazer a esse secretário, hoje cidadão cabrevenuano, que tem dado todo o suporte para os municípios do interior paulista”, destacou.

Afirmou que ao rever os temas mencionados pelo prefeito de Jundiaí destacava a Serra do Japi, pois 42% da área de Cabreúva está dentro da Serra. “São municípios detentores de mais de 90% da Serra, ou seja, temos essa situação em comum de cuidar e preservar esse ativo ambiental que é a única serra no mundo em cima de um solo de quartzito, remanescente de Mata Atlântica e Cerrado que tem que ser preservado pela sua importância mundial”, destacou.

Sobre segurança pública, fez um agradecimento especial ao delegado de polícia presente e revelou que foi desafetada uma área pública que foi doada para o Estado e através da seccional será criada uma delegacia em Cabreúva onde serão investidos mais de 2 milhões de reais.

“Hoje existe um sistema integrado com Jundiaí, implantado neste governo que são as muralhas virtuais por meio das quais se consegue conversar com mais de quarenta municípios que estão integrados nesse sistema inteligente”, explicou.

Destacou ainda outros dois temas importantes para serem analisados na audiência pública: a saúde regionalizada porque Cabreúva toma conta da baixa e algumas de média complexidade e como todas as cidades da região precisa recorrer a Jundiaí para onde são encaminhados os casos de média e alta complexidade. E o outro tópico é o transporte público municipal.

“Não há um grande apoio por parte das empresas que têm a concessão. Isso é importante para se dar um transporte público de qualidade para a população”, destacou.

Agradeceu a Polícia Militar pelo trabalho que faz, em especial o capitão que estava presente. De-sejou que os debates ajudem a RMJ a voltar a ter a pujança que todos acreditam porque é uma região com mais de um milhão de habitantes.

A prefeita de Jarinu cumprimentou os presentes e disse ser uma satisfação discutir o desenvolvimento regional. Afirmou que nunca representou a cidade de Jarinu em um contexto tão importante por causa da mudança jurídica que vai alterar muito na prática a evolução de diversas pautas tratadas de maneira municipal e que poderão ser tratadas de forma regionalizada.

Disse ficar feliz pelo momento que está vivendo para discutir a pauta da saúde, redesenhar a regionalização, a distribuição de vagas o que vai melhorar demais quando se pensa em um contexto metropolitano.

“Todas as cidades que compõem a Região de Campinas, trazendo para uma realidade regionalizada todas as questões a serem resolvidas, com certeza, vai atender com mais qualidade”, analisou.

Sobre infraestrutura, disse que Jarinu é uma cidade que tem crescido demais e está dentro de uma importante malha viária e tem um potencial de crescimento muito grande e merece um lugar de destaque dentro dessa discussão porque ainda é preciso avançar muito nas questões de infraestrutura.

“A cidade tem 650 KM de vias não pavimentadas, o que é um enorme desafio, e uma rodovia importante que liga São Paulo a diversos pontos da região, setores de mobilidade importantes como aeroportos, portos, enfim, é preciso dar destaque à duplicação da rodovia Edgar Máximo Zamboto o que é importante debater no contexto de desenvolvimento regional”, acrescentou.

Destacou ainda que o transporte tem que ser trabalhado de forma real porque muitas concessões precisam ser discutidas porque os usuários dos serviços da região acabam ficando descobertos e, muitas vezes, os prefeitos não são atendidos diante da realidade que têm.

Ainda quanto a infraestrutura, disse reconhecer também, a disponibilidade do Estado e agradeceu pela atenção especial para as vicinais. “Podemos tentar melhorar a região, creio que conseguiremos, mas, acima de tudo, precisamos ter uma cidade boa para que possamos pensar a regionalização e olhando para Jarinu, vê-se um desafio muito grande quanto a infraestrutura, saneamento, pavimentação, recapes e este é um momento oportuno para se falar dessa pauta porque o governo do Estado tem mostrado disponibilidade em nos atender nesses quesitos”, disse.

No campo da segurança disse que todas as cidades no entorno de Jarinu investiram há alguns anos, mas, Jarinu é uma cidade que não tem muralhas, não tem câmera de segurança e monitoramento e infelizmente, fica ilhada e acaba ficando descoberta e sendo alvo de ações indesejadas. Solicitou que seja dada atenção para as questões levantadas.

Disse que Jarinu pede socorro na área de segurança e é preciso pensar nos municípios pequenos que precisam do auxílio do Estado e pensar isso de forma regionalizada já que os municípios do entorno têm feito investimentos e gostaríamos de ganhar experiência nesse sentido.

Destacou o desafio pós-pandemia na questão do desemprego. Acredita que todos estão dedicando esforços continuados para promover mais oportunidades de empregos. Porém, destacou que a

sociedade ficou assolada em função do desemprego, afetada não só na questão da saúde, principalmente, porque Jarinu está em uma região que tem crescido muito. “Esta é uma grande oportunidade para se pensar de forma coletiva de como ajudar os municípios. Outro ponto importante é sobre habitação. Jarinu há mais de 30 anos não entrega um conjunto habitacional e tem mais de 6 mil famílias, num município de 30 mil habitantes, um número razoável de pessoas que ganham abaixo de R\$ 300,00”, relatou.

Por isso, disse considerar necessário o Estado repensar o investimento em habitação em uma região com um milhão de habitantes. Encerrou dizendo que é um privilégio sentar-se em uma mesa e discutir todas essas questões em um momento tão importante do redesenho da região o que garante uma grande oportunidade de elevar o patamar da região.

Encerrou dizendo existir uma comunhão em muitos aspectos – como os turísticos – e é possível avançar mais para dar qualidade de vida a população. Agradeceu a todos, em especial ao presidente da Câmara de Jarinu.

O prefeito de Várzea Paulista cumprimentou a todos e o governo do Estado ressaltando que nunca existiu um governo tão municipalista, sempre aberto para a discussão. Cumprimentou, como professor, a dirigente regional de ensino e a todos os presentes.

Disse ainda que as cidades são muito próximas e têm as mesmas demandas, mas, ressalta a importância do hospital regional para o atendimento da Covid 19. Explicou que o hospital que atende a demanda de média complexidade é o São Vicente cujos profissionais da saúde vêm sendo muito afetados com a nova variante. “É importante ter um atendimento maior em um hospital regional”, analisou.

Destacou a integração da avenida Ipiranga com a avenida Fernão Dias Leme na questão de mobilidade urbana, que é importante para Várzea Paulista e Jundiaí. “Uma depende da outra porque têm um trânsito muito intenso e precisa resolver essa questão. Outro problema importante enfrentado tanto por Campo Limpo Paulista, Jundiaí e Várzea Paulista é o desassoreamento do Rio Jundiaí”, afirmou.

Lembrou também que o período de chuvas está se aproximando e existe uma crise hídrica, principalmente nos municípios da região, em especial em Várzea Paulista. “É preciso sanar esse problema”, disse.

Agradeceu por estar participando da audiência pública e justificou a ausência do presidente da Câmara por estar com Covid. Enalteceu a postura do governo do Estado de São Paulo por honrar a vacina que salva vidas. Recomendou que a Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício levasse os agradecimentos ao governador, ao vice-governador e ao secretário de desenvolvimento regional pela garra em implantar um governo municipalista.

O vice-prefeito de Itupeva cumprimentou a todos os prefeitos e representantes do legislativo da região. Disse ser preciso reconhecer a verdade de um governo que faz, que é regionalista e como foi citado pelo prefeito de Várzea Paulista, a responsabilidade de salvar vidas, ter responsabilidade

de com a vacina que é isso que está sendo visto: um número menor de letalidade por causa das vacinas que são de responsabilidade desse governo. “É preciso reconhecer”, destacou.

Cumprimentou os técnicos da prefeitura responsáveis pelo PDUI dizendo que quem coloca a mão na massa são os técnicos que enfrentam os problemas no dia a dia.

Comentou que todas as questões já foram bem colocadas e lembrou que vêm sendo discutidas há muito tempo, desde o aglomerado urbano e, hoje, como região metropolitana. “Mas, hoje em chance para sair do papel porque é um governo que está investindo 50 bilhões em investimentos em 2021 e 2022 e todos os que estão nesta mesa sabem que este dinheiro está chegando e está sendo investido nos municípios”, afirmou.

Colocou ainda que não poderia deixar de citar algumas questões com relação a saúde embora o assunto tenha sido bem falado e destacou que o Hospital São Vicente, de Jundiaí, que já atende a alta complexidade da região e já houve o reconhecimento do governo do Estado da necessidade de aumento do aporte de investimentos.

“Esse olhar especial precisa ser cuidado, principalmente agora, que somos uma região metropolitana. No caso de Itupeva, estamos conversando há 3 anos sobre os hospitais essenciais. É importante esse olhar para desafogar o Hospital São Vicente”, disse.

Informou ainda que na pandemia o município teve a oportunidade de montar leitos de UTI para ajudar os municípios da região e sobre mobilidade urbana, destacou que os ônibus intermunicipais melhoraram os horários dentro da região. “Houve interligações diárias com acessos projetados prevendo o futuro crescimento da região”, afirmou.

Destacou a importância de melhorar a interligação de Itupeva com Varjão porque existe uma ponte, mas, explicou que precisa ser de concreto para superar os problemas recorrentes.

Disse que a questão da iluminação pública está relacionada com segurança e é preciso uma atenção nos locais que fazem divisas com os municípios que, geralmente, são os menos iluminados.

Destacou também a interligação das muralhas virtuais cujo sistema Itupeva já tem, mas disse ser preciso fazer a interligação de todos os municípios da RMJ. Enfatizou a importância da criação de conselhos para resíduos sólidos e da construção civil da região e criação de conselho sobre ações do novo plano de drenagem urbana do Rio Jundiaí que já foi aprovado pelo conselho do Comitê de Bacia do PCJ.

“São cuidados especiais de segurança, saúde, meio ambiente, educação. Itupeva já conseguiu uma escola, mas, tem muitas ações a serem feitas na área de educação na RMJ”, revelou.

Disse ser uma grande responsabilidade representar o prefeito na audiência pública, mas o compromisso de Itupeva é caminhar junto com o governo do Estado, com as autoridades e com a população para melhorar a qualidade de vida de todos.

O vice-prefeito de Louveira cumprimentou a todos, em especial a prefeita de Jarinu, de quem disse ter orgulho pela participação cada vez mais das mulheres na política da região, nas cidades e no país e que a fala da prefeita é muito importante para a RMJ. Cumprimentou, por meio do secretário de Desenvolvimento Econômico de Louveira, toda a equipe da prefeitura municipal.

Disse que se orgulha de ter a equipe que a prefeitura montou que não é política e que faz um trabalho maravilhoso na cidade. Ressaltou a importância de não deixar morrer a essência que sempre tiveram de melhorar a vida das pessoas e que todos são municípios privilegiados quando vê quantos municípios do Estado de São Paulo, por serem carentes, não têm condições nem de pagar a folha de pagamento. “Portanto, passamos sim dificuldades, mas somos uma região privilegiada”, destacou.

Colocou que não podem perder a oportunidade de fazer a diferença para a sociedade que está muito carente. Destacou a importância de aproveitar a oportunidade deste momento que o Estado está ajudando a região. “É preciso trabalhar junto para que esse governo continue ajudando essa região que tem um milhão de habitantes. Muita representatividade tem a RMJ e podemos fazer a diferença”, enfatizou.

Disse ser preciso agradecer todos os dias porque não dá para perder a essência da luta, da dedicação para ajudar a sociedade. “Essa é a nossa missão”, afirmou.

Finalizou dizendo da importância de pensar no coletivo e não individualmente porque se o município vizinho está bem, os outros também estarão.

O Secretário de Meio Ambiente de Campo Limpo Paulista cumprimentou a todos e justificou a ausência do prefeito. Colocou que todas as questões já haviam sido levantadas, mas quis realçar a dificuldade que tiveram recentemente, com a crise hídrica e uma demanda que é muito cara para todos, principalmente para Várzea, Itupeva, Campo Limpo e futuramente Jundiaí, que seria reforçar a capacidade hídrica do Rio Jundiaí através de uma adutora.

“É um projeto que já está em fase de liberação pela Cetesb, dos laudos de licença para trazer água da Paiva Castro, uma adutora de água bruta. É uma luta junto com a prefeitura de Várzea Paulista para resolvermos por um bom período a crise hídrica. O Rio Jundiaí tem uma capacidade hídrica muito pequena e por mais esforços que se faça de recomposição da mata ciliar, a capacidade dele é pequena para a demanda de atender as duas cidades”, explicou.

Disse existir atualmente um sistema integrado que trata a água para Várzea Paulista e Campo Limpo e se conseguir reforçar e classificar o Rio Jundiaí numa nova função, através dessa adutora, a capacidade hídrica do Rio beneficiaria Itupeva e Jundiaí no conjunto do trabalho regional que se pretende fazer.

“Essa é a demanda que é importante reforçar, pensando inclusive nos próximos anos se nada for feito para sanar os problemas causados pela crise hídrica em âmbito regional”, ressaltou.

A Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício cumprimentou os presentes e iniciou dizendo que todos estão reunidos para reescrever a história do planejamento no Estado de São Paulo. Agradeceu a presença dos representantes municipais e dos vice-prefeitos e representantes dos municípios.

Fez um breve comentário lembrando que, em 2019, quando o governador e o vice assumiram a gestão do governo do Estado deram uma missão bastante difícil porque o orçamento previsto não foi adequado e haveria um grande desfalque no investimento nos municípios paulistas e a plataforma de campanha do governador foi o municipalismo.

“Portanto, naquele momento, fomos convocados sob a tutela do secretário para pensar de forma técnica e criativa soluções para que os municípios paulistas não ficassem sem investimento”, recordou.

Disse que o vice-governador propôs que, provavelmente, a solução seria buscar investimento de forma regionalizada e o secretário reuniu a equipe para estudar uma forma de buscar investimentos, mesmo diante daquele momento de aperto orçamentário.

“Diante disso surgiu a proposta da nova regionalização do Estado. Uma nova forma fazer política e trocar a competição entre os municípios pela solidariedade porque é em conjunto que os municípios encontrarão solução para os problemas que são comuns. E é em conjunto que essas soluções serão aplicadas de uma forma mais efetiva, com menor gasto e que alcance o objetivo final que é a melhoria da qualidade de vida de toda a população do Estado de São Paulo”, disse.

Explicou que com o apoio técnico da Fipe, do corpo técnico da SDR se chegava na tarde em que acontecia a audiência a um marco histórico. Destacou a fala do secretário no vídeo de saudação e disse que os PDUIs das regiões metropolitanas e do aglomerado de Franca, em desenvolvimento simultaneamente, serão a nova forma de gerir o Estado de São Paulo, de forma econômica, eficiente e democrática porque os municípios pequenos terão o mesmo poder de barganha dos grandes dentro da composição do conselho.

“Segundo o governador não existem municípios pequenos no Estado de São Paulo. Não é um pequeno número populacional que diz sobre a importância ou não do município. O governo governa para todos. Esse é o lema do governador. Portanto, pensar soluções democráticas onde o município pequeno não tem tanto poder de barganha, ele se fortalece dentro do conjunto porque se pensarmos nas decisões que serão colegiadas, mas respeitando as peculiaridades de cada município é o que estamos fazendo hoje aqui, política pública a partir da escuta de quem é beneficiário dela”, enfatizou.

Destacou ainda a importância da participação da sociedade civil que podia apresentar suas sugestões por escrito quem estava presente e, também, on-line, pela plataforma digital.

“Fortalecendo o município, fortalecemos o Estado. Repassando recursos aos municípios, fortalecemos o Estado. Esta é a forma de fazer gestão do nosso governador e do vice-governador”, enfatizou.

Colocou ainda que todas as demandas de Jundiaí são diferentes das recebidas na região de Piracicaba e do Aglomerado Urbano de Franca e ressaltou que o governo faz política a partir de onde as coisas acontecem e lembrou que o governador Montoro dizia que as pessoas vivem no município.

“É necessária a participação dos representantes do executivo, do poder legislativo porque os vereadores têm um papel fundamental porque a população quando bate na porta do prefeito, antes bateu na porta do vereador. A união faz a força e estamos aqui para resolver os problemas das funções públicas de interesse comum. Educação. Saúde, mobilidade urbana, segurança pública, meio ambiente porque não dá mais para pensar isoladamente, se tínhamos alguma dúvida disso, a pandemia derrubou a dúvida. Somente a solidariedade e a parceria do Estado com os municípios permitiu passarmos por um momento muito difícil, mas que foi possível enfrentar de forma ativa, presente, atendendo a todos os municípios acometidos pela pandemia. Foi difícil, mas, poderia ser pior se não tivéssemos nos unido”, afirmou.

A secretária disse ainda que a única solução para os problemas públicos vem da união de todos os poderes e do ministério público que tem ajudado muito na construção desse Plano de Desenvolvimento Integrado com a participação da sociedade civil organizada com o apoio técnico da SDR e da FIPE. Agradeceu a todos que participaram da organização das audiências públicas.

O presidente do Parlamento Metropolitano agradeceu a presença de todos, cumprimentou os prefeitos, vice-prefeitos, secretários, pessoas presentes e remotas e fez um agradecimento especial à União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp). Destacou a importância da participação dos vereadores, lembrando o que foi citado pela Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício

que as pessoas, antes de chegar no prefeito, batem na porta do vereador, e disse que quem passa pelo Legislativo sabe como é importante estar como um para-choque para a população.

Destacou a postura dos vereadores de ouvirem as reivindicações e encaminhar para o prefeito. Disse que o modelo da audiência pública com a participação dos poderes executivo e legislativo e a população indica a mudança que será realizada daqui para frente. Afirmou se sentir lisonjeado de participar desse momento de mudança para região metropolitana que é um sonho de todos devido a aproximação com o Estado, com os prefeitos, entre os municípios e as câmaras municipais.

Comentou que pela fala de todos da mesa foi possível perceber que os assuntos são os mesmos, portanto, é importante sentar na mesma mesa e discutir de cara limpa. “Esse modelo é maravilhoso porque a população tem acesso e pode falar e os gestores podem encaminhar. O Estado poderia ter feito sozinho, mas optou pelo diálogo porque é um governo municipalista e moderno”, elogiou.

Disse ainda que quando o recurso chega ele é direcionado para o que precisa e isso é extremamente importante. Solicitou à Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício que levasse a mensagem ao governo do Estado para haver cada vez mais uma aproximação entre Estado e município.

Pedi para quebrar o protocolo e chamar a presidente da Câmara de Cabreúva para falar sobre um pedido feito ao governo pelo Parlamento Regional e entregar para a Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício para protocolar e levar ao conhecimento do Estado.

A presidente da Câmara Municipal de Cabreúva cumprimentou as autoridades presentes e disse que uma demanda importante não foi abordada que é a questão do turismo que precisa entrar na pauta porque as cidades geram muita renda com esse segmento. Citou o turismo rural e esportivo e disse que Itupeva está criando um distrito turístico brasileiro envolvendo quatro municípios. “Isso trará um desenvolvimento espetacular para a região. Portanto, é preciso colocar em pauta, fazer com que as cidades se interliguem e façam um calendário, por exemplo, para a festa da uva, a festa do morango etc.”

Disse que uma integração entre as cidades pode trazer um maior número de pessoas para cada evento turístico que for realizado, fazer divulgação pela mídia, propiciar um transporte mais fácil, talvez gratuito pode possibilitar um desenvolvimento maior da região.

Aproveitou para falar de uma questão que desde 2004 atrapalha Cabreúva que é o pagamento de pedágio. “É a única cidade da região que paga pedágio para trafegar entre as cidades da própria região. O pedágio é muito caro, não é possível tirá-lo, mas, a proposta é fazer um ponto a ponto para pagar menos”, disse. Falou ainda que existe um estudo na Artesp sobre o ponto a ponto.

Reforçou que a questão da saúde é importante, mas foi abordada. Agradeceu a todos pela oportunidade.

O presidente do Parlamento Metropolitano encerrou a sessão de abertura dizendo que farão um detalhamento de tudo o que foi debatido sobre as questões levantadas e agradecerão ao governo do Estado de São Paulo. Agradeceu aos prefeitos pelo trabalho de liderança, transparência e respeito à população. Agradeceu ainda à TV Câmara que estava acompanhando e cobrindo a audiência pública.

Em seguida, foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Aplicadas (Fipe). O Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional, ordenamento territorial e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe.

O caderno pode ser consultado no endereço: <https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Jundiai-jan22.pdf>

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou a presidente do Parlamento que o Caderno Preliminar de Propostas foi enviado para ele e solicita que a análise seja feita até fevereiro. Lembrou que a plataforma digital ficará aberta para o recebimento de propostas durante sete dias úteis, a partir da audiência de hoje (dia 21 de janeiro). Explicou que passado esse período, a plataforma será fechada para que a equipe possa fazer a sistematização e montar o

caderno de propostas final. “Portanto, quanto antes os vereadores receberem e apresentarem sugestões é melhor”, enfatizou.

Informou ainda que a Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício ficaria à disposição dos prefeitos para protocolar os ofícios entregues. Informou também, que no final da audiência, a equipe receberá as propostas elaboradas presencialmente e solicita que as pessoas que estão no ambiente virtual preencham o formulário com suas propostas. Na sequência, a mesa diretora foi desfeita para dar início às apresentações técnicas.

A seguir, tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana no endereço eletrônico <https://rmj.pdui.sp.gov.br>

- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe**
https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-RMJ_AP-PDUI-Marcos-Campagnone-Jundiai.pdf
- **Contexto Regional da Unidade Regional – MH-Fipe**
https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-RMJ_Contextualizacao_MH.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial – MY-Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – MY-Fipe**
- **Proposta das FPICs – Y-Fipe**
https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-RMJ_AP_OrdenamentoTerritorial_Sarah-e-Mariana_14012022.pdf

O conteúdo completo desses estudos está disponível no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, no Youtube (<https://www.Youtube.com/watch?v=uzjpoCo3li4>) e na plataforma digital do PDUI da RMJ (<https://rmj.pdui.sp.gov.br/>) que receberá propostas até 7 dias úteis após a realização da audiência.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos lembrou ainda que a participação de todos é fundamental. Informou que já foram recebidas propostas pela plataforma, pelo Youtube e, também, dos que estão presencialmente e abriu o debate para dúvidas e observações.

A arquiteta da prefeitura de Jundiaí/Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente fez duas questões para o técnico da Fipe a respeito dos estudos migratórios entre as cidades. Perguntou se haveria possibilidade de realizar esses estudos para que fosse entendido, do ponto de vista habitacional e o trânsito de serviços, se é possível saber melhor como acontecem esses movimentos entre as cidades da região e a capital e uma questão muito recebida com relação ao crescimento do mercado imobiliário, se a produção de habitação também incentiva o crescimento habitacional.

“Sempre que um grande empreendimento é aprovado, os técnicos são questionados por estarem incentivando o crescimento habitacional. Até onde a cidade pode crescer de forma sustentável?”, questionou.

Ainda destacou que sentiu falta de dados para dar essa resposta adequada porque de fato, tem uma relação possível entre o crescimento do mercado imobiliário, a produção de habitação e o crescimento habitacional? Ou não, isso depende de um arranjo entre as pessoas? “Existem estudos sobre isso? Será essa uma oportunidade para realizarmos esses estudos?”, questionou.

MH-consultor da Fipe disse que a pergunta era ótima, mas, muito complexa. “Na questão habitacional existe a criação de núcleos habitacionais que são indutores para a ocupação de espaços, até para o planejamento do território”, disse.

Explicou ainda que os núcleos habitacionais são criados e, a partir daí, a infraestrutura vem. “Outros já vêm para organização do território, tendo em vista, o volume de pessoas em áreas de risco e que estão colocadas em situações mais difíceis, principalmente com habitação de baixa renda”, detalhou.

Destacou ainda que no âmbito de governo do Estado, a situação é complexa porque a criação de unidades habitacionais precisa de uma parceria que, por parte dos municípios, seria a indicação do terreno para instalação e, depois, a possibilidade de que seja viabilizada toda a infraestrutura para a implantação desse núcleo.

“Muitas vezes, onde tem o terreno é fundo de vale ou várzea. Os terrenos de melhor condição, o próprio município não dispõe para que seja possível habitar. Isso é difícil equacionar só pela lógica do planejamento e, sim, pela lógica da oportunidade e possibilidades econômicas que existem”, enfatizou.

Detalhou ainda que a questão dos fluxos, é verdade, e será levantado e depois pegaria os dados da arquiteta da prefeitura de Jundiaí/Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente para ver as informações disponíveis.

“Mas, pela própria posição de Jundiaí, existem muitos fluxos pendulares o que é uma tendência porque vamos ter a dupla moradia. Aquela do trabalho e a moradia do lazer que hoje passou a ser a moradia principal porque as condições são melhores. Essa organização do território é uma das nossas medições que estamos fazendo no PDUI. Vou ver o que temos de oferta para te passar. A sua preocupação é verdadeira. Às vezes, temos áreas onde poderia ser instalada uma atividade mais forte sobre o ponto de vista habitacional, mas faltam espaços para o Estado fazer essa parceria”, disse.

Destacou também que, às vezes, existem áreas que não são tão adequadas, que existe a possibilidade da oferta dos terrenos, mas o valor da infraestrutura a ser levada é muito alto o que inviabiliza o empreendimento.

Disse ainda existir outra série de problemas e exemplificou com a Baixada Santista que tem a cidade de Santos como prestadora de serviços, Cubatão como área industrial e Praia Grande dormitório.

“Essa complementariedade de centros urbanos que vai dar o mosaico de desenvolvimento metropolitano. Dessa maneira, esses aspectos precisam ser bem estudados e, conseqüentemente, tem fluxo pendular. Eles têm até VLT pelo volume de transporte necessário para suprir a região”, detalhou.

Afirmou que Jundiaí tem algo parecido e que com a melhoria do transporte ferroviário será possível ver um novo cenário desse processo. “Vale a pena aprofundar essa temática com novos estudos que temos que desenvolver com muita propriedade”, disse.

A arquiteta da Prefeitura de Jundiaí/ Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente agradeceu e fez a segunda questão. Quis saber se além das diretrizes de ação de zoneamento e uso do solo, é possível ter uma solução dos conflitos dos limites entre os municípios, quando os zoneamentos são conflitantes. Citou como exemplo, uma zona industrial de um município que esteja ao lado da zona de preservação do outro município.

“O plano pode ser uma oportunidade para rever o próprio limite entre os municípios, considerando que hoje é possível ver vários pontos do perímetro que corta um loteamento ficando uma parte em um município e outra em outro. Seria uma importância de se rever essa lei de perímetros dos municípios?”, questionou.

MY-Fipe respondeu que os dois pontos são muito importantes e podem ser colocados no PDUI, mas não nesse momento. “Estamos prevendo que o plano terá uma continuidade, as câmaras temáticas metropolitanas vão dar continuidade para o plano em prática. Essa instância pode receber os dois apontamentos colocados por você, principalmente com relação a esse conflito de zoneamento, um industrial e outro ambiental ao lado. E, também, a questão de limite territorial pode ser colocada tecnicamente”, explicou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos lembrou que a Região Metropolitana de Jundiaí está em formação. “A lei que criou a região metropolitana é de dezembro e já estamos conversando com o prefeito LFM e os demais prefeitos para a formação das câmaras temáticas e aprofundamento das questões levantadas pela M. Todas as FPICs terão câmaras temáticas para o aprofundamento das discussões de temas como os levantados pela S”, disse.

O conselheiro do órgão gestor do conselho da APA CCPJ começou sua fala dizendo ser representante do Sindicato Patronal da Sociedade Civil. Fez a primeira questão sobre o prazo, se é só uma semana para apresentação de propostas porque muitas pessoas talvez não saibam, pelo menos na sociedade civil e disse achar que uma semana é pouco. “Com certeza outras pessoas poderiam contribuir”, disse.

Sobre as Zonas de Interesse Social (ZEIS) para a implantação de loteamentos populares, principalmente, na região J revelou haver muita ressetorização do setor rural e urbano para colocar as pessoas nos empreendimentos imobiliários.

“O Ministério Público concorda porque tem infraestrutura, água, energia, esgoto, tem tudo, mas a implementação está sendo colocada em áreas de risco, exemplo várzeas dos rios, córregos ou áreas de talude. Essa é nossa preocupação porque, futuramente, essa população terá problemas de estar morando numa área de risco. Aqui em Jundiaí existem processos judiciais do povo contra a prefeitura por colocar loteamento legalizado em áreas de risco. Isso já um acordo e existem processos hoje na região para colocar mais loteamentos de interesse social nessa região”, disse.

Afirmou ser uma questão histórica. “Sabemos a dificuldade do povo para conquistar uma residência, mas precisamos pensar na questão futura do prejuízo não só ambiental”, alertou.

Questionou também a mineração na região. Disse que essas áreas intervêm diretamente nas várzeas do rio. “Já participamos de vários projetos e planos diretores, mas, hoje o sindicato está vendo que a nossa opinião não está sendo levada em conta, então estamos levando tudo para o judicial. Isso vai ser um conflito sério para a cidade. No momento essas são as minhas preocupações”, afirmou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos reforçou a importância de que a comunicação seja feita sempre por meio da plataforma digital que é um espaço aberto. Disse que a Fipe está à disposição para o recebimento de propostas, mas é preciso respeitar o prazo porque a ideia é que o PDUI da RMJ esteja pronto antes do período eleitoral para que seja apresentado para a sociedade e encaminhado para o conselho para aprovação da minuta do projeto de lei e encaminhado para a Assembleia Legislativa, antes do período eleitoral.

“Pode, inclusive, colocar que terá dificuldade em recolher as propostas da associação e do sindicato no prazo de uma semana, mas é fundamental receber as propostas o mais rápido possível. Para serem avaliadas pelos consultores sobre a viabilidade ou não de cada questão, mas, nenhuma ficará sem resposta. O importante todos se comunicarem com a Fipe”, enfatizou.

Uma pergunta de uma pessoa que acompanhava a audiência e disse ter sido presidente da Empresa de Água e Esgoto de Jundiaí por duas vezes e hoje é conselheiro da empresa fez uma pergunta.

“Em 2020 foi concluído o Plano de Gestão Mananciais e Bacias Hidrográficas. Nos surpreendemos porque temos uma outorga que foi assinada em 2017, Complexo Cantareira que vai até 2027 que é o que nos abastece nos meses mais difíceis, de entressafra. Temos a Bacia do Rio Jundiaí Mirim que nos dá aproximadamente, 1.200 litros por segundo, na época da chuva e quando chega o período mais difícil nos dá cerca de 300 litros por segundo. Temos reserva num total de 12 milhões de litros que conseguimos reserva, mais essa outorga que nos permite tirar 1.200 litros por segundo do Complexo Cantareira, quando necessário. Estou dizendo isso porque temos sete bacias e fomos buscar a razão dessas sete bacias. Por exemplo, a Bacia do Rio Guapeva que tem 160 litros por segundo. Essa vem pelo Rio Guapeva, cai no Rio Jundiaí e vai embora. É da Região Sul da cidade e se ela pudesse ser armazenada ali e depois distribuída proximamente evitando gastos com energia elétrica e setorizando a distribuição de água, ganharíamos com tudo isso. Em função de tudo que ouvi nesta audiência, é importante que todas as cidades saibam o que se tem de água e se está sendo desperdiçada. Independente do Rio Jundiaí que agora foi reclassificado, é

classe 3 e poderá ter um uso maior pelas cidades, inclusive já é utilizado por Indaiatuba, entendo que as nascentes dos outros seis municípios, aqui catalogamos todas as nascentes. Às vezes, somos atropelados pelos empreendimentos, mas, nem tudo se consegue segurar, mas o que dependeu da empresa até hoje, ela conseguiu fazer. Pergunto se esse caminho que foi registrado por nós, foi o melhor caminho? Isto é, sabemos e podemos ter nestas sete bacias a solução dentro de casa, sem precisar de uma outorga. Isso vamos tentar saber e ver se conseguimos mesmo. Quero saber se esse é o caminho e se já tem alguma coisa vista com esse fato, dentro do trabalho realizado”, questionou.

MY-Fipe respondeu que, no panorama regional e no diagnóstico, existem alguns dados de disponibilidade hídrica e criticidade por cada município e recomendou que pesquisasse esses documentos. Disse entender que essa colocação remete a uma outra proposta que a equipe está analisando que dentro das câmaras temáticas e das estratégias de ação metropolitanas apresentadas nesta audiência, disse ainda que a equipe pensou que é preciso haver uma estratégia de ação metropolitana encaminhando para uma câmara temática que integraria todos os municípios e discutisse esses temas integralmente.

O representante do Grupo Brasil Livre de Jundiaí disse ter percebido um ponto que não foi colocado no plano sobre o crescimento da pirâmide etária que está sendo enxuta porque tem menos jovens no Estado de São Paulo. “Por que será?”, perguntou e seguiu questionando: “Por que nos desenvolvemos e ligamos pouco para a juventude? A Juventude política hoje busca espaço e queremos levantar um ponto que é: temos os Conselhos da Juventude em todas as cidades no Estado e porque esses conselhos não se interligam para formar um Conselho da Juventude da região para que os jovens possam expressar as suas ideias?”, quis saber.

MH-consultor da FIPE classificou a colocação de B como interessante e disse que envolve outras questões sociais. “Realmente, a base da pirâmide está diminuindo. Em 1960, o nosso crescimento vegetativo era por base de 3% ano e, hoje, a média é por volta de 0,7%. Há uma emancipação das pessoas, os casais querem menos filhos, as mulheres já se emanciparam e estão mais voltadas para sua migração no trabalho, ou seja, muitos fenômenos estão acontecendo. É uma tendência de diminuição da população”, explicou.

Lembrou que, na Europa, que é o berço da cultura, o crescimento nos últimos 100 anos foi de 0% e que o Estado de São Paulo teve um crescimento brutal nesse processo. “Sob o ponto de vista da economia vemos isso com preocupação por causa da força de trabalho que está exigindo de nós muita produtividade. É um fenômeno mundial o envelhecimento da população. Alguns países grandes que até então, tinham algum cuidado com o crescimento vegetativo, hoje estão incentivando os casais a terem mais filhos”, revelou.

Contou ainda que na França, o salário família começa com um x e depois é x+3 no segundo filho e assim por diante. “Essas coisas estão vinculadas a um fenômeno do mundo moderno e Jundiaí está inserido nesse mundo moderno, apesar da nossa base de pirâmide não ter um estreitamento significativo”, disse.

Destacou ainda que a tendência é que a população economicamente ativa venha a se deslocar para as classes mais velhas da população e é uma preocupação brasileira e paulista, em especial, que vai ter um envelhecimento médio da população. “Estamos saindo dessa classe de população economicamente ativa num espaço voltado a força de trabalho. Não é uma situação exclusiva nossa, mas temos que dar uma atenção sobre esses fenômenos que acontecem na economia e muito mais na sociedade moderna”, ponderou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que o Conselho de Desenvolvimento está aberto para receber proposições de câmaras temáticas. “Encaminhem do Movimento ao Presidente do Conselho a proposição de uma Câmara Temática da Juventude para discutir políticas públicas sobre o movimento da juventude. Isso vai fazer toda a diferença na proposição dessas políticas públicas na Região Metropolitana de Jundiaí”, disse.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública.

Balanco de Presenças da AP Jundiaí - 21/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
50	5	56	9	106	14	120

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jundiaí	Conselho DAE	Membro	EP	Presencial
Cabreúva	Prefeitura	Secretaria Assistência e Desenvolvimento Social	MHRS	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Gestor	SSF	Presencial
Jundiaí	Unidade de Gestão de Educação de Jundiaí		ADP	Formulário YouTube
Jundiaí	Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos		ARR	Formulário YouTube
não menciona	Move Institute		AP	Formulário YouTube
Jundiaí	UGE - Prefeitura de Jundiaí		AU	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		AWJ	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico		AM	Formulário YouTube
Jundiaí	Conselho de Proteção Animal de Jundiaí		AEP	Formulário YouTube
Campinas	Regional- Campinas SDR	Diretor Interno	AD	Presencial
Itupeva	Prefeitura	Vice-Prefeito e Secretário de Governo	AM	Presencial/Mesa

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
não menciona	não menciona		AP	Chat
Jundiaí	Prefeitura - UGPUMA		ATA	Formulário YouTube
Jundiaí	Unidade de Gestão de Educação de Jundiaí		AOT	Formulário YouTube
Louveira	Prefeitura - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretário, representando o prefeito Estanislau Steck	AW	Presencial/Mesa
Jundiaí	Prefeitura - Mobilidade e Transporte	Gestor	AAQJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube/Chat
Itupeva	Prefeitura	Engenheira Ambiental	AJB	Presencial
Sorocaba	AGEM Sorocaba	Diretor executivo	ARN	Presencial
Cabreúva	Prefeitura	Prefeito	ACM	Formulário YouTube/Mesa
Jundiaí	UGPUMA		AB	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	não menciona		BMS	Presencial
Jundiaí	Câmara Municipal	Assessor	CF	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Gestora de Segurança Municipal	CB	Formulário YouTube
Jarinu	Prefeitura	Secretario	CEM	Presencial
não menciona	ACEAATT		CMK	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil	Médica Veterinária	CSP	Formulário YouTube
Jundiaí	DAE Jundiaí		COF	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		CSTC	Formulário YouTube
Jundiaí	Câmara Municipal	Vereador	DL	Presencial
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão de Promoção da Saúde		DAPM	Formulário YouTube
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão da Educação		DJC	Formulário YouTube
Jarinu	Prefeitura	Prefeita	DP	Presencial/Mesa/Formulário YouTube
Campo Limpo Paulista	Prefeitura - Secretaria de Serviços Urbanos		DRB	Presencial/Formulário YouTube/Chat
não menciona	não menciona		UG	Chat
Jundiaí	Câmara Municipal	Vereador	EV	Presencial
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão de Agronegócio Abastecimento e Turismo		EA	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Formulário YouTube
Jundiaí	Câmara Municipal	Assessor	EL	Presencial
Jundiaí	DAE Jundiaí		EB	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Câmara Municipal	Presidente	FT	Presencial/Mesa
Várzea Paulista	Prefeitura	Assessor	FC	Presencial
Itupeva	Secretaria da Saúde		FAG	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Cabreúva	Câmara Municipal	Vereadora e Presidente	FB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FDD	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Formulário YouTube
Jundiaí	Câmara Municipal	Gabinete do vereador Rogério Jundiaí	FLA	Formulário YouTube
Várzea Paulista	Prefeitura - Obras e Urbanismo		FM	Formulário YouTube
Campo Limpo Paulista	Prefeitura	Gabinete - Prefeito Campo Limpo Paulista	Prefeitura Campo Limpo Paulista	Formulário YouTube
Cabreúva	Câmara Municipal		GMG	Formulário YouTube
Cabreúva	Prefeitura	Secretário Adjunto - Assistente Social	GGT	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Diretor/UGPuma	GTNL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		IM	Formulário YouTube/Chat
Campo Limpo Paulista	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social		JFR	Formulário YouTube/Chat
Campinas	Drads Campinas	Diretora Regional	JSL	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Câmara Municipal	Assessora	JSL	Presencial
Louveira	Sede	Chefe divisão	JR	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Jundiaí	IRREJIN	Presidente	JCF	Presencial
Jarinu	Prefeitura	Vice-Prefeito	JCLC	Presencial
Jarinu	Câmara Municipal		JL	Presencial
Itupeva	Defesa civil		JJF	Formulário YouTube
Jundiaí	Movimento Brasil Livre	Liderança	JBB	Presencial/Formulário YouTube/ Chat
Jundiaí	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)	Diretor	JEDR	Presencial
não menciona	Conselho da APA CCPJ	Conselheiro	J	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes		JMAN	Formulário YouTube/Chat
Itatiba	Câmara Municipal	Vereador	JUGJ	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Chefe de Gabinete	JO	Presencial/Mesa
Jundiaí	Instituto Federal de São Paulo - Campus Jundiaí		KMS	Formulário YouTube
Itupeva	Prefeitura - Secretaria de Obras		KRS	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Prefeitura de Jundiaí / Assessora de Políticas para a Juventude		LAB	Formulário YouTube
Louveira	Sede	Pesquisadora	LD	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jundiaí	Secretaria De Educação de Jundiaí- Departamento Educação Infantil		LRAS	Formulário YouTube
São Paulo	IMCI	Presidente	LL	Presencial
Jundiaí	Secretaria de Segurança Pública	Delegado	LCBJ	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Prefeito	LFM	Formulário YouTube/ Mesa
São Paulo	SABESP		MMO	Formulário YouTube
Jundiaí	UGEL	Gestor Adjunto	MN	Presencial
São Paulo	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)		MRS	Formulário YouTube/Chat
Campo Limpo Paulista	Prefeitura	Assessora	MS	Presencial
Jundiaí	Câmara Municipal	Vereador	MPS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Jundiaí	não menciona		MAR	Formulário YouTube
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Formulário YouTube/ Chat
São Paulo	Equipe Fipe	Técnica	MYM	Presencial
não menciona	SMC Sociedade pela Mata Ciliar		MPV	Formulário YouTube
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão de Educação		MESO	Formulário YouTube/Chat
São Paulo	Equipe Fipe	Consultor	MH	Presencial
não menciona	Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário	Supervisora Administrativa	M	PresencialFormulário YouTube
Campo Limpo Paulista	Prefeitura / Secretaria de Meio Ambiente	Secretário	NLRN	Presencial/Mesa
Jundiaí	Câmara Municipal	Comunicação	PML	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Diretora	PCS	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		PCVLS	Formulário YouTube
Jundiaí	Polícia Militar de São Paulo	Major	PGS	Presencial
Jundiaí	Polícia Militar de São Paulo	[?]	PHR	Presencial
Itupeva	Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico		PGCN	Formulário YouTube/Chat
Campo Limpo Paulista	Prefeitura/Secretaria de Planejamento, representando o Prefeito Luiz		RM	Presencial/Formulário YouTube/Chat/Mesa
Louveira	Prefeitura	Vice- Prefeito	RG	Presencial
Itupeva	Sociedade Civil	Munícipe	RER	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Formulário YouTube/Chat
Várzea Paulista	Prefeitura	Prefeito	RWRB	Presencial/Mesa
Louveira	Secretaria de Gestão Ambiental		RMGSC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Formulário YouTube/ Chat

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
não menciona	Proteção Animal		SVS	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão de Mobilidade e Transporte		SFD	Formulário YouTube
Jundiaí	Secretaria de Obras e Planejamento		AS	Formulário YouTube
Sorocaba	AGZMS	Assessora tsécnica	SL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SMMS	Presencial/Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Prefeitura	Arquiteta, Diretora de Urbanismo	AS	Presencial
não menciona	não menciona		TGB	Formulário YouTube
Jundiaí	não menciona	Gerente	TVA	Presencial
Jarinu	Secretaria Turismo, Esporte, Cultura e Lazer		TBBS	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	não menciona		V	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens		VFG	Formulário YouTube/Chat
Várzea Paulista	não menciona		Várzea Paulista	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil	Engenheira Civil	WMV	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		WHSC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Formulário YouTube

IV. REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO

IV.1. Sub-região Batatais

Data: 24/1/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Câmara Municipal de Batatais. Praça Dr. Washington Luís, 01 – Plenário – Centro, Batatais/SP

Municípios convidados: Altinópolis, Batatais, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo e Tambaú.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional abriu a audiência dando boas-vindas a todos. Explicou que a audiência pública tem como objetivo principal, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, apresentar e debater o conteúdo do caderno preliminar de propostas com a população metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o Caderno de Insumos detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Ressalta que ocorrerão outras duas audiências públicas com este mesmo intuito, para detalhar os trabalhos realizados nas sub-regiões de Jaboticabal e Ribeirão Preto, que acontecerão respectivamente nos dias 26 e 28/01. Agradeceu as presenças de todos que acompanham presencialmente na Câmara Municipal de Batatais e na transmissão ao vivo pela internet no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Agradeceu à Câmara Municipal de Batatais pela cessão de uso do plenário e de toda a infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente, a geração das imagens para o ambiente virtual. Agradeceu também ao prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMRP e informou que o local segue todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e, por isso, estava limitado o acesso dos convidados.

Conforme já orientado no convite, a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana e pode ser acessada pelo endereço eletrônico <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

Expôs o regulamento da audiência pública (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-R-MRP-AP-PDUI-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por

meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência, foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto
- Presidente da Câmara Municipal de Batatais
- Coordenador institucional do projeto Fipe
- Prefeito de Cajuru
- Prefeito de Cassia dos Coqueiros
- Prefeito de Mococa
- Prefeito de Morro Agudo
- Prefeito de Nuporanga
- Prefeito de Orlandia
- Prefeito de Sales Oliveira
- Prefeito de Santa Cruz da Esperança
- Prefeito de Santa Rosa de Viterbo
- Prefeito de Tambaú
- Vice-prefeito de Santo Antônio da Alegria
- Vice-prefeito de Altinópolis

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional anunciou a participação virtual do vereador de Ribeirão Preto, presidente do Parlamento Regional. Ressaltou que o Parlamento possibilitará a participação efetiva dos vereadores no plano regional e terá uma atuação decisiva nas resoluções que forem tomadas.

Informou ainda que dois vice-prefeitos – Altinópolis e Santo Antônio da Alegria – substituíam os prefeitos que estavam com covid. Explicou o objetivo da audiência para a elaboração do Plano de desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

A abertura das manifestações das autoridades que compunham a mesa diretora foi feita pelo presidente da Câmara Municipal de Batatais, que agradeceu a presença dos vereadores, dos prefeitos, e vice-prefeitos, secretários municipais, técnicos, pessoas que estão no ambiente virtual e demais pessoas. Desejou aos participantes uma tarde de muito trabalho que resulte em melhorias para a população.

O prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto falou em seguida e deu boas-vindas a todos que acompanhavam a audiência pú-

blica. Manifestou gratidão a todos os prefeitos e vereadores, agradeceu ao presidente da Câmara pela recepção da reunião que é tão importante para a região.

Destacou que o Plano de Desenvolvimento Urbano Regional de Ribeirão Preto é de extrema importância porque primeiro cada município tem suas dificuldades, seus problemas individuais e no conjunto existe a região metropolitana com problemas diversos.

Disse que ano passado houve repasse de cerca de R\$ 1.600,00 para leito de UTI devido a covid e este ano os municípios que mantiveram as UTIs que atendem a regional, estão recebendo um repasse de cerca de R\$ 600,00 ressaltando que os municípios menores têm uma inviabilidade muito grande de poder manter os seus leitos.

Afirmou, ainda, a importância do transporte público intermunicipal, segurança pública, disposição final de resíduos sólidos que são vários temas de muita importância para toda a região.

Agradeceu a oportunidade de debater sobre esses temas. Sobre a região metropolitana coloca que estão para agendar uma reunião de trabalho com os prefeitos que ainda não aconteceu a pedido do secretário de Desenvolvimento Regional e do vice-governador que pediram para que esperassem a realização desta reunião e o retorno do Parlamento Regional porque haverá algumas modificações nas regiões metropolitanas e novidades na criação do Fundo Metropolitano e das agências metropolitanas, quando haverá maior liberdade e mais condições de fazer um trabalho regionalizado. Disse que aguardava o mês de fevereiro para agendar essa reunião.

O coordenador institucional do projeto pela Fipe seguiu o protocolo e cumprimentou todas as autoridades presentes, agradeceu a recepção e afirmou que estava com uma dupla representação: como pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e como coordenador institucional do projeto.

Disse ter trabalhado por mais de 40 anos no governo do Estado tendo sido, inclusive, presidente da Empresa Paulista de Planejamento (Emplasa) e atuado como representante dos conselhos de administração da Emplasa e da Secretaria de Desenvolvimento Regional e mais recentemente, assumiu a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, ocasião em que participou de todas as reuniões do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto no ano de 2019.

Lembrou que o governador, logo no seu primeiro dia de mandato, criou a Secretaria de Desenvolvimento Regional para concretizar uma promessa de campanha de fazer uma gestão municipalista. Segundo o governador, lembrando um ex-governador, disse que as pessoas moram no município, mas, convivem na região, seja para ir a um hospital, ou para ir em um evento cultural, ou em um evento turístico, ou para fazer uma compra, ou seja, cada vez mais as pessoas têm uma interação, cada vez mais, forte e agora, mais ainda pela tecnologia, via rede.

Disse que, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, a regionalização passou a ser um importante referencial para a definição das políticas públicas porque há possibilidade de racionalizar o uso do território, com relação aos seus recursos e para viabilizar projetos que

requerem maior escala e complexidade porque muitos projetos só se viabilizam na escala regional, como por exemplo um projeto de resíduo sólido ou um projeto de desenvolvimento turístico regional, ou que envolva recursos hídricos.

“Enfim, tudo o que significa fluxos e que ultrapassa as fronteiras dos municípios. São essas políticas públicas que a Constituição Federal chamou em 1988 de Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), são aquelas que o município precisa, mas, tem dificuldade de implementar, a não ser que se faça um aporte significativo de recursos”, explicou.

Seguiu explicando que ao se promover a integração regional está se otimizando os recursos e viabilizando a implantação de políticas públicas de natureza regional.

“O grande desafio desse século para os gestores públicos, para os empresários, lideranças e comunidade em geral, é o desenvolvimento sustentável e para colocar o nosso estado no rumo do desenvolvimento sustentável é necessário promover o desenvolvimento regional, construir a coesão regional que se constrói atuando na redução das desigualdades regionais e intrarregional, construindo a intersectorialidade das políticas interfederativas com a participação da sociedade, ou seja, ter uma visão da região como um todo. É isso que o estado busca com o PDUI que é um plano territorial que se insere no contexto de desenvolvimento regional, desenhado pela SDR que é o projeto da nova regionalização, definida pelo governador como uma política pública de estado para perenizar ao longo dos anos”, explicou.

Destacou ainda que existem dois eixos de atuação, a construção da governança interfederativa e o planejamento territorial, ou seja, plano e gestão de forma integrada que como já foi mencionado pelo coordenador-geral da Fipe, planejamento e gestão são imanentes, são inseparáveis. “Da governança nasce o plano que vai dar as diretrizes para ação do Conselho de Desenvolvimento”, enfatizou.

Acrescentou ainda que, no ano de 2021, foram feitas 26 audiências públicas em todo o território porque o objetivo do governador que vem sendo implementado pelo secretário de desenvolvimento regional é regionalizar todo o território paulista.

Destacou que nas audiências públicas da Nova Regionalização foi apresentado uma proposta de regionalização pela Fundação Seade com base em estudos de dispersão urbana da Regic, com o objetivo de criar uma rede de cidades integradas em cada região.

“É preciso entender que estamos criando uma nova conceituação da questão regional metropolitana que não se baseia mais somente na conurbação que é um fator superado pela realidade dos municípios que cada vez mais, devem implantar políticas públicas que adensam mais a área urbana porque o espraiamento encarece a infraestrutura, então, cada vez mais, vai ser difícil essa conurbação e o que mais importa é a intensidade dos fluxos, ou seja, cada vez mais as pessoas, as empresas e os governos estão agindo num território regional”, explicou.

Afirmou que nas 26 audiências públicas regionais foi apresentado o estudo desenhado da Fundação Seade e, em cada uma, esse desenho foi sendo aperfeiçoado.

“A versão final é bem diferente da inicial porque esse é um processo técnico é político, ou seja, apresentamos um estudo técnico, mas os prefeitos, os parlamentares e a sociedade deram a sua visão em função da realidade local da região. Hoje, o governo tem um projeto que está tramitando na Procuradoria Geral do Estado para ser enviado para a Assembleia Legislativa propondo a nova regionalização do Estado de São Paulo que passará a contar com 32 unidades regionais, sendo 9 regiões metropolitanas, 9 agrupamentos urbanos e 14 regiões de estado, cada uma com um arranjo institucional de governança e um plano territorial que será feito em todas as 32 unidades regionais. É importante frisar que o vice-governador participou de todas as audiências públicas e o governador, de acordo com sua agenda. Isso resultará numa nova organicidade, se pensarmos, de que serve uma região administrativa se nem os órgãos setoriais do estado seguem o desenho das regiões administrativas”, destacou.

Disse ainda que vice-governador apontou é que uma vez aprovada a regionalização na Assembleia Legislativa, ele vai providenciar a adequação dos órgãos setoriais a essa nova regionalização.

“Isso é muito importante e vai propiciar uma gestão mais efetiva do nosso território. O nosso arranjo de governança interfederativa vai ser modificado com essa nova lei e o Conselho que hoje se compõe de representantes do Estado, contará com a participação da sociedade civil. O governo está defendendo um projeto de lei que seja representante das Funções Públicas de Interesse Comum, ou seja, entidades que atuem no saneamento, no desenvolvimento econômico, no meio ambiente, na moradia, na mobilidade etc. Será um Conselho tripartite organizado dessa forma. Também foi encontrada uma saída para trazermos para dentro dessa governança interfederativas, o legislativo que atuará num arranjo institucional de um Conselho Consultivo como o Parlamento Regional, que terá três funções fundamentais: uma é trazer as demandas das regiões para dentro do Conselho”, afirmou.

Explicou ainda que em colegiado do executivo não é possível trazer o voto do legislativo e já tem jurisprudência, porém, a força de um Parlamento Regional, uma mera regulamentação ou uma indicação, já tem o poder de muitos votos, porque é um conjunto de vereadores que farão uma recomendação e é importante que cada Conselho de Desenvolvimento organize as câmaras temáticas porque elas é que darão organicidade a esse modelo.

“Serão uma para cada Função Pública de Interesse Metropolitano, e terá a participação de secretários, empresários, técnicos para contribuir com cada uma das câmaras temáticas. Do lado do Estado teremos uma Agência Estadual de Desenvolvimento. Tivemos dificuldade em 2019 e a discussão para criação da agência foi interrompida porque não conseguimos superar as exigências do Ministério Público e da Secretaria da Fazenda. A proposição agora é de uma Agência Estadual com escritórios regionais, com representações das agências em cada unidade regional com um quadro mais enxuto, voltado para a atividade finalíssima e a área meio que é a área contábil e administrativa”, esclareceu.

Além disso, destacou que essa agência estadual dará suporte para os Conselhos de Desenvolvimento de cada unidade regional e o Fundo de Desenvolvimento Regional terá aportes do Estado e dos municípios com o objetivo de bancar projetos. “Não é para bancar obras. Hoje os organismos multilaterais de financiamento, priorizam projetos na escala regional”, disse.

Deu como exemplo o que aconteceu em Campinas onde foi feito um projeto de saúde na região metropolitana e naquele contexto, uns dez anos atrás, o BID fez uma oferta de 240 milhões para aplicação em planos regionais de saúde.

A fala foi interrompida porque o secretário de Desenvolvimento Regional entrou on-line para saudar os participantes.

O secretário de Desenvolvimento Regional cumprimentou todos os presentes e disse ter acompanhado desde o início a formação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e a concepção das novas regiões metropolitanas. “Entendo que o passo que estamos dando agora é essencial para o futuro da região. O bom vento ajuda aquele que sabe aonde quer chegar por isso que o governador e o vice avançaram com o Planejamento Urbano Integrado, nossos PDUs. É uma expectativa de longos anos, preconizado pelo Estatuto da Metrópole, mas, que até então não tinha tido esforços como estamos fazendo agora”, disse.

Disse ainda que o modelo de audiência pública não era um prato pronto que chegava para a comunidade, mas é construído a múltiplas mãos para que possa se tornar um plano que vai estabelecer possibilidades de financiamento, até mesmo internacional no médio prazo financiamento de recursos do estado e do governo federal em projetos estratégicos da região de questões comuns que vão avançar ao longo desse processo.

“Já estamos avançando com essa audiência pública nesse modelo em um estado que se moderniza e que, através da nova regionalização, estabelece novos conceitos”, disse, antes da transmissão cair.

A palavra voltou para o coordenador institucional do projeto que falou que o objetivo principal é colocar o estado no rumo do desenvolvimento sustentável e que a estratégia é a governança inter-federativa e o plano territorial em novas unidades regionais.

Avaliou que o Estado de São Paulo considerado isoladamente está à frente de 170 países com uma infraestrutura instalada de primeiro mundo, parques tecnológicos, uma ampla conectividade. “As melhores rodovias do país estão aqui, a modernização dos aeroportos, uma capacitação intelectual de alto nível. Portanto, temos capacidade e não dá para conviver mais com desigualdade territorial no nosso Estado e regiões muito mais ou muito menos desenvolvidas, o objetivo é homogeneizar o território”, ressaltou.

O prefeito de Cajuru cumprimentou a todos e disse que esse momento é ímpar para a região quando serão discutidos os principais pontos para o desenvolvimento da região. Comentou que assim como dito prefeito de Batatais, na semana passada houve um momento muito difícil com o repasse do governo federal para leitos.

“Se não estou enganado foi prorrogado por mais 30 dias o aporte de R\$ 1.600,00. Ganhamos um prazo nesse momento difícil onde o índice de Covid-19 vem aumentando, mas, Graças a Deus não estamos tendo a mesma incidência de internações em UTIs, mas, não se sabe o que vem pela frente. É importante ter uma discussão regional sobre isso”, disse.

Destacou ainda que para Cajuru, Santa Rosa do Viterbo, Cassia dos Coqueiros, Santa Cruz um ponto importante é a recarga do Aquífero Guarani. Disse ser preciso evitar a poluição do Aquífero e o próprio Ribeirão Preto porque várias cidades utilizam o aquífero para o abastecimento de água. “É importantíssimo discutir qual é o caminho que vamos seguir daqui para frente”, afirmou.

Disse que Cajuru está à disposição para pensar de forma coletiva na região e que esse passo que está se iniciando. Ressaltou que o planejamento vai ser importante porque existem pessoas que necessitam demais do poder público, por exemplo, para o transporte intermunicipal, não só visando trabalhadores, mas estudantes e todos os que necessitam de transporte.

“É preciso rever porque tem um custo alto, portanto temos que pegar todos os temas colocados aqui e pensar com muita responsabilidade”, disse.

O prefeito de Cássia dos Coqueiros cumprimentou a todos e disse que para o bom andamento dos trabalhos os municípios precisam trabalhar juntos, principalmente na área da saúde. Disse que em Cássia dos Coqueiros que fica a 70 km de Ribeirão Preto não tem transporte municipal.

“A população usa como transporte municipal um veículo da prefeitura que transporta todos os dias trabalhadores para trabalhar na região, principalmente em Ribeirão Preto. Empresas que deveriam levar transporte, não têm interesse”, revelou.

Disse ainda que, às vezes, se alguém coloca uma van, a fiscalização barra e a Artesp cobra por esse ato. “Em pleno século 21 o município está à mercê de transporte municipal. Esse é o ponto principal que eu queria levantar”, destacou.

O prefeito de Mococa cumprimentou a todos e disse que falaria para todos pensarem. Quis destacar dois assuntos. Um deles que é preciso repensar a questão do financiamento da saúde pública para os municípios.

Ele citou como exemplo o repasse do governo federal para Mococa que repassa para a alta complexidade, cerca de 900 mil reais, sendo que, 500 mil reais vão para a Santa Casa e sobram 400 mil reais. Para a atenção básica são 400 mil reais, ou seja, dá uns 800 mil reais para a prefeitura.

“Só a mão de obra para trabalhar na prefeitura fica em 1 milhão e 800 mil reais. O SUS é lindo e maravilhoso, mas, ele precisa ser feito de uma forma que valorize o que o município está fazendo e repasse os recursos necessários, é fundamental para os municípios não quebrarem por causa da saúde”, enfatizou.

Disse que a forma de financiamento de saúde hoje no Brasil joga a responsabilidade cada vez mais para o município que já está sufocado, portanto, é preciso rever o financiamento para a saúde pública.

O outro assunto é desenvolvimento econômico sustentável. Comentou que enviou uma mensagem ao secretário porque, por exemplo, Batatais não poderá mais ter a Festa do Leite porque em

Minas Gerais está em 2% e em Batatais é 12%. Disse que Mococa está a 6 Km de Minas Gerais e o estado está com agressividade e tirando empresas de Mococa assim como vai tirar de Santo Antonio da Alegria.

“Quase perdemos a Mococa AS, perdemos uma metalurgia. Falei com o secretário de uma ação a curto prazo para dar uma condição melhor para os municípios que estão em área de divisa. O pior é que quando eles precisam de saúde veem tratar no nosso Estado, usam dos nossos recursos para educação também. Quando se perde, não perde Mococa, perde o Estado de São Paulo”, destacou.

Afirmou ainda que o Estado de São Paulo é uma potência mundial, mas é preciso rever a questão tributária que não é justa e está gerando pobreza. Citou como exemplo que em Mococa são 740 famílias abaixo do nível de pobreza porque o maior trabalho social que existe é o emprego, que não existe.

Disse que gostaria de discutir com todos o fomento da saúde, mas, pediu que essa questão fosse levada ao secretário. “Tenho conversado com os deputados também. É uma ação necessária porque hoje para transferir uma empresa de São Paulo para Minas, eles têm área, tem o investimento do Banco de Minas, tem tudo para tirar a empresa daqui, o que faz com que percamos a geração de emprego e renda. Conseguimos uma empresa e perdemos duas o que gera pobreza”, analisou.

Afirmou ainda que, na área da saúde, conseguiu manter as UTIs, mas, precisou pedir medicamentos e a Farmanet tem um teto. “A prefeitura pega os remédios e distribui, mas é preciso aumentar o teto porque o valor do medicamento aumentou e recebemos menos medicamentos. Na questão da saúde a setorização em municípios, estado e federação precisa ser revisto urgentemente. O governo brasileiro precisa ser mais justo na transferência de recursos para os municípios”, pediu.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que o secretário de Desenvolvimento Regional pediu que a equipe insistisse com o prefeito de Mococa para comparecer porque, por enquanto, Tambaú e Mococa ainda pertencem a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, mas nesse processo da nova regionalização, o estudo do Seade identificou a proximidade das duas cidades, muito mais com São João da Boa Vista, porém, as ações beneficiam todos os municípios vizinhos da região metropolitana.

“O secretário agradeceu a presença do prefeito e vou levar a questão da guerra fiscal, importante tema para o Conselho de Desenvolvimento que é composto pelos 34 municípios da região, debater. Hoje a presença é de 13 municípios e nas demais audiências irão os outros. Esse tema tem que ser debatido por todos os municípios, principalmente os que fazem divisa com Minas Gerais”, disse o assessor.

O prefeito de Morro Agudo iniciou sua fala dizendo que participa das discussões da região metropolitana desde que era vereador, depois como vice-prefeito e agora como prefeito.

“Hoje é importante falar do Fundo de Financiamento porque orçamento é fundamental. Então, a Assembleia Legislativa precisa aprovar de forma mais célere o Fundo de Financiamento da Região

Metropolitana de Ribeirão Preto. A região metropolitana é integração de pessoas e nesse sentido, estamos falando de transporte intermunicipal porque para ter uma região metropolitana consolidada, é preciso ter o transporte intermunicipal, com investimento do estado e a terceira questão é transporte de dados”, afirmou.

Destacou que hoje se vive no mundo da internet com as regiões integradas e é preciso lutar pelo transporte de dados com preço mais acessível, falando no mesmo DDD, sem cobrar ligações locais.

Exemplificou que Morro Agudo é o maior município da região metropolitana e tem ligação com a região administrativa de Franca. “O DRS está ligado a Franca, mas, se Morro Agudo for para o aglomerado de Franca, esse aglomerado ficará maior que a região metropolitana de Ribeirão Preto. As terras que temos é um ativo que possuímos e terra é produção, ou seja, Morro Agudo é o maior produtor de cana de açúcar”, disse.

Informou ainda que a State Grid/CPFL construiu em Morro Agudo uma subestação de energia que é o maior investimento da State Grid/CPFL no Estado de São Paulo. “Foi feita uma prospecção de 201 usinas produtoras de açúcar no Estado de São Paulo sendo que, 33 delas estão a 100km de Morro Agudo”, disse.

Na questão tributária levantada pelo prefeito de Mococa sugeriu um royalty. “Se temos royalty na exploração de petróleo e se tivermos royalty na exploração da cana de açúcar e o investimento, e a concessão chinesa que vai até 2046, podemos ter uma saída interessante. O Brasil respeita contratos e se será até 2046, estamos falando de transição de matriz energética, de necessidade de aumentar impostos para financiar políticas públicas, não há dúvida que passa pela energia e pela cana de açúcar e essa é a contribuição que Morro Agudo pode dar”, expôs.

Ainda elogiou Batatais que é uma estância climática e Altino Arantes que deu nome a uma rodovia de interesse turístico, tem Altinópolis com as grutas, Orlândia que é uma cidade planejada, Sales de Oliveira que tem uma boa cerveja, Morro Agudo com todo esse interesse colocado e que até Barretos é uma rota de turismo.

“A região tem rotas turísticas, cidades para ligar pessoas, economia criativa. Resumindo os pontos são: integração de pessoas, transporte, DDD, royalty para exploração de cana de açúcar e economia criativa”, enfatizou.

O prefeito de Nuporanga destacou em sua fala que é interessante essa nova reformulação apresentada pelo consultor institucional porque Nuporanga está mais perto de Minas Gerais e de São João da Boa Vista, mas lá é outra realidade, inclusive o DDD já é (19), Nuporanga, Sales, Morro Agudo e Orlândia, pertencem a Franca na saúde, educação São Joaquim da Barra, região metropolitana Ribeirão Preto e circunscrição judiciária Batatais.

“É muita confusão, os municípios ficam perdidos. Se acontece algum problema tem que pensar se é Franca, Batatais, São Joaquim da Barra, região metropolitana, não tem um único direciona-

mento. Nuporanga é uma cidade de 7 mil habitantes e um dos problemas é que não tem hospital, só pronto atendimento, é só urgência e emergência e criação de vagas da CROSS para liberação de leitos. Os médicos aqui podem comprovar”, disse.

Comentou ainda que enquanto se dirigia para a audiência aconteceu um acidente com um rapaz que triturou o braço e ninguém consegue uma vaga para atendê-lo. “Nuporanga tem um médico plantonista, um enfermeiro e uma ambulância e São Joaquim não queria liberar a vaga e aí o prefeito é acionado e não tem o que fazer porque liberação de vaga na CROSS não depende do prefeito, precisa intervenção do Estado que tem que ajudar os municípios pequenos”, exemplificou.

Disse que dava o exemplo de Nuporanga, mas vale para transferência de qualquer coisa. “O médico que avalia na CROSS está em São Paulo e não sabe a realidade do município, então a cidade tem muita dificuldade na área da saúde”, apontou.

Disse ser esse um dos principais pedidos, além da organização da telefonia. Sobre o transporte intermunicipal, por exemplo, desde o início da pandemia a cidade estava sem transporte intermunicipal. Disse que já havia sido enviado ofício para a Artesp e a resposta foi que a São Bento não está operando porque não compensa financeiramente porque não tem gente para transportar por causa do transporte clandestino e a população fica desassistida.

“As vans clandestinas entram para solucionar o problema e se uma capota e morre alguém, a culpa é da prefeitura que não fiscalizou. Essas vans vêm de fora, não são do município. A São Bento poderia diminuir o tamanho e a qualidade dos ônibus, mas resolver o problema”, alertou.

Reafirmou a importância do PDUI para resolver todos os problemas como, por exemplo, o aterro para lixo domiciliar que é disposto em Sales de Oliveira. Explicou que a distância de Nuporanga até lá são 10km, mas tem municípios como Itirapuã, Rifaina que estão mais longe e trazem o lixo para Sales de Oliveira, que é o aterro mais próximo.

“Nuporanga também tem um aterro, mas a Cetesb está pegando no pé por causa de massa verde. O pessoal que corta árvores na cidade tem que realizar a limpeza e a prefeitura faz uma área de transbordo no aterro, mas, não pode deixar muito tempo senão a Cetesb vem e multa. Daí o município que é penalizado e a prefeitura tem que pagar para transportar galho de árvore para dar a destinação correta do lixo domiciliar e resíduo de construção. Tudo fica nas costas do município e cada dia que passa são menos recursos e mais obrigação”, reclamou.

Colocou ainda que desde o início acompanha a discussão sobre a região metropolitana e diz que é preciso se mobilizar. Disse que atualmente a moda é consórcio para trabalhar em conjunto com a região metropolitana e para o Estado é melhor atender toda a região do que um município e quem sofre é o prefeito já que nos municípios pequenos a população cobra direto na casa do prefeito.

“A população tem o direito de cobrar, mas para eles quando a pessoa ocupa um cargo público ela deixa de ser humano e passa a ser super-herói que tem poder para tudo e infelizmente, não é assim”, disse.

Exemplificou ainda que na área de segurança, Nuporanga tem uma viatura e dois policiais. Disse que iria consultar a plataforma e que é preciso resolver os problemas com saúde, transporte e educação.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos afirmou que a ideia é trazer os secretários de estado numa reunião do Conselho de Desenvolvimento para debater todas as questões levantadas que são comuns a todos, inclusive a Artesp. Lembrou que em Piracicaba tem uma concessionária de rodovia com muitos questionamentos e o secretário de Desenvolvimento Regional pediu que fosse informado sobre a proposta dessa reunião para quando o Conselho de Desenvolvimento retomar as atividades.

O prefeito de Orlandia agradeceu pelo convite para participar da audiência e começou fala destacando a importância do convite para discutir sobre a região porque têm vários problemas.

“Nossa região não é a de Ribeirão e nem é uma região qualquer porque somos uma potência no Estado, principalmente no agronegócio e a indústria 4.0 e tem um potencial de crescimento cada vez, maior”, pontuou.

Avisou que suas considerações seriam em termos de saúde pública porque a região vive um grande problema junto a central de liberação de vagas e disse ser preciso regionalizar.

Disse que o fato de pertencer a regional de Franca e integrar a Região Metropolitana de Ribeirão Preto causa grandes dificuldades. “A covid assolou fortemente a região e continua assolando e a falta das UTIs, vagas de alta complexidade e de moderada complexidade continuam sem solução”, disse.

Contou que recentemente teve uma reunião em que ele colocou a questão da judicialização porque os municípios são pequenos, os recursos são poucos e a judicialização tem trazido preços muito altos de medicamentos e de alta tecnologia.

Sugeriu criar Câmaras Municipais com a presença de todos os poderes, Ministério Público, médicos e representantes da sociedade para discutir frente a frente a judicialização. “São medicamentos de alta tecnologia e de alto custo que vem acabando com os nossos recursos e que deveriam estar junto com a atenção básica, prevenção e promoção de saúde”, afirmou.

Em relação ao transporte, disse que a região é forte no agronegócio – agradeceu a atenção do governo do estado com os pequenos produtores rurais, com as estradas rurais e a implementação do “Melhor Caminho” – e pediu, em nome dos produtores da região uma atenção maior com relação à segurança porque é muito grande o aumento de crime no meio rural, de roubos e pequenos furtos.

Disse que a região tem uma rede viária interligada e o governo tem se dedicado fortemente com a melhoria das vicinais que são importantes para escoar a produção, mas tem algumas particularidades que precisam ser resolvidas.

Citou como exemplo Sales de Oliveira, que tem um pequeno trecho de uma vicinal que há anos a duplicação vem sendo reivindicada. “Muitos trabalham em outras cidades, usam essa estrada e tem se perdido vidas, frequentemente”, alertou.

Sobre o tema do meio ambiente, principalmente falando do Aquífero Guarani, ele disse haver dificuldade com abastecimento de água, escoamento de esgoto e quanto ao turismo, disse que a rodovia Altino Arantes é um eixo de turismo e é preciso fomentar essa linha.

Enfaticou que é necessário preparar a região que já é altamente tecnológica, capitaneada por Ribeirão Preto para estar preparada para a nova era de troca de informações, Internet 5G e é preciso que todos estejam interligados.

Solicitou incentivos e alternativas de fonte energética dizendo que existe energia eólica, mas principalmente é a energia solar. Pediu ao governo que estimule esses projetos para que possam ser usados pelas indústrias e residências e que para resolver tudo é preciso trabalhar em conjunto.

O prefeito de Santa Rosa do Viterbo disse que tem a região metropolitana, tem o Consórcio Municipal da Mogiana, tem o Consórcio Municipal dos Pequenos Municípios, Consórcio da Microrregião de Ribeirão Preto e os temas discutidos são redundantes e não havendo uma ação efetiva. “Isso acaba tornando-se desgastante e desanimador”, disse.

Propôs que, dentro da região metropolitana, fosse criado um esquema de interlocução com os consórcios para discutir os temas uma vez só. “Então, o que se discute aqui leva para lá e vice-versa, ou seja, criar um grupo de interlocutores para discutir os mesmos temas. Levanta a necessidade de um melhor arranjo regional formando grupos de pequenos municípios que possam agir em pequenos núcleos”, disse.

Exemplificou com o caso da saúde que foi discutido em reunião recente que seria feito um documento sobre a questão do CROSS para ser discutido no Palácio com o vice-governador para agilizar o atendimento de vagas.

Outro tema foi a judicialização. Disse que em Santa Rosa existe uma ação judicial porque um senhor recebe da prefeitura por mês 250 fraldas, ele tem condições financeiras para bancar, mas, se não receber o prefeito vai preso.

“O que acontece é que a justiça local faz uma análise de quem entra com ação desse tipo e, às vezes, é negado, mas na estância superior não se nega nada, independente da situação econômica do município. Dessa maneira, é preciso fazer uma gestão política junto à Justiça para que pelo menos faça uma análise social daquele que entra com ações e que haja para aquelas que forem garantidas ao requerente, uma participação do estado efetiva porque é um custo altíssimo, vai chegar um momento que as prefeituras não darão conta”, alertou.

Outro ponto levantado pelo prefeito foi sobre o acúmulo de procedimentos que são levados para o HC de Ribeirão Preto porque muitas vezes os procedimentos podem ser resolvidos nos municí-

pios. Disse que acompanha esse problema há muito tempo e sempre se falou em criar núcleos de referência e nessa mesma reunião vários prefeitos falaram da estrutura que as Santa Casas têm para atender procedimentos de baixa e média complexidade.

“Em Santa Rosa tem uma Santa Casa que a prefeitura faz um aporte que banca 50% do custo da Santa Casa, ela tem uma boa estrutura física, porém tem uma baixa resolutividade por falta de profissionais e recursos. Dessa maneira, a criação de núcleos de atendimento específico, por exemplo, Cajuru atende cardiologia, Santa Rosa ortopedia, ou seja, que tenha uma regionalização do atendimento”, afirmou.

Considera que é uma proposta com muita possibilidade êxito e sobre as UTIs, de Cajuru, elas precisam ser mantidas para desafogar o HC de Ribeirão e as outras cidades para onde são enviados os pacientes.

Ainda levantou a questão dos convênios e seguros de saúde. Disse ser preciso uma assessoria jurídica para cobrar. “Em Santa Rosa, era o seguro São Francisco e agora é o HapVida e piorou muito. O que ocorre é que o pronto atendimento da Santa Casa é muito mais rápido que o ambulatório do convênio que dá um chá de cadeira o que sobrecarrega o atendimento da Santa Casa. E, também, vem muita gente de Minas Gerais para Santa Rosa”, descreveu.

Quanto à questão tributária, disse que há muito tempo se ouve falar. “É preciso fazer alguma coisa. Santa Rosa quase perdeu uma indústria que oferece 700 empregos para Muzambinho. Há que se fazer também um estudo da mão de obra dentro da região metropolitana porque existem várias Etecs e através de uma análise técnica dos serviços necessários, a região precisa fechar nichos de negócios que possam se conectar e através das Etecs formar a mão de obra necessária”, analisou.

Disse que em Santa Rosa tem uma Etec e alguns anos atrás era para ser instalado um laboratório de mecatrônica, mas com a mudança de gestão isso ficou perdido. “Esse material ficou guardado no Porto de Santos e o empreendimento não foi para frente”, afirmou.

Afirmou, ainda, que o turismo é uma fonte de recursos que continua sem exploração no país. “É preciso retomar as rotas de turismo porque existem órgãos que trabalham o turismo com a participação dos municípios e isso tem que ser retomado”, pediu.

Quanto ao meio ambiente, disse que a região teve um problema muito sério de queimadas e alertou que é preciso a ajuda do estado no fornecimento de mudas, de assessoria técnica para que haja um reflorestamento dessas áreas e pequenos proprietários serão punidos pelo Ministério Público. “A Secretaria da Agricultura poderia resolver regionalizando o atendimento técnico”, sugeriu.

Disse que em Santa Rosa, a água é captada superficialmente de um ribeirão que faz divisa com Tambaú, mas está havendo um assoreamento. “A operação é da Sabesp e teremos uma reunião com a diretora da Sabesp e a Secretaria da Agricultura para refazer essa área e para falar com os pequenos agricultores para mudar a cultura para terminar com o assoreamento do córrego e, também, orientá-los sobre o uso de defensivos agrícolas”, revelou.

Quanto ao planejamento urbano, disse que a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) fará o Plano Diretor de Santa Rosa e isso também poderia ser resolvido em conjunto. “Por exemplo, usar uma assessoria de outras universidades para a região porque os municípios têm necessidade de assessoria técnica em engenharia e arquitetura”, disse.

Quis voltar ao tema da saúde e disse que a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP, ligada a USP de Ribeirão Preto, tem uma estrutura técnica invejável e poderia planejar os núcleos de baixa e média complexidade o que desafogaria o HC.

Terminou sua fala abordando o transporte. “Na pandemia a Artesp diminuiu os horários e é preciso cobrar uma maior fiscalização”, encerrou.

O prefeito de Sales Oliveira agradeceu a todos e disse que hoje os municípios pequenos têm voz dentro do governo que Sales de Oliveira conseguiu 2 milhões de reais nos últimos três anos, mas com a pandemia que todos enfrentam esses recursos não foram suficientes.

“Os municípios pequenos sofreram muito com a DRS de Franca que é uma que precisa de mais atenção do governo do Estado. Quando a pandemia classificava por cores, vivíamos na fase vermelha por causa do baixo número de leitos para covid. Agora, mesmo que não haja essa classificação o município sofre muito com a falta de leitos para casos normais. Sofremos muito com o CROSS”, relatou.

Contou que Sales de Oliveira teve um caso de óbito pela demora na transferência. “Infelizmente isso é normal, o sistema Cross demora muito para atender. Embora o município tenha um hospital razoável, às vezes, não é suficiente, os pacientes correm risco de vida. Em nome dos municípios pequenos, pedimos uma atenção maior à DRS de Franca”, pediu.

Quanto a judicialização da saúde, destacou que eles aprovam o uso de fraldas que foi citado, mas, houve a compra de uma sonda extra necessária e o Tribunal de Compras faz um apontamento sobre esse gasto. “Precisamos entender qual é critério adotado”, disse.

Afirmou, ainda, que o hospital de Sales tem condições de atender demandas dentro da DRS de Franca e colocou o município à disposição para atender todas as cidades vizinhas.

“Sales de Oliveira também tem problema com Plano de Saúde por não darem suporte aos clientes que preferem usar a rede SUS que tem médicos que são referências e tem rapidez no atendimento”, disse.

O prefeito lembrou ainda que Sales de Oliveira é considerada a capital da palha do cigarro, e é um orgulho vê-la sendo representada pela cerveja, cachaça e palha de cigarro.

Disse que fazia um pedido ao governo sobre casas populares. “A palha traz emprego, mas, é um emprego informal e a maioria dos trabalhadores não tem carteira, assinada nem fundo de garantia e quando os programas habitacionais chegam o cidadão não consegue comprovar renda e dar

entrada no cadastro. O município clama por casas populares e conta com o apoio do estado e da SDR”, disse.

Apontou também a questão da Rodovia Francisco Marques Junqueira Neto, que liga Sales de Oliveira a Orlandia em aproximadamente 6 Km, e que carece alguns anos de uma reforma porque é comum acidentes acontecerem nessa rodovia.

Disse que a própria família já sofreu acidente nessa rodovia e que recentemente os municípios receberam uma informação de que o fluxo de veículos que passam por ela, não é suficiente para atender a demanda da outra faixa.

Disse que eram esses pontos que complementam o que já foi dito pelos outros prefeitos e colocou o município à disposição e convidou todos para tomarem uma boa cerveja, uma boa cachaça e para fumar um cigarro de palha.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse já ter encaminhado para o Secretário da Habitação a questão da falta de documentação para o cadastro nos programas habitacionais.

O prefeito de Santa Cruz da Esperança disse que o município é muito pequeno e tem as mesmas dificuldades dos demais, saúde, transporte, trabalho etc. e como sugestão para centralizar o trabalho nas indústrias da região, disse que diante da dificuldade para levar o trabalhador para Ribeirão Preto, poderia centralizar na região um caminho para solucionar esse problema.

Disse que Santa Cruz da Esperança depende muito do Governo do Estado de São Paulo e que foi emancipada em 1997. Disse que o morador também aperta a campainha da casa do prefeito para pedir alguma coisa e não tem como fugir.

“O eleitor cobra 24h, mas não somos Cristo para resolver todos os problemas, dependemos das cidades maiores e do Governo do Estado. Atualmente, colaboramos com um transporte para Cajuru e Ribeirão preto, mas preciso de apoio de todos”, disse colocando-se à disposição.

O prefeito de Tambaú destacou a importância de audiências como essa porque todos os problemas já foram tocados pelos prefeitos que antecederam. Destacou algumas palavras colocadas nessa reunião como Funções Públicas de Interesse Comum e integração regional e é isso que a região precisa dizendo que a unidade faz a diferença de que os municípios precisam.

Destacou que quando recebeu o convite da audiência pública, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que Tambaú fará parte da região de São João da Boa Vista, mas, pediu que isso fosse reavaliado para que Tambaú continuasse na Região Metropolitana de Ribeirão Preto porque a região é mais importante do que um aglomerado urbano e do que uma região de estado e que migrar para outro tipo de região não seria benéfico para Tambaú.

“A cidade está perto de Cajuru, Santa Rosa do Viterbo e dentro do estado é um município importante porque apesar de pequeno ele tem uma vocação turística consolidada com 23 mil habitantes

e recebe cerca de 200 mil pessoas por ano, o que movimenta o turismo religioso em torno do Padre Donizete. Esse fenômeno precisa ser repensado em termos regionais porque não é só o turismo religioso, tem a cachaça, o cigarro de palha e outros valores que podem ser agregados”, disse.

Levantou ainda outros problemas que devem ser discutidos regionalmente como resíduos sólidos, moradia, transporte intermunicipal, abastecimento de água, saúde.

Disse que Tambaú e Mococa estão na região de São João da Boa Vista, mas é a mesma distância de Ribeirão Preto. Afirmou que vão pleitear a mudança de DRS para Ribeirão Preto para realizar melhor o fluxo de pessoas.

“A realidade da CROSS é um desafio para todos os municípios, mas, para Tambaú é maior ainda porque está na divisa de Ribeirão Preto e São João da Boa Vista e 60% da população tem a carteira de saúde do HC de Ribeirão, mas, por uma questão formal acaba se deslocando para São João da Boa Vista onde há oferta de vagas. Portanto, registro esse pleito nessa audiência”, disse.

Disse ainda ser presidente de um consórcio de São João da Boa Vista, na cidade de Divinolândia onde tem o Hospital Regional de Divinolândia, mas, isso não impede Tambaú de estar organizado na região de Ribeirão Preto.

Afirmou que endossava tudo o que os demais prefeitos já haviam dito e disse acreditar que tendo uma estrutura regional de integração dos municípios será mais fácil resolver os problemas. Finalizou sua fala reforçando o desejo de Tambaú permanecer na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que Tambaú está no projeto aprovado da criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e permanece como está. “O novo projeto de lei que vai criar as novas unidades do estado ainda não foi encaminhado e que além de Tambaú estar na região metropolitana, já atua junto a região de São João da Boa Vista e essa integração é positiva”, disse.

O vice-prefeito de Santo Antônio da Alegria disse que era a primeira vez que participava e que o prefeito estava em férias e com Covid. Afirmou que concordava com todos os prefeitos porque essa é a realidade dos municípios da região e que Santo Antônio é uma cidade turística e fará um Campeonato Brasileiro de Parapente e tem o mesmo problema de falta de transporte.

Disse ainda que outro problema é a falta de um banco completo. “Tem uma agência do Banco do Brasil muito simples que não atende todas as demandas”, revelou.

O vice-prefeito de Altinópolis confirmou que a cidade tem os mesmos problemas e o principal que é a falta de transporte para as pessoas se deslocarem. Afirmou que o lixo urbano é um problema porque a cidade não tem aterro sanitário.

Apontou também a questão da regulação de vagas que a prefeitura não consegue atender os casos mais sérios. Colocou-se à disposição.

O prefeito de Batatais fez o encerramento da mesa dizendo que acompanhou os pronunciamentos e as demandas dos municípios e que sejam maiores ou menores são as mesmas: saúde, CROSS, transporte, geração de emprego e renda, ou seja demandas que são importantes para serem discutidas em conjunto e para reivindicar ao governo do Estado as melhorias necessárias e investimentos para que os municípios possam prestar serviços públicos com qualidade e eficiência para a população.

Disse que só dessa forma será possível ter um olhar futurista. “É importante usar o potencial da região como fomento para termos uma região cada vez mais desenvolvida”, disse.

Afirmou que todos os levantamentos serão levados ao vice-governador e que a região precisa muito da intervenção do Governo do Estado de São Paulo porque sozinhos os municípios não têm capacidade de investimento.

Disse esperar que, em fevereiro, a Assembleia Legislativa vote as questões relativas à região metropolitana, por exemplo o Fundo de Investimento. Destacou a importância de formar câmaras temáticas para focar nas questões específicas e fazer discussões únicas sobre um mesmo assunto. Agradeceu ao governo do Estado de São Paulo porque hoje o cenário é muito diferente, os municípios têm acesso ao governo do estado.

A seguir, foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Aplicadas (Fipe). O Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional, ordenamento territorial e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe.

<https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Ribeirao-Preto-jan22.pdf>

A seguir, foram feitas as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Ribeirão Preto <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe**
https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI_Marcos-Campagnone_Ribeira%CC%83o-Preto.pdf
- **Regional da Unidade Regional – MH-Fipe**
https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT_AP_Contextualizacao-MH.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial – CL-Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – CL-Fipe**
- **Proposta das FPICs – BB-Fipe**
https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT-AP-RMRP_19-01-22.pdf

O conteúdo completo desses estudos está disponível no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico no Youtube (<https://youtu.be/gPukUM3VbMY>) e na plataforma digital do PDUI da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (<https://rmrpr.pdui.sp.gov.br>) que ficou aberta por 7 dias úteis para receber as propostas.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública.

Balanco de Presenças da AP Batatais - 24/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
45	5	15	13	60	18	78

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Batatais	Sociedade Civil	Cidadão	AP	Presencial
Cajuru	Prefeitura	Prefeito	AM	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube
Batatais	Prefeitura	Diretora da PSE	APPJ	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereadora	AP	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereadora	AF	Presencial
Santa Rosa de Viterbo	Prefeitura	Diretor Administrativo e Desenvolvimento	AACF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		BB	Presencial
Santa Rosa de Viterbo	Prefeitura	Chefe do Setor Meio Ambiente	CMRFP	Presencial
Mococa	Conselho de Desenvolvimento de Mococa (Codemo)	Membro	CEMT	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Agricultura e Abastecimento/ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - EDR Ribeirão Preto		CHPS	Chat/Formulário YouTube
Franca	Cetesb - Franca		CC	Formulário YouTube
Tambaú	Prefeitura	Chefe de Gabinete	CQL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	CF	Presencial
Nuporanga	Prefeitura	Prefeito	DV	Presencial/Mesa
Batatais	Prefeitura	Diretor de Tributação	DAR	Presencial
Santo Antonio da Alegria	Prefeitura	Vice- Prefeito	DC	Presencial/Mesa

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ribeirão Preto	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Diretor Regional do Trabalho	DU	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat Youtube
Batatais	TV Batatais	Repórter	DL	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	ER	Presencial
Mococa	Prefeitura	Prefeito	EB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat Youtube
Cássia dos Coqueiros	Prefeitura	Prefeito	EJRF	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Formulário YouTube
Sales Oliveira	Prefeitura	Prefeito	FGG	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FDD	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FC	Chat Youtube
Batatais	Prefeitura - Secretaria de Assistência Social	Secretária	FG	Presencial
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento	Chefe Divisão Região Metropolitana	FG	Presencial
Altinópolis	Prefeitura	Vice-Prefeito	GFO	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Mococa	Prefeitura	Assessora Comunicação	JL	Presencial
Morro Agudo	Prefeitura	Secretario da Cidade	JLG	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes		JMAN	Chat Youtube
Santa Rosa de Viterbo	Prefeitura	Diretor de Turismo e Cultura	JPO	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Presidente	JEMP	Presencial/Mesa
São Paulo	FAU/USP	Pesquisador	KFP	Formulário YouTube
Nuporanga	Meio Ambiente		KFJMS	Formulário YouTube
Tambaú	Prefeitura	Prefeito	LSR	Presencial/Mesa
Santo Antonio da Alegria	Prefeitura		LDM	Formulário YouTube
Batatais	Prefeitura	Prefeito	LFBGJ	Presencial/Mesa
Batatais	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	MN	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR)	Secretário	MV	Meet/Mesa
Santa Cruz da Esperança	Prefeitura	Prefeito	MAB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial/Mesa
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	MS	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Batatais	Câmara Municipal	Assessora de Gabinete	MCAF	Presencial
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat Youtube
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Parlamento Regional Metropolitano	Presidente	MG	Chat Youtube
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial
Santa Rosa de Viterbo	Prefeitura	Prefeito	ONM	Presencial/Mesa
Batatais	Prefeitura	Chefe de Gabinete	ORJ	Presencial
Cajuru	Casa da Agricultura (Cati)		OAJ	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa		PCM	Formulário YouTube
Mococa	Prefeitura		PMAD	Chat/Formulário YouTube
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	PB	Presencial
Santo Antonio da Alegria	Prefeitura	Chefe de Gabinete	PRD	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	RP	Presencial
Santo antonio da Alegria	Prefeitura		RFG	Formulário YouTube
Santo Antonio da Alegria	Prefeitura	Prefeito	RSS	Presencial
Ceilândia	Prefeitura	Assessor de Imprensa	RL	Presencial
Batatais	Sindicato Rural	Diretor	RT	Presencial
Nuporanga	Câmara Municipal	Vereador	RA	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat Youtube
Orlândia	Prefeitura	Prefeito	SABJ	Presencial/Mesa
Cassia dos Coqueiros	Câmara Municipal	Presidente	SPL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat Youtube
Franca	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Diretor Regional	VS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Chat/Formulário YouTube
Morro Agudo	Prefeitura	Prefeito	VCC	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Chat/Formulário YouTube

IV.2. Sub-região Jaboticabal

Data: 26/01/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Cine Teatro Municipal de Jaboticabal. Av. Marechal Deodoro, 361, Centro, Jaboticabal/SP

Municípios convidados: Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva e Taquaral.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, que explicou que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Colocou que o Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase elaboração do plano, e por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível em: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>.

Agradeceu à Prefeitura de Jaboticabal pela cessão de uso do Teatro Municipal de Jaboticabal e de toda a infraestrutura necessária para a realização desta audiência, principalmente a geração das imagens para o ambiente virtual.

Informou que o local segue todas as regras de distanciamento social, que teve sua capacidade reduzida, e por este motivo o acesso dos convidados foi limitado, conforme orientações contidas no convite.

Disse que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, e por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana, disponível no endereço <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>.

Expôs o regulamento da audiência pública (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP-AP-PDUI-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região poderão ser feitas por meio do formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir desta data.

Em seguida, foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe por meio virtual.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Jaboticabal
- Presidente da Câmara Municipal de Jaboticabal
- Prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMRP
- Secretaria de Desenvolvimento Regional-Fipe
- Vice-prefeito de Jaboticabal
- Prefeita de Monte Alto
- Prefeito de Taquaral
- Vice-prefeito de Taiúva
- Chefe de Gabinete da Secretaria de Administração de Pitangueiras
- Assessor de Relações Institucionais de Guariba

Formada a mesa, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a todos que acompanhavam a audiência no ambiente virtual e, também, na plateia.

Na sequência foi aberta a palavra para que os componentes da mesa diretora fizessem suas colocações.

O primeiro a falar foi o prefeito de Jaboticabal que saudou a todos e destacou a presença do

vice-governador para a inauguração do Poupatempo na cidade. Destacou também a gestão municipalista do governador, do vice-governador e do secretário de Desenvolvimento Regional que têm levantado esta bandeira com tanta proeminência, “trazendo um sentimento de pertencimento dos municípios com relação ao governo de São Paulo, sendo perceptível sua preocupação em atender às demandas dos municípios, o que se desdobra nas oficinas de 2021 e agora nas audiências públicas de 2022, mais regionalizadas”, destacou.

Disse que estas audiências trazem a necessidade de cada município apresentar a sua situação, sua necessidade, seu problema e o quanto estes podem, associados a outras inquietações e necessidades, formalizar discussões e propostas para a busca de soluções a estes problemas vivenciados.

A presidente da Câmara de Jaboticabal saudou a todos e, também, destacou, em nome do legislativo, a importância destas audiências e da junção dos municípios, pois esta proximidade amplifica as ações.

Fez um pedido especial para um olhar mais abrangente em torno das questões de saúde, no que se refere, inclusive, à regulação Cross, pois os municípios estão com uma carga muito grande de problemas de saúde que não conseguem resolver sozinhos, seja pela falta de autonomia e ou pela falta de condições financeiras.

O prefeito de Batatais também seguiu os protocolos e saudou a todos, em especial aos anfitriões do evento, o prefeito, vice-prefeito e presidente da Câmara de Jaboticabal e ressaltou que a in-

tegração dos poderes, todos trabalhando com independência, mas em sintonia, assim como as discussões para que se chegue ao bem comum são muito importantes à busca do melhor para a comunidade, com vistas ao oferecimento da prestação de serviços públicos de qualidade e eficiência, melhorando a qualidade de vida da população.

Destacou a audiência pública realizada na última segunda-feira do Conselho da Região Metropolitana de Ribeirão Preto em que foi discutido o PDUI da RMRP, reputando a importância desta reunião, pois foram discutidos assuntos de relevância a todos os municípios, considerando as peculiaridades de cada um, embora comunguem dos mesmos grandes problemas.

Por isso, reforçou a necessidade de utilização de momentos como estes para a elaboração de um grande plano, o qual possa fazer com que os municípios ganhem força, bem como endereçar efetivamente as grandes questões regionais, tendo em vista a impossibilidade de realização de ações sem recursos.

Disse que desde a eleição do Conselho da RMRP em julho de 2021, tem havido tratativas junto ao governo, sobretudo com o secretário de Desenvolvimento Regional e com o vice-governador para que seja possível a criação da Agência Metropolitana e o Fundo Metropolitano da RMRP, e com isso, sejam disponibilizados recursos voltados ao desenvolvimento de políticas públicas para a região.

Ressaltou a ansiedade de todos os prefeitos para iniciar os debates nas Câmaras Temáticas, mas a pedido do vice-governador estão aguardando o mês de fevereiro, quando então o PL que proporá revisões nas Agências e Fundos Metropolitanos, dentre outros, será encaminhado à ALESP.

Fez coro à presidente da Câmara, destacando a importância de um olhar mais cuidadoso às políticas públicas de saúde, seja pela falta de leitos de UTI, pelo Sistema de Regulação Cross, dentre outros problemas nesta área que afetam todos os municípios da região.

Também destacou outros problemas comuns como segurança pública, resíduos sólidos, transporte intermunicipal, desenvolvimento econômico, geração de renda e emprego. Colocou que são vários temas importantes, os quais poderão ser discutidos entre os prefeitos e entre a sociedade civil.

Finalizou saudando a Polícia Militar, agradecendo e desejando que seja mais uma audiência pública produtiva e que seja possível desenvolver políticas públicas de extrema importância a toda comunidade da região, sobretudo às pessoas que mais precisam.

A prefeita de Monte Alto agradeceu o convite e saudou a todos os presentes. Iniciou sua fala indagando sobre a ideia em se fazer uma audiência pública, ou seja, dar voz à sociedade para que esta traga aos gestores públicos as reais necessidades, a verdadeiras demandas, para que não sejam tomadas decisões de cima para baixo, uma vez que tais gestores trabalham em prol da coletividade.

Disse que, considerando que dentro de uma cidade existem muitas cidades, e de um estado existem muitos estados, como bem colocado, alguns problemas são pertinentes a todos, mas é preciso a regionalização para que sejam compreendidas as especificidades.

E neste contexto, disse ser preciso que as discussões se façam por tópicos, de forma organizada, para que seja possível de fato uma compreensão sobre as necessidades de uma região. Destacou que a política não tem mais credibilidade, uma vez que o povo está cansado de promessas infundadas, pois muito se fala e pouco se faz, somente ser possível fazer quando se escuta o povo, aquele que precisa, fora das paredes dos nossos gabinetes, como a falta da creche, a falta de segurança em seu bairro, as demandas de um bom planejamento dentro da cidade, coisas que não são feitas de um dia para o outro.

Assim, tomando como exemplo o problema da segurança pública, que vem se alongando no decorrer dos anos, só será possível encontrar soluções por meio de um planejamento de médio e longo prazos, assim como outras questões. Contudo, existem ações de caráter de urgência, o que demanda a compreensão dos recursos disponíveis no governo, para que estes sejam repassados igualmente aos seus municípios, de forma a que todos sejam atendidos.

Disse ainda acreditar que um governo municipalista é muito melhor dentro desta perspectiva, pois os municípios conseguem compreender e endereçar melhor os problemas das comunidades devido a sua proximidade.

Ressaltou as dificuldades que passam os municípios que assumiram mandatos em meio à pandemia da covid-19, uma vez que as populações estavam muito ansiosas por algumas mudanças que não foram possíveis em meio a este cenário. Disse acreditar que seriam necessárias mais pessoas na audiência, mais vereadores representando a população, mais entidades de classe trazendo suas demandas. “Isto porque são feitas críticas, mas nos momentos em que é preciso e possível estar presente para realizar as reivindicações e construir soluções coletivas que atendam a estas demandas, estas instituições não se fazem presentes”, ressaltou.

Enalteceu a importância de momentos como este para discussão e reiterou o apoio dado pelo município de Monte Alto à confecção dos planos diretores, assim como ao monitoramento integrado para melhorias da segurança, que demanda maior efetivo policial nas ruas pois o atualmente existente faz o melhor que pode e está esgotado, ressaltando também a importância dos serviços de inteligência lado a lado com o monitoramento ostensivo.

Ressaltou também a importância de maior compreensão da demanda no campo dos resíduos sólidos, pois lixo é luxo, é dinheiro, sendo necessária a construção de usinas, fazer com que este lixo se torne lucro para os municípios, incluindo educação ambiental escolar para contribuição à coleta seletiva.

Destacou também a baixa arrecadação municipal diante da grande demanda, colocando a importância da qualificação, da criação de oportunidades de trabalho, do primeiro emprego ao jovem, não esquecendo também da melhor idade, que tem muito a oferecer, em lugar do simples assistencialismo, o qual demanda muitos recursos.

Colocou que investir em pessoas não é gasto, é investimento, inclusive porque existem muitas pessoas precisando ser cuidadas neste momento, indagando, por exemplo, os recursos já gastos com a covid e o quanto ainda irá se gastar em função desta doença, destacando que os municípios estão ficando sem médicos e enfermeiros e que as pessoas estão ficando doentes, cabendo aos gestores sentarem-se em uma mesa de discussão para debater estes temas.

Ressaltou também o “Programa de Prevenção às Queimadas”, do qual Monte Alto é integrante e, por meio do qual, em parceria com o Ministério Público, foram feitos aceiros, que ajudaram a diminuir os [inaudível] do município com combate ao fogo.

Apelou ainda para que sejam feitas discussões objetivas para que as soluções encontradas sejam viáveis a todos da região. Colocou em pauta a questão de um galpão integrado, o qual diminuiria os custos, muito onerosos, com transporte de mercadorias a São Paulo e ou outros locais. Disse que com esta redução nos custos, os empresários envolvidos certamente investirão na geração de empregos.

Destacou também a importância da canalização de investimento em esporte e cultura no âmbito da educação porque contribuem com o desenvolvimento de consciência nos jovens para que eles possam escolher seus próprios caminhos, a despeito dos apelos midiáticos. Se colocou à disposição para qualquer discussão que se faça necessária, uma vez que o município possui os mesmos problemas dos outros da região, enaltecendo a importância da coesão, da colaboração, da empatia, do grupo, em lugar da concorrência, e disse estar com a consciência tranquila de que o objetivo disso tudo é chegar em quem mais precisa, naquele que precisa ser ouvido e que muitas vezes não encontra local e voz.

Destacou ainda, a necessidade de resolução efetiva e competente dos problemas dos municípios da região. Enalteceu a importância de devolutivas à sociedade, resgatando sua prática, enquanto vereadora, em solicitar audiências públicas, uma vez que acredita no diálogo coletivo e na regionalização. Citou alguns exemplos de decisões regionalizadas que foram tomadas por ela junto a outros prefeitos da região como a volta às aulas e Cross. Contudo, ressaltou a importância do governo do Estado para que seja possível a promoção destas decisões regionalizadas de forma sistemática, uma vez que para um município estar bem é que preciso que outros da região também estejam, devido ao fluxo de pessoas entre eles, citando como exemplo, a geração e emprego, os jovens e outras ações concretas para resolver problemas, os quais são muitas vezes crônicos.

Colocou não ser mais possível incorporar discursos de que estes problemas sempre foram assim, pois a “síndrome de Gabriela” não cola mais, tendo em vista que o povo precisa de ações urgentes.

Por fim, encerrou suas colocações agradecendo e se colocando, mais uma vez, à disposição para um debate amplo, assim como a sua cidade, a sua equipe e ao seu povo, para que seja possível resolver de forma coletiva os problemas da região.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a fala da prefeita de Monte Alto e ressaltou que foram apresentados pontos importantes, destacando, dentre estes, a neces-

sidade de união entre os prefeitos, o que é de extrema relevância, sobretudo neste momento de elaboração do PDUI da RMRP.

Retomou o início da fala da prefeita, destacando que justamente o objetivo do governo do Estado é colocar todas as ações no papel, por meio de lei, para que a RMRP consiga trazer investimentos do estado e do governo federal, assim como apoio internacional, por exemplo, voltados à elaboração de planos, tais como Plano de Resíduos Sólidos, Plano de Mobilidade Urbana, dentre outros.

Por fim, destacou a importância de união das autoridades presentes, a fim de que seja possível avançar nos objetivos da RMRP. Encerrando sua intervenção, chama à palavra o prefeito de Taquaral.

O prefeito de Taquaral iniciou sua fala agradecendo ao anfitrião do evento, ao prefeito de Batatais e, também, a presidente da Câmara. O prefeito convidou a todos os presentes para prestigiarem a palestra que acontece no dia 18/02 às 10h, sobre a nova lei de improbidade administrativa, destacando a qualidade desta palestra. Ressaltou que aqueles que puderem estar presentes neste evento, terão a oportunidade de conhecer o menor município da RMRP.

Pontuou que, dentre os municípios da região, Ribeirão se destaca pelo desenvolvimento regional, Barretos pela saúde, São José do Rio Preto por seu hospital de base. Com isso, demonstrou as dificuldades encontradas por um município pequeno, da ponta, e ressaltou a importância de serem discutidas ações de desenvolvimento urbano integrado que as coloque em prática.

Disse que, além dos municípios pequenos terem dificuldades na geração de empregos na cidade pela falta de mão de obra qualificada, também enfrentam dificuldades para transportar trabalhadores que se empregam em outras cidades, citando como exemplo 25 trabalhadores que serão contratados por uma empresa em Monte Alto, mas cujo meio de transporte ainda não existe.

Frisou que esta é uma questão muito séria que o município tem que resolver, pois não existe transporte urbano para que o cidadão taquarense chegue nas cidades de seus trabalhos antes das 8h da manhã. Pontuou, diante disso, que o transporte intermunicipal é totalmente deficitário, sendo este apenas um dos problemas que Taquaral enfrenta, mesmo sendo uma cidade com apenas três mil habitantes. Assim sendo, reforçou que haja discussão sobre as ações, mas, sobretudo que elas saiam do papel, a partir de um alinhamento entre os prefeitos.

Ressaltou a importância de demonstrar os resultados destas ações, o quanto que se trabalha para a população, inclusive, porque uma das maiores dificuldades de quem ocupa cargo de prefeito é ser responsabilizado por tudo que acontece no município. Disse que os prefeitos são muito cobrados, por onde quer passem (farmácia, mercado, açougue), e que no seu caso, a cidade inteira liga diretamente para ele cobrando estas ações, até porque, por ter sido motorista de ambulância, todos têm seu telefone.

Finalizou sua fala na esperança que esta oportunidade seja usada, não somente para o desenvolvimento de ações, como também para a continuidade do diálogo entre os prefeitos, posteriormente ao evento, para que as discussões realizadas neste processo sejam logo colocadas em prática.

Antes de anunciar a próxima autoridade a fazer uso da palavra, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos destacou o ponto extremamente nevrálgico tocado pelo prefeito de Taquaral sobre mobilidade urbana, sobretudo para os municípios que fazem os movimentos pendulares entre os municípios, seja para trabalho, educação, saúde, tal como seria abordado a apresentação pelo representante da Fipe, uma vez que o custo de transporte é muito alto.

O vice-prefeito de Jaboticabal cumprimentou e agradeceu a todos os prefeitos presentes e ressaltou a importância do momento, uma vez que são os passos dados no caminho do desenvolvimento que transformam a vida do povo.

Retomou, assim como citado pelos demais prefeitos, a dificuldade que é estar à frente de um governo e de fato fazer uma gestão eficiente e eficaz para o atendimento das demandas deste povo, sobretudo em uma fase marcada pelo imediatismo, pelas ações rápidas, sendo que nem sempre funciona assim no sistema público.

Destacou o papel preponderante de levar à população que os caminhos da boa gestão, das boas práticas e do planejamento acima de tudo, se fazem necessários para que todos no esforço coletivo tenham plenitude nos serviços prestados, seja para usuários ou executores destes serviços.

Relembrou as dificuldades citadas pelos demais prefeitos, cada município dentro de suas peculiaridades e potencialidades, as quais devem ser compartilhadas e discutidas para que seja possível ajudar aqueles que mais necessitam, sendo este justamente o intuito do PDUI, tendo em vista que a integração se faz necessária.

Finalizou desejando a todos um bom evento e reforçou que o imediatismo cobra, mas embora seja preciso que os gestores tenham clareza e planejamento firme, olhar adiante, para que as ações sejam aplicadas e sejam eficientes e eficazes, como também frisou o prefeito de Taquaral.

A chefe de Gabinete da Secretaria de Administração de Pitangueiras cumprimentou a todos e enalteceu a presença do secretário de Infraestrutura e Planejamento, que acompanhava o evento por meio da plataforma digital e é um dos responsáveis por formular as estratégias e as metas que Pitangueiras vai reunir e contribuir com o PDUI da RMRP.

Destacou a união entre os municípios, os quais nunca são sozinhos, o que ficou bem claro por meio da fala dos prefeitos presentes, sobretudo durante esta pandemia, pois todas as decisões que foram tomadas não foram individuais, sendo que tudo foi organizado de modo a que a região pudesse acompanhar a mesma decisão com vistas ao bem-estar e saúde da população.

“Ou seja, a pandemia deixou mais clara a necessidade desta união, deste diálogo que vem sendo feito”, disse. Ressaltou ainda que todas as propostas que Pitangueiras elaborou ou está elaborando serão inseridas na plataforma e pontuou algumas delas, devido a sua importância para a região: criação de diretrizes para a ocupação de áreas de mananciais e de diretrizes quanto ao tratamento das áreas de recarga do Aquífero Guarani; criação de metas regionais e de cooperação para atração de investimentos com vistas ao desenvolvimento da agropecuária; criação de metas

regionais para tecnologias que possam explorar e desenvolver matriz energética solar; geração de investimentos visando melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e; geração de emprego e renda, questão fundamental neste cenário de pandemia.

Ressaltou que o prefeito de Pitangueiras está à disposição para contribuir com todas estas discussões do PDUI, com vistas ao desenvolvimento de toda a região. Por fim, destacou, novamente, o fato de Pitangueiras fazer parte de um coletivo de municípios, o qual conta com a participação de todos nesta tarefa.

O assessor de Relações Institucionais de Guariba cumprimentou e agradeceu a todos os presentes e a todos os membros do governo do Estado de São Paulo pela oportunidade de todos os municípios participarem deste trabalho, com o qual todos devem ajudar, para que seja possível resolver os problemas e potencializar as ações de forma integrada, e, com isso, realmente gerar desenvolvimento.

Destacou a importância da oportunidade dada ao município de Guariba (que possui 42 mil habitantes e possui suas limitações) em participar de um evento desta natureza e ser integrado a esta discussão regional. Disse estar surpreso com esta integração, pois, diante de seus diversos anos de gestão pública, é a primeira vez que assiste ao desenvolvimento de ações de ordem coletiva na região e no Estado.

Colocou, tal como tem conversado com o prefeito de Gariba, a importância de intensificar a participação do município nas ações regionais, pois assim é possível o compartilhamento dos problemas vivenciados por seu município, os resultados alcançados, bem como a movimentação do município rumo ao desenvolvimento.

“Questões como saúde, regulação Cross, gestão dos resíduos domiciliares, mobilidade urbana, meio ambiente, desenvolvimento econômico, são abordados no caderno de propostas recebido neste processo, sendo as principais vertentes de integração regional”, citou.

Solicitou apoio ao governo do Estado no que se refere à identificação das potencialidades dos municípios, usando como exemplo Guariba, a qual está vivenciando uma grande oportunidade no tema energia em função da presença da Raizen, por meio da produção de açúcar, de etanol, de gás, da inauguração e operacionalização da maior unidade de biogás do mundo e da instalação da segunda planta de etanol de segunda geração (Unidade Bomfim) em sua área de sustentabilidade, sendo que a primeira foi em Piracicaba.

Mencionou a aprovação, realizada pela Câmara dos Vereadores, de isenção do ISS para a implantação destas unidades, o que não representa um impacto orçamentário frente a receita futura de ICMS, fruto destas operações. Reforçou, contudo, que estes dois investimentos, embora de fundamental importância, não trazem por si só um desenvolvimento regional efetivo sem que haja realmente este trabalho integrado que está sendo proposto e que será aproveitado como uma oportunidade por Guariba.

E, neste cenário, destacou que Guariba não consegue, sozinha, montar uma plataforma produtiva capaz de oferecer serviços, insumos e mão de obra, recursos fundamentais para viabilizar o funcionamento de uma indústria, o que reforça a necessidade de diálogo regional, para que outros municípios da região possam integrar esta plataforma.

Assim, colocou que abrir esta interlocução junto ao Grupo Raizen, com o apoio do governo do Estado, é fundamental para o alcance destes objetivos, e que iniciativas como esta de aproveitamento das potencialidades de cada município contribui com a minimização de suas fragilidades.

Disse que a pandemia, embora circunstancial, atrapalhou o desenvolvimento local, sobretudo para municípios com baixa renda per capita, como Guariba. Desta forma, e por meio desta integração regional, seria possível atrair novos negócios para a região, vinculados a estes grandes investimentos.

No que se refere à questão da saúde, comunga do problema atinente a regulação de vagas e parabenizou aos prefeitos da região pelos primeiros passos dados neste sentido, uma vez que os pacientes ficam represados em suas cidades, deixando os municípios impotentes diante da cobrança das famílias.

Quanto ao prazo disponibilizado para a inserção de propostas na plataforma, se compromete a mobilizar o prefeito, e, juntamente a ele, indicar pessoas a estudarem a plataforma com o devido cuidado e realizar as propostas necessárias, gerando e aproveitando as oportunidades que vêm sendo oferecidas, para que estas sejam de fato transformadas em políticas públicas eficientes.

Se colocou à disposição para futuras conversas e trocas de experiências após a sistematização das propostas inseridas por todos os municípios, de modo que a integração pretendida se torne realidade em breve, fundamental devido ao tempo de um ano transcorrido desde a assunção dos mandatos municipais.

Sobre recursos, enfatizou que quando se tem o recurso financeiro, não se tem os recursos humanos necessários à implementação das ações e, quando se tem os recursos humanos, não se tem a dotação orçamentária, ou quando há estes dois recursos, não se tem a velocidade necessária para sua execução na esfera pública, elementos estes que provocam a perda de tempo e angústias nos gestores públicos.

Desse modo, enfatizou ser preciso que os municípios ajudem o governo do Estado a dar velocidade para que consiga integrá-los o mais urgente possível, de modo que esta contagem regressiva da gestão não seja angustiante e gere resultados positivos o mais rápido possível. Isto porque a circunstância da pandemia, embora tenha fortalecido os municípios do ponto de vista do entusiasmo, os fragilizou no que se refere ao desenvolvimento, sendo, deste modo, importante que haja foco neste objetivo de ajudar o estado nesta integração e velocidade.

Por fim, agradeceu novamente, em nome do prefeito de Guariba, a oportunidade de participar desta iniciativa e reafirmou o compromisso do município de poder contribuir, dentro de suas limi-

tações e naquilo que for possível, para transformar este Plano Regional em realidade de política pública integrada o mais rápido possível.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos complementou sobre a importância da audiência pública e, a pedido do governador e do secretário de Desenvolvimento Regional, disse que o PDUI da RMRP, tão logo finalizada a incorporação das propostas pela Fipe, será entregue para apreciação do Conselho de Desenvolvimento em reunião a ser realizada logo após a questão do PL (por meio do qual passará a ser contemplada a sociedade civil nesta apreciação), para que vire lei ainda neste primeiro semestre de 2022, com vistas ao início da execução e efetividades das ações previstas.

Dito isso, convidou novamente o prefeito de Jaboticabal para realizar uma síntese e o encerramento desta parte inicial da audiência pública para que, na sequência, possa ser realizada a apresentação técnica da Fipe.

O prefeito de Jaboticabal agradeceu às autoridades que falaram anteriormente a respeito dos problemas comuns enfrentados na região, e retomando estas questões, destacou a importância da construção da parceria com o Estado, uma vez existirem soluções regionais com as quais os municípios da região podem contribuir.

Nesse contexto, destacou a presença de três grandes hospitais na região, além das Santas Casas de cada município, os quais têm condições de oferecer leitos aos pacientes que ficam regulados em unidades de pronto atendimento e prontos-socorros, ou muitas vezes, em unidades de emergência.

Disse que, independente do tamanho do município, todos sabem onde é a casa do prefeito, o qual já sabia dos sabores e dissabores do exercício de seu cargo. Assim, cabe aos municípios apresentar suas propostas de soluções. Tomou como exemplo o Cross, o qual deve ser descentralizado e sim, regionalizado.

Colocou que Jaboticabal tem 6,4 alqueires de terra cedidos gentilmente pela Unesp há mais de 20 anos para o aterro local, o qual tem recebido, por sete anos consecutivos, nota 10 pela Cetesb e gera recursos para o município, além da própria Unesp de Jaboticabal, um grande centro difusor regional e internacional de cultura, ciência e tecnologia, mobilizando toda a região.

Disse que outro problema comum é a crise hídrica que afeta todas as cidades vizinhas e, em especial, evidenciando, neste cenário, a importância da recuperação da vegetação das matas ciliares de rios e seus afluentes, fator de extrema relevância ao abastecimento público.

Explicou que Jaboticabal capta água para abastecer 72% de sua população em um córrego superficial que nasce justamente na Serra de Jaboticabal em Monte Alto e que, brilhantemente, é bem protegido pela prefeitura deste município.

Retomou a questão da segurança pública, já apontada em outras falas, enaltecendo a importância de criação de outros mecanismos de segurança para auxiliar o trabalho da Polícia Militar, da Guarda Municipal e da Polícia Civil.

Citou o galpão integrado, economia criativa, investimento na cultura e no esporte, e reforçou que a solução para todos estes temas nasce dos municípios. Disse que, dentro desta ótica municipalista trazida pelo governador, pelo vice-governador e pelo secretário de Desenvolvimento Regional - que tem assumido este protagonismo e a quem agradece - os municípios têm de fato uma oportunidade para se colocar, uma vez que este governo tem dado voz, ouvidos e portas abertas para que todos possam falar e integrar um plano para melhorar a vida das pessoas.

Alertou não ser mais possível ficar nas mídias e redes sociais apenas fazendo reclamações, mas que é preciso sair das poltronas e confortos, arregaçar as mangas para que venham as soluções tão desejadas para este espaço de difusão e debate.

Por fim, agradeceu quem acompanhava a discussão pelas plataformas virtuais e aproveitou para fazer um convite para o encontro de sábado próximo, às 11h, em que receberia em Jaboticabal o vice-governador e toda a comissão do governo do Estado de São Paulo para inauguração do Poupatempo e para anúncio de todas as outras obras que o governo tem trazido para Jaboticabal.

Finalizou a fala ressaltando a alegria em fazer parte deste novo momento da história do governo de São Paulo, o qual voltou a ser a locomotiva do Brasil, e partilhar deste momento histórico.

A seguir tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Ribeirão Preto <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

- **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)** – MC-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI_Marcos-Campagnone_Ribeira%CC%83o-Preto.pdf)
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – CL-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT_AP_Contextualizacao-MH.pdf)
- **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)** – BB-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT-AP-RMRP_19-01-22.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates.

A agente Cultural da Prefeitura de Jaboticabal, atualmente Diretora de Cultura do município, ressaltou que, em conjunto com prefeito fizeram a leitura do Caderno Preliminar de Propostas e perceberam, desde 2019, ao longo de algumas reuniões na RMRP, que a cultura não faz parte das Funções Públicas de Interesse Comum dentro da lei que cria a RMRP.

Diante disso, sugeriu então que a cultura seja integrada como campo de interesse comum entre os 34 municípios da RMRP, bem como a criação de uma Câmara Temática específica de “Desenvolvimento Cultural e Patrimonial” para a qual já foram definidas três propostas, as quais somam 21 ações: i. fortalecimento dos sistemas municipais de cultura e dos sistemas de informações e

de indicadores culturais, baseados na Lei Federal 12.343 de 2010, que cria o Plano Nacional de Cultura); ii. criação de um sistema regional de políticas culturais, voltado a atender às demandas da região e; iii. fortalecimento do desenvolvimento do patrimônio cultural regional. Estas propostas foram desenvolvidas em reuniões dentro do Fórum de Cultura Metropolitana de Ribeirão Preto (criado em 2019), pautadas em diagnóstico realizado pelo Prof. Emerson quando do desenvolvimento de seu programa de governo (o qual contém 11 metas para a área cultural). Estas propostas serão, por sua vez, protocoladas na plataforma.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos solicitou que fosse encaminhado para o presidente do Conselho a criação desta Câmara temática para facilitar a integração com os municípios. Pediu também contribuições do consultor da Fipe para esclarecer que no projeto de Lei da nova regionalização está contemplada a cultura como uma das possíveis Funções Públicas de Interesse Comum da RMRP. Deste modo, aprovada a Lei, o Conselho da RMRP poderá criar a Câmara Temática proposta.

Esclareceu ainda que o PL segue para apreciação da Assembleia Legislativa ainda em fevereiro deste ano, reforçou o pedido das contribuições via plataforma digital para inserção no PDUI da RMRP, e agradeceu a todos que acompanham pelo ambiente virtual. Por fim, convidou o prefeito de Jaboticabal para as colocações finais de agradecimento e encerramento da audiência pública.

O prefeito de Jaboticabal agradeceu pelo trabalho feito pela Secretaria de Desenvolvimento Regional ao lado da Fipe, levando a proposta do municipalismo a todos os municípios. Agradeceu também a todas as autoridades presentes anteriormente nominadas, a todos os participantes, representantes de entidades de classe, sociedade civil, e a quem acompanhou pelas plataformas virtuais.

Reforçou o espaço de debate, o espaço de formação coletiva, o espaço onde todos têm o dever de contribuir para o melhor do estado e o melhor dos municípios. Por fim, ressaltou que Jaboticabal está de portas abertas e abraços calorosos para receber a todos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos, reforçou que todos os documentos produzidos e a gravação na íntegra desta audiência pública estão disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (<https://rmp.pdui.sp.gov.br>), por onde seria possível enviar propostas em até 7 dias úteis após esta data. A audiência também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=ReZVRi4wN7o>).

Balanco de Presenças da AP Jaboticabal - 26/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+Fipe
46	5	22	24	68	29	97

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jaboticabal	Câmara Municipal	Assessor do Vereador Mauro Cenço	AAZ	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário de Planejamento	ACAF	Presencial
RMRP	Forum Pró Cultura da Região Metropolitana de Ribeirão Preto		AC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		AFVB	MEET
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		AD	Chat
Jaboticabal	OAB	Presidente	ALBV	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		BN	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		BB	Presencial
Jaboticabal	101 FM	Diretor	CA	Presencial
Guariba	Igreja	Pastor	CES	Presencial
Monte Alto	Prefeitura	Secretário de Governo	CER	Presencial
Ribeirão Preto	SAA/CATI/EDR Ribeirão Preto		CHPS	Chat/Formulário YouTube
Jaboticabal	101 FM	Radialista	CC	Presencial
Jaboticabal	Secretaria da Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente de Jaboticabal		CM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	CL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CG	Chat
Guariba	Prefeitura	Relações Institucionais	DL	Presencial / Mesa
Jaboticabal	Secretaria da Educação de Jaboticabal		DCBS	Formulário YouTube
São Paulo	Desenvolvimento Regional SP	Cerimonial	Desenvolvimento Regional SP	Chat
Jaboticabal	101 FM	Repórter	DMQ	Presencial
Taiúva	Prefeitura	Vice-prefeito	DA	Presencial / Mesa
Guariba	Câmara Municipal	Assessor Legislativo	ES	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	R. Escolar	EL	Presencial/Chat
Jaboticabal	Prefeitura	Prefeito	ERC	Presencial / Mesa
Ribeirão Preto	FEA-RP/USP	Professor	EJG	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		EV	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Chat/Formulário YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		FDD	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Chat/Formulário YouTube
Jaboticabal	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente/Departamento de Agricultura	Diretor	GR	Chat/Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Chat/Formulário YouTube/Meet
Jaboticabal	não menciona	Agente Administrativo	HD	Presencial
Jaboticabal	Câmara Municipal	Assessor Parlamentar do Vereador Gregório Casagrande	HM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Formulário YouTube
Jaboticabal	Câmara Municipal	Assessora de Gabinete	IS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Chat/Formulário YouTube/Meet
Jaboticabal	MN ODS SP	Coordenadora	IAC	Presencial
Pitangueiras	Jairo Som		SP	MEET
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Jaboticabal	Equipe Fipe		JTN	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes		JMAN	Chat
Jaboticabal	Departamento da Pessoa com Deficiência		JRB	Formulário YouTube
Jaboticabal	Câmara Municipal	Vereador	DR	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário da Fazenda	JCFR	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário	LSRN	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	Secretária de Educação	LHV	Presencial
não menciona	Sociedade Civil	Cidadã	LB	Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		LD	MEET
Jaboticabal	Polícia Militar	Subtenente	LARJ	Presencial
Batatais	Prefeitura	Prefeito	LFBGJ	Presencial / Mesa
Monte Alto	Prefeitura	Secretário de Desenvolvimento	LFN	Presencial
Jaboticabal	FCAV/Unesp	Professor	MB	Presencial
Jaboticabal	Sociedade Civil	Cidadão	MDP	Presencial
Ribeirão Preto	Câmara dos Deputados	Assessor Parlamentar do Deputado Federal Peternelli	MAB	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial / Mesa
Monte Alto	Prefeitura	Prefeita	MHR	Presencial / Mesa
São Paulo	Cidadã		MLSOW	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		MY	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		MB	Chat
São Paulo	SDR/Fipe		MH	MEET

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jaboticabal	Secretaria Municipal de Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SAAMA/PMJ		MJB	Formulário YouTube
Jaboticabal	Prefeitura	Vice-prefeito	NG	Presencial / Mesa
não menciona	Sociedade Civil	Cidadão	ORFR	Chat
Jaboticabal	Amajob	Presidente	OSJ	Presencial
Jaboticabal	Sociedade Civil	Cidadão	OSN	Presencial
Guariba	não menciona	Professor	PEP	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa		PCM	Formulário YouTube
Jaboticabal	Câmara Municipal	Presidente	PH	Presencial
Guariba	Câmara Municipal	Vereador	PRDP	Presencial
Taquaral	Prefeitura	Prefeito	PSCO	Presencial / Mesa
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	RP	Presencial
Jaboticabal	Câmara Municipal	Vereadora e presidente	RA	Presencial / Mesa
não menciona	não menciona	não menciona	RDS	Chat
Jaboticabal	não menciona	não menciona	RK	Chat
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário Negócios Jurídicos	RMQ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	MEET
São Paulo	Equipe Fipe		RFG	Chat
Jaboticabal	Câmara Municipal	Vereador	RR	Presencial
Pitangueiras	Secretaria Municipal de Infraestrutura de Pitangueiras - SP	Secretário	RAT	Chat/Formulário YouTube
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário de Governo	RMP	Presencial
não menciona	não menciona		RB	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		SHCR	MEET
São Paulo	Equipe Fipe		SM	Chat
Pitangueiras	Prefeitura	Chefe de Gabinete	SDSO	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat
Jaboticabal	Prefeitura	Diretora de Cultura	TC	Presencial
Guariba	Câmara Municipal	Vereador	TF	Presencial
Jaboticabal	Câmara Municipal	Vereadora	VB	Presencial
São Paulo	Secretaria de Turismo e Viagens do Estado SP	Secretário	VFG	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona	Engenheira civil	WMV	Chat/Formulário YouTube
Monte Alto	Prefeitura	Diretor	WRD	Presencial
Guariba	Câmara Municipal	Assessor	W	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Chat/Formulário YouTube

IV.3. Sub-região Ribeirão Preto

Data: 28/1/2022

Horário: 9h às 11h30

Local: Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (AEAARP) – Rua João Penteado, 2237 – Jardim Sumaré, Ribeirão Preto – SP

Municípios convidados: Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumond, Guatapar, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho.

A abertura foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional, que deu boas-vindas a todos e explicou que a audiência pública tem como objetivo principal, no processo de elaborao do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, apresentar e debater o conteúdo do Caderno Preliminar de Propostas com a populao metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposies nele contidas, previamente  elaborao da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que seria apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate que detalha de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funes Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a, Fundao Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Informou que foram realizadas outras duas audiências públicas com este mesmo intuito para detalhar os trabalhos realizados nas sub-regiões de Batatais e Jaboticabal nos dias 24 e 26/01. Agradeceu as presenças de todos que acompanham na Associao de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (AEAARP) e na transmissão ao vivo pela internet no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, no Youtube.

Agradeceu  AEAARP pela cessão de uso do espaço e de toda infraestrutura necessária para a realizao da audiência e, também, a prefeitura de Ribeirão Preto que desde o início, não mediu esforços para ajudar na divulgao e na elaborao deste tão importante plano de desenvolvimento da região e pelo apoio principalmente na gerao das imagens para o ambiente virtual.

Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-R-MRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Em seguida, foram apresentadas as saudaes do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Vice-prefeito de Ribeirão Preto
- Vice-presidente da AEAARP
- Secretário de Desenvolvimento Regional
- Prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto
- Presidente do Parlamento Regional
- Presidente da Uvesp
- Prefeito de Cravinhos
- Prefeito de Dumont
- Prefeito de Guatapar
- Prefeito de Pontal
- Prefeito de Pradópolis
- Prefeito de Santa Rita do Passa Quatro
- Prefeito de Serrana
- Ministério Público
- Vereador de Brodowski
- Representante do prefeito de Luiz Antonio
- Representante do prefeito de Sertãozinho
- Secretário de governo de Barrinha
- Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto
- Assessor de Gabinete de São Simão
- Consultor da Fipe

O vice-prefeito de Ribeirão Preto foi o primeiro a falar e cumprimentou todas as autoridades presentes. Agradeceu a AEAARP pelo apoio e começou dizendo que acompanha essa luta desde o início e que hoje Ribeirão Preto já tem o seu Plano Diretor e encaminharão para a Câmara Municipal, em fevereiro, a Lei de Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo e o Plano de Mobilidade Urbana.

Disse, ainda, que com a aprovação do PDUI da RMRP, os municípios terão um prazo de 3 anos para se adequar e isso é necessário por causa de todos os problemas e que já percebem um grau de conurbação de algumas cidades com Ribeirão Preto e é preciso prever soluções.

Lembrou que o governo do Estado já vem trabalhando no futuro macroanel com o objetivo de evitar movimentos grandes no anel viário de Ribeirão Preto. Diz que não é para a região inteira, mas, impedir esse tipo de veículo grande.

Afirmou que o governo do Estado está focado para resolver as questões regionais das cidades. Disse ser preciso ter um orçamento mais impositivo do governo estadual e das prefeituras no sentido de resolver os problemas regionais e isso envolve recursos.

“Se não tiver recursos não adianta ficar discutindo porque as situações precisam ser enfrentadas com investimentos”, afirmou. Disse que Ribeirão tem o Hospital das Clínicas, o Hospital de Serrana e que a Prefeitura de Ribeirão Preto tem feito um esforço para construir mais com a administração futura do Estado de São Paulo.

Acredita que terão um ganho com a construção do Aeroporto Leite Lopes que trará um protagonismo importante para a região, assim como foi Viracopos para Campinas. Lembrou que antigamente falava-se que Ribeirão era a Califórnia brasileira, então é preciso enfrentar todos os problemas, como o do saneamento e é preciso discutir regionalmente como enfrentar, como as cidades deverão se comportar com essa regionalização.

Colocou que são muitos temas a serem debatidos e espera que a sociedade civil participe com críticas e sugestões para que se tenha um plano metropolitano para o futuro para que a região possa crescer de forma sustentável, gerando empregos, renda e dando qualidade de vida para a população, com saúde e educação.

Cumprimentou o secretário de Desenvolvimento Regional que é o principal responsável por esse projeto estar de pé. Justificou a ausência do prefeito que é grande entusiasta da região metropolitana, mas ele precisou ir a uma reunião em São Paulo para discutir a gratuidade nos ônibus que vêm onerando muito o sistema de transporte e agora o governo federal entendeu que tem que ajudar grandes cidades do Brasil e destacou que o prefeito é um dos lutadores sobre essa questão na Frente Nacional dos Prefeitos.

O vice-presidente da AEAARP cumprimentou todas as autoridades presentes e representantes da sociedade civil. Destacou que o Ministério Público terá grande importância no processo de criação da região metropolitana.

Colocou que a AEAARP acompanha a criação da região metropolitana desde o início e que conta cada vez mais com a presença maior dos prefeitos da região, Diz que é de Luiz Antonio, mas reside em Ribeirão Preto e faz um trabalho de voluntariado que acha importante para se ter, de forma unida, um progresso social muito importante. Destacou que com união é que se atingir os objetivos. Disse ainda que a associação sempre estará presente e é um prazer receber essa audiência pública.

O secretário de Desenvolvimento Regional acompanhava a audiência remotamente e fez uma saudação aos participantes cumprimentando a todas as autoridades. Disse ser um prazer participar deste momento tão importante.

Disse que ao longo do último período foram feitos investimentos fundamentais nos municípios. “Os prefeitos têm feito mandatos históricos nas suas cidades, a partir das reformas feitas no Estado e de investimentos, talvez, nunca feitos antes com tanta constância e nessa magnitude, em cada uma das cidades”, ressaltou.

Afirmou ainda que é sabido que se não forem trabalhadas resoluções de médio e longo prazo para as cidades e regiões não será possível dar os passos adiante desse processo. “Portanto, dentro

desse conceito, busca-se retomar o processo do fortalecimento do interior, descentralização de poder, participação da sociedade nas decisões da região, o que chamamos de nova regionalização do Estado de São Paulo e dentro disso, há uma expectativa grande na região de Ribeirão Preto para que ela possa ser uma região muito avançada na sua governança”, disse.

O secretário afirmou ainda que, nesse momento, com as decisões tomadas no governo, está sendo montado um tripé da regionalização. “Primeiro, é o processo de criação do Fundo de Desenvolvimento Regional para ter investimentos do governo do Estado, das prefeituras e internacionais para desenvolver projetos de cunho regional. O segundo ponto é a criação do Conselho de Desenvolvimento Regional, que hoje através dele está acontecendo essa reunião, que terá a participação da sociedade civil que é um grande pleito do Ministério Público. O terceiro ponto que é fundamental é o planejamento das regiões. Com isso, todos acompanharam a reforma feita pelo governo que é uma revisão das formas do que era preciso superar para atingir os objetivos”, explicou.

Destacou o trabalho feito pela extinta Emplasa que fez um trabalho histórico, mas que no entendimento do governo a parceria com a sociedade civil daria mais agilidade e contundência nesse processo. Ele disse que é isso o que tem sido feito após a extinção da Emplasa. “Todos os PDUIs esperados há tanto tempo nas regiões do Estado de São Paulo. Portanto, essa audiência pública é para que vocês possam apresentar porque aqui não tem prato pronto quanto aos rumos da região, o que precisa é ter investimento estratégico para 20 ou 30 anos para concluir o Plano de Desenvolvimento e aprovar na Assembleia, em 2022 com uma ampla discussão com os parlamentares, uma construção conjunta para São Paulo ter um planejamento de médio e longo prazo”, afirmou.

Disse também que há muito interesse para investir em São Paulo. Revelou que houve a inauguração de uma grande fábrica chinesa e também teve um investimento grande no agronegócio. “Enfim, cada dia nós vemos o capital internacional interessado em investir no nosso país e vamos conseguir trazer esses investimentos para as nossas regiões”, destacou.

O prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto seguiu o protocolo de agradecimentos e destacou que esta foi a terceira audiência pública da Região Metropolitana de Ribeirão Preto que possui 34 municípios integrados. “Um se interliga com o outro e temos um trabalho coletivo a ser realizado”, sinalizou.

Declarou que os prefeitos da região metropolitana estão ansiosos para criar as câmaras temáticas, mas, a pedido do governo do Estado de São Paulo, a primeira reunião de trabalho será agendada após a realização das três audiências públicas, com a presença do secretário do Desenvolvimento Regional e vice-governador para tirar do papel a criação da Agência Metropolitana e do Fundo Metropolitano para que a região tenha recursos necessários para o desenvolvimento de políticas públicas para todos os municípios.

Continuou dizendo que o PDUI tem que ser discutido com a sociedade civil e com as entidades de classe para que seja possível identificar as reais necessidades da região e que essas ações se tornem realidade. “A população necessita que as ações se tornem realidade, principalmente aqueles que mais precisam do poder público”, destacou.

Afirmou que todos os municípios têm os mesmos problemas e o que muda é o tamanho. “Cada município tem a sua peculiaridade, mas têm questões importantes para incluir no Plano Regional. Os problemas comuns são relativos a saúde pública, regulação dos leitos de UTI pelo sistema CROSS, segurança pública, resíduos sólidos, turismo porque a região tem muitas cidades turísticas, saneamento básico, questões hídricas entre outras”, descreve.

Continuou dizendo que as ações estratégicas precisam ser definidas em conjunto entre os prefeitos para definir políticas públicas que resolvam esses problemas, possibilitando melhor condições de vida à população. Disse acreditar que a reunião será muito proveitosa e que todas as discussões sejam agraciadas com a ajuda do governo do Estado de São Paulo.

“Com a criação da agência metropolitana e do Fundo de Investimentos será possível aplicar essas políticas públicas em benefício dessa comunidade”, disse.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos reforçou que os temas e apresentações da audiência podem ser consultadas e as propostas encaminhadas pela plataforma digital, onde os prefeitos devem detalhar as suas demandas regionais ao governo do Estado. Passou a palavra ao presidente do Parlamento Regional.

O presidente do Parlamento Regional saudou a todos e disse que a reunião é importante porque foi um trabalho árduo para a região metropolitana ser criada. Afirmou desejar unir esforços, junto com todos, para viabilizar um trabalho que se iniciou há muito tempo.

Disse que há dois anos foi instituído o Parlamento Metropolitano e foi dado o ponta pé inicial nessa jornada. Continuou dizendo que, desde então, os prefeitos estão numa árdua tarefa de fomentar o debate, fóruns, congressos para debater as melhorias que a região demanda ao governo do estado.

“Portanto, esse desenho já está completamente preparado e vamos fazer uma compilação de tudo que já foi estudado sobre resíduos sólidos, saneamento, transporte público, segurança, saúde”, afirmou.

Disse que todos esses temas já foram incansavelmente debatidos pelos prefeitos, pelos parlamentos regionais, os vereadores, as entidades civis organizadas, hoje representada pela presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto.

Ainda fez um apelo ao secretário de Desenvolvimento Regional para que seja enviado o projeto de lei para a Assembleia Legislativa, tirando a região metropolitana do papel. “É preciso criar a agência metropolitana e o fundo de investimento para que todas as discussões não sejam em vão”, disse.

Citou como exemplo Pradópolis, que quando entrou para a região metropolitana há quatro anos, achou que era um grande negócio e durante esse período nada aconteceu em termos de execução. “Pelo contrário, Pradópolis perdeu convênios federais porque passou a ser reconhecida

como uma cidade metropolitana e até hoje não pode fechar convênios federais, ou seja, a cidade perdeu”, afirmou.

Essa é a urgência que solicitou ao governo do Estado para que seja acelerado esse processo porque os prefeitos têm sido heróis, enfrentando a pandemia, as demandas na área da saúde, mas têm sido parceiros do governo do Estado apoiando-o.

Propôs a união de todos os prefeitos para lutar pela implementação da RMRP. Disse ainda que ficará no Parlamento Regional até 2023 e que espera não sair sem que isso tenha sido resolvido. “É preciso tirar do papel a agência e o fundo metropolitano porque nós é que somos cobrados na rua sobre essa demora e não temos mais o que falar para uma população de dois milhões de habitantes”, enfatizou.

Ressaltou também que os prefeitos são heróis, respeitam a região metropolitana, estão presentes na audiência pública, portanto, o respeito do governo do Estado tem que ser recíproco.

O presidente da Uvesp cumprimentou a todos e sugeriu que todos ouvissem as palavras que seriam ditas pelo consultor da Fipe. Disse que quando se fala em cidades inteligentes e encurtar caminhos lembra do trabalho feito na Emplasa e no Cepam onde foram companheiros.

Continuou dizendo que, neste momento, vivemos o momento municipalista em que o poder local está sendo reconhecido nas audiências públicas e que tem o apoio da sociedade civil na discussão da nova regionalização, do Ministério Público do Estado que tem aplaudido e ajudado para que tudo na sociedade chegue ao alcance da população.

Afirmou ainda que todo o processo de desenvolvimento tem que atingir as pessoas que estão nos municípios, que vivem o dia a dia da cidade. Disse que o Brasil tem hoje 45 milhões de pessoas com deficiência e a Uvesp organizou uma caravana das pessoas com deficiência e conhece as dificuldades para mobilidade.

Contou que foi desenvolvido um aplicativo que acaba com as dificuldades dessas pessoas que moram em Ribeirão Preto. “Sabemos que 14% da população de cada município tem algum tipo de deficiência”, disse.

Afirmou que, no processo de desenvolvimento, prefeitos e vereadores precisam trabalhar juntos e cumprimentou todos os vereadores que participam do Parlamento Regional pelo trabalho que fazem. “São 34 Parlamntos Regionais que reconhecem o trabalho do governo do Estado da nova regionalização”, afirmou.

Destacou que o turismo é o maior empregador do Brasil porque tem 36 setores de serviços e é um setor que os municípios precisam explorar. Lembrou quando esteve em Nova Iorque para conhecer, na sede da ONU as obras de Cândido Portinari e as obras de Portinari estão em Brodóski. “Daí nasceu a ideia da interiorização do desenvolvimento através do turismo, fazendo com que os brasileiros conheçam o seu país. Hoje, por causa da pandemia, os brasileiros querem conhecer

o seu país e temos as melhores rodovias do país. O Estado de São Paulo tem a concentração do turismo nacional e a RMRP tem cidades turísticas que precisam ser alavancadas”, analisou.

Disse ainda que as pessoas moram no município, mas vivem na região por essa razão o processo de regionalização é muito importante.

O deputado federal cumprimentou a todos e disse que, com a tecnologia e as novas formas de participação, não basta a democracia representativa, tem que ser democracia participativa e que participativa é diminuir a distância entre o poder público e a sociedade.

Ressaltou que Ribeirão tem uma sociedade civil representativa e é preciso complementar essa representação com toda a inteligência que há em Ribeirão Preto, toda a pujança, todo o vigor do setor de serviços precisa ser incorporado nas audiências para diminuir a distância com o poder público.

Continua dizendo que, do ponto de vista do poder público, Ribeirão tem uma representação muito positiva tanto pelo governador e o vice-governador como pelo secretário de Desenvolvimento Regional, mas também de órgãos do governo, Cetesb, Secretaria da Agricultura, mas, é preciso uma ação mais integrada.

“Acontece de secretarias estaduais duplicarem tarefas e isso significa desperdício de recursos públicos. Precisa haver integração dos órgãos estaduais”, destacou.

Disse ter acompanhado o governador na região de Bauru onde foi instalado o Canal Direto e que Ribeirão Preto tem que ter também. “É um local onde os diferentes órgãos públicos possam estar a presentes para decidir, tudo que hoje é decidido em São Paulo, passar a ser decidido na região evitando a ida constante dos prefeitos para São Paulo, de acordo com o princípio São Paulo sem papel, de acordo com os princípios da desburocratização, que tenha mais poder de resolutividade aos órgãos estaduais na região”, afirmou.

Destacou ser importante destacar a presença dos prefeitos e que o legislativo é outro pilar importante. Disse ainda haver um problema sério com transporte no lado de uma conurbação que existe, em Sertãozinho, Cravinhos, Jardinópolis, Serrana que tem um movimento diário de fluxo de pessoas, quer seja por saúde ou por trabalho.

“Particularmente, é preciso disciplinar o trabalho feito pelas vans que é importantíssimo. Não dá para continuar convivendo com crises sucessivas e com as discussões com a Artesp. Isso vai ao encontro de uma ação do DER que lançou a proposta do macroanel de Ribeirão Preto que integra- rá rodovias e mudará o tráfego de caminhões pesados”, pontuou.

Destacou, também, a gestão de resíduos sólidos. “Aterros que possam ser integrados e processamento de resíduos para geração de energia mais amigáveis, a questão ambiental ganhando eficiência”, disse.

Na área de saúde, disse que o SUS dá atenção primária, secundária e terciária e precisa se integrar numa visão de desenvolvimento urbano integrado. O deputado ainda levantou a questão sobre o Aquífero Guarani e a gestão de água que, segundo ele, é necessário estar no plano integrado porque é estratégico manter essa riqueza e cuidar dela adequadamente.

Finalizou seu discurso dizendo que, com 31 anos de idade, tomou posse na Assembleia Legislativa do Estado e que nessa época a Constituinte estava sendo preparada em Brasília em 1987, depois em 1988 a constituição Estadual começou a ser revista e ele ficou com a relatoria do Projeto de Lei onde as bases da regionalização estão lá.

“Conceitos como aglomerados urbanos, microrregião e região metropolitana que foram colocados na Constituição, agora estão sendo implementados. Mas é preciso desdobrar no fundo regional e no orçamento regionalizado com a definição de prioridades para a região, gestão integrada pelos prefeitos, para inverter o processo respeitando as demandas locais, ter prioridades regionais”, disse.

Afirmou ainda acreditar que essa reunião vai influenciar o envio do Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa para que seja criado o fundo regional que é a base para o orçamento regionalizado.

O prefeito de Cravinhos agradeceu a todos e fez uma saudação em nome da prefeitura e dos vereadores ao governador, ao vice-governador e ao secretário de Desenvolvimento Regional por tudo o que tem sido feito para a cidade e para o Estado de São Paulo porque “nunca teve uma gestão estadual com tanto recurso como essa”.

Disse que vários prefeitos já sofreram quando estiveram em Brasília e não puderam ser recebidos porque faziam parte da região metropolitana, na época só no papel. Afirmou ter certeza de que o Projeto de Lei irá para a Assembleia e os prefeitos vão parar de sofrer com isso, vão fazer o plano e cada prefeitura fará o seu trabalho junto com região metropolitana.

O prefeito de Dumont cumpriu os protocolos, agradeceu a todos e disse que já passou da hora de a região metropolitana sair do papel. Ressaltou que o motivo da ausência de muitos prefeitos é o desânimo por muitas reuniões feitas sem nada ir para frente. “Cada reunião que era feita, diminuía mais a presença dos prefeitos”, disse.

Colocou ainda que os prefeitos assinaram vários projetos e convênios que foram negados em Brasília por serem municípios metropolitanos. Disse esperar que logo todos possam dizer que são da região metropolitana. “Os problemas dos municípios são iguais, saneamento, água, resíduos sólidos etc., e é preciso discutir como região metropolitana e incentivar os prefeitos a voltar a participar”, ressaltou.

Afirmou existir um documento sobre a criação da região metropolitana de 2016 que todos os prefeitos e vereadores assinaram e em 2022 nada aconteceu. “Em 2019, tentaram fazer uma reunião com o governador só para acertar quanto o Estado pagaria e quanto os municípios deveriam pagar, e não conseguiram e até agora estão de mãos atadas”, afirmou.

O prefeito de Guatapar agradeceu o convite e disse que o trabalho  difícil para todos para os prefeitos e para o governo. “Tudo o que foi falado aqui acontece em todos os municípios”, enfatizou.

Afirmou que Guatapar precisa de uma estação de tratamento de esgoto. “Não  são isso, vamos esperar que melhore”, disse. Disse ainda que sua presença é para pedir o que o município precisa.

O prefeito de Pontal cumprimentou todos os presentes e disse não ser fácil para o executivo, vários prefeitos já desabafaram e lembrou que o secretário de Desenvolvimento Regional nunca disse não para os municípios.

Disse que, além das três vicinais, o município recebeu do governo do Estado 35 milhões de reais e espera que esse governo continue com o vice-governador. Disse que os municípios precisam de pessoas corajosas. “Não interessa a profissão ou a função do cidadão porque é diferente de quando se enfrenta uma faculdade, o interessante é ter uma pitada de amor em tudo que se faz porque o resultado é trazer uma qualidade de vida melhor para a municipalidade”, destacou.

Destacou ainda a importância do orçamento regionalizado porque já foi 18 vezes em reuniões no Palácio do Governo incluindo a Alesp e todos atenderam de forma solícita. Levantou os principais problemas do município e disse estar fazendo um esforço e conseguiu passar uns PLs para prorrogar a reforma tributária porque nessa crise não dá para onerar a população do cotidiano.

Lembrou ainda que todos os prédios públicos estão há mais de 10 anos sem reforma e nas UBSs chove dentro. “O prefeito fica no automático para, sem orçamento tentar resolver os problemas e com muito esforço e responsabilidade foi feito um orçamento com planejamento para o município terceirizar para um sistema de IOS para diminuir o ndice da folha e sobrar um pouco mais para se levar uma saúde de qualidade para a população”, explicou.

Sobre saneamento, revelou que a cidade tem 95% de água tratada e esgoto, mas tem um distrito com 5 mil habitantes que não tem tratamento nenhum. “Por isso, é importante o PL da região metropolitana ir para Assembleia para a região ter o orçamento regionalizado para que os prefeitos possam melhorar a qualidade de vida da população”, defendeu.

O prefeito de Pradópolis, depois de ter cumprimentado a todos, disse ter selecionado cinco temas para serem discutidos pela região metropolitana.

Destacou que o processo de criação da RMRP não avançou porque não tinha recurso. “Quando o governador assumiu, fez reformas impopulares, administrativa, tributária e trabalhista e hoje o governo do Estado tem cerca de 25 bilhões de reais que vai possibilitar a criação do Fundo Metropolitano e aí a região metropolitana poderá sair do papel”, disse.

Sobre transporte público disse que a população sofresse muito durante a pandemia porque Pradópolis tem uma transportadora que leva as pessoas para Jaboticabal e Ribeirão Preto, mas a prefeitura não tem poder sobre eles, quem regulamenta é a Artesp que não atende os prefeitos.

“Na pandemia, mesmo com o comércio fechado os ônibus andavam com cerca de 40 pessoas em pé, lotados. Então o prefeito toma uma decisão por causa da pandemia e a Artesp que tinha de reduzir a quantidade de pessoas, não fazia nada. É uma discussão necessária pelo coletivo, não dá para um ônibus transitar pelas estradas com essa quantidade de pessoas em pé, sem segurança nenhuma. Precisamos chamar a Artesp para uma reunião presencial com todos os prefeitos”, lamentou.

O segundo tema levantado foi a falta de leitos para regulação. Usou como exemplo um caso que aconteceu de que o SAMU precisou levar uma pessoa infartada para Ribeirão Preto, com vaga zero e a única ambulância que o município tem ficou presa por 6 horas, com o paciente dentro esperando por uma vaga. “Ribeirão não está mais dando conta. Na frente do HC sempre tem ambulâncias esperando vagas. Recentemente, foi feito um documento e o vice-governador disse que vai atender e nos ajudar. Continua dizendo que nesta semana o governador inaugurou um Hospital Regional em Cruzeiro para atender 470 mil pessoas da região. É preciso discutir essa questão”, disse.

Lembrou que os hospitais de Serrana e Batatais foram regionalizados, mas disse ser preciso um para a região. Lembrou que quando o fundo for criado, uma parte o governo do Estado assumi e outra tem que ser arcada pelo município.

O terceiro tema foi sobre a criação de emprego que, em pesquisa feita no município, é o primeiro item necessário para a população. Comentou ser muito difícil, que tem um distrito industrial em Pradópolis que ficou abandonado durante muitos anos e para regularizar tudo, é necessário um investimento de 5 milhões.

Comentou que o vice-governador arrumou um recurso para começar a alancar o distrito industrial para ele gerar empregos e disse ser preciso discutir regionalmente incentivos para distritos industriais.

O quarto tema foi sobre o novo marco do saneamento, criado recentemente. “Ocorre que os prefeitos tinham que até julho de 2021 para enviar uma lei para a Câmara criando a taxa do resíduo sólido para cada município tratar o seu e que em 2020, fez uma licitação em Pradópolis, contratou uma empresa para levar o resíduo para uma área e, depois, para Sertãozinho onde é feita a separação e a destinação. Isso custa ao município 41 mil reais”, disse.

Comenta, ainda, que a maneira como a criação dessa taxa foi passada para a população foi muito errada e os vereadores não aprovaram a lei que foi para a Câmara em quase nenhum município porque os moradores ficaram abordando os vereadores na rua para saber se eles aprovariam a taxa do lixo, o que inviabilizou a implantação do marco do saneamento.

O quinto tema foi sobre os moradores de rua. Pradópolis tem 22 mil habitantes, mas, já tem esse problema. Disse ter tentado levar alguns para a Comarca de Guariba para internar, mas por lei, o prefeito não pode, a menos que a pessoa aceite a internação. “Ocorre que essas pessoas são abandonadas pela família e estão sempre sob o efeito do álcool ou da droga”, afirmou.

Disse que quando a população vê essa situação massacra o prefeito e o mesmo acontece em São Paulo e considera que é um assunto a ser debatido conjuntamente. Para finalizar disse que Pradópolis já tem uma estação de tratamento de esgoto feita em 1988 quando a cidade tinha 8 mil habitantes e que, desde 2017, começou a correr atrás de recursos para aumentar a capacidade e descobriu que cidades com menos de 50 mil habitantes que pertencem a uma região metropolitana ficam impedidas de receber recursos para saneamento.

“Na época com a ajuda de um deputado foi feito um convênio com a Funasa de 5 milhões, mas não foi concretizado porque tem esse impedimento na LOA Federal, para os municípios com menos de 50 mil habitantes”, afirmou.

Disse ainda que, na época, chegou a ir na Emplasa para solicitar a retirada de Pradópolis da região metropolitana, o que não foi possível porque a RMRP foi criada por lei estadual. Comentou que 12 prefeitos foram a Brasília falar com o presidente da Funasa que prometeu lutar para tirar esse artigo da LOA, mas infelizmente não foi retirado.

Afirmou que todos os municípios que não têm estação de tratamento de esgoto serão impedidos de receber recursos federais. Solicitou que seja elaborado um documento assinado pelos 34 prefeitos para solicitar a um deputado para agendar uma reunião com quem faz a lei orçamentária em Brasília para resolver essa questão. Terminou dizendo que conseguiu com uma parceria com a Usina São Martim e com o governador para fazer uma obra de saneamento de 14 milhões.

Por fim, agradeceu ao governador, ao vice-governador e ao secretário de Desenvolvimento Regional pelo apoio e disse que todos os prefeitos elogiam a distribuição de recursos feita por essa gestão.

O prefeito de Santa Rita do Passa Quatro cumprimentou todas as autoridades e pessoas presentes e remotas e disse que Santa Rita é uma pequena cidade que quando a região metropolitana for institucionalizada ela será na Rodovia Anhanguera a primeira cidade da região metropolitana.

“Será o portal da região metropolitana adquirindo uma importância e um protagonismo muito maior”, disse.

Afirmou desejar que a região metropolitana se configure como um organismo vivo, proativo e que possa trazer benefícios para todas as cidades porque todas têm os mesmos problemas e a região metropolitana é fundamental para fortalecer os prefeitos e se engrandecer ainda mais. Diz que fica na torcida para que a lei seja aprovada o quanto antes pela Assembleia Legislativa.

O prefeito de Serrana afirmou que fica feliz com a grande presença das autoridades da região na audiência. Cumprimentou todas as autoridades e disse ser inegável a importância da região metropolitana porque vai elevar a condição dos municípios, principalmente os pequenos que, sozinhos, não teriam a melhoria da qualidade de vida e coletivamente conseguirão e, com isso, trazer políticas públicas voltadas para a região.

Apontou ser preciso tirar a região metropolitana do papel e criar o Fundo Metropolitano que é importantíssimo para coletivamente, pensar macro, em políticas públicas que possam resolver os principais problemas da saúde, transporte, destinação correta do lixo.

Disse ainda ter certeza que coletivamente conseguiram viabilizar a região metropolitana. Resaltou a importância da atual gestão estadual por tudo que fizeram para os municípios da região. Continuou dizendo que todos os prefeitos sabem como hoje é acessível estar no Palácio e como o secretário de Desenvolvimento Regional aproximou os prefeitos do governo fazendo com que as demandas fossem atendidas muito mais rápido.

O representante do Ministério Público agradeceu ao prefeito pelo convite e a todas as autoridades presentes por estar participando desse processo. Elogiou os vereadores que foram alunos dele e disse que são motivo de orgulho.

Afirmou que a audiência poderia ser chamada de audiência pública da angústia e diz que querer somar as suas próprias angústias pela falta de materialização e que a criação da região metropolitana é um processo irreversível e se ela já existisse com o seu fundo de investimentos, a região teria enfrentado melhor a pandemia porque teria uma política pública, apesar do negacionismo e do desmonte do sistema SUS pelo governo federal.

Falou ser preciso materializar a região para resolver os problemas. Lembrou que a Constituição de 1988 foi chamada de “carta cidadã” e, em seguida, um jornalista escreveu que era cidadania de papel pela falta de materialização das conquistas e da participação popular.

“A Constituição é fantástica assim como a lei que fala sobre as regiões metropolitanas porque quando se fala em estatuto se pressupõe um regramento de todos para gerir interesses comuns porque não dá para pensar mais municípios isoladamente”, disse.

Afirmou ainda que o estatuto prevê que os Planos Diretores Municipais devem ser adequados com os Planos de Desenvolvimento Urbanos Integrados. “Isso é política pública”, disse.

Afirmou ainda ser um momento histórico e a região tem força porque é a mais rica de um dos estados mais ricos do país. “A região tem força política e econômica para forçar essa materialização da região metropolitana”, disse.

Citou alguns problemas como o do transporte que para ele é criminoso porque há mais de 40 anos as mesmas empresas operam as mesmas linhas. “Isso é cartel e compromete a prestação de serviços públicos”, apontou. Deu exemplo da instauração de um inquérito policial em Cravinhos por conta disso.

Disse que a região metropolitana tem que existir para acabar com os serviços de péssima qualidade que vêm sendo prestados no transporte público, no saneamento básico. “É preciso resolver problemas com o patrimônio público e cultural, resolver as questões ambientais, ou seja, o próprio estatuto prevê tudo isso”, enfatizou.

Afirmou ainda que todos falaram muito bem e colocou o Ministério Público à disposição. Disse atuar na área de habitação e urbanismo, portanto, está no mesmo barco e vai remar no mesmo sentido. Terminou dizendo que o problema dos moradores de rua também é um problema regional e envolve saúde, ação social, moradia e o que falta é política pública.

“Precisa uma integração da comunidade terapêutica para evitar que a pessoa após o tratamento volte para as drogas, mas, é preciso capacitar as pessoas para reintegrá-las na sociedade e para isso precisa de política pública”, destacou.

Deu exemplo de pessoas que estão em programas sociais e querem um emprego e condições sociais para se sustentar e sair dos programas sociais. Citou o caso de moradores de rua que não querem ir para os abrigos porque lá tem ponto de drogas e desejou boa reunião a todos.

O representante do prefeito de Brodowski pediu desculpas pela ausência do prefeito e explicou que o município está com um problema sério de água porque tem três poços profundos e dois deram problema simultaneamente e o município está em estado de emergência. Disse que tudo o que foi citado pelos prefeitos é o que acontece em toda a região.

Dirigiu-se ao presidente do Parlamento Regional e disse acreditar que, com a força que ele está se empenhando, a região metropolitana vai sair do papel. Endossou as palavras do prefeito de Cravinhos porque está há 22 anos na política e nunca viu o governo do Estado priorizar tanto os problemas dos municípios e que sai das reuniões com políticas públicas de verdade.

Afirmou que o país tem a oportunidade de ter um gestor de verdade que tem coragem de tomar as decisões que é o atual governador e que continua dizendo que o vice-governador é um gestor preparadíssimo e que os municípios não podem perder essa oportunidade.

O prefeito de Luiz Antonio começou sua fala dizendo estar feliz por fazer parte desse momento histórico de participar de um trabalho de concretizar políticas públicas no Estado e na região metropolitana.

Afirmou ter certeza de que nesta data está sendo planejado o caminho certo para a região e para a população que tanto sofre. Concorde que é preciso desenvolver um trabalho sério para os moradores de rua e acredita que desenvolvendo um trabalho que dê educação para mudar a mentalidade dessas pessoas e das crianças que são o futuro.

O representante do prefeito de Sertãozinho justificou a ausência do prefeito e disse que essa luta vem de 2009 e que é preciso manter essa união e a cobrança porque o secretário de Desenvolvimento Regional está muito empenhado na causa e os municípios precisam demonstrar esse interesse que a região tem.

Disse que parafraseando o promotor essa poderia se chamar a reunião da angústia porque em todas as falas dos prefeitos os problemas são comuns e se todos se unirem, com essa força e pujança da região, num colegiado, terão muito mais força para buscar os recursos necessários que o governo do Estado vem viabilizando e que é preciso otimizar a aplicação desses recursos. Tem

certeza de que quando a Assembleia voltar a funcionar essa lei será aprovada e a Região Metropolitana de Ribeirão Preto passará a existir de fato e de direito.

O secretário de governo de Barrinha disse que entre os avanços que o governo do Estado de São Paulo propiciou ao município que foi a criação do Sistema Sem Papel e que a maioria dos municípios depende das emendas parlamentares indicadas pelos deputados para as benfeitorias e a criação do Sistema foi muito importante porque diminuiu a burocracia, é totalmente digital e propicia mais agilidade no acompanhamento das emendas parlamentares.

Afirmou ainda que os municípios não dispõem de recursos para aplicar em obras, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e o sistema implantado foi um avanço muito grande.

Disse concordar com tudo que foi dito sobre os moradores de rua porque é um problema que cresce a cada dia e precisa ser resolvido por todos e que nas casas de recuperação a maioria das pessoas tem profissão, mas por causa do vício acabam se perdendo, por isso é importante uma política pública de inserção no mercado de trabalho.

Deu como exemplo o “Programa Recomeço”, que dá ao cidadão que sai de uma clínica de recuperação a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, por um certo tempo trabalhando para o município com uma ajuda de custos.

Quanto ao saneamento básico, alguns municípios possuem autarquias, outros concessões, mas na maioria o tratamento de água e esgoto é feito pela própria gestão e todos estão com prejuízo porque todo mês colocam recursos do próprio bolso para manter o sistema funcionando. “A questão hídrica tem que ser levada a sério para poder resolver o problema”, disse.

Destacou também que todas as medidas para resolver essa questão são impopulares e os municípios dependem das câmaras municipais para aprovar essas medidas e geralmente não passam e esse ônus fica para o município.

Ressaltou que a tarifa de água e esgoto é muito pequena e a despesa só cresce, o mesmo acontece com a conta de energia que se comparada com o preço de 2 anos atrás com o preço atual é absurdo. “É uma despesa que só cresce e uma receita que só cai”. disse.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto disse que é preciso ter perseverança e que quando as coisas ficam difíceis, aí que tem que ter união e todos têm que participar para as autoridades sentirem o interesse, se começa esvaziar, demonstra desânimo.

“O prefeito de Pontal falou nas carências e ele diz que não chegará o dia em que não haverá mais carências porque as carências são próprias do ser humano, nas prefeituras, nas nossas casas e nas nossas vidas”, disse.

Afirmou ser preciso ter sabedoria para resolver as mais eminentes e como representante da sociedade civil na audiência se dispõe a fazer uma reunião para convidar OAB, a IARP, sindicato

rural, Fiesp, Sindicato de Turismo entre outros representantes da sociedade civil para que juntos possam ouvir e fechar questões a favor da região metropolitana.

Disse pretender que participem dessa reunião representantes da região metropolitana para apresentarem a importância, que muitas vezes a sociedade ainda não percebeu quando a região estiver efetivada. Essas entidades, trabalharão cada uma no seu setor para que isso aconteça. A sociedade civil tem obrigação de ajudar e dizer que isso é importante para a região. Finalizou dizendo que vão colaborar para todos contarem com o apoio da sociedade civil.

O assessor de gabinete de São Simão cumprimentou a todos e justificou a ausência do prefeito vitimado pelo covid. Começou sua fala dizendo que a cidade de São Simão também tem as suas angústias e a maior é a falta de tratamento de esgoto e isso faz com que o desenvolvimento econômico seja mais lento.

Disse que também tiveram problema junto a Funasa e estão trabalhando muito para realizar esse sonho. Clama ao governador ao vice e ao secretário de Desenvolvimento Regional que sempre atendem o município, para que colaborem com mais recursos para que seja mais rápido, considerando que o desenvolvimento econômico de São Simão passa por essa ETE.

Afirmou sair feliz da reunião porque viu a manifestação dos prefeitos e disse que a população tem que aprovar o esforço de cada prefeito que está lutando para a região metropolitana se tornar realidade. Reforçou ainda que sai feliz da audiência por ter visto motivação de todos e espera que a consolidação da região saia em breve e que na próxima todos participem para agradecer.

O consultor da Fipe cumprimenta a todos os participantes presentes e remotos e disse ao promotor público que no Estatuto da Metrópole o ministério Público tem um destaque muito importante. Lembrou que o Estatuto nasceu na Emplasa em 2013, quando ele era presidente, diante da necessidade de se ter uma visão compreensiva do território da região metropolitana porque o Estatuto da Cidade trouxe a obrigatoriedade de municípios metropolitanos elaborarem seus planos diretores e dessa maneira, era necessário um referencial de toda a região.

Continua dizendo que esse foi o fator que desencadeou a proposição feita, junto ao deputado que batalhou junto ao Congresso Nacional a aprovação do Estatuto da Metrópole que é uma lei que traz a questão da governança interfederativa e a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI.

Disse ser uma alegria muito grande participar de uma audiência tão representativa onde todos reconhecem o esforço do governo do Estado de São Paulo e que na atual audiência representava a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a união de todos os prefeitos é fundamental para a consolidação da região metropolitana, que o governo do Estado é idealista da questão metropolitana, regional, que há muitos anos lutam por isso.

Falou ser importante todos entenderem a ligação da proposta da nova regionalização com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. “Hoje o governo tem um projeto que está tramitando na Procuradoria Geral do Estado para ser enviado para a Assembleia Legislativa propondo a nova regionalização do Estado de São Paulo que passará a contar com 32 unidades regionais, sendo 9 regiões metropolitanas, 9 agrupamentos urbanos e 14 regiões de Estado, cada uma com um arranjo institucional de governança e um plano territorial que será feito em todas as 32 unidades regionais. Isso é muito importante e vai propiciar uma gestão mais efetiva do nosso território”, explicou.

Destaco ainda que o arranjo de governança interfederativa vai ser modificado com essa nova lei e o conselho que hoje são representantes do Estado, contará com a participação da sociedade civil e estamos defendendo um projeto de lei que seja representante das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), ou seja, entidades que atuem no saneamento, no desenvolvimento econômico, no meio ambiente, na moradia, na mobilidade etc.

“Será um conselho tripartite organizado dessa forma. Também foi encontrada uma saída para trazer para dentro dessa governança interfederativas, o legislativo que atuará num arranjo institucional de um Conselho Consultivo como o Parlamento Regional”, explicou.

Afirmou ainda que do lado do Estado terá uma Agência Estadual de Desenvolvimento e que, em 2019, a discussão da criação da agência foi interrompida porque não se conseguiu superar as exigências do Ministério Público e da Secretaria da Fazenda. “A proposição agora é de uma Agência Estadual com escritórios regionais com representações das agências em cada unidade regional. Um quadro mais enxuto, voltado para a atividade finalíssima e a área meio que é a área contábil e administrativa”, disse.

Explicou que essa agência estadual dará suporte para os Conselhos de Desenvolvimento de cada unidade regional e que o Fundo de Desenvolvimento Regional terá aportes do Estado e dos municípios com o objetivo de bancar projetos em nível regional.

Quanto ao transporte intermunicipal destacado por todos os prefeitos, tem um técnico da Secretaria de Transportes e Logística que tem acompanhado as audiências públicas que informou estar com o secretário para propor uma política pública para todo o Estado, nas regiões, no formato da concessão dos aeroportos, ou seja, fazer um mix porque tem regiões que podem ter uma boa rentabilidade e outras que não seriam atrativas para o setor privado. “Dessa forma, unindo o Estado, os municípios e as empresas é possível equacionar os problemas do transporte intermunicipal”, disse.

Lembrou que o governador no seu primeiro dia de mandato criou a Secretaria de Desenvolvimento Regional para cumprir uma promessa de campanha de fazer uma gestão municipalista. “Há um aumento na interação entre as pessoas, principalmente pelo avanço da tecnologia que possibilitou essa maior interação entre pessoas, empresas e poder público e nesse sentido está se dando uma nova conceituação aos requisitos para a consecução de regiões metropolitanas porque a lei atual ainda fala muito na significativa conurbação e pelos critérios do IBGE, somente São Paulo e Campinas atenderiam esses requisitos”, disse. ´

Explicou que na proposta atual, não só a significativa conurbação é importante, mas o grau de integração dos fluxos entre os municípios em uma determinada região porque os problemas metropolitanos, regionais são problemas de fluxos, da água, do esgoto, das pessoas, das mercadorias, do mosquito da dengue, do coronavírus que precisam ser enfrentados de forma regional.

Em seguida tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Ribeirão Preto <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

- **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)** – MC-Fipe ([https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI Marcos-Campagnone Ribeira%CC%83o-Preto.pdf](https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI_Marcos-Campagnone_Ribeira%CC%83o-Preto.pdf))
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – CL-Fipe (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT AP Contextualizacao-MH.pdf>)
- **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)** – BB-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT-AP-RMRP_19-01-22.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates.

A audiência foi encerrada com o aviso de que a íntegra ficaria disponível – assim como todos os produtos que foram elaborados até esta data – na plataforma da região metropolitana (<https://rmp.pdui.sp.gov.br>) que também receberia as propostas até 7 dias úteis após a realização da audiência. A íntegra também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (https://www.youtube.com/watch?v=mSsz_FTcUN0).

Balanco de Presenças da AP Ribeirão Preto - 28/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
53	5	33	13	86	18	104

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Diretor de Urbanismo	AFL	Chat YouTube
Ribeirão Preto	Câmara Federal	Deputado	AJ	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	não menciona		BCC	Chat YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
não menciona	Associação para Proteção Ambiental de Caconde (APAC)		CHB	Chat YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Esportes	Diretor Técnico 1	EL	Chat YouTube
Pontal	Secretaria Geral de Governo	Secretário de Governo	ANS	Presencial
Serra Azul	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	Diretor	AAP	Presencial
Ribeirão Preto	Câmara Municipal	Equipe Arnaldo Jardim	ABN	Presencial
Dumont	Prefeitura	Prefeito	AFF	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secretaria de Justiça	AH	Presencial
Serra Azul	Prefeitura	Engenheiro Civil	AP	Presencial
Luiz Antônio	Prefeitura	Vice-prefeito	ARN	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		AFVB	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube/Chat
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		ASP	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secretaria de Infraestrutura	ADS	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secretário	ADA	Presencial
Jardinópolis	Secretaria da Saúde/ Controle de Vetores		AASB	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		BCC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		BB	Presencial
São Simão	Gabinete	Assessor	CAMR	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Secretaria de Infraestrutura	Secretário	CENA	Presencial
Ribeirão Preto	SAA/Cati	Diretor Técnico	CHPS	Presencial
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Engenheiro Civil	CHS	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Meio Ambiente	Secretária	CD	Presencial
Ribeirão Preto	Planejamento e Gestão Pública		CRA	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura	Vice- prefeito	DMG	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Câmara Municipal	Assessor de Maurício Gasparini	DM	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ribeirão Preto	ACIRP	Presidente	DB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Meet/Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FDD	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Educação	Secretário	FE	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		FHAB	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	AEAARP	Vice-presidente	FJ	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura		FRP	Formulário YouTube
Barrinha	Secretaria de Governo	Secretário	FG	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		FTR	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Meet
Ribeirão Preto	Prefeitura		GP	Formulário YouTube
Pontal	Prefeitura	Assessor Técnico Gabinete	GHSD	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Mobilidade Urbana	Diretora	HM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	ACIRP	Coordenador Jurídico	IGLG	Presencial
São Paulo	não menciona		IS	Meet
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Turismo	Secret. de Turismo	IP	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura	Chefe de Emprego	IC	Presencial
Cravinhos	Prefeitura	Prefeito	IGB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		IM	Meet
Ribeirão Preto	CREA SP	Gestor VGI-RP	JTAJ	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Saúde		JCM	Presencial
Guataporá	Prefeitura	Prefeito	JCNS	Presencial/Mesa
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes (SLT)		JMAN	Chat YouTube
Ribeirão Preto	ACIRP	Coordenador Relações Institucionais	JML	Presencial
Santo Antonio da Alegria	Secretaria de Cultura e Turismo	[?]	J	Presencial
Guataporá	Prefeitura	Prefeito	JCS	Presencial/Mesa

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ribeirão Preto	Departamento de Urbanismo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		L	Chat YouTube
Serrana	Prefeitura	Prefeito	LCC	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Fórum Pró-Cultura da RMRP		LDM	Formulário YouTube
Serrana	Câmara Municipal	Vereadora	LRSP	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		LSF	Formulário YouTube
Batatais	Prefeitura	Prefeito	LFBGJ	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		LGBM	Formulário YouTube
Sertãozinho	Secretaria de Cultura e Turismo	Secretário	MP	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura	Superintendente de Transporte	MSG	Presencial
Santa Rita do Passa Quatro	Prefeitura	Prefeito	Marcelo Simão	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	não menciona		MAFD	Chat YouTube
Cravinhos	Prefeitura	Vice-prefeito	MB	Presencial
Ribeirão Preto	Câmara Municipal	Representando Deputado Federal General Peternelli	MAB	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR)	Secretário	MV	Mesa
Brodowski	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	MAA	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MYM	Formulário YouTube/Chat
Ribeirão Preto	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	MG	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial
Ribeirão Preto	Mega Sistema de Comunicação	Diretor	MRM	Presencial
São Simão	Câmara Municipal	Vereador	OMM	Presencial
Ribeirão Preto	CETESB/RP	Gerente	OO	Presencial
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		PCMB	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secret. Obras	PLP	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secretário da Casa Civil	RA	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jardinópolis	Secretaria de Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente	Secretário	RP	Chat YouTube
Ribeirão Preto	Prefeitura	Assessor	RHMS	Presencial
Sertãozinho	Secretaria de Cultura e Turismo		RT	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Meet
não menciona	Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano		RAF	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SHCR	Meet
São Paulo	Uvesp	Presidente	SM	Presencial/Mesa
Brodowski	não menciona		SB	Chat YouTube
Pradópolis	Prefeitura	Prefeito	SB	Presencial/Mesa
Pradópolis	Prefeitura	Prefeito	SM	Presencial
Serrana	Câmara Municipal		Uma escola estadual no município de Serrana	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VF	Chat YouTube
Jardinópolis	Vetores Zoonoses		Vetores Zoonoses	Chat YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Meio Ambiente	Chefe de divisão	VC	Presencial
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		VA	Formulário YouTube
não menciona	não menciona	Engenheira civil	WMV	Chat/Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Ministério Público	Promotor de Justiça	WBT	Presencial/Mesa
não menciona	PDU-23		WECJ	Chat/Formulário YouTube

V. REGIÃO METROPOLITANA
DO VALE DO PARAÍBA
E LITORAL NORTE

V.1. Sub-região de Cruzeiro

Data: 31/01/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Senai – Rua São Tomás, 1 – Jardim São José, Cruzeiro

Municípios convidados: Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos fez a abertura da audiência pública e informou que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Colocou que o Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de

extrema importância nesta fase de elaboração do plano, e, por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, disponível no endereço: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>.

Agradeceu ao Senai pela cessão de uso do auditório e de toda a infraestrutura necessária para a realização desta audiência. Agradeceu também à prefeitura de Cruzeiro e destacou que o prefeito da cidade, desde o início, não mediu esforços para ajudar na divulgação e na elaboração deste tão importante plano de desenvolvimento da região e também pelo apoio, principalmente, na geração das imagens para o ambiente virtual.

Agradeceu à equipe da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Agemvale), na pessoa do diretor em exercício pela mobilização e apoio na realização desta audiência.

Informou que o local segue todas as regras de distanciamento social que teve sua capacidade reduzida e, por este motivo, o acesso dos convidados foi limitado, conforme orientações contidas no convite.

Disse que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase de elaboração do plano, e por isso foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana, disponível no endereço <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>.

Expôs o regulamento da audiência pública (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP-AP-PDUI-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região poderão ser feitas por meio do formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir desta data.

Em seguida, foram apresentados os vídeos com as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Cruzeiro
- Prefeito de São José do Barreiro e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Vereador e presidente do Parlamento Metropolitano
- Diretor em exercício da Agemvale
- Prefeito de Arapeí
- Prefeito de Areias
- Prefeito de Lavrinhas
- Vereadora do município de Bananal
- Prefeito de Queluz

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença dos que foram presidentes do Conselho Desenvolvimento, e do representante de um deputado federal.

Formada a mesa, houve um agradecimento a todos que acompanhavam a audiência no ambiente virtual e, também, na plateia, citando desde o início a presença no ambiente virtual do presidente da APM, do presidente da Uvesp, além de outras pessoas.

Na sequência, foi aberta a palavra para que os componentes da mesa diretora fizessem suas colocações.

O prefeito de Cruzeiro cumprimentou os presentes e falou da alegria de receber a Secretaria de Desenvolvimento Regional que tem por objetivo transformar cada vez mais o municipalismo no estado de São Paulo. Destacou também o quanto este momento foi esperado por todos, que em 2013-2014 o assunto era amplamente discutido com vistas a obtenção deste plano no Vale do Paraíba e Litoral Norte e que passados esses anos, estão aqui para assistir a essa apresentação pela Fipe e fazer as contribuições necessárias, buscar o entendimento regional das políticas públicas que devem e farão para a região.

Nesse sentido, disse ser fundamental a participação popular para que os gestores possam, baseados no que estão ouvindo da equipe técnica, buscar de forma eficiente tais políticas para a região. Desejou a todos uma excelente tarde de trabalho e que estão neste momento para trabalhar, contribuir, agregar valor neste plano, e que almeja elaborar o melhor documento possível para

que essas políticas públicas sejam eficientes e cheguem à ponta, à população de cada uma das cidades.

O prefeito de São José do Barreiro cumprimentou a todos os presentes, [falha no áudio] e destacou que era um dia especial e que está à frente do Conselho de Desenvolvimento [inaudível] e agradeceu aos prefeitos e colegas presentes, por fazer parte desta reunião pois, por meio dela, conseguirão desenvolver políticas públicas para diminuir as desigualdades na região.

Ressaltou que, como prefeito de São José do Barreiro, no Vale Histórico, sabe como é difícil a vida na região, comparado com a metrópole de São José dos Campos. Para ele, o plano vem em boa hora para que possam diminuir essas diferenças, construir políticas públicas para preservar o meio ambiente, melhorar de fato a qualidade de vida dos que moram nas 39 cidades da região.

Disse esperar que todos tenham uma excelente audiência e se colocou à disposição para o que puder contribuir.

O vereador de Lorena e presidente do Parlamento Regional Metropolitano cumprimentou a todos os presentes, agradeceu pelo convite e disse que costuma dizer que vereador é o espelho da comunidade, em que é preciso estar diariamente dentro da comunidade, auxiliando e trazendo as demandas para um bem melhor [inaudível].

Agradeceu e disse que a participação de [inaudível], pois a fala dos participantes é de extrema importância nesta audiência para trazer os anseios de cada comunidade. Parabenizou pelo trabalho, desejou uma tarde produtiva para que trabalhem em prol de uma só pessoa: da comunidade, daquela pessoa mais simples da periferia, daquela que espera e precisa de uma resposta o mais rápido possível.

O diretor da Agemvale também cumprimentou a todos os presentes e falou da satisfação por poder falar em nome da Agemvale, braço operador do sistema da governança metropolitana. Disse que a região metropolitana está calcada em três grandes pilares: o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, órgão deliberativo, composto pelos prefeitos e com representante do governo do Estado; o fundo de recursos para ser aplicado na região do Vale, o Fundovale e o braço operador, a Agemvale.

“Assim, tem-se o Conselho que delibera onde serão aplicados os recursos do Fundovale, e quem opera é a Agemvale”, explicou.

Disse que explica às pessoas que questionam o porquê da região metropolitana e como surgiu essa questão que, com o passar dos anos, os municípios foram crescendo e se desenvolvendo, de tal sorte que as cidades foram se aproximando dos perímetros urbanos umas das outras, culminando na falta de percepção geográfica, ao passar de uma cidade a outra, o que gerou necessidades comuns, que um só prefeito não consegue resolver.

Afirmou que essas necessidades comuns são as Funções Públicas de Interesse Comum e que, pensando nessas questões, o governo do Estado, em 2012, criou a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Colocou que São Paulo é a locomotiva do Brasil que representa 31% do PIB nacional, algo em torno de dois trilhões de reais, que o Vale não está dando a devida importância, pois, tirando a RM de São Paulo, o Vale do Paraíba é a segunda maior produtora de riquezas do Estado, perdendo apenas para Campinas, o Vale tem uma diversidade fantástica, um setor industrial muito forte – de tecnologia, aeronáutica, química, petroquímica, de transformação; o setor do turismo, com o Vale histórico, a rota do café, o litoral norte, a Serra da Mantiqueira.

Enfatizou ainda que devem pensar nessa diversidade como um todo, daí a importância deste momento: de planejamento da região, de dar um norte para a região, e que a partir das diretrizes da região, os municípios poderão adequar os planos de planejamento urbano de acordo com a região.

Disse, ainda, que estão muito bem assessorados, que a Fipe tem essa responsabilidade de condução que junto com os municípios fez o trabalho anterior ao traçar um diagnóstico de cada sub-região dos problemas e das necessidades e que agora vai propor caminhos para a região. “É neste momento que a sociedade civil terá a oportunidade de dar sua contribuição”, destacou.

Por fim, desejou êxito para este trabalho, que significa êxito para a Secretaria de Desenvolvimento Regional e para toda a região do Vale.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos lembrou que no caderno preliminar de propostas, existem algumas propostas, como por exemplo, na parte do transporte e sistema viário, a questão que trata da implantação do Corredor Verde Metropolitano de promover ajustes no sistema viário de algumas sub-regiões para migrar conflitos de tráfego rodoviário com tráfego local, garantir a manutenção das estradas vicinais, programa que o estado tem conduzido e aportado recursos, visto que o município não consegue fazer a recuperação e promover a integração do transporte intermunicipal.

Feita essa intervenção retomou o comentário do diretor da Agemvale sobre o aporte de recursos para a segurança para o videomonitoramento que está em andamento e que é importante ressaltar esta ação que a Agemvale tem conduzido junto com os prefeitos.

O prefeito de Arapeí cumprimentou a todos e disse que São Paulo, mais uma vez, faz jus ao título de locomotiva do Brasil [inaudível] desenvolvimento que visa diminuir as desigualdades por meio de políticas públicas que, sem dúvida, é um exemplo a ser seguido por todo o país.

Agradeceu ao governador, ao secretário do Desenvolvimento Regional e à Agemvale, “pelo brilhante trabalho que vêm desenvolvendo”. Disse ainda que São Paulo demonstra sua competência, e como é bom [inaudível], e desejou uma boa tarde de trabalho a todos.

O prefeito de Lavrinhas cumprimentou a mesa diretora e disse que é uma satisfação participar desta primeira audiência pública de grande importância para a região. Afirmou ainda que teve o prazer de fazer o primeiro plano diretor do município, e agora pode participar do plano diretor regional da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Agradeceu pelo convite e desejou uma boa tarde a todos.

O prefeito de Queluz cumprimentou as autoridades presentes e os representantes. Disse ser um prazer estar com todos, agradeceu e desejou uma tarde a todos.

A vereadora do município de Bananal também cumprimentou as autoridades e disse que está muito feliz em participar do processo de elaboração do plano regional, que teve o prazer de trabalhar no plano diretor de Bananal.

Falou que se antes enxergavam que construir o futuro, desenvolver os municípios se resumia a construção de estradas, hoje, construir o futuro é estreitar relações, estreitar regiões.

Colocou que sempre foi favorável à política regional, principalmente para as cidades menores que sozinhas se tornam muito pequenas, mas que unidas se tornam grandes e quem ganha é a população. Agradeceu e disse esperar que no futuro que este trabalho que está sendo realizado seja um ganho, não só para o Vale do Paraíba, mas para o Estado como um todo.

Antes de anunciar as apresentações dos técnicos da Fipe, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos pediu aos membros da mesa que discorressem sobre mais alguns temas de interesse comum aos municípios: meio ambiente, saneamento e recursos hídricos. Disse que no levantamento preliminar feito pela equipe da Fipe, foram evidenciados alguns pontos que gostaria de saber se de fato são procedentes. São eles:

- questão regional de resíduos sólidos e aterro sanitário;
- prevenção de eventos hidrológicos extremos;
- enfrentamento da escassez hídrica e;
- preservação e conservação dos fragmentos florestais e de Unidades de Conservação.

Convidou, primeiramente, o prefeito de Cruzeiro para fazer suas considerações a respeito da questão do aterro sanitário.

O prefeito de Cruzeiro destacou que é uma questão comum aos municípios que recorrem a um aterro sanitário privado de Cachoeira Paulista. Considera ser uma questão a ser enfrentada e discutida e conseguirem chegar a uma solução por meio do PDUI.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que o PDUI pode chegar a uma conclusão sobre o Plano de Resíduos Sólidos para a região.

O prefeito de Arapeí afirmou que a cidade [inaudível] aterro sanitário [inaudível] até devido à proximidade.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos aproveitou para falar que o projeto de lei que será encaminhado para a Alesp sobre Rede Integrada de Desenvolvimento Sustentável é uma nova previsão na legislação estadual que será implantada para que haja entendimento com os outros estados a respeito de Funções Públicas de Interesse Comum.

O prefeito de São José do Barreiro [inaudível] importante constar no PDUI [inaudível] que possam fazer alguma coisa no sentido de incentivar a reciclagem, coleta seletiva, inclusive para diminuir a quantidade de lixo e até melhorar a renda do próprio município.

Disse ser importante que, por meio desta discussão de hoje, possam definir uma política pública, uma ferramenta para que todos os municípios, consorciados ou não, consigam uma solução para o aterro sanitário.

Em resposta ao assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, o prefeito de Queluz informou que o custo mensal da coleta desse lixo, que gira em torno de 160 a 180 toneladas, é de 15 mil reais, mas que tem o custo de motorista, caminhão que percorre uma distância de 80 quilômetros ida e volta de Queluz a Cachoeira Paulista, e que hoje o custo para transportar o lixo ao aterro sanitário gira em torno de 500 mil reais/ano, contando com combustível, caminhão, pneu, desgaste do caminhão, os empregados que conduzem esses dejetos.

Disse que Queluz faz a reciclagem, mas que algumas pessoas só têm interesse por latinhas ou outro tipo de material de maior valor e que a coleta seletiva diminuiria a quantidade de resíduos a ser transportado para o aterro sanitário e, conseqüentemente, o custo operacional.

Afirmou ainda que o mesmo ocorreria com a questão do entulho de construção, que poderia ser enviado para uma usina e posteriormente reaproveitado para recuperação de calçadas, por exemplo. [inaudível]. Informou que hoje com menos de mil metros quadrados, podem fazer um aterro sem licenciamento da Cetesb. [inaudível]

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou uma última questão relativa ao transporte intermunicipal e mobilidade, que em outras apresentações do plano, se falou muito sobre as dificuldades de municípios pequenos para transportar estudantes e pacientes.

Então, convidou os membros da mesa para que fizessem suas colocações, principalmente em relação aos custos que elevam o orçamento das prefeituras.

O prefeito de São José do Barreiro colocou que é uma questão muito importante, principalmente para os municípios do Vale Histórico, e que diz respeito a locomoção de pacientes que tem um custo muito alto.

Afirmou que precisam do apoio para o transporte intermunicipal para o [inaudível] também e que as cidades dentro da SP 68 não têm transporte regular, o que dificulta muito a mobilidade das pessoas que trabalham em outras cidades, e também para transporte interestadual para as cidades de Barra Mansa, Volta Redonda e [inaudível].

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos fez uma última questão para debate da mesa sobre o Sistema Cross regional que tem dificultado muito o acesso dos pacientes quando há necessidade de disponibilização de vaga em hospital de especialidades próximo, e perguntou se o mesmo ocorre da região do Vale.

O prefeito de São José do Barreiro respondeu que ainda não tem o Sistema Cross regional e diz achar que com a instalação do novo hospital regional em Cruzeiro [inaudível] o governo do Estado [inaudível] a união dos prefeitos para que consigam esse hospital.

Disse que, com a vinda do hospital, [inaudível] se conseguirem contabilizar todos os [inaudível] que tem na região, poderia ser feito um Cross, que seria muito melhor para a população.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que o governador esteve recentemente em Cruzeiro anunciando o hospital regional, mas que isso requer a melhoria na infraestrutura, uma vez que este hospital receberá uma boa parcela da população do Alto Vale, do Vale Histórico.

Sobre a questão do hospital regional, o prefeito de Cruzeiro disse que, independente de estar organizada no plano, definiram, no Vale histórico e circuito do café, que os prefeitos e lideranças políticas trabalharão em conjunto, baseados na técnica e nas necessidades, a fim de conseguirem novos equipamentos na região.

Falou ainda que o hospital regional vem coroar este grande ganho para a região, que é uma das mais carentes em saúde pública do Estado de São Paulo, talvez perdendo apenas para o Vale do Ribeira.

Disse, ainda, que levam pacientes, centenas deles, talvez milhares, para Taubaté, São José dos Campos, São Paulo e Guarulhos para buscarem a devida atenção à saúde, e que por meio do equipamento do hospital regional, terão 200 leitos, com especialidades, dentre outros benefícios, o que trará para a população, não só do Vale Histórico, como para o Circuito da Fé, um melhor atendimento, comodidade e eficiência, e que neste ponto, como já apresentado no próprio plano, a questão do transporte sanitário será mitigada no prazo de 24 meses, ou um pouco mais, com a entrega efetiva desse hospital.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou outra questão que também é comum às demais regiões, e que diz respeito aos problemas de infraestrutura das polícias civil e militar, de delegacias, do quadro de funcionários, como delegados e investigadores, médicos legistas, inclusive, será aberto concurso público para a contratação destes últimos, uma vez que algumas regiões fecharam o IML por falta destes profissionais.

Disse não ser uma questão do estado, mas sim devido à debandada de médicos, questão que necessita ser analisada.

O prefeito de Arapeí disse que, em relação à questão da segurança pública, tem debatido o problema em diversas reuniões, e que o Estado precisa entender que a região faz divisa com o Estado do Rio de Janeiro e que, se tratando de criminalidade este Estado, infelizmente, apresenta índices altíssimos.

Falou que a região, a rodovia dos [inaudível], a SP 68, por exemplo, é rota de tráfico de entorpecentes e de armas, de forma que necessitam da reabertura de postos da polícia rodoviária estadual,

lembrou que tinham um posto em Bananal, divisa com Barra Mansa, que foi fechado, mencionou outro próximo a São José do Barreiro, na estrada que dá acesso a Resende, [inaudível] e que faltando esse acesso a Resende, a tendência é de aumento da criminalidade.

Ressaltou a importância do governo do Estado ter conhecimento sobre a vulnerabilidade em relação ao Rio de Janeiro, uma vez que as estradas de sua região são usadas como rota para o tráfico.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou que estas questões têm sido encaminhadas para os secretários das pastas específicas de cada tema e que os resultados das audiências são prontamente encaminhados para os executivos locais, no que diz respeito à segurança pública.

Disse ainda ser importante na retomada das reuniões presenciais do Conselho de Desenvolvimento que devem retornar no momento da aprovação da lei que será encaminhada à Assembleia, a partir de março ou abril, com a participação dos secretários de Estado e da sociedade civil.

A seguir, tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, quais sejam:

- - **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – MC-Fipe**
(<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>)
- - **Apresentação do Contexto Regional – MH-Fipe**
(https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA_AP_Mauricio-Hofman_13-01-Rev-equipe-RMVPLN.pdf)
- - **Proposta de Macrozoneamento – ZA e CG-Fipe**
(https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf)
- - **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) – ZA-Fipe**
(https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates convidando a quem quisesse fazer suas considerações, e informou que houve participação efetiva do público no ambiente virtual, inclusive com envio de algumas propostas.

O vereador de Cruzeiro iniciou suas considerações felicitando a equipe pelas apresentações, cumprimentou aos prefeitos e aos vereadores presentes e colocou que todos sabem sobre o aumento da violência na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e pergunta se existe a viabilidade da inclusão de um sistema de policiamento na região.

Sugeriu que se trouxesse para a região policiamento, [inaudível], força tática e outros sistemas, como os que existem na região de São José dos Campos, e se isso já existe como previsão no plano

de desenvolvimento. Colocou que caso não haja esta previsão, fica a sugestão, já que durante a audiência foram discutidos temas relativos ao desenvolvimento, regionalização, hospital regional, desenvolvimento econômico, turístico e que é importante pensar na segurança pública.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos destacou ser importante, na retomada das reuniões presenciais do Conselho de Desenvolvimento, a criação da chamada Câmara Temática de Segurança Pública, que é um primeiro passo, e que, sem dúvida, com o hospital regional, Cruzeiro se torna uma sede de região importante, e conseqüentemente, a questão da criminalidade é um tema a ser tratado pelo Conselho, e a sub-região deve ser tratada tal qual a metrópole São José dos Campos.

Sobre a questão do sistema de segurança, o prefeito de São José do Barreiro disse que a [pareceu que diz Agemvale], está [inaudível], vamos fazer a licitação do videomonitoramento e que estão aguardando o convênio com a Secretaria de Segurança Pública, [cinturão eletrônico?] entre as 17 cidades, que contempla o programa Novo Vale. [inaudível]. Disse que tentarão ampliar o programa, junto à Secretaria de Desenvolvimento Regional, aos demais municípios.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse ser importante que essa proposta da [inaudível] e toda a infraestrutura da polícia militar e da civil, seja feita via plataforma digital do PDUI para que seja encaminhada à Secretaria de Segurança Pública.

Completo dizendo que há essa previsão da segurança pública dentro do plano de desenvolvimento, que essa questão do videomonitoramento está bem encaminhada, e que dentro do convênio mencionado, é importante mencionar as questões abordadas nesta audiência.

Sobre o desenvolvimento do Novo Turismo, da indústria do turismo para o Vale Histórico e o Vale da Fé, o prefeito de São José do Barreiro, destacou a SP 68, que interliga os municípios do Vale Histórico até a rodovia Presidente Dutra e sugeriu que se faça uma rota turística interligando o [inaudível] até Aparecida, melhorando o tráfego de pessoas nessa rodovia e todo aparelhamento das vias e que seria muito importante que fosse incluído [inaudível].

Outra sugestão colocada diz respeito à transformação da SP 68 em rodovia em estrada-parque, citada em outras reuniões. Disse que recebeu essa demanda de vários grupos de turismo ligados à prefeitura [inaudível] e que seria importante transformar essa rodovia em estrada-parque, e uma ciclovia paralela à estrada, o que melhoraria muito o turismo regional, com desenvolvimento para o Vale Histórico, seguindo até Silveiras e que a própria cidade de Cruzeiro fizesse parte desse turismo.

[inaudível], moradora de Lorena cumprimentou a todos e falou de sua alegria e satisfação em participar dessa audiência. Disse que sua colocação diz respeito à apresentação do organograma apresentado pelo técnico da Fipe que será padrão para todas as regiões, sobre o Conselho tripartite, da importância da participação social, da cadeira da sociedade civil, mas que não ficou claro [para ela] se no Conselho de Desenvolvimento haverá essa cadeira, ou se será em outra instância.

O consultor da Fipe respondeu que a participação da sociedade civil é no Conselho Deliberativo da [inaudível], ou seja, no Conselho de Desenvolvimento, que é uma obrigatoriedade pelo Estatuto da Metrópole.

Explicou que, a partir da Lei Complementar 760 de 1994, que regulamentou os artigos 152 e 158 da Constituição do Estado de São Paulo, que tratam da organização regional, serão incorporados na reedição dessa lei, todos os dispositivos do Estatuto da Metrópole e criar a lei das 22 unidades regionais, outras formas de integração regional, como a questão das Regiões Integradas de Desenvolvimento Sustentável (RIDS), que não se trata das Rides do governo federal, que é a Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico e Social, de Brasília, Minas Gerais, Grande Teresina, Maranhão e Piauí, nem a da Bahia e Pernambuco.

Disse que há três Rides do governo federal no país, e que temos aqui as RIDS cujo objetivo diz respeito às áreas de preservação ambiental do território do estado de São Paulo que fazem limite com áreas de outro Estado, como por exemplo, a região do sudoeste do Estado no Vale do Ribeira com o nordeste do Paraná e que no transcorrer das audiências públicas começaram a pensar que as RIDS também podem ser territórios que podem pactuar na relação tributária, no sentido de não haver guerra fiscal entre territórios.

Destacou que para instituir uma RID deve haver aprovação pelas Assembleias Legislativas de ambos estados, que estão no início, para num outro momento pensarem nas práticas, no piloto e a questão ser bem-sucedida, uma vez que o desenvolvimento não se faz dentro de fronteiras e sim, nas fronteiras interestaduais.

Sobre a questão da segurança, disse que, em 2014, a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos desenvolveu um projeto de muralhas virtuais no Vale do Paraíba, em que todas as estradas que circundam os municípios foram mapeadas com a finalidade de identificar os pontos estratégicos para colocação das câmeras.

Informou que todos os municípios assinaram a parceria com o governo do Estado, além de definirem, num primeiro momento, a quantidade de câmeras fornecidas pelo governo para ter a configuração mínima, e num segundo momento iniciar a construção dos centros de operações integradas.

Colocou que na primeira etapa seriam utilizadas câmeras dos municípios, as disponibilizadas pelo setor privado, as fornecidas pelo governo do Estado (cerca de 80 milhões), e para completar o custo seria de 480 milhões, que com o início da crise econômica no final de 2014, que perdura até o momento atual e que o país ainda patina nessa questão, mas que em 2019 o governo do Estado de São Paulo fez um ajuste fiscal rigoroso e hoje está investindo cerca de 50 bilhões, entre 2021 e 2022, o que é muito significativo, muito acima do que o governo federal [inaudível] e que o momento é de tirar esse projeto do papel.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que este é um assunto que está sendo conduzido pela AgemVale e pelo Conselho, e que realmente é um problema de tempos atrás e a questão da criminalidade do Rio de Janeiro mencionada pelo prefeito de Arapeí.

O vereador de Cruzeiro disse que devido ao crescimento da violência, fizeram uma reunião com as autoridades, não só de Cruzeiro, mas de toda a região [inaudível], em que foi apresentado um diagnóstico, pois como foi dito nesta audiência que ninguém conhece melhor a realidade do município do que os munícipes, assim como na segurança pública, em que ninguém conhece melhor os problemas, como os profissionais que trabalham na nessa área.

Colocou que durante esta reunião muito se falou sobre a melhoria do turismo, da qualidade de vida, dentre outros temas, mas que sem a segurança, será tarefa impossível, visto a realidade da infiltração da criminalidade via Rio de Janeiro, por este motivo, o tema da segurança é um ponto estratégico que precisa ser trabalhado.

Retomando o diagnóstico feito, surgiu a seguinte indagação: até que ponto a tecnologia vai inibir a violência. Disse que quando o Comando da Polícia Militar foi questionado se o efetivo da [inaudível] atende às necessidades do município, foi dito que sim, o que é contraditório, visto que duas cidades como [inaudível] e Lavrinhas terem uma só viatura no período noturno, e que, em conversa posterior com vereadores de outros municípios, foi dito que não procedia, pois no início do aumento de homicídios em Cruzeiro, parte do policiamento veio de Queluz.

Enfatizou ser um problema que causa preocupação, pois ao longo do tempo ocorreram muitas baixas, aposentadorias e afastamentos na polícia militar, e os concursos, que eram anuais, cessaram.

Perguntou, então, sobre a possibilidade de haver um batalhão em Cruzeiro, visto que traria benefícios para outras cidades, como Lorena, por exemplo, assim como o hospital regional, que beneficia a todas as cidades.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que, justamente, a audiência pública tem o intuito de colher essas informações importantes e estratégicas para a região, como a questão do hospital regional, que é um ganho para a região, mas que também atenderá municípios do Rio de Janeiro.

Sobre a questão da segurança colocada pelo vereador disse ser importante que seja levada ao Comando, com uma posição do Conselho de Desenvolvimento, e à Secretaria de Segurança Pública.

[identificação inaudível] agradeceu aos colegas que estão representando a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a Fipe, [inaudível] debatendo temas importantes para a região de Cruzeiro em todos os aspectos.

Relembrou que quando a SP 68 foi construída, ela seria como a Rodovia 66 dos Estados Unidos, uma estrada-parque, que esse pedido do prefeito de São José do Barreiro é um sonho de muitos anos, assim como a questão da ciclovias. Colocou ainda que as cidades do Vale Histórico não se conhecem, devido à questão da falta de transporte.

Não havendo mais colocações dos presentes, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos convidou o prefeito de Cruzeiro para fazer suas considerações de encerramento da audiência pública da sub-região de Cruzeiro.

O prefeito de Cruzeiro iniciou agradecendo à Secretaria de Desenvolvimento Regional e a todos os integrantes da equipe Fipe pelo trabalho. Em relação à questão da segurança aqui mencionada, colocou que os índices de homicídio têm crescido consideravelmente, sendo o terceiro ano com índices altos, e que em conversa com o novo responsável pelo Deinter de Taubaté, levantou-se a importância da 'inteligência' no sentido de prever ocorrências.

Falou sobre a importância de uma base na região para um trabalho ostensivo, para estar junto à comunidade, e possibilitar um ambiente menos favorável ao cometimento de crimes, mas que acima de tudo é fundamental o trabalho de prevenção, um trabalho que iniba a ação de líderes do crime, que disputam áreas.

Disse que tem ocorrido mortes de pessoas diretamente envolvidas, ou que têm algum tipo de relação com o tráfico de drogas. No que diz respeito às câmeras de monitoramento, disse que existem cidades satélites que já possuem o sistema, na região do Vale Histórico, Cruzeiro, Lorena e Guaratinguetá também possuem.

Foi feito um trabalho de identificação, por meio de um trabalho pré-existente, de mudança de estrutura geográfica, de focos de vulnerabilidade, com o objetivo de fechar o cinturão de câmeras e que por meio dessas ferramentas, as cidades mais sólidas em segurança pública, poderem experimentar melhores [inaudível].

Finalizou dizendo que vê esta audiência com saldo positivo, que foi uma tarde muito produtiva com troca de experiências e muitas contribuições. Falou de sua alegria de saber que há uma previsão de que todo o projeto e tudo que seja apresentado até o final do primeiro semestre, forneça um arcabouço jurídico-legislativo, para que possam ter uma ferramenta de 'cobrança', de meta, de resultado e de efetividade, o que é fundamental.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a todos que acompanharam a audiência e reforçou que todos os documentos produzidos e a gravação na íntegra desta audiência pública estão disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>) e que as propostas serão recebidas até 7 dias úteis após esta data. A audiência também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=7pIHSbpHhKw>).

Balanco de Presenças da AP Cruzeiro - 31/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
44	5	24	17	68	22	90

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São José do Barreiro	Prefeitura	Prefeito	ASB	Presencial/Mesa
Não menciona	DRS		AAA	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Chat/Formulário YouTube
Cruzeiro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	ALFRN	Presencial
Queluz	Prefeitura/ Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretária	APR	Presencial
RMVale	AgemVale	Diretor Administrativo	AGFJ	Presencial/Mesa
Lavrinhas	Secretaria de Planejamento e Obras	Secretário	ACP	Presencial
São José do Barreiro	Prefeitura		ACPC	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Equipe Fipe	Ex-prefeito	BN	Chat YouTube
Lorena	Câmara Municipal	Vereador / Presidente da Uvesp / Presidente do Parlamento Metropolitano	BC	Presencial/Mesa
Taubaté	Univap - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional		CG	Chat/Formulário YouTube
Arapeí	Prefeitura	Setor de Cadastro	CFC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Chat YouTube
RMVale	Equipe Fipe	Eng. Civil	CG	Presencial/Chat/ Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		DJA	Chat/Formulário YouTube
Lavrinhas	Secretaria de Turismo e Cultura	não menciona	DEOC	Presencial
Cruzeiro	Prefeitura	Escriturária	DT	Presencial
Queluz	Prefeitura	Diretora de Turismo	DCPO	Presencial
Cruzeiro	Prefeitura	Assessora	D	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube
Cruzeiro	Secretaria de Meio Ambiente	Chefe de Seção	EAS	Presencial
Bananal	Câmara Municipal	Vereadora	ÉA	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Chat/Formulário YouTube
São José do Barreiro	Prefeitura		FM	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Chat/Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Cruzeiro	Prefeitura / Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural	Estagiário de Comunicação	GAN	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HG	Chat YouTube
Cruzeiro	Câmara Municipal	Vice-presidente	HRV	Presencial
Cruzeiro	Câmara Municipal	Vereador	HSL	Presencial
Arapeí	Prefeitura	Assessora Especial	IKSS	Presencial
Lavrinhas	Câmara Municipal	Presidente	IMS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Equipe Fipe	IAM	Chat/Formulário YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Assessor de Imprensa	J[?]	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JBGCN	Presencial
Queluz	Prefeitura		JBS	Formulário YouTube
Lavrinhas	Prefeitura	Prefeito	JCB	Presencial/Mesa
Queluz	Câmara Federal	Assessor Dep. Federal Bertaolli	JDV	Presencial
Não menciona	Cidadão		JMAN	Chat YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes		JR	Chat YouTube
Não menciona	Cidadão		KPV	Chat YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Secretário de Políticas Públicas	LJSG	Presencial
Queluz	Prefeitura	Prefeito	LTD	Presencial/Mesa
São Paulo	SSAM/SDR	não menciona	LAU	Presencial
Cruzeiro	Prefeitura	Estagiária	LEO	Presencial
Cruzeiro	Prefeitura	Engenheiro	LAAS	Presencial
Queluz	Secretaria de Assistência Social	Secretário	LAS	Presencial
São Paulo	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)		LF [?]	Chat/Formulário YouTube
Não menciona	Cidadão		LF	Chat YouTube
Lorena	Câmara Municipal	Assessor	MCLG	Presencial
São José do Barreiro	Câmara Municipal	Vereador	MAJ	Chat YouTube
Cruzeiro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	MS	Formulário YouTube
Cruzeiro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	MC	Presencial
Não menciona	não menciona		MID	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MIP	Presencial
Lavrinhas	Câmara Municipal	Vereador	MLCA	Presencial
Não menciona	Não menciona		MLSOW	Chat YouTube
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MLC	Formulário YouTube
Queluz	Prefeitura	Assessora	MRL	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Cidadã		MM	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MSO	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MOSA	Formulário YouTube
Areias	Secretaria de Administração e Gestão	Secretário	[?]	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		NACSR	Chat/Formulário YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Diretora Municipal	OMLC	Presencial
Cruzeiro	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Arquiteto	ON	Presencial
Taubaté	Prefeitura/ Secretaria de Planejamento	Arq. Gestora da Área de Plano Diretor e Gestão Democrática da Prefeitura Municipal de Taubaté	PIF	Chat/Formulário YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Diretora de Desenvolvimento Econômico	POR	Presencial
RMVale	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP	Coordenador Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Fundação Instituto de Terras do Estado - ITESP	PFSA	Chat/Formulário YouTube
Lorena	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	PH	Presencial
Lorena	Univap	Doutoranda	PSR	Presencial
Cruzeiro	Câmara Municipal	Vereador	RBS	Presencial
Areias	Prefeitura	Prefeito	RH	Presencial/Mesa
Lavrinhas	Câmara Municipal	Vereador	RPP	Presencial
Taubaté	Câmara dos Deputados	Assessora Parlamentar	RLG	Presencial
Taubaté	Univap	Doutoranda no Planejamento Urbano e Regional	RFG	Chat YouTube
Lavrinhas	Câmara Municipal	Vereador	RN	Presencial
Arapeí	Prefeitura	Prefeito	SM	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		SHOS	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		Social SJB	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
São Paulo	Alesp	Assessor Parlamentar	TG	Presencial
Não menciona	Social SJB		VAM	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		VFG	Chat YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Prefeito	WMV	Presencial/Mesa
São Paulo	Alesp	Assessor Parlamentar	WJS	Presencial
São Paulo	Secretaria de Turismo e Viagens		ZAIM	Chat/Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Não menciona	não menciona	Engenheira Civil concursada	Walkiria Melo de Vasconcelos	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Alesp	Assessor Parlamentar	Wellington J. Salgado	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		Zoraide Amarante Itapura de Miranda	Presencial/Chat/Formulário YouTube

V.2. Sub-região Guaratinguetá

Data: 01/02/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Secretaria de Turismo / Espaço Multiuso. Rua Visconde do Rio Branco, 115 – Centro, Guaratinguetá

Municípios convidados: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos fez a abertura da audiência dando boas-vindas. Explicou que a audiência pública tem como objetivo principal, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, apresentar e debater o conteúdo do Caderno Preliminar de Propostas com a população metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o caderno detalha de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela da Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a equipe da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Informou ainda que seriam realizadas mais três audiências públicas na região para detalhar os trabalhos realizados nas sub-regiões de Taubaté, São José dos Campos e Caraguatatuba, no período de 02 a 04/2/2022.

Agradeceu a presença de todos que acompanham na Secretaria de Turismo/Espaço Multiuso e na transmissão ao vivo pela internet no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Agradeceu a prefeitura de Guaratinguetá pela cessão de uso do espaço e de toda infraestrutura necessária para a realização desta audiência, principalmente na geração das imagens para o ambiente virtual.

Fez um agradecimento especial a toda equipe da Agemvale, pela mobilização e apoio na realização desta audiência na pessoa do diretor executivo em exercício. Informou que o local seguia todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e, por isso, foi limitado o acesso dos convidados, conforme orientado no convite.

Destacou a importância da participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil nesta fase elaboração do plano, por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana que pode ser acessada pelo endereço: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Expôs o regulamento da audiência pública (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP-AP-PDUI-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência, foram apresentados os vídeos de saudação do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Os trabalhos se iniciaram com a formação da mesa diretora composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Guaratinguetá
- Prefeito de São José do Barreiro e presidente do Conselho de Desenvolvimento
- Deputado Federal
- Deputado Estadual
- Prefeito de Aparecida
- Prefeito de Cunha
- Prefeito de Lorena
- Prefeito de Roseira
- Vereador de Louveira e presidente do Parlamento Regional
- Secretário de Desenvolvimento Econômico, representando o prefeito de Cachoeira Paulista
- Chefe de Gabinete, representando a prefeita de Potim
- Secretário de Obras, representando a prefeita de Canas
- Prefeito de Piquete
- Diretor da Agemvale

O prefeito de Guaratinguetá cumprimentou as autoridades presentes e começou dizendo que nasceu a criança. “O PDUI que todos esperavam desde 2017, depois de idas e vindas”, disse. Destacou o trabalho feito pelo secretário de Desenvolvimento Regional e que o Plano de Desenvolvimento é importante porque é como o Plano Diretor, com ele é possível nortear os destinos da região para os próximos anos, com projetos de longo e médio prazo, com investimentos pequenos e grandes.

Seguiu dizendo ser importante a participação nas audiências públicas dos prefeitos, da comunidade científica, dos vereadores e da população. Cumprimentou a representante do Sebrae que tem contribuído muito com a região e afirmou que a contribuição dos parceiros contribui muito para o desenvolvimento da região que fica no eixo Rio-São Paulo que é o maior polo de desenvolvimento da América Latina.

Disse ainda que é uma região com um grande potencial de crescimento e onde há uma vocação desenvolvimentista em todos os segmentos. Colocou ser preciso planejar para realizar com mais qualidade e obter resultados positivos das ações e desejou a todos bom trabalho.

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional resumiu os principais assuntos debatidos na audiência pública de Cruzeiro: saúde, segurança pública, mobilidade urbana, meio ambiente, resíduos sólidos, entre outros.

O prefeito de São José do Barreiro e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMVPLN cumprimentou a todos e destacou que graças à parceria com o governo do Estado de São Paulo vai ser possível planejar para melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram nos municípios.

Destacou que a região metropolitana é a principal responsável pela produção da riqueza do Estado de São Paulo, portanto é preciso construir com muita responsabilidade e sabedoria esse plano de desenvolvimento.

Afirmou ser preciso fazer com que o plano abarque as reivindicações da região e que não adianta a Assembleia aprovar a lei sem a participação da sociedade civil.

O deputado federal também cumprimentou as autoridades e elogiou o prefeito de Guaratinguetá pelo espaço da Secretaria de Turismo. Agradeceu o governo do Estado, o secretário de Desenvolvimento Regional e começou dizendo que as entidades de classe, os sindicatos têm canais naturais para chegar aos órgãos do governo porque são organizados e quando têm algum problema usam esses canais para reclamar.

“As audiências públicas são o canal de participação das pessoas físicas, da sociedade civil. São elas que convivem com os problemas e devem denunciar, por exemplo quando tem um córrego que tem problemas”, disse.

Explicou que a audiência pública serve para validar o início do processo de participação da sociedade. Colocou que essa é a razão de ter cinco audiências no Vale do Paraíba para que todos participem da elaboração do plano.

O secretário de Desenvolvimento Regional participou do evento por meio de conexão remota. Ele lembrou que, apesar dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, São Paulo conseguiu avançar no projeto de desenvolvimento regional do Estado.

O secretário observou que esse é um trabalho feito a muitas mãos, com a colaboração da Fundação Seade, da Fipe e da equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Regional, “para ouvir a opinião das regiões sobre quais devem ser os nossos rumos”.

E acrescentou que tem acontecido avanços nas questões do fundo de investimentos regionais. Disse ainda que na quinta-feira seguinte, o vice-governador estará em Lorena e Guaratinguetá para fazer importantes entregas.

O deputado estadual agradeceu o prefeito de Guaratinguetá em receber a audiência pública. Iniciou dizendo considerar o debate sobre a nova regionalização do Estado e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) uma das principais agendas do ano. “O projeto que está sendo desenhado é muito maior do que parece”.

Disse que as Regiões Metropolitanas de Campinas, Baixada Santista, São Paulo, Piracicaba, Jundiaí e a do Vale do Paraíba e Litoral Norte vão compor uma nova regionalização para o Estado.

Citou o exemplo de Los Angeles que, no final dos anos 1970, tinha três grandes cidades: São Francisco, Los Angeles e San Diego. “Naquela época já se falava o que está sendo feito agora, eram mais de cem cidades que se uniram para resolver conjuntamente os problemas comuns que eram tão grandes que os prefeitos tinham que conversar entre si para resolvê-los”. Citou outros exemplos de Nova York, Paris, Milão e Londres, “porque isso é uma tendência mundial”, disse.

Citou ainda que 50 anos depois o Estatuto da Metrópole foi aprovado dando as diretrizes para as regiões metropolitanas. Comentou que o Estado de São Paulo já tinha saído na frente com uma lei complementar de 2012 que já trabalhava nesse sentido de se trabalhar regionalmente os grandes problemas.

Disse ter participado do Comitê Gestor da Área de Preservação Ambiental de São Francisco Xavier, porque essa ideia nasceu na área ambiental para planejar as unidades de conservação, os corredores ecológicos, que são uma coisa só, não dá para trabalhar isoladamente.

Completo dizendo que isso acontece em todas as outras áreas, habitação, infraestrutura, produção agrícola, a questão do lixo e os aterros sanitários, água, esgoto, recursos hídricos, saúde, segurança pública, defesa civil, são problemas para serem resolvidos pelos prefeitos conjuntamente.

Elogiou o governo do Estado pelo projeto e disse estar muito interessado no processo e colocou o mandato à disposição. Disse ainda que estamos plantando uma boa semente que dará bons frutos.

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional informou que a plataforma digital está aberta, que o plano é igual para todos. “A Fipe aguarda as propostas dos senhores e de todos os municípios”, disse.

Explicou que a equipe quer finalizar o trabalho e submeter ao Conselho de Desenvolvimento da Região porque o secretário de Desenvolvimento Regional pretende enviar o Projeto de Lei para a Assembleia no primeiro semestre, antes do período eleitoral.

O prefeito de Aparecida saudou todos os prefeitos, os deputados e os vereadores. Disse que os prefeitos sabem que os grandes problemas não podem ser resolvidos individualmente e comentou que recentemente fizeram uma reunião para tratar dos problemas comuns porque a região tem problemas graves e as audiências são importantes para se discutir o que está sendo proposto.

Disse ainda que o comprometimento dele é cuidar da sua terra e da sua gente, mas, também é comprometido com cuidar da região interagindo com os outros prefeitos. Disse ser preciso profissionalizar os investimentos e acabar com o amadorismo, muitas vezes sem amparo técnico. Afirmou que a presença dele é para colher ideias para avançar mais.

O prefeito de Cunha cumprimentou todas as autoridades, entidades e pessoas presentes. Observou que, como disse o secretário de Desenvolvimento Regional, só um governo que planeja sabe onde quer chegar. “Nesse sentido, tudo o que tem sido feito está servindo para que o Estado e os municípios façam ações conjuntas para administrar melhor”, afirmou.

Disse que na administração pública muitas vezes, não é possível administrar sozinho e quando o governo abre para o poder público, a sociedade civil e as pessoas, de um modo geral, para participar da elaboração de um plano torna transparente os problemas e onde os investimentos são aplicados.

Continuou dizendo ser importante ter uma coordenação que planeje em que áreas prioritárias os recursos devem ser aplicados. Portanto, disse, “vamos construir juntos o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para que a região possa crescer ordenadamente”.

Colocou ainda ser importante que todos os prefeitos se coloquem à disposição para colaborar na elaboração do plano de forma regional.

O prefeito de Lorena cumprimentou todas as autoridades e disse aproveitar a oportunidade para dizer que embora esteja no segundo ano do seu primeiro mandato, discute há muito tempo o problema da quantidade de água das enchentes que destrói tudo, em todas as regiões do Brasil e que Lorena tem problema com escoamento de água.

Afirmou que, com recursos da prefeitura, começaram um trabalho limpeza e de desentupimento dos bueiros, porém, a tubulação é muito antiga e não dá conta. Observou que são ações que não aparecem, porém, trazem um benefício grande para as cidades porque a chuva alagava tudo.

Ressaltou que isso tem um custo muito grande e a população tem que fazer a sua parte com relação ao lixo. Comentou que com o trabalho que já foi realizado, a situação melhorou bastante. Levantou ainda um outro problema de Lorena que é falta de aterro sanitário.

Disse que já foi feita uma reunião com a Sabesp, mas que é um problema que tem que ser resolvido conjuntamente. Entre outros problemas comuns a todos os municípios, destacou esses dois. Agradeceu o governo do Estado dizendo que nunca os municípios foram tão ajudados como agora e que todos os municípios estão sendo ajudados, independente do partido político.

O prefeito de Roseira saudou a todos os presentes e definiu o momento como sendo muito especial, “um sonho para todos que se concretiza”. Disse ainda que ser prefeito hoje é o maior desafio da sua vida, que está há 27 anos no serviço público e pode observar que a população vem mudando de comportamento sociocultural, até mesmo na forma de entender e ver as ações da administração pública.

“Hoje, o prefeito faz o melhor que pode e é tido como vilão”, afirmou. Continuou dizendo que é preciso mudar essa visão que a população tem dos gestores públicos porque os prefeitos são fiscalizados 24 horas pelos órgãos de regulação e pela população.

Disse que não adianta todos se juntarem para fazer um plano de ação integrada se a população não entender qual é o papel dela. “Tem que parar de jogar lixo na rua, nas valas e isso é uma questão cultural que, na opinião dele, a ação tem que ser através da educação para as crianças levarem para dentro de casa”, destacou.

Sobre os problemas de Roseira, disse serem os mesmos de todos os municípios da região, mas através de uma ação unificada os problemas serão resolvidos e a percepção que a população tem da gestão pública.

Colocou que tem problema com resíduos sólidos, que é uma situação muito ruim que tende a piorar porque não tem local para a disposição final, as licenças ambientais estão cada vez mais, difíceis para serem tiradas, portanto, é preciso resolver essa situação com urgência.

Apontou a saúde como outro problema sério do município que é a aquisição de medicamentos porque a prefeitura faz um pregão transparente, as empresas vêm de longe, uma ganha o pregão e não entrega o medicamento e a população sofre muito com isso e com a pandemia piorou e as cidades não conseguem fazer um atendimento adequado.

Citou, ainda, o problema da geração de renda que é deficitária porque aumentou muito o número de pessoas desempregadas e a prefeitura precisa dar assistência social às pessoas necessitadas. Afirmou serem problemas comuns que precisam ser resolvidos conjuntamente. Agradeceu o apoio do governo do Estado que se não houvesse liberação de recursos, os prefeitos passariam pelo mandato em branco, sem fazer nada.

O vereador de Louveira e presidente do Parlamento Regional cumprimentou a todos e disse que os 160 milhões em emendas para o Vale do Paraíba têm ajudado muito os municípios e disse que esteve na audiência de Cruzeiro e viu que os vereadores estão contribuindo bastante na plataforma digital. Elogiou o governo do Estado porque nunca se viu tanto investimento como essa gestão fez.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Cachoeira Paulista explicou que, por motivo de saúde, o prefeito não pode comparecer. Começou dizendo que Cachoeira é uma cidade muito pequena, mas, quer somar com uma contribuição possível a todos.

Disse que como secretário de Desenvolvimento Econômico deixa uma sugestão porque Cruzeiro está recebendo um hospital regional, haverá uma demanda de pessoas interessadas na área de saúde e é cabível hoje trazer um braço de uma instituição educacional, uma faculdade de medicina e algumas especialidades para atender a demanda da região e dos estudantes.

O chefe de gabinete da prefeitura de Potim cumprimentou a todos e disse que para ele o motivo de estar participando é aprender. Disse que os problemas do município são os mesmos já apontados, saúde, habitação, segurança pública e que o município sofre muito com educação. Quanto à segurança pública, tem apenas duas viaturas o que não dá para atender as necessidades e o mesmo acontece com saúde porque o município não tem condições de fazer um bom atendimento e tem sérios problemas para arranjar vagas.

Observação: por motivos técnicos, não foi possível ouvir as últimas falas da mesa diretora.

A seguir foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fipe. <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Vale-e-Litoral-Norte-jan22.pdf>

- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe**
<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>
- **Contextualização Regional da Unidade Regional – MH-Fipe**
<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA AP Mauricio-Hofman 13-01-Rev-equipe-RMVPLN.pdf>
- **Proposta de Ordenamento Territorial – DA-Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – DA-Fipe**
- **Proposta das FPICs – CG-Fipe**
<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT RMVPLN AP 19.01.2022.pdf>

Após as apresentações foi aberta a palavra aos participantes que desejassem encaminhar alguma proposta.

Pesquisadora da Univap, moradora de Lorena, iniciou dizendo que tem bastante interesse pelo debate da região metropolitana porque é pesquisadora do assunto e que levantará algumas questões. Disse que teve oportunidade de ler o documento de subsídios ao debate e quanto a macrozona de preservação ambiental e, quando se fala em preservação, isso significa restrição de uso humano.

Sugeriu que ficasse de forma expressa alguma restrição e disse saber que essas macrozonas são coincidentes quase que 100% com as Unidades de Conservação e de proteção integral só que se pode ficar na mão se o PDUI não explicitar o que pode ou não fazer.

Da mesma forma, as macrozonas de uso sustentável, destacou as várzeas do Rio Paraíba como importantes para estarem no PDUI. Comentou ainda que muito foi falado sobre enchentes, inundações, urbanismo, áreas de risco e as várzeas são áreas da bacia, naturalmente inundáveis que estão sendo ocupadas de maneira não adequada.

Mas, ainda tem algumas várzeas não ocupadas em Lorena, em que há uma disputa por esse território, mas, acredita que existe a oportunidade de evitar com que pessoas ocupem essas áreas e sofram com a perda das suas casas.

Quanto ao parque Linear, nas margens do Rio Paraitinga, considera o ciclismo que é uma atividade popular que envolve esporte, saúde, turismo, atividade econômica fortíssima, cita inclusive o

exemplo de Cunha, sugere que esse parque, que irá passar por várias partes da região metropolitana, se transforme numa área própria para o ciclismo.

Disse que Lorena é considerada a cidade do ciclismo. Colocou que esse corredor verde também tem que ser usado para lazer pelas pessoas que não possuem um veículo automotor.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que o técnico da Secretaria de Transportes e Logística participava remotamente e comentou que nessa região existe um turismo que tem que ser fomentado no “Programa de Rotas Cênicas”, da Secretaria de Turismo do governo do Estado. Ele também pediu para informar que a reforma da Rodovia Tamoios fica pronta em março de 2022 e os contornos de São Sebastião e Caraguatatuba em 24 meses.

O representante da Secretaria Municipal de Turismo de Guaratinguetá disse que a prefeitura tem participado das discussões sobre o turismo na região. Lembrou que existe na região uma Associação de Turismo da Fé que tem ligações com outras sobre o mesmo tema com a participação de 11 cidades, mais a Associação do Vale Histórico com a participação de 9 cidades, num total de 20 cidades, e existe uma preocupação discutida em uma reunião recente que é a questão hídrica.

Disse que foi criado no Vale do Paraíba e que aprendeu na escola que o Rio Paraíba era a junção do Rio Paraitinga com o Rio Paraibuna, em Areias. Observou que ensinaram na escola que o Rio Paraíba nasce em Areias e vem por cima passando por Cunha, Lagoinha, São Luiz do Paraitinga onde ele começa fazer a junção entre o Paraitinga e o Paraibuna.

Dessa maneira, os produtores de água ficam em cima e na região metropolitana a área do rio é a calha por onde passa a água do Rio Paraíba do Sul. Queria deixar isso esclarecido.

Disse que, com relação ao turismo, Guaratinguetá tem um trabalho muito grande com as Associações de Turismo da Fé e Turismo do Vale Histórico. Em decisão conjunta com o governo do Estado, no site da Secretaria Estadual de Turismo foram colocadas 7 rotas de turismo do Vale do Paraíba.

Solicitou que esse tema seja debatido em todas as audiências do Vale do Paraíba porque é um tema fundamental para ser considerado no plano.

Com apoio do Movimento Ambientalista de Guaratinguetá e do Movimento, disse que no documento faltou abordar o tema educação. Colocou várias propostas que serão postadas na plataforma digital e dividiu em temas:

Meio Ambiente

1. Isentar a taxa do IGC (Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo) para que ONGS e associações ambientalistas possam requerer Caracterização de Drenagem, principalmente com relação a nascentes e microbacias urbanas.
2. Criar núcleos municipais nos moldes do Programa Águas para o Futuro do Paraná, coordenados pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e movimentos ambientalistas

civis locais, para representação junto ao Gaema (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente) integrando assim a Rede de Atuação Protetiva do Meio Ambiente de São Paulo.

3. Que o Graprohab deva necessariamente requerer parecer dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (Comdemas) para aprovação de novos loteamentos nos municípios, em conformidade com a Lei 14.285/2021.
4. Estabelecer critérios operacionais e construtivos para Estradas Cênicas, contempladas no Programa Rotas Cênicas do governo estadual. Tais critérios devem ser consolidados através de resolução do Conselho Estadual de Turismo (Comtur) e Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema).
5. Criar a Área de Proteção Ambiental Estadual das Várzeas do Vale do Paraíba para proteção, conservação e restauração das matas ciliares e Planícies de Inundação do Rio Paraíba do Sul, aos moldes da APA Várzeas do Rio Tietê de São Paulo.

Cultura

Orientar os municípios a criar, via Câmaras Legislativas, a Lei dos Direitos Fundamentais dos Artistas, de acordo com as características e necessidades próprias de cada cidade. Quando da elaboração do Plano Diretor do Município, orientar igualmente para que façam a indicação em seus textos.

Esses direitos dos artistas estão em consonância com os Direitos Universais estabelecidos pela ONU, uma vez que garantem a dignidade e as condições de trabalho dos artistas. O Plano Diretor da Região Metropolitana deverá orientar os municípios, quando do encaminhamento da Lei dos Direitos Fundamentais dos Artistas, a observarem os seguintes tópicos normativos básicos que serão regulamentados localmente: a) Direito de Escolha. Os artistas poderão optar por serem atendidos como pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de maneira isonômica, por parte das Secretarias de Cultura. b) Direito dos recursos financeiros. A concessão de dinheiro público para a arte e a cultura no município será feita, prioritariamente, por editais ou chamamento públicos, evitando-se, sempre que possível, contratações diretas e personalistas, democratizando e tornando transparente o acesso de todos os artistas a esses recursos. c) Direito à Informação. De acordo com a Lei de Acesso à Informação em vigor (Lei 12.527 de 18/11/2011), todo artista e municípios têm o direito de serem informados dos valores efetivamente disponíveis para as ações artísticas e culturais do município, descontado o valor de custeio das Secretarias de Cultura. d) Direito de Informação dos Critérios de Julgamento. Toda Comissão de Avaliação criada pelas Secretarias de Cultura terá seus critérios de notas informados publicamente, assim como o currículo da equipe de pareceristas. e) Direito a Piso Mínimo. Os valores para contratação dos artistas locais junto às Secretarias de Cultura serão combinados livremente entre as partes, garantindo-se, entretanto, um piso mínimo para os contratos. Este piso deverá ser reajustado anualmente dentro das possibilidades do orçamento anual de cada município. f) Direito de prioridade aos artistas da cidade. Os artistas locais e demais talentos do setor cultural terão preferência na destinação das verbas municipais para a Cultura. Artistas contratados de fora do município terão que ter seus nomes

justificados e terem os valores pagos divulgados. g) Direito de Participação nos Rumos da Cultura. Os artistas e municípios interessados poderão participar da elaboração do Plano de Cultura do Município através de audiências públicas ou de Conferências de Cultura. h) Direito de Integração Cultural dos Bairros Periféricos. Descentralização da grade anual dos eventos culturais locais, privilegiando os bairros da periferia da cidade e seus talentos locais. i) Direito de Acesso aos Recursos do Fundo Municipal de Cultura. Os recursos dos Fundos Municipais de Cultura serão utilizados exclusivamente através de editais públicos, de preferência, dentro de cada ano fiscal.

NOTA: Outros tópicos poderão ser acrescentados conforme os interesses locais e específicos de cada município. III – **EDUCAÇÃO** O Artigo 26 da LEI 9394/96 estabelece que tanto a educação infantil quanto o ENSINO FUNDAMENTAL (a cargo dos municípios) e o ensino Médio, além de seguirem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devem complementar, em cada município, o currículo local com uma Parte Diversificada, exigida pelas características culturais e econômicas de cada cidade. Com base nesta recomendação, SUGERIMOS ao Plano Diretor da Região Metropolitana do Vale do Paraíba: 1 - Orientar as Secretarias de Educação de cada Município a criar a disciplina **“FORMAÇÃO DE CIDADANIA”**, a partir do 6º Ano do Ensino Fundamental II. Quando da elaboração do Plano Diretor do Município orientar igualmente para que façam a indicação em seus textos. Como sugestão normativa, a nova disciplina deverá contemplar os seguintes tópicos (Ementa) que poderão ser ampliados por cada Secretaria local: a) Noções e informes objetivos sobre a Participação da Sociedade Civil na gestão administrativa da cidade. 4 b) Noções básicas sobre a atuação dos Conselhos Municipais, Associações de Bairros, ONGS (Organizações não governamentais), OSCIPS (Organizações da sociedade civil de interesse público) e outros movimentos de atuação social ou cultural, de natureza civil, atuantes no município. c) Noções básicas sobre a atuação da Promotoria Pública, atuação da Defensoria Pública, atuação do Procon, da Ouvidoria Pública e outras defensorias existentes na legislação. d) Noções básicas sobre a Estrutura Legislativa, Jurídica e do Poder Executivo que regem a cidade e o país. Modos de funcionamento e Organogramas municipais respectivos. e) Noções sobre o direito à informações conforme estabelece o Art. 5º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.” 2 – Orientar as Secretarias de Educação de cada Município a criar efetivamente no ensino fundamental a disciplina **“ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS”** com conte 2 – Orientar as Secretarias de Educação de cada Município a criar efetivamente no ensino fundamental a disciplina **“ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS”** com conteúdo programático específico, conforme preconiza a **Lei 10.639 de 09/01/2003**.

C-Fipe agradeceu as sugestões apresentadas e disse que quanto às APAS, já foram consideradas no plano e o corredor verde também, inclusive atenderá os romeiros que vão à Aparecida do Norte todos os anos.

O prefeito de Guaratinguetá encerrou a audiência agradecendo aos participantes. Disse ser preciso mais recursos, verbas para investimentos e citou que a região do Vale da Fé recebe 16 milhões de turistas por ano, o que é raro no Brasil.

Disse que a região tem que atrair turistas, mas, tem que ter uma infraestrutura melhor para que as pessoas possam ficar mais tempo hospedadas, não só no Vale da Fé, mas em Cunha que tem vários atrativos.

“Para isso é necessário investimentos do governo do estado, da InvesteSP, a fundos perdidos para se montar uma infraestrutura bem montada”, destacou. Usou como exemplo a cidade de Olímpia, que teve uma explosão do turismo.

“Além desse segmento, também, temos outros desafios como educação, saúde, segurança pública para melhorar a qualidade de vida da população”, destacou. Disse esperar que, a partir do PDUI esses investimentos venham para a região.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública.

O conteúdo completo desses estudos e a íntegra da audiência está disponível na plataforma digital do PDUI da RMVPLN (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>), que ficará aberta para receber as propostas até 7 dias úteis após a audiência. No canal da Secretaria do Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.Youtube.com/watch?v=GTHTQkTY2hs>) também é possível rever as apresentações.

Balanco de Presenças da AP Guaratinguetá 01/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
55	4	33	12	88	16	104

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Guaratinguetá	Conselho Municipal de Política Cultural		AAS	Chat/Formulário YouTube
Guaratinguetá	Prefeitura/Turismo	Chefe de Gabinete	ACF	Presencial
São José dos Campos	Sociedade Civil	Advogado	ABF	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Prefeito	ASB	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat
Lorena	Prefeitura	Ag. Desenvolvimento	ALPC	Presencial
Lorena	Equs	Diretora	APRCLG	Presencial
Guaratinguetá	Sebrae	Gerente	AC	Presencial
Guaratinguetá	Sociedade Civil		Associação Guaratinguetanese de Engenheiros e Arquitetos (Agea)	Chat
Piracicaba	Prefeitura	Ex-prefeito	BN	Chat

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Lorena	Secretaria de Cultura e Turismo		BGF	Formulário
Cachoeira Paulista	Alesp	Assessor Parlamentar	BA	Presencial
Lorena	Uvesp	Presidente	BC	Presencial
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	CB	Presencial
VPLN	Universidade do Vale do Paraíba (Univap)		CG	Chat/Formulário YouTube
Aparecida	SAAE	Engenheira Sanitarista	CJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Chat
Lorena	[E?]	Diretor	CCG	Presencial
São José dos Campos	Equipe Fipe	Engenheira	CG	Presencial
São José dos Campos	Equipe Fipe	Consultor	DJA	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat
Piquete	Câmara Municipal	Vereador	E	Presencial
Roseira	Prefeitura		EVRN	Chat/Formulário YouTube
VPLN	Câmara Federal	Deputado	EC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat
Pindamonhangaba	Associação dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pindamonhangaba (APEAAP)		EBR	Chat
São José dos Campos	Câmara dos Deputados	Secretário Parlamentar	EF	Presencial
Guaratinguetá	Secretaria de Meio Ambiente	Estagiário	EDIV	Presencial
São Paulo	Alesp	Jornalista	FM	Presencial
Piquete	Secretaria de Infraestrutura, Projetos e Serviços Públicos		FC	Formulário
Roseira	Prefeitura	Prefeito	FS	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	GS	Chat
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Meet
Guaratinguetá	Associação Comercial e Empresarial (Aceg)	Presidente	GG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HG	Meet
Potim	Prefeitura	Secretário de Planejamento	HVTS	Presencial
Roseira	não menciona	não menciona	JGD	Presencial
Guaratinguetá	Secretaria de Governo	Subsecretário	JAS	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São José dos Campos	ONG IEPA SJCampos		JRO	Formulário
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Piquete	Câmara Municipal	Presidente	JPJ	Presencial
Guaratinguetá	Prefeitura	Secretário de Governo	JV	Presencial
Piquete	Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico		JDV	Formulário
Piquete	Subsecretaria do Desenvolvimento Econômico		JEGC	Chat/Meet
Cunha	Prefeitura	Prefeito	JEH	Presencial
Guaratinguetá	Câmara Municipal	Assessor Parlamentar	JMAN	Presencial
São Paulo	Secretaria de Logística e Transportes.		J	Chat
Guaratinguetá	[?]	[?]	JF	Presencial
VPLN	AgemVale	Diretor Administrativo	KS	Presencial
Canas	Secretaria de Obras	Supervisor de obras	LA	Presencial
Potim	Prefeitura	Engenheira Civil	LCM	Presencial
Guaratinguetá	AgemVale	Diretor Técnico	LMCR	Presencial
não menciona	Sociedade Civil		LB	Formulário
Aparecida	[?]	[Padre?]	LGMMS	Presencial
Guaratinguetá	Prefeitura	Subsecretário	LCS	Presencial
Aparecida	Prefeitura	Prefeito	MARA	Presencial
Guaratinguetá	Sebrae	Consultor	MV	Presencial
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Secretário	MC	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		MRPM	Presencial
São José dos Campos	Polícia Civil - DEINTER 1	Delegado	MAS	Chat/Formulário YouTube
Guaratinguetá	Prefeitura	Prefeito	MVS	Presencial
Guaratinguetá	PSD	Presidente	MCS	Presencial
Roseira	Câmara Municipal	Vereadora	MJVS	Presencial
não menciona	Região Turística da Fé		MLSOW	Formulário
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLC	Formulário
São Paulo	Equipe Fipe		MARN	Chat
Guaratinguetá	Prefeitura/Turismo	Secretário	MPS	Presencial
Guaratinguetá	[?]	não menciona	MN	Presencial
Cunha	Secretaria de Turismo e Cultura		MH	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		MO	Chat
Guaratinguetá	Grupo Ambientalista Nascentes Livres		MCM	Formulário
Lorena	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	PIF	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Lorena	Univap	não menciona	PORS	Presencial
Cachoeira Paulista	Secretaria de Desenvolvimento	Secretário	PO	Presencial
Lorena	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário	RLCC	Formulário
VPLN	Associação de Amigos das Serras da Mantiqueira e do Mar e do Vale do Paraíba (Amavap)		RMF	Formulário
Aparecida	Secretaria de Obras	Secretário	RAHS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
Piquete	Prefeitura	Prefeito	RKL	Presencial
Cunha	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	RCS	Formulário
Cachoeira Paulista	Secretaria de Planejamento - Gabinete / Controle Interno de Cachoeira Paulista		RSRG	Formulário
Guaratinguetá	Câmara Municipal	Vereadora	RF	Presencial
Lorena	Secretaria de Obras	Secretária de Obras	RRAC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat YouTube/Meet
São Paulo	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)	Assessora Técnica	SMO	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		SM	Chat
São Paulo	Alesp	Assessor	SHOJS	Presencial
São Paulo	EMTU		SMDT	Formulário
não menciona	não menciona	não menciona	SPC	Meet
não menciona	Fundação Fórmula Cultural		SF	Formulário
Lorena	Prefeitura	Prefeito	SB	Presencial
Lorena	Prefeitura	Secretário	USF	Presencial
São Paulo	Gabinete Deputado Castello Branco	Assessor Parlamentar	VAM	Presencial
não menciona	Associação dos Engenheiros e Arquitetos		VL	Chat
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Formulário
Lorena	Nascentes Livres; COMMAM Lorena; Rotaract Guaratinguetá		VHBO	Formulário
Guaratinguetá	PM ESP	Capitão	WG	Presencial
Potim	Gabinete	Chefe de Gabinete	WAS	Presencial
não menciona	não menciona	Engenheira civil	WMV	Formulário/Chat
Guaratinguetá	Concult??	Conselheiro	WCA	Presencial



Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Lorena	Câmara Municipal	Vereadora	WAS	Presencial
Guaratinguetá	Secretaria de Cultura	Subsecretário	WV	Presencial
Cunha	Câmara Municipal	Diretor Geral	WSM	Formulário
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Formulário/Chat/Meet

V.3. Sub-região Taubaté

Data: 02/02/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Centro de Formação de Professores da Secretaria de Municipal de Educação/
Auditório. Rua Emílio Winther, 108 – Centro, Taubaté/SP

Municípios convidados: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra,
Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí,
São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, que agradeceu a presença de todos que acompanhavam a reunião no espaço do evento (Secretaria Municipal de Educação de Taubaté) e, também, para aqueles que acompanhavam a transmissão ao vivo pela internet, no canal YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Explicou a organização da reunião e disse que seria apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate que detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase elaboração do plano, e por esta razão, foi criada a Plataforma Digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível em: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>.

Agradeceu à prefeitura de Taubaté e a Secretaria de Educação pela cessão de uso do auditório e de toda a infraestrutura necessária para a realização desta audiência, principalmente na geração das imagens para o ambiente virtual. Destacou também o trabalho feito pela equipe da Agemvale pela mobilização e apoio na realização desta audiência.

Informou que os protocolos e cuidados com a segurança diante da pandemia, como o distanciamento social, o uso de máscaras, álcool gel, e que por este motivo o acesso de convidados foi limitado, conforme orientações expressas no convite.

Expôs o regulamento da Audiência Pública (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf), e informou que as propostas para a sub-região poderão ser feitas por meio do formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir desta data.

Em seguida, foram apresentados os vídeos com as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional, e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor iniciou a chamada para a formação da mesa diretora, que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Taubaté
- Deputado estadual
- Prefeito de Lagoinha
- Prefeito de Natividade da Serra
- Prefeito de Redenção da Serra
- Prefeita de São Luiz do Paraitinga
- Prefeita de São Bento do Sapucaí
- Prefeito de Tremembé

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional cumprimentou e agradeceu a presença de outras autoridades que não puderam compor a mesa fisicamente, devido à limitação de espaço e citou: prefeito de São José do Barreiro e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; secretária de Obras e Planejamento de Pindamonhangaba; diretores da Agemvale; secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Santo Antonio do Pinhal e vereador de Taubaté e vice-presidente do Parlamento Regional.

Formada a mesa, o prefeito de Taubaté foi o primeiro a falar e destacou a fase decisiva em que se encontra o Plano nesta sub-região de Taubaté.

O prefeito de Taubaté cumprimentou os presentes e falou do prazer em receber a todos no município de Taubaté que entra agora neste tempo de discussões e de crescimento regional. Disse que não medirá esforços para que isso efetivamente aconteça.

Citou exemplos de tratativas que já vêm sendo realizadas em diversos temas como as UPAs, como serão trabalhados os consórcios e quem irá assumi-los, ressaltando a importância das discussões para o crescimento de todas as cidades da região.

Relembrou quando participou das reuniões dos grupos temáticos, destacando dois temas fundamentais discutidos na ocasião: saúde e segurança. Parabenizou o governo do Estado de São Paulo ressaltando a importância de novos apoios como este.

[falha no áudio]

Destacou que em Tremembé encontraram uma válvula de escape para saída à Dutra, mas precisam de apoio para alargar o trecho devido ao volume de carretas, questionando quando este tema será abordado e ressaltando a necessidade de apoio à Tremembé, considerando a retirada de grande trânsito do centro, sendo preciso que os municípios andem juntos.

Finalizou dando boas-vindas a todos e desejando que este evento seja bastante emblemático para o crescimento de toda a região, ressaltando a importância de colocar todas as discussões em prática, para que não se restrinjam ao discurso.

Antes de abrir a palavra aos demais membros da mesa, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional concedeu a palavra ao secretário de Desenvolvimento Regional que que acompanhava a audiência remotamente.

Contudo, devido a problemas técnicos com seu áudio, esta foi concedida, antes, ao deputado estadual que teve a fala interrompida para que pudessem ser ouvidas as palavras do secretário.

O secretário de Desenvolvimento Regional agradeceu a oportunidade de participar do dia dedicado a discutir o desenvolvimento da região. Saudou às autoridades presentes e ressaltou a importância do encontro, pois todos sabem do conceito de região metropolitana que avançou para todo o estado de São Paulo, e da importância do PDUI para um planejamento de médio e longo prazos [problemas técnicos interromperam a fala do sr. Secretário].

O deputado estadual ressaltou a honra em participar do evento e destacou este ter sido um dos dias de maior relevância na agenda do Vale do Paraíba. Destacou que a região está diante de grandes desafios, sendo um dia de comemoração, parabenização, de comprometimento e de ajuda antes de tudo. Resumiu suas contribuições dizendo que se sentia extremamente envolvido com este projeto, pois, em 1997, participou junto à Secretaria de Meio Ambiente de um projeto que estudava o Vale do Paraíba, que talvez tenha sido o precursor deste Plano de Desenvolvimento Regional, isto porque, existiam fragmentos de unidades de conservação que precisavam ser conectados.

Lembrou, ainda, que esse estudo de 1997 se baseou em avanços que estavam ocorrendo no estado da Califórnia, EUA, desde a década de 1970, contemplando as cidades de São Francisco, São Diego e Los Angeles, as quais tiveram a expansão de sua mancha urbana de forma muito acelerada, e se juntaram.

Este conceito de região metropolitana estava sendo trazido para o eixo Rio-São Paulo. Lembrou que naquela ocasião, quando o deputado era piloto do exército, foi feito um voo de São Paulo até o Rio de Janeiro, por meio do qual foi possível constatar, em 1996, que não havia uma distância maior de 500 metros entre uma casa e outra, sendo que neste mesmo eixo, esta distância hoje não passa de 50 metros, ou seja, o Rio de Janeiro e São Paulo já se fundiram, e todas as cidades que estão no meio também, mas a parte paulista se adensou mais rápido, devido ao maior desenvolvimento.

Frente a este contexto, o deputado reforçou que as 39 cidades localizadas nesta região precisam de soluções unificadas, devido à semelhança dos problemas, e que se cada prefeito for resolver por si só, não dará conta, seja por falta de recursos ou porque poderia contar com uma ajuda diferente.

Assim, citou como um clássico exemplo o caso dos aterros sanitários, resíduos sólidos, a geração de lixo, transporte, enormes problemas para o Brasil inteiro e para o Vale também. Acrescentou a questão da infraestrutura, da habitação, da produção agrícola, da água, do esgoto, do saneamento, recursos hídricos – uma vez que o Vale abastece as duas maiores cidades do Brasil – da exploração dos recursos minerais, a saúde, que é sempre um grande problema; segurança e de-

fesa civil, agora com todos os problemas de desabamento; e da educação, totalizando 12 pilares que precisam de soluções unificadas.

Mencionou o Estatuto da Metrópole de 2015, que é uma lei federal, contudo, ressaltou o pioneirismo paulista com sua Lei Complementar 1.666 de 2012, que cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, o qual já tratava do que o deputado estava expondo, considerada por este, como um sonho alimentado por muitos estudiosos.

Afirmou ainda que, das 15 regiões administrativas em que São Paulo está dividido – sendo que o Vale é uma delas –, algumas metropolitanas já estão ocorrendo na prática, sendo que: a RMSP foi a primeira, Baixada Santista a segunda, Campinas a terceira, Piracicaba a quarta, Jundiaí a quinta, Ribeirão Preto a sexta, Vale do Paraíba a sétima, e Franca, que está se mostrando ser a próxima.

Com isso, sintetizou estar havendo um crescimento mais rápido do que a capacidade de resolução dos problemas, e neste sentido, destacou que nada mais importante do que a união. Finalizou sua fala desejando sucesso nesta missão, agradeceu novamente a todas as pessoas que estão envolvidas na solução destes problemas e colocou seu mandato à disposição.

Convidado pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional um deputado presente na audiência fez um breve discurso. Cumprimentou a todos os presentes e disse ter começado a discutir a região desde que assumiu seu mandato e disse ter questões que não fazem sentido serem discutidas individualmente.

Afirmou não ser possível que sejam cometidos os mesmos erros do passado, uma vez que vemos soluções nos municípios vizinhos, enquanto outros sofrem tentando resolvê-los. Assim, pontuou que este plano deve trazer muito claramente quais são as metas para a região, quais ações podem ser feitas e quem são os responsáveis por cada uma, como por exemplo, na questão da saúde [inaudível] continuam sofrendo com a não abertura do hospital de Taubaté para desafogar o hospital de Cruzeiro, e indagou qual o planejamento para a saúde da região, quando se dará o atendimento a estas demandas, e o acesso aos dados que definem estas ações.

Disse que atualmente é difícil a compreensão dos principais problemas de saúde para a região, devendo dar publicidade a estes dados, para que a população possa participar. Colocou que a mesma coisa acontece com a segurança, que embora se assista a uma maior integração entre as polícias, é preciso melhorar os resultados [inaudível]. Ressaltou ser preciso aprender e compartilhar mais, aproveitar melhor as muitas oportunidades.

Outra questão colocada refere-se a uma possível união para a produção artesanal de alimentos e para a produção agrícola de forma geral. Disse que se questões como recursos hídricos e energia se não forem discutidas, todos pagarão a conta [inaudível] e indagou como a população pode se envolver, participar mais ativamente. Finalizou sua fala enfatizando que um bom plano cria as metas, as ações, é transparente e possibilita a atração de investimentos, de negócios, de turistas, uma vez que o turismo é uma das vocações regionais. Agradeceu mais uma vez a participação de todos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional lembrou que o plano será finalizado e, antes de seguir para a Alesp, será encaminhado ao Conselho de Desenvolvimento da Região, sendo que a população será convidada a participar das reuniões.

O prefeito de São José do Barreiro foi convidado a fazer suas considerações. Ele cumprimentou a todos os presentes e disse ser um prazer estar na terceira audiência região.

Disse que quem planeja sabe onde quer chegar e o estado de São Paulo está dando um show nisso, uma vez que o governador e o vice-governador, junto a todos os secretários, estão zelando muito pelo Estado, embora medidas amargas tenham sido tomadas no começo da gestão, para que fosse possível chegar ao momento atual, mesmo neste período de pandemia, por meio de um grande investimento, e parabenizou a todos os envolvidos.

Disse não poder comparar sua região de origem, São José do Barreiro, no Vale histórico, com a região [inaudível], por mais que estejam juntos na grande região, da qual estas fazem parte. Destacou que as duas audiências públicas, das quais participou, trouxeram muita informação e muitas questões de forma clara para a sociedade civil participar e construir junto um plano muito importante. Finalizou desejando a todos uma ótima audiência.

Antes de passar a palavra ao prefeito de Lagoinha, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional agradeceu a participação virtual do presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

O prefeito de Lagoinha saudou a todos e agradeceu a oportunidade de estar neste evento. Ressaltou a importância da discussão que está se iniciando na região, tendo em vista a complexidade vivida em todos os setores, cada município com sua realidade. [inaudível].

Afirmou que Lagoinha está numa posição diferente do eixo da Rodovia Dutra, tendo suas particularidades, com demandas diferentes [inaudível] e que diante destas particularidades, é importante ter estas reflexões, discussões e estudos de forma conjunta para que todas as cidades maiores e o governo do estado entendam qual a necessidade dos municípios menores.

Disse que Lagoinha, lado a lado com outros municípios do Vale, faz parte de uma região fora do eixo, porém com um grande potencial de desenvolvimento turístico. Da mesma forma que outras cidades maiores do Vale, além do potencial de desenvolvimento turístico, possuem um grande potencial de desenvolvimento econômico e industrial.

Destacou a importância de aproveitar todo este potencial da região e realizar uma força tarefa para se seja possível conseguir dividir os investimentos e projetos que possam desenvolver as cidades maiores, dando suporte às cidades pequenas.

Ressaltou a importância de fortalecer a saúde de Taubaté, assim como seu turismo, com a ajuda dos municípios pequenos, ao passo que Taubaté também possa ajudá-los, por exemplo, por meio de um atendimento 24h [inaudível] dando um atendimento mais rápido a quem necessita.

Destacou que iniciativas como estas ajudariam muito as cidades pequenas, devido à infraestrutura já montada, de modo a absorver as demandas da região, bem como a importância de governantes que pensam no coletivo, no desenvolvimento regional. Trouxe sua certeza de que estas discussões em conjunto possibilitarão encontrar soluções para melhorar as cidades da região como um todo.

O prefeito de Natividade da Serra saudou as autoridades e destacou que Natividade da Serra é o terceiro maior município do Vale do Paraíba e o terceiro menos desenvolvido do Estado. “Fato extremamente importante de ser divulgado para que todos saibam que, embora o Vale seja uma região muito bonita, existem municípios que ficam à margem de seu desenvolvimento. [inaudível] neste município há 1.200 quilômetros de estradas rurais, estradas vicinais, das quais nenhum centímetro é pavimentado [inaudível].

Pontuou os maiores problemas enfrentados por Natividade da Serra atualmente, dentre os quais o da segurança, da mobilidade [inaudível], informando que a linha que ligava o município a Taubaté acabou [inaudível].

Destacou ser importante pavimentar a vicinal que sai de Natividade da Serra e vai até a Tamoios, sendo que do total de 40 quilômetros, estão lutando muito para conseguir pavimentar os primeiros oito quilômetros pelo Programa Estradas Vicinais, mas [inaudível] se deparam com o problema da mão de obra especializada [inaudível], mas só tem condições de entregar este projeto para além do prazo concedido pelo governo.

Assinalou que a maior demanda a ser registrada é a questão de segurança pública, além de saúde [inaudível].

A prefeita de São Luiz do Paraitinga cumprimentou a todos e ressaltou a importância deste evento, dizendo que foram eleitos pelo Plano de Governo elaborado, e que agora estão fazendo um Plano Regional [inaudível].

Pontuou que está em seu terceiro mandato no Conselho, desde 2012, e que, anos depois, está assistindo à finalização do Plano, a partir do qual serão canalizados recursos públicos para o que a população deseja. Realizou dois pedidos a este plano: [inaudível] e outra coisa muito importante que só quem vive e vê na televisão, que são as áreas de risco, que são atividades que devem ser feitas diariamente, e os municípios pequenos não têm técnicos, não têm geólogos.

Ressaltou ainda que todas as cidades têm um Plano Diretor e Plano Diretor de Turismo. Falou da necessidade de priorizar, dizendo que prioriza a saúde [inaudível] construindo o Hospital Regional de Cruzeiro, que foi uma luta para desafogar [inaudível]. Disse também da felicidade de estar na audiência e que [inaudível].

Na sequência, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional convidou a prefeita de São Bento do Sapucaí para fazer suas considerações.

A prefeita de São Bento do Sapucaí saudou a todos e disse acreditar na união que tem acontecido entre os municípios, sem a qual não se vai a lugar nenhum. No campo Saúde, a prefeita lembrou o Hospital de Taubaté – não sai nunca – e disse que para uma cidade pequena, o que mais demanda recursos é [inaudível] e a saúde.

Em relação à educação no Estado, disse que está ótima, mas a saúde é sempre [inaudível], nunca se consegue uma saúde 100%. E neste contexto, desejou compartilhar estas ideias e solicitar que o governo sempre olhe para os municípios pequenos.

Destacou o problema das estradas rurais, da deficiência de máquinas [inaudível] e finalizou sua fala agradecendo ao governo do Estado, pois nunca viu um governo tão solícito quanto este que estamos presenciando [inaudível].

Em seguida, assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional, atendendo a pedidos, passou a palavra ao prefeito [inaudível].

Prefeito [inaudível] solicitou que as propostas que surgirem na audiência, e que forem ao encontro da proposta do governo do Estado, sejam ouvidas com carinho para que o plano realmente se torne uma realidade, cada município pontuando suas necessidades, porque os pequenos nunca são ouvidos, o que causa até um constrangimento.

Destacou [inaudível] ser fundamental que todas as propostas da sociedade civil, prefeitos, deputados [inaudível] para que este plano faça a diferença e funcione. Finalizou sua fala desejando boa reunião a todos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional pediu que a representante do prefeito de Pindamonhangaba, Secretária de Obras e Planejamento, falasse.

A secretária de Obras e Planejamento de Pindamonhangaba cumprimentou a todos os participantes e disse da alegria de estar no evento discutindo um tema de tamanha importância para a região, e ressaltou o grande orgulho de fazer parte deste processo, sendo arquiteta e estando à frente desta secretaria.

Ressaltou a importância de uma discussão qualitativa para que a região possa, de fato, alcançar seu progresso, ter os atributos necessários à atração de investimentos e, acima de tudo, trazer qualidade de vida às pessoas. Fez algumas considerações a partir do estudo do Caderno de Propostas.

Destacou o VLP, que trará uma mobilidade muito maior para a região, considerando a necessidade de pontos de parada em Taubaté, por exemplo, já que ele segue a linha de alta tensão, o que estimulará ainda mais investimentos e contribuirá, inclusive, com o turismo de negócios, presente na região.

Outro tema relevante destacado pela secretária foi a regularização fundiária, pois as áreas ambientalmente frágeis estão sendo ocupadas e é preciso ter um controle, um ordenamento territorial que possa trazer dignidade às pessoas, tanto por meio do saneamento ou do abastecimento.

Citou o prefeito de Natividade da Serra e falou dos 600 quilômetros de estradas rurais que o município de Pindamonhangaba possui. Aproveitou o momento para agradecer imensamente ao governo do Estado pelos investimentos nas obras das vicinais. Por fim, agradeceu novamente a todos pela oportunidade de integrar este evento tão importante.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional saudando a todos os vereadores, agradeceu a presença do vereador de Taubaté e passou a palavra ao vice-presidente do Parlamento Regional.

O vereador e Vice-presidente do Parlamento Regional Metropolitano de Taubaté cumprimentou a todos os presentes e disse que este evento marcou a história da região metropolitana, ressaltando a importância da presença de vários prefeitos e vereadores para que ideias sejam trocadas e consensos sejam elaborados acerca das deficiências e carências existentes em toda a região do Vale do Paraíba, incluindo o Vale histórico, a serra, o litoral e o fundo do vale, as quais necessitam ser supridas.

Citou ainda a oportunidade dada pelo governo do Estado para que se tenha um desenvolvimento real por meio do Parlamento Regional.

Ressaltou ser muito importante a união de todos os municípios, de todas as pessoas da sociedade civil organizada, para que seja possível fazer o Vale decolar. Nesse momento aproveitou para fazer uma referência ao Aeroporto de São José dos Campos, que deve trazer um desenvolvimento para o Vale, um enorme benefício a todos, assim como ao 5G, que passará por Taubaté, reforçando que é sobre este desenvolvimento que todos precisam estar antenados, para que uma cidade possa ajudar a outra, apesar dos perfis diferentes existentes no Vale do Paraíba.

A seguir tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>:

- Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – MC – Fipe (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>)
- Apresentação do Contexto Regional – MH – Fipe (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA_AP_Mauricio-Hofman_13-01-Rev-equipe-RMVPLN.pdf)
- Proposta de Macrozoneamento – ZA – Fipe (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf)

- Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) – HG e CG – Fipe (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates convidando a quem quisesse fazer suas considerações, e informou que houve participação efetiva do público no ambiente virtual acima da média das demais audiências.

Representante de Tremembé [?]

Devido a problemas técnicos na audiência, não foi possível transcrever a fala do representante de Tremembé.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos solicitou mais uma vez a todos que entrassem na plataforma digital e fizessem suas propostas pertinentes, fazendo constar todos os dados do proponente, para que estas sejam analisadas e inseridas ou não do Plano, com as devidas justificativas.

[?] de Lorena

Reforçou a importância da pauta para a região [inaudível], os problemas que envolvem os proprietários rurais [inaudível], a questão da conectividade entre as unidades de conservação [inaudível] que este tema esteja expresso e solicitou aos membros do Conselho que seja dada continuidade aos programas que visam à conexão dos fragmentos de vegetação nativa [inaudível] que isso seja um compromisso que vá além do compromisso de cada município isoladamente, mas que seja um compromisso ambiental.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos passou a palavra para a prefeita de São Luiz do Paraitinga, mas, devido a problemas técnicos ocorrido na audiência, não foi possível transcrever as colocações da prefeita nem a fala do participante (não identificado) na sequência.

o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu que todas as propostas serão compiladas, e que no momento da apresentação do Plano ao Conselho de Desenvolvimento será feito um grande fórum com todos os secretários de estado, para que estas pautas colocadas sejam apreciadas, respondidas e posteriormente consolidadas para aprovação do Conselho, processo que se deseja concluir ainda no primeiro semestre de 2022, antes do período eleitoral.

Reforçou a importância de que todos entrem na plataforma e façam suas contribuições em até 7 dias úteis, tempo em que a plataforma ficará aberta para a recepção de propostas.

participante [?]

Devido a problemas técnicos na audiência, não foi possível transcrever as contribuições da participante Letícia [?] – fala entre às 3h08min e 3h15min.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos ressaltou a riqueza das contribuições da participante e disse que demonstravam o interesse no trabalho que está sendo desenvolvido, e convidou a técnica da Fipe para tecer seus esclarecimentos com relação a estas contribuições.

Devido a problemas técnicos na audiência, não foi possível transcrever os esclarecimentos feitos pela técnica.

Arquiteta da secretaria de Planejamento de Taubaté [inaudível] destacou a importância de fundir este assunto de forma regional [inaudível] e reforçou que o patrimônio histórico-cultural da região [inaudível] é preciso aprofundar este patrimônio, tanto arquitetônico quanto ambiental. Perguntou se os arquivos vetoriais *shapefile* das macrozonas serão disponibilizados aos municípios para que possam fazer sobreposições com os mapas de zoneamentos municipais e também quis saber sobre a efetiva participação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Urbano, como serão consultados e em qual momento.

Mencionou ainda os sítios de recreio, sobre os quais seria feito um maior controle, e a necessidade de distingui-los das ocupações irregulares. Perguntou como o PDUI conversará com o território da APA Federal do Rio Paraíba do Sul, cuja gestão é de competência do ICMBIO, o qual até o momento não elaborou o respectivo Plano de Manejo.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos reforçou a importância da APA mencionada e lembrou que tudo que foi considerado na audiência será levado aos grupos de trabalho das secretarias de estado.

Não havendo mais colocações dos presentes, ele agradeceu a todos que acompanharam presencialmente e pelo YouTube e convidou a todos para a Audiência de São José dos Campos.

Esclarecimento ao leitor:

Devido a problemas técnicos ocorridos durante a audiência pública, não foi possível transcrever trechos de falas e algumas colocações em sua totalidade.

Balanco de Presenças da AP Taubaté - 02/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SSAM/SDR/Fipe
70	7	47	10	117	17	134

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Redenção da Serra	Câmara Municipal	Vereador	[?]	Presencial
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadão	[S. ? T?]	Presencial
São José dos Campos	Sociedade Civil	advogado	ABF	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São José do Barreiro	Prefeitura	Prefeito	AB	Presencial/Mesa
Tremembé	Prefeitura	Secretário	AC	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Secretário	AF	Presencial
Taubaté	Gabinete	Secretário	AM	Presencial
Pindamonhangaba	Conselho Municipal de Meio Ambiente (Condema)		ARC	Formulário YouTube
São Bento do Sapucaí	Prefeitura	Prefeita	ACMB	Presencial/Mesa
São Luiz do Paraitinga	Prefeitura	Prefeita	ALBS	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat/Formulário YouTube
RMVPLN	AGEMVALE	Diretor	AGFJ	Presencial
Lagoinha	Prefeitura - Secretaria de Finanças	Secretário	ALS	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Diretor	AAN	Presencial
Taubaté	Área de Plano Diretor e Gestão Democrática da Prefeitura	Arquiteta Gestora	NR	Chat
Tremembé	Prefeitura	Assessor de Relações Federativas	AB	Presencial
Piracicaba	Equipe Fipe		BN	Chat
Natividade da Serra	Prefeitura	Vice-prefeito	BCCS	Presencial
Campos do Jordão	Secretaria de Valorização da Cultura	Secretário	BT	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	BS	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	BC	Presencial/Mesa
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	CB	Presencial/Mesa
Taubaté	IPABHI	Gestor de Projetos	CSC	Presencial
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadão	CRL	Presencial
São José dos Campos	Universidade do Vale do Paraíba		CG	Formulário YouTube
Taubaté	Prefeitura	Chefe de Divisão	CCA	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Diretora de Planejamento	CRRP	Presencial
Campos do Jordão	Secretaria de Meio Ambiente		CLS	Formulário YouTube
Campos do Jordão	Secretaria de Meio Ambiente		CS	Chat
Tremembé	Prefeitura	Prefeito	CALM	Presencial
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadã	CLPL	Presencial
São José dos Campos	Equipe Fipe	Engenheira Civil	CG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		DJA	Chat/Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Pindamonhangaba	Prefeitura - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		DM	Formulário YouTube
Pindamonhangaba	Prefeitura	Chefe de Divisão do Plano Diretor	DKSL	Presencial
não menciona			DS	Chat
Taubaté	Ministério Público do Estado de São Paulo - Promotoria Cível de Taubaté		DDM	Formulário YouTube
Taubaté	Prefeitura	Gestora	DAP	Presencial
Taubaté	DE Foto e Vídeo	Fotógrafo	DGS	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional	Chat/Meet
Taubaté	Alesp	Assessor	DOM	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	DC	Presencial
Redenção da Serra	Câmara Municipal	Vereador	EAM	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereadora	EOCM	Presencial
Taubaté	Movimento Preserva Taubaté		EMGT	Chat/Formulário YouTube
Natividade da Serra	Prefeitura	Prefeito	EAS	Presencial/Mesa
Lagoinha	Sociedade Civil		FCC	Formulário YouTube
Taubaté	Secretaria de Planejamento		FC	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil		FJNCM	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil		FM	Chat
Taubaté	CDHU	Gerente regional	FAVJ	Presencial
não menciona	Secretaria de Planejamento		GSS	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Chat
Taubaté	Cidadão residente em Taubaté		GFJ	Formulário YouTube
São Paulo	ALESP	Assessor	GC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Consultora	HG	Presencial
Taubaté	Ministério Público do Estado de São Paulo 11. PJ de Taubaté		JMC	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	JABC	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Prefeito	JASJ	Presencial/Mesa
Pindamonhangaba	Câmara Municipal	Presidente	JCG	Chat/Formulário YouTube
Redenção da Serra	Prefeitura	Secretário de Obras	JFSN	Presencial
São Paulo	Secretaria de Logística e Transportes		JMAN	Chat
São Luis do Paraitinga	Câmara Municipal	Vereador	JRC	Presencial
Redenção da Serra	Prefeitura	Prefeito	JFS	Presencial/Mesa
Campos do Jordão	Câmara Municipal	Vereadora	KB	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
não menciona			KC	Chat
Ubatuba	Instituto PROFAUNA	Coordenadora de Assuntos Jurídicos	KC	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Unitau		LVF	Formulário YouTube
RMVPLN	AGEMVALE	Diretor	LM	Presencial
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadã	LC	Presencial
Campos do Jordão	Secretaria de Meio Ambiente		LMRO	Formulário YouTube
Taubaté			LM	Chat
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
Pindamonhangaba	Secretaria de Planejamento	Diretora	LY	Presencial
Taubaté	Prefeitura	? 1ª Cia	LP	Presencial
Taubaté	Prefeitura - secretaria de Planejamento	Secretário	LFA	Presencial
Santo Antonio do Pinhal	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Assessor Técnico	LGVC	Presencial
Taubaté	CREA Taubaté	Conselheiro de Meio Ambiente	MW	Formulário YouTube
Pindamonhangaba	Prefeitura - Secretaira de Obras e Planejamento	Secretária	MF	Presencial/Mesa
Taubaté	Secretaria de Planejamento (Seplan)		MM	Formulário YouTube
Taubaté	Secretaria de Planejamento	Secretário Adjunto	MASM	Presencial
Santo Antonio do Pinhal	Prefeitura - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Secretário	MK	Presencial/Mesa
São José dos Campos	DEINTER 1	Delegado de Polícia Civil	MM	Chat
São José dos Campos	Polícia Civil - Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - Deinter 1		MRPM	Formulário YouTube
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Formulário YouTube
Taubaté	Sociedade Civil		MRMAH	Formulário YouTube
não menciona			ME	Chat
São Bento do Sapucaí	Prefeitura	Secretário de Governo e Administração	MAV	Presencial
São Paulo	Alesp		MGP	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MO	Chat
não menciona	Sociedade Civil	Arquiteta	MK	Formulário YouTube
não menciona			MK	Chat
Pindamonhangaba	Fundação Formula Cultural e Associação (Amavap)		MF	Chat
Taubaté	Cidadã		MFRC	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Taubaté		Professor	MLF	Presencial
Taubaté	Secretaria de Planejamento	Gestora	NACSR	Presencial
Taubaté	Prefeitura		NFCO	Chat/Formulário YouTube
Campos do Jordão	Câmara Municipal	Assessora	NRAC	Presencial
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	OCB	Presencial
Lorena	Univap	Pesquisadora	PORS	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	PM	Presencial
Taubaté	Preserva Taubaté		Preserva Taubaté	Chat
São Bento do Sapucaí	Prefeitura - Secretaria de Planejamento	Secretário de Planejamento	RBA	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Mandato Coletivo Representa Taubaté		RSA	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Departamento de Desenvolvimento do Turismo		RFS	Formulário YouTube
Taubaté	Alesp	Assessora Parlamentar / Deputado Peternelli	RBS	Presencial
Pindamonhangaba	Fundação Fórmula Cultural e Associação (Amavap)		RMF	Formulário YouTube
Taubaté	5º Batalhão de Polícia Militar do Interior, Taubaté, Ten Cel PM Gobbo, Major Risi e Cap Prudêncio	Major	RRA	Presencial/Chat
Taubaté	Prefeitura	Diretor de Turismo	RCV	Presencial
Taubaté	COMTUR		RF	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Polícia Militar	Tenente Coronel	RIG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	RLSJ	Presencial
Taubaté	Seduc	PCNP	RLM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Meet/Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SM	Chat
São Paulo	Alesp	Chefe de Gabinete	SD	Presencial
São Paulo	Alesp	Assessor	SHOJS	Presencial
Taubaté	Alesp	Deputado Estadual	SV	Presencial
São Luiz do Paraitinga	Câmara Municipal	Vereadora	SIV	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereadora	TLB	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Secretário	TD	Presencial
Lagoinha	Prefeitura	Prefeito	TMO	Presencial/Mesa
Taubaté	Secretaria de Planejamento		UACP	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Chat/Formulário YouTube
não menciona		Engenheira Civil	WMV	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil	Profissional autônomo	WFP	Formulário YouTube
Taubaté	Câmara Federal	Assessor Parlamentar	WFS	Presencial
São Paulo	Alesp	Assessor	WMP	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Presencial/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		EV	Presencial

V.4. Sub-região São José dos Campos

Data: 03/02/2022

Horário: 9h às 12h

Local: Centro de Formação do Educador – Cefe – Auditório G. Av. Olivo Gomes, 250 - Santana, São José dos Campos

Municípios convidados: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional fez a abertura da audiência dando boas-vindas a todos. Explicou que a audiência pública tem como objetivo principal, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte, apresentar e debater o conteúdo do **Caderno Preliminar de Propostas** com a população metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou a organização da reunião e disse que seria apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate que detalha de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Informou que no dia 04/02/2022, às 9 horas da manhã, aconteceria mais uma audiência pública na sub-região de Caraguatatuba para detalhar os trabalhos.

O assessor ainda fez uma série de agradecimentos: a prefeitura de São José dos Campos pela cessão de uso deste espaço e de toda infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente na geração das imagens para o ambiente virtual; agradeceu a presença de todos que acompanhariam a audiência, presencialmente, na Secretaria de Turismo/Espaço Multiuso e, também, a transmissão ao vivo pela Internet, no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo e, também, o trabalho de toda equipe da Agemvale pela mobilização e apoio na realização da audiência.

Informou que o local estava seguindo todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e, por isso, houve limite no acesso dos convidados, conforme já orientado no convite.

Reforçou ainda que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana que pode ser acessada pelo endereço <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Expôs o regulamento da audiência pública (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP-AP-PDUI-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até 7 dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Os trabalhos começaram com a formação da mesa diretora composta pelas seguintes autoridades:

- Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos
- Deputado estadual
- Prefeito de Paraibuna
- Vereadora da Câmara Municipal de São José dos Campos
- Secretário de Obras de Igaratá
- Prefeito de Jacareí
- Prefeito de Jembeiro
- Prefeita de São Luiz do Paraitinga
- Presidente da Câmara de Caçapava
- Chefe de gabinete da prefeitura de Caçapava
- Vereadora de Santa Branca

O secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos foi o primeiro a falar cumprimentando as autoridades e todos os presentes. Disse estar feliz porque o município estava recebendo a audiência pública. Disse ser muito importante a discussão do plano de desenvolvimento do Vale do Paraíba e que todos sabem que vivem uma complexidade ambiental muito grande, com características de formação geomorfológicas que exige cautela dentro do plano para que se promova o desenvolvimento da região gerando emprego e renda, aumentando as condições em todas as esferas sociais e ambientais para se ter um desenvolvimento sustentável.

Agradeceu o trabalho feito até agora e colocou a equipe da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade à disposição dizendo que está azeitada porque já realizaram um trabalho sobre as principais políticas públicas do litoral.

Disse ainda que a equipe dele se interessa por essa discussão e agradeceu por poder colaborar com o plano de desenvolvimento da região e que deseja que seja um plano arrojado que promova um desenvolvimento sustentável para o Vale do Paraíba e Litoral Norte.

O deputado estadual também cumprimentou a todos e disse que contribuía com o fórum contando um pouco da história. Agradeceu o secretário de Desenvolvimento Regional pelo excelente trabalho que está realizando e ao prefeito de São José dos Campos pela recepção.

Observou que essa talvez seja uma das agendas mais importantes do ano porque está se pensando em uma gestão pública racional, unificada para os 39 municípios que compõem a Região

Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Disse que essa é uma tendência mundial que começou há 50 anos nos Estados Unidos, na Costa Oeste, três cidades, São Francisco, Los Angeles e San Diego se unificaram e ele teve a oportunidade de ver essa união.

Continuou dizendo que trazendo essa realidade para o Vale do Paraíba, nota-se que isso é uma tendência mundial que aconteceu em Nova York, em Paris, em Londres, enfim no mundo inteiro. Diz que a região está no maior eixo agro- econômico do Brasil, talvez da América Latina que é Rio de Janeiro/São Paulo.

Afirmou ainda que a região está no maior eixo agroeconômico do Brasil, talvez da América Latina que é Rio de Janeiro-São Paulo e lembrou que quando era piloto, realizou um voo com o IBGE há dez anos atrás para ver todas as construções em São Paulo, nesse eixo. “Naquela época, 1990, 500 metros separavam uma construção da outra, 30 anos depois 50 metros e há uma previsão para os próximos dez anos, mesmo considerando a Serra das Araras com toda a sua topografia acidentada, e a topografia específica no Estado de São Paulo da Serra da Mantiqueira e o Vale”, destacou.

O deputado observou ainda que o grande mote desse planejamento é lutar junto e não separadamente. Destacou que a Região Metropolitana do Vale do Paraíba se destaca no Estado de São Paulo que hoje tem 15 regiões administrativas com características muito díspares e só perde para o Vale do Ribeira.

“A região do Vale é muito diferente dentro dela mesmo. São 39 cidades com características diferentes”, ponderou. Disse ainda que no Litoral são 16 cidades, divididas pelo estado em três porções, Litoral Norte, com 4 cidades, Litoral Central com 9 cidades, e o Litoral Sul com 3 cidades. E esse próprio litoral é muito diferente de todos os outros e tem uma vocação para se alinhar ao Vale do Paraíba, por várias razões.

“Nesse sentido, questões como coleta seletiva de lixo, aterros sanitários, tratamento de resíduos sólidos, tratamento de esgotos, habitação, educação saúde, segurança pública, cabe aos envolvidos com os problemas, buscar soluções comuns”, afirmou.

Destacou que a audiência pública é uma vitória que foram muitos anos de trabalho para chegar até aqui. Comentou que a primeira participação dele sobre a questão regional foi em 1997 quando se queria criar a área de proteção em São Francisco Xavier e foi a primeira vez que o Estado teve uma visão conjunta do Vale do Paraíba porque o meio ambiente não respeita fronteiras.

Elogiou e parabenizou o trabalho e disse ser necessário críticas positivas que o projeto está sendo apresentado para todos contribuírem para ele ficar cada vez melhor. Ressaltou que no que tange a Assembleia Legislativa, que vai aprovar o projeto de lei, e que será preciso muita articulação, argumentação técnica para convencimento dos outros deputados, mas colocou o mandato de deputado estadual à disposição.

O prefeito de Paraibuna cumprimentou a todos e disse estar feliz de estar na tão aguardada audiência. Agradeceu o governo do Estado que entendeu essa necessidade, disponibilizou os

recursos e selecionou a equipe para desenvolver o PDUI, que é um plano que vai definir o futuro da região.

Lembrou que a região tem 39 municípios e cada um tem uma peculiaridade diferente, mas que **é preciso trabalhar de forma integrada**. Salientou ser preciso incentivar o turismo porque Paraíba é a 15ª Estância Turística do Vale do Paraíba e tem o Polo Tecnológico de São José dos Campos.

Disse que as grandes cidades da Via Dutra, Jacareí, São José e Guaratinguetá são cortadas por essa rodovia. “É uma região muito extensa e tem muitos atrativos que precisam ser valorizados. É preciso debater e participar bastante daquilo que vai definir o futuro da região”, enfatizou.

O coordenador institucional do projeto- Fipe saudou às autoridades presentes e disse considerar a audiência um marco histórico porque desde dezembro de 2014 que o país enfrenta uma crise econômica e em 2019 o governo do estado fez um ajuste com reformas e está conseguindo investir 50 bilhões de reais em projetos municipais.

Explicou que falaria sobre o PDUI e da Regionalização que é uma política de Estado, definida pelo governador e tutelada pelo secretário de Desenvolvimento Regional que tem um compromisso desde a aprovação do projeto, junto com o vice-governador.

Destacou que no ano de 2021 foram realizadas 26 audiências públicas em todo o território estadual, apresentando uma proposta técnica desenhada pela Fundação Seade de uma nova regionalização.

Disse que o estudo do Seade considerou três projetos muito relevantes que já tinham sido desenvolvidos. “Um projeto de dispersão urbana, coordenado pelo Profº Nestor Goulart Reis, financiado pela Fapesp que estudou os 645 municípios no Estado de São Paulo, a Pesquisa Origem/Destino e o fluxo de pessoas em cada município que possibilitou a análise das interligações entre os municípios”, afirmou.

Citou o outro estudo que foi a Regic do IBGE de 2018 que foi revisado em 2020 e possibilitou a análise do alcance da influência de cada centro urbano do estado e um trabalho realizado pela Emplasa, em parceria com o Cepam sobre a Rede Urbana Paulista que mostrou que as áreas já institucionalizadas como metropolitanas e aglomerações urbanas não têm uma taxa de crescimento relativamente baixa, mas do ponto de vista intrarregional ainda persiste um movimento de periferização, ou seja, das pessoas irem morar nos anéis periféricos e isso leva ao espraiamento urbano horizontal e consequentemente propicia uma conurbação que encarece a infraestrutura.

“As políticas dos planos diretores estão priorizando o adensamento das áreas centrais porque o espraiamento encarece demais a infraestrutura”, explicou.

Lembrou que no primeiro dia de mandato o governador criou a Secretaria de Desenvolvimento Regional para cumprir uma promessa de campanha de fazer uma gestão municipalista. “Hoje o importante é o fluxo das pessoas nas regiões, o fluxo das mercadorias, dos rios que estruturam a

região, fluxo de esgoto, fluxo de poluição, fluxos de vetores de doenças como o Coronavírus, cuja pandemia mostrou a necessidade de integração regional”, ressaltou.

Afirmou ainda que o objetivo da nova regionalização é colocar o estado no rumo do desenvolvimento sustentável que é o grande desafio do nosso século. Para isso, alguns fundamentos são necessários: integração regional, redução das desigualdades regionais e intrarregionais, construir políticas públicas de forma integrada, intersectorialidade para que se alcance um desenho regional para transcender as fronteiras dos municípios.

Dessa forma é possível ter um nível de desenvolvimento e uma certa homogeneização porque não dá para conviver com grandes desigualdades territoriais em um estado que se fosse um país seria a 21ª economia do planeta, a frente de mais de 170 países. Estado que tem uma capacidade instalada de infraestrutura de primeiro mundo, com 19 rodovias estaduais e uma rodovia federal, modernização de aeroportos aumentando a conectividade física, além da conectividade virtual, tem universidades públicas, Fatecs, Etecs, Parques Tecnológicos, centros de pesquisas, ou seja, tem muitas potencialidades que podem elevar, cada vez mais, o desenvolvimento do estado.

“A estratégia para alcançar esse patamar é regionalizar todo o território Paulista que hoje está institucionalizado em 10 unidades regionais, 9 regiões metropolitanas (Jundiaí e Piracicaba foram criadas recentemente pelo expressivo PIB e pela maturidade de ser região metropolitana), 9 agrupamentos urbanos e 14 regiões de estado (antigas microrregiões, porém o conceito é o mesmo, só muda o nome)”, detalhou.

Lembrou que a Constituição já tinha criado as unidades regionais, cabendo aos estados a constituição de unidades regionais, em municípios limítrofes, organizados em regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões para executar as Funções Públicas de Interesse comum.

“Hoje o governo tem um projeto que está tramitando na Procuradoria Geral do Estado para ser enviado para a Assembleia Legislativa propondo a nova regionalização do Estado de São Paulo que passará a contar com 32 unidades regionais, sendo 9 regiões metropolitanas, 9 agrupamentos urbanos e 14 regiões de estado, cada uma com um arranjo institucional de governança interfederativas e com o PDUI que é um plano territorial que será feito em todas as 32 unidades regionais. O Estatuto da Metrópole exige que as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos tenham o PDUI e o governo do Estado deseje que todo o território seja planejado”, detalhou.

A seguir foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Aplicadas (Fipe) que está disponível para consulta na plataforma (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Vale-e-Litoral-Norte-jan22.pdf>).

- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe**
<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>

- **Contextualização Regional da Unidade Regional** – MH-Fipe
https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA_AP_Mauricio-Hofman_13-01-Rev-equipe-RMVPLN.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – ZA-Fipe
- **Proposta de Macrozoneamento** – ZA-Fipe
- **Proposta das FPICs** – CG-Fipe
https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf

Manifestação das autoridades presentes

O prefeito de Jacareí cumprimentou a todos e disse que o primeiro tema que desejava abordar envolvia investimento. “É a necessidade de segurança jurídica para pacificar conflitos no âmbito do poder executivo estadual e municipal e do envolvimento do Ministério Público para que possa ter um grupo temático de debate permanente sobre as questões ambientais”.

Disse não ser possível que as opiniões técnicas divergentes dos órgãos do próprio estado, possam, por exemplo, aprovar um projeto do Grapohab e, em outro projeto específico, a Cetesb, se sintam com o direito de interpretar com uma análise técnica divergente.

Afirmou que é preciso criar uma estância regional que delibere com força vinculatória no âmbito do executivo estadual e municipal para se ter, minimamente, condições de segurança jurídica e desenvolvimento.

Citou que é a mesma coisa, quando existir um mapa ambiental regional com os rios e nascentes catalogados, o regime jurídico, a tipologia e a vinculação jurídica e esse mapa se tornar vinculatório para o próprio Estado. “Para o executivo, pode-se ganhar um ano para o desenvolvimento de cada projeto. Não é possível que uma região metropolitana possa passar três anos para aprovar uma rodovia ou uma avenida. Não é possível que com tantas pontes feitas nesse país, se demore um ano e oito meses para obter uma aprovação”, lamentou.

Continuou ainda dizendo ser preciso racionalizar esse trabalho ou todos perderão e continuarão perdendo muito tempo por causa de divergências técnicas no âmbito do governo estadual. “Somos servidores públicos e devemos prestar serviço público”, disse.

Levantou outra questão sobre a necessidade de discutir com muita seriedade a vocação do polo tecnológico. “Nesse momento é oportuno fazer essa discussão porque pelo arranjo jurídico institucional hoje existente, o polo é para o município de São José dos Campos, estimula o governo local, o desenvolvimento local e estimula a prestação de serviços para as cidades vizinhas”, ponderou.

Para ele, é preciso mudar a característica do polo para que ele passe a ser regional. “O polo está em São José dos Campos, mas, tem que ser da região metropolitana, senão não faz sentido os municípios continuarem estimulando se o arranjo jurídico assumido fomenta apenas São José dos Campos. Tem que ser um Polo estadual para a região toda”, enfatizou.

Disse que a terceira contribuição era sobre o corredor verde que considera ser uma excelente ideia, mas é preciso privilegiar as nascentes e preservação das águas que inclui o Rio Paraíba e a Bacia do Igaratá, ou seja, onde tiver nascente tem que ser preservado e tem que ter corredores ecológicos, preservação das águas e estímulo ao proprietário rural para essa preservação.

“A SOS Mata Atlântica tem um trabalho embrionário em São Luiz do Paraitinga e tem um corredor ecológico no município de Jacareí, portanto é preciso que o corredor ecológico privilegie todas as nascentes de águas da região e comece a atuar com urgência porque há uma crescente degradação”, alertou.

Disse achar também acha que se deve discutir o corredor verde porque ele ignora um elemento fundamental que é a existência de uma rodovia que é objeto de uma concessão que tem um plano de investimentos para os próximos 30 anos que implica na duplicação de vários trechos e criação de marginais.

“É um investimento que usa os recursos do cidadão, dos pedágios que pagamos. Se vai transformar a via Dutra, porque fazer um corredor concorrendo, porque pegar recursos públicos para investir? É preciso discutir isso com mais profundidade”, disse.

Sobre a Dutra, afirmou que os investimentos que estão sendo feitos com os recursos dos pedágios, podem dar a ela, com a duplicação e as marginais, essa função de deslocamento e combinar os investimentos que já serão feitos, “Com essa nova função que é privilegiar ou criar condições para o deslocamento para o trabalho, sem prejuízo de que cada município, como São José 3, use essa área para seu transporte municipal ou local, de acordo com os seus interesses. Se já se tem um plano de investimentos para os próximos 30 anos, não vale a pena para o Estado e os municípios investirem em um corredor paralelo”, ponderou.

Levantou ainda a questão da Rodovia Osvaldo Cruz que é um problema mais sério que depois dos investimentos da Tamoio, precisa de atenção porque o problema não é só de Taubaté a Ubatuba, é em todo o Vale, para se deslocar já que a Osvaldo Cruz tem um grande problema de transporte.

Finalizou sua participação dizendo ter levantado esses quatro temas que é a necessidade de uma discussão das temáticas de uso e ocupação do solo, das agências e dos órgãos estaduais e municipais ambientais, a discussão da vocação do parque tecnológico. “Como prefeito de Jacareí gostaria de entrar no Parque não como contratador de serviço, mas como uma cidade que participa ativamente do desenvolvimento tecnológico porque as indústrias de Jacareí já estão no parque tecnológico, mas, as universidades e institutos tecnológicos não estão. “No parque tecnológico tem instituto tecnológico com outra qualidade de ensino. Isso aprofunda as desigualdades regionais, o parque Tecnológico tem que ser o Parque do Vale”, disse.

O secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos elogiou a fala do prefeito de Jacareí e concordou que o conflito dos órgãos do Estado tem que ser resolvido e disse que estão organizando um consórcio intermunicipal com 6 municípios e foi criada a Agência Valeparaibana de Licenciamento Ambiental para encurtar caminhos e pacificar posições divergentes que faz com que se espere cerca de 3 anos para aprovar um projeto no setor público.

Observou que o setor privado passa também, pelo mesmo calvário pelo Estado para aprovar projetos importantes de geração de emprego e renda para a região e que a equipe da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade vai apresentar um conjunto de informações para a construção do PDUI.

Falou que querem um reconhecimento no PDUI que é um resgate, um novo olhar para a Macrozona Rural que é importantíssimo e estratégico, mas que não seja o mesmo olhar do diagnóstico rural de 1965 do Vale do Paraíba.

Disse querer fazer uma provocação porque o PDUI tem que ter um olhar avançado para o novo agro polo do Vale que será lançado brevemente, que já existe um grupo com excelência técnica envolvido e no dia 23 de março o Agro polo será lançado oficialmente com um novo olhar , uma nova vocação para o produtor rural.

“São José dos Campos é um exemplo, com 730 mil habitantes tem 12 mil habitantes que residem na área rural e é necessário que o PDUI reconheça a necessidade de uma nova vida para o segmento rural. Outro reconhecimento importantíssimo que já está espalhado no Brasil é o cenário de emergência climática. O PDUI tem que ter uma proposta de como a região se prepara para enfrentar esse problema”, afirmou.

Enfaticou ser preciso definir como valeparaibanos e gestores públicos, um plano de desenvolvimento para as várzeas do Rio Paraíba do Sul porque tem que ter o reconhecimento das espetaculares e inegociáveis funções ambientais oferecidas pela várzea.

“O plano tem que ser assertivo, direto, objetivo com relação às várzeas e a prestação de serviços ambientais. Dentro desse cenário, vai se discutir mineração, o tecido urbano, mas é necessário que se faça o reconhecimento dos serviços ambientais e, por fim, um reconhecimento das potencialidades econômicas”, ressaltou.

Disse ainda que como gestores não sabem reconhecer a água como uma potencialidade geoeconômica do Vale. “Na Assembleia Legislativa, este ano, os deputados terão uma tarefa muito importante no Vale do Paraíba que é votar a lei específica dos mananciais e, portanto, é importante ter no PDUI o reconhecimento dessa “commodity” água que abastece 40 milhões de habitantes. A água é um insumo fundamental para a produção desses 30% de PIB. Tem que reconhecer a potencialidade da água nesse cenário de oportunidades”, enfatizou.

Terminou dizendo que a equipe da Secretaria iria mandar uma série de contribuições. “O PDUI tem que ser moderno, corajoso. tem que inovar a essência do Vale do Paraíba em termos de inovação tecnológica e de gestão dos seus espaços”, disse.

A vereadora da Câmara Municipal de São José dos Campos começou dizendo que iria destacar algumas considerações que ela considerava serem de suma importância. Primeiro destacou a necessidade de se fazer consórcios sobre resíduos sólidos porque vão favorecer os municípios e diminuir os custos que são muito altos e coletivamente ficará muito mais barato.

Citou a necessidade de manutenção das rodovias, principalmente as vicinais e ambientalmente, observa que é fundamental estar no plano a manutenção da mata atlântica para se promover um desenvolvimento sustentável da região. Destacou ainda a premência de construção de habitação de interesse social para melhorar a autoestima da população que mora nas áreas de risco a prioridade no incentivo à educação que é a base de todos os problemas. “Esses destaques devem ser priorizados num plano de desenvolvimento da região”, enfatizou.

A preocupação do vereador da Câmara Municipal de Jacareí é com o parcelamento irregular na diagonal que ele disse acontecer em outros municípios da região. “Isso está acontecendo porque as imobiliárias, muitas de São Paulo, vêm para os municípios, passam as máquinas, dividem em lotes e começam a vender sem nenhum tipo de critério e aí os municípios, moradores dessa diagonal reclamam sobre o lançamento de esgoto no córrego, que os cortes estão levando terra para as estradas e com isso causando erosões enormes”, disse.

Disse que para não ter problemas futuros, seria importante ter pequenos polos urbanos na área rural já que isso vai sobrar para os prefeitos futuramente. “Alguns lugares onde já existem parcelamentos irregulares já necessitam de asfalto e iluminação pública. Seria importante que o plano avaliasse essa questão do parcelamento irregular”, alertou.

Uma pesquisadora da Univap disse ter interesse pelo plano e ficou alegre quando ouviu o secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos colocar a questão das várzeas porque esse é um problema regional.

“Em Lorena também tem ocupação urbana já consolidada e parece que se discute sempre as várzeas e empreendimentos pontuais, mas, abordar regionalmente é essencial para região progredir e evoluir”, disse.

Propôs dois pontos: um de repensar as Funções Públicas de Interesse Comum de um modo instrumental já pensando na proposta que foi colocada na apresentação de que o governo do Estado pretende aprovar por lei, cadeiras para a sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento que hoje tem a participação do estado e municípios. “Passará a ser tripartite e aumentar o número de cadeiras, não é para alterar o poder de decisão no Conselho, mesmo porque, as votações são proporcionais a cada um dos segmentos, mas, pensando que em algumas dessas dez FPICs, existe uma grande diversidade na posição de todos os envolvidos que estão na sociedade civil”, disse.

Citou como exemplo que na área de habitação podem ter associações que são ligadas a construção civil, aos empreendimentos que podem ter seus interesses conflitantes com as associações de moradores. “Portanto, se tem apenas uma cadeira, ela pode não representar esse segmento. A mesma coisa na questão ambiental porque a sociedade civil tem diversidade de posições, por

exemplo, tem ambientalistas que não aceitam a tese das mudanças climáticas. Portanto, aumentar as cadeiras de participação da sociedade civil contemplaria as diversidades”, disse.

O segundo ponto que levantou foi sobre a área da região metropolitana como um polo de alta tecnologia de São José dos Campos. “Então, tem uma área que seria um polo de alta tecnologia regional que faz referência ao Parque Tecnológico de São José dos Campos, porém, temos parques tecnológicos em outros lugares da região. Por exemplo Lorena, historicamente recebe pessoas de todo o estado, para estudar, tem o internato do Colégio São Joaquim e instituições com mais de 50 anos, como o Colégio Salesiano e o Centro Universitário que acabou de criar em 2020 o seu parque tecnológico que tem um diferencial porque é misto, está voltado tanto para as questões de inovação tecnológica e empreendedorismo, como também, para as questões sociais, empreendedorismo social dada a vocação dessa instituição, de assistência social e também, uma concentração de instituições de ensino superior consolidada, com pesquisas desenvolvidas que já impactam positivamente profissionalmente porque já existem pessoas qualificadas”, descreveu.

Ressaltou ainda que a USP e a Unifesp têm campus em Lorena; em Guaratinguetá, a Unesp, com muitos cursos de engenharia, mestrado e doutorado. “Talvez não seja um polo ainda consolidado, mas tem um potencial de se desenvolver. Pode ser um subpolo, um polo em desenvolvimento para desconcentrar”, explicou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional encerrou a reunião agradecendo às autoridades que permaneceram e lembrou que esta fase é de recolhimento de propostas que a equipe da Fipe fará uma apreciação e, na sequência, o plano será submetido novamente ao Conselho de Desenvolvimento e depois de aprovado será encaminhado ao chefe do executivo para que o projeto de lei seja encaminhado para a Assembleia Legislativa, antes do período eleitoral.

Afirmou que o governo pretende aprovar ainda no primeiro semestre e daí, a região terá um importante instrumento de planejamento para subsidiar os investimentos.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública.

O conteúdo completo desses estudos está disponível no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=f0-z89msLHo>) bem como na plataforma digital do PDUI da RMVPLN (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>).

Balanco de Presenças da AP São José dos Campos - 03/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
59	5	43	11	102	16	118

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Monteiro Lobato	Prefeitura	Chefe de Gabinete	AS	Presencial
Taubaté	Unitau		APS	Formulário YouTube
Jacareí	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		ACSD	Formulário YouTube
Caçapava	Câmara Municipal	Vereador	AHF	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Assessor	AM	Presencial
Jacareí	Fundação Pró-Lar	Presidente	AQR	Presencial
Jacareí	Secretaria de Governo e Planejamento		ACCSM	Formulário YouTube
São Luiz do Paraitinga	Prefeitura	Prefeita	ALBS	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube
Jacareí	Secretaria de Esporte e Recreação		AMM	Chat Youtube
São José dos Campos	Prefeitura	Sup.	ASO	Presencial
São José dos Campos	Associação de Amigos, Moradores e Empreendedores do Jardim Satélite (AmeSatélite)		Associação de Amigos, Moradores e Empreendedores do Jardim Satélite (AmeSatélite)	Chat YouTube
São José dos Campos	Prefeitura	Chefe de divisão	BAL	Presencial
Jacareí	Procuradoria Geral do Município	Procuradora	CMLOP	Formulário YouTube
Jambeiro	Prefeitura	Prefeito	CAS	Presencial/Mesa
Caçapava	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	CA	Presencial
São Paulo	Alesp	Deputado	CB	Presencial/Mesa
São José dos Campos	Univap		CG	Chat Youtube
Jacareí	Diretoria de Habitação - Secretaria de Governo e Planejamento	Assessoria Técnica	CA	Chat Youtube
Campinas	AgemCamp	Diretora	CB	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Arquiteta	CR	Presencial
Caçapava	Prefeitura	Chefe de Gabinete	CBM	Presencial/Mesa
Jacareí	Fundação Pró-Lar	Assessora	CFB	Presencial
São José dos Campos	Equipe Fipe	Engenheira	CG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		DJA	Chat/Formulário Youtube
São José dos Campos	USP	Doutoranda	DNA	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Arquiteta	DO	Presencial
Jacareí	Prefeitura - Diretoria de Meio Ambiente SMAZU		DCMP	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat Youtube
Jacareí	Prefeitura - Secretaria de Esportes e Recreação		DLM	Formulário YouTube
São José dos Campos	Câmara Municipal	Vereadora	DR	Presencial/Mesa
Jacareí	Câmara Municipal	Vereador	ES	Presencial
Jacareí	Secretaria de Mobilidade Urbana		EAAGF	Chat Youtube
São José dos Campos	Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade (SEURBS)		EPPNS	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat Youtube
Jacareí	SAAE	Diretor Geral	EL	Presencial
São José dos Campos	AEA - SJC	Pesquisadora	FLSF	Presencial
Jacareí	SEMOB	Diretor	FG	Presencial
São José dos Campos	OAB		FF	Formulário YouTube
Jacareí	Câmara Municipal	Assessor	FU	Presencial
não menciona	não menciona		FSMF	Chat Youtube
Jacareí	Prefeitura		FBF	Formulário YouTube
São Paulo	Alesp	Assessor	GC	Presencial
Igaratá	Prefeitura - Secretaria de Obras	Secretário	GOP	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		HG	Chat Youtube
São José dos Campos	Prefeitura	Arquiteta	IJJ	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Prefeito	IS	Presencial/Mesa
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Igaratá	Prefeitura	Secretario Meio Ambiente	JAMM	Presencial
Paraibuna	Prefeitura	Planejamento	JÁ	Presencial
São Paulo	Secretaria de Logística e Transportes (SLT)		JMAN	Chat Youtube
São José dos Campos	Prefeitura	Diretor	JDV	Presencial
Santa Branca	Câmara Municipal	Vereadora	KT	Presencial/Mesa
Paraibuna	OSCIP Instituto Chão Caipira		LNCPF	Formulário YouTube
São José dos Campos	Abraps	Diretor	LMP	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Supervisora	LC	Presencial
São José dos Campos	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista, consultora independente	LLTP	Chat/Formulário YouTube
São José dos Campos	Câmara Municipal	Assessor Parlamentar	LS	Presencial
Paraibuna	OSCIP "Instituto H & H Fauser"		LCAR	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São José dos Campos	Rede Agroflorestal	Repórter/ Fotógrafo	LLR	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Engenheira	LDC	Presencial
Jacareí	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Diretora	LKU	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Secretário	LFM	Presencial
São Paulo	Sindicato das Ind. de Mineração de Areia do Est. de São Paulo - (Sindareia)		LAAS	Chat Youtube
São Paulo	PMESP 41º BPM/	Major	MFGP	Formulário YouTube
Jacareí	Secretaria de Meio Ambiente e Zeladoria Urbana		MBP	Formulário YouTube
São José dos Campos	Prefeitura	Chefe de Pesquisa	MSR	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura - secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade	Secretário	MM	Presencial/Mesa
não menciona	Assessoria SMS	Assessoria	MFLP	Chat/Formulário Youtube
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura - Secretaria de Obras		MRB	Chat/Formulário Youtube
São José dos Campos	Polícia Civil - Departamento de Polícia Judiciária do Interior São José do Campos- Deinter 1		MRPM	Formulário YouTube
São José dos Campos	Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade		MGCO	Formulário YouTube
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MIP	Formulário YouTube
São José dos Campos	Sociedade Civil	Arquiteta e Urbanista	MLNGV	Presencial
Jacareí	Câmara Municipal	Assessor	MM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulário YouTube
São Paulo	PMESP	Capitão- Comandante	MFS	Presencial
São José dos Campos	Câmara Municipal	Assessor	MF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MO	Chat Youtube
São José dos Campos	INPE, MCTI, CMDU		MK	Formulário YouTube
Jacareí	Procuradoria Geral do Município de Jacareí		MGBBF	Formulário YouTube
São Paulo	EDP São Paulo		NAL	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil		NIRM	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jacareí	USP / Secretaria de Governo e Planejamento (SEGOVPLAN)		NR	Formulário YouTube
Campinas	AgemCamp	Diretor-Executivo	OD	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Diretor	OV	Presencial
Lorena	Univap	Pesquisadora	PORS	Presencial
Jacareí	Secretaria de Assistência Social	Assessora	RGS	Chat Youtube
São Paulo	Alesp	[?]	RS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RFG	Chat Youtube
Jacareí	Prefeitura		RGR	Chat Youtube
São José dos Campos	Câmara Municipal	Assessor	R	Presencial
Caçapava	Câmara Municipal	Presidente	RMC	Presencial/Mesa
Jacareí	SAAE	Diretor	RM	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Engenheiro Ambiental	RRM	Presencial/ Chat Youtube
Caçapava	Prefeitura	Engenheiro Civil	RN	Presencial
Jacareí	Secretaria de Finanças em Jacareí-SP	Assessor	RMF	Chat Youtube
Jacareí	IPMJ - Jacareí		RV	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat Youtube
Jacareí	Prefeitura - Diretoria de Habitação (ULCPU)		SALG	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SM	Chat Youtube
São Paulo	Alesp	Assessora	SHDJS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat Youtube
São José dos Campos	Associação de Amigos, Moradores e Empreendedores do Jardim Satélite (AmeSatélite)		TSMB	Formulário YouTube
Jacareí	Prefeitura - Secretaria de Mobilidade Urbana		TAN	Formulário YouTube
Jacareí	Fundação Pro-Lar	Diretor geral	TC	Presencial
Igaratá	Jurídico	Diretora	VCS	Presencial
Taubaté	Viveiro Florestal de Taubaté IPA/ SIMA/ SP		VAS	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Chat Youtube
Paraibuna	Prefeitura	Prefeito	VCM	Presencial/Mesa
São José dos Campos	AEA	Vice-Presidente	VC	Presencial
São José dos Campos	Câmara Municipal		VMMT	Formulário YouTube
Jacareí	Prefeitura	Diretor	WF	Presencial



Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
não menciona	Engenheira Civil		WMV	Formulário YouTube
Caçapava	Câmara Municipal	Vereador	YLA	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Engenheira	ZA	Presencial/ Chat Youtube

V.5. Sub-região Caraguatatuba

Data: 04/02/2022

Horário: 9h – 11h30

Local: Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba – Fundacc / Auditório Maristela de Oliveira. Rua Santa Cruz, 396 – Centro, Caraguatatuba

Municípios convidados: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional fez a abertura da audiência dando boas-vindas a todos. Explicou que a audiência pública tem como objetivo principal, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, apresentar e debater o conteúdo do Caderno Preliminar de Propostas com a população metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou a organização da reunião e disse que seria apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate que detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Agradeceu a presença de todos que acompanham na Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (FUNDACC) e na transmissão ao vivo pela internet no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Agradeceu à prefeitura de Caraguatatuba pela cessão de uso do espaço e de toda infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente na geração das imagens para o ambiente virtual e, também, toda a equipe da Agemvale, pela mobilização e apoio na realização da audiência.

Ressaltou que já foram realizadas quatro audiências na RMVPLN, em Cruzeiro, Guaratinguetá, Taubaté e São José dos Campos.

Informou que o local segue todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e, por isso, o acesso dos convidados está limitado, conforme já orientado no convite.

Reforçou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase de elaboração do plano, por isso foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana, que pode ser acessada pelo endereço: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Expôs o regulamento da audiência pública (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP-AP-PDUI-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência, foram apresentados os vídeos de saudação do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Os trabalhos se iniciaram com a formação da mesa diretora composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Caraguatatuba
- Deputado federal
- Deputado estadual
- Representante da prefeita de Ubatuba
- Vice-prefeito de São Sebastião
- Vereador de Caraguatatuba
- Diretor da Agemvale

O prefeito de Caraguatatuba foi o primeiro a falar e cumprimentou as autoridades e as pessoas presentes e que participavam remotamente. Iniciou dizendo ser extremamente importante o governo fazer a parte dele e o município também e, principalmente, a população se manifestar sobre o progresso e os avanços de cada região, sobretudo no Litoral Norte porque a região tem diversos desafios a serem enfrentados e isso tem que ser feito de forma conjunta.

Citou o turismo, limpeza urbana, destino do lixo, mobilidade. “Esse debate é uma boa oportunidade para que a sociedade civil se manifeste para que o governo se junte e faça o melhor, integrando Caraguatatuba, Ubatuba, o Litoral Norte à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte”, afirmou.

O prefeito destacou ainda que, por mais que esteja baseado em lei, é uma boa iniciativa para que conjuntamente se construa o desenvolvimento da região.

O deputado federal cumprimentou a todos e ressaltou a importância das audiências públicas porque as prefeituras sabem o que demandar num plano desses; o estado, os técnicos e os secretários também conhecem 90% dos problemas. “A audiência pública serve para se detectar na sociedade um problema que ninguém está vendo. A participação da sociedade civil é importante para com uma justificativa, manifestar os problemas que o poder público não está vendo”, disse.

Agradeceu ao secretário de Desenvolvimento Regional e a todos da AgemVale e da Secretaria de Desenvolvimento Regional que organizam esse trabalho. Disse que todos falam da região, da Serra da Mantiqueira, mas, na verdade existem quatro regiões dentro do Vale do Paraíba com características específicas.

“Tem o eixo da Dutra que é industrial, tem a Mantiqueira com as três cidades com características diferentes, o turismo, tem o Vale Histórico e o Vale da Fé, menos industrializado, e o Litoral com uma quarta característica diferente, turismo também, mas, hoje, com uma característica muito forte de óleo e gás. É com esse olhar que é preciso fazer o planejamento”, apontou.

Disse ainda que o fluxo das pessoas na região tem características diferentes, inclusive ambientalmente e que as audiências são importantes para a sociedade se manifestar e para se fazer o plano da melhor forma possível.

O deputado estadual cumprimentou a todos e disse que a contribuição dele nesse fórum é primeiro contar um pouco da história. Observou que essa talvez seja uma das agendas mais importantes do ano porque está se pensando numa gestão pública racional, unificada para os 39 municípios que compõem a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Disse ainda que essa é uma tendência mundial que começou há 50 anos, nos Estados Unidos quando a Califórnia, na Costa Oeste, uniu várias cidades, São Francisco, Los Angeles e San Diego e teve a oportunidade de ver os resultados da união das três cidades.

Afirmou ainda que a região está no maior eixo agroeconômico do Brasil, talvez da América Latina que é Rio de Janeiro-São Paulo e lembrou que quando era piloto realizou um voo com o IBGE há dez anos para ver todas as construções em São Paulo, nesse eixo. “Naquela época, 1990, 500 metros separavam uma construção da outra, 30 anos depois 50 metros e há uma previsão para os próximos dez anos, mesmo considerando a Serra das Araras com toda a sua topografia acidentada, e a topografia específica no Estado de São Paulo da Serra da Mantiqueira e o Vale”, destacou.

O deputado observou ainda que o grande mote desse planejamento é lutar junto e não separadamente. Destacou que a Região Metropolitana do Vale do Paraíba se destaca no Estado de São Paulo que hoje tem 15 regiões administrativas com características muito díspares e só perde para o Vale do Ribeira.

“A região do Vale é muito diferente dentro dela mesmo. São 39 cidades com características diferentes”, ponderou. Disse ainda que no Litoral são 16 cidades, divididas pelo estado em três porções, Litoral Norte, com 4 cidades, Litoral Central, com 9 cidades, e o Litoral Sul, com 3 cidades. E esse próprio litoral é muito diferente de todos os outros e tem uma vocação para se alinhar ao Vale do Paraíba, por várias razões.

“Nesse sentido, questões como coleta seletiva de lixo, aterros sanitários, tratamento de resíduos sólidos, tratamento de esgotos, habitação, educação saúde, segurança pública, cabe aos envolvidos com os problemas, buscar soluções comuns”, afirmou.

Destacou que a audiência pública é uma vitória que foram muitos anos de trabalho para chegar até aqui. Comentou que a primeira participação dele sobre a questão regional foi em 1997, quando se queria criar a área de proteção em São Francisco Xavier e foi a primeira vez que o Estado teve uma visão conjunta do Vale do Paraíba porque o meio ambiente não respeita fronteiras.

Elogiou e parabenizou o trabalho e disse ser necessário críticas positivas, que o projeto está sendo apresentado para todos contribuírem para ele ficar cada vez melhor. Ressaltou que no que tange a Assembleia Legislativa, que vai aprovar o projeto de lei, e que será preciso muita articulação, argumentação técnica para convencimento dos outros deputados, mas colocou o mandato de deputado estadual à disposição.

O vice-prefeito de São Sebastião cumprimentou as autoridades e as pessoas presentes e participantes remotamente. Concordou que as pautas são convergentes e é necessário que os municípios atuem conjuntamente para que não se beneficie uma cidade em prejuízo de outra. Diz que quer que essa proposta seja um marco e parabenizou o secretário de Desenvolvimento Regional pela oportunidade de debater um plano para a região e que tem certeza de que o que é melhor para São Sebastião é melhor para Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela.

O representante da prefeitura de Ubatuba cumprimentou a todos os participantes e disse ser uma grande satisfação retomar as audiências públicas após um período tão longo por causa da pandemia, considerando a participação popular como essencial para a definição das políticas públicas.

Concordou que os desafios são muitos e comuns, principalmente no Litoral Norte, além da questão do saneamento, dos resíduos sólidos, existe um grande problema de crescimento populacional.

“O assentamento irregular está pressionando cada vez mais as áreas de proteção, não só pelo mercado imobiliário, mas, aumentou em função da pandemia e a busca de soluções conjuntas para o ordenamento do uso e ocupação do solo integrado é de extrema importância”, destacou.

Disse estar feliz por estar presente e que Ubatuba tem as suas peculiaridades, mas, será parceiro na busca do desenvolvimento sustentável, respeitando os ODS e a Agenda 2030. Ponderou ainda que todo esse processo vem a calhar com que o município está fazendo que é a revisão do Plano Diretor. “São ações que vão ao encontro de uma solução integrada”, enfatizou.

O vereador de Caraguatatuba destacou a importância de se debater sobre regionalização e disse que a população do Litoral Norte vem crescendo muito, o que foi demonstrado pela fala de todos da mesa o que justifica uma ação firme do governo do Estado e do governo federal no que tange a casas populares, ao destino do lixo e a abertura do hospital regional, que já passou da hora.

“Cada ação discutida pela mesa e pelos técnicos é ímpar porque o que é importante para o litoral passa pela construção de casas populares, pela abertura do hospital regional, pela geração de empregos e rendas. Pais e mães precisam de emprego e na pandemia fala-se muito do processo de vacinação, mas, a solução dos problemas cabe ao governo federal e estadual que são a mola propulsora do país”, disse.

O representante da Agemvale saudou a todos e agradeceu o empenho dos dois deputados que estão participando das audiências públicas. Disse que esse é o momento de planejar conjuntamente, como por exemplo, a definição de uma política de resíduos sólidos regionalizada. “A palavra de

ordem agora é planejamento porque planejar significa ter o retrato de hoje e sonhar o amanhã, traçando um caminho a ser seguido”, reforçou.

Fez uma retrospectiva a partir de 2012 quando foi criada a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte porque as cidades foram crescendo, se desenvolvendo, o perímetro urbano de uma cidade foi se encostando no da outra e muitas vezes o cidadão sai de uma e entra na outra sem perceber que mudou de cidade. Explicou que isso se chama conurbação e acontece no eixo da Dutra com mais frequência o que trouxe a necessidade de ser criado um instrumento para cuidar dos problemas comuns.

Continuou dizendo que, nesse momento, nascem as Funções Públicas de Interesse Comum (FPI-Cs). “Esse é o grande espírito da criação da região metropolitana. Além disso, essa região no Vale do Paraíba é muito forte e é importante que as pessoas tenham essa noção”, reforçou.

Afirmou que São Paulo é a grande locomotiva econômica do Brasil, a região do Vale representa mais de 31% do PIB, a Grande São Paulo representa 54% desse PIB gerado em São Paulo e do interior, ou seja, o Vale do Paraíba é a segunda região geradora de riqueza e é fundamental que tenha um planejamento conjunto. “Cada município fez o seu Plano Diretor, mas, há a necessidade da região como um todo ter um norte que é o PDUI e é isso que o governo do Estado está fazendo, quando contrata uma fundação de respeitabilidade que é a Fipe”, destacou.

Disse que a região metropolitana está calcada em três grandes pilares: primeiro, o Conselho de Desenvolvimento, composto pelos 39 municípios, que é um colegiado deliberativo, vai deliberar o que fazer e como fazer; o segundo é o Fundo de Financiamento e o terceiro é a criação da Agência Metropolitana Agemvale que é quem opera.

Afirmou ainda que é o Conselho de prefeitos que vai definir as prioridades. Destacou ser uma alegria estar participando desse momento histórico porque é a primeira vez que a região fará o seu planejamento, e depois que o plano virar lei os municípios terão até três anos para adequar os seus planos diretores de comum acordo com as diretrizes do PDUI.

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional informou que tinham 61 pessoas no ambiente virtual acompanhando a audiência pública e ressaltou a importância da participação da sociedade civil e enfatizou que após o encerramento da audiência, a plataforma digital continuará aberta por mais 7 dias para recebimento de propostas on-line.

Na sequência, o Caderno de Propostas será submetido ao Conselho com os representantes dos municípios, do Estado e da sociedade civil, e ainda no primeiro semestre deste ano o plano vai virar lei e todos terão esse instrumento de planejamento.

A mesa diretora é desfeita para dar início as apresentações técnicas.

A seguir foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fipe. <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Vale-e-Litoral-Norte-jan22.pdf>

- **Apresentação Geral do PDUI – Marcos Campagnone – Fipe**
<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>
- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe**
<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>
- **Contextualização Regional da Unidade Regional – MH-Fipe**
<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA AP Mauricio-Hofman 13-01-Rev-equipe-RMVPLN.pdf>
- **Proposta de Ordenamento Territorial – ZA-Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – ZA-Fipe**
- **Proposta das FPICs – CG-Fipe**
<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT RMVPLN AP 19.01.2022.pdf>

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional comentou que o público que acompanha a audiência pelo Youtube continuava interagindo e que para quem se interessar é possível fazer intervenção que a equipe está à disposição.

Informou, mais uma vez, que a plataforma digital estará aberta até 15 de fevereiro para encaminhamento de propostas. Colocou que tem no ambiente virtual a participação de um representante da Secretaria de Transportes e Logística do Estado de São Paulo. Respondeu ainda um comentário feito no Youtube sobre a SP 55, que está em obras do Km 112,5 até o Km 120, e de Ubatuba a SP 55, no Km 54 até o Km 112,5. “Encontra-se em fase de aprovação do projeto na diretoria do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER) para em seguida, publicar o edital”, destacou.

O assessor explicou ainda que são duas obras importantes para a região que estão dentro do “Programa Estradas Asfaltadas”.

Após as apresentações foi aberta a palavra para os participantes que desejassem encaminhar alguma proposta.

O assessor parlamentar questionou sobre a situação do PDUI da Região Metropolitana da Baixada Santista e o assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional explicou que o PDUI da Baixada Santista é composto por 9 municípios e já passou por essas etapas, já tem um texto consolidado, aprovado pelo Conselho, aguardando uma alteração no projeto de lei que insere a sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento. “Feita essa alteração o plano é submetido novamente ao Conselho para aprovação. A estrutura será tripartite: Estado, Municípios e Sociedade Civil”, explicou.

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional ainda se comprometeu a informar sobre todos os encaminhamentos, inclusive para que a assessoria do deputado ajude na articulação quando o projeto de lei chegar na Assembleia Legislativa.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>), que estará aberta para receber as propostas até 7 dias úteis após a realização desta audiência. A íntegra das apresentações também pode ser vista no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, no YouTube (<https://www.Youtube.com/watch?v=GTHTQkTY2hs>).

Balanco de Presenças da AP Caraguatatuba - 04/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
31	5	46	9	77	14	91

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Caraguatatuba	Alesp	Assessor	[não foi possível identificar o nome]	Presencial
Caraguatatuba	Sociedade Civil	Autônomo	AC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube
Caraguatatuba	Caraguatás Ambiental	Segunda Tesoureira	ARSJ	Presencial
São Paulo	Instituto Supereco		APA	Formulário YouTube
Caraguatatuba	não menciona		AC	Chat YouTube
Caraguatatuba	Câmara Municipal	Vereador	ACSJ	Presencial/Mesa
Caraguatatuba	Sociedade Civil	Munícipe	ASC	Formulário YouTube
Caraguatatuba	não menciona		Caraguatatuba Oficial	Meet
Ilhabela	Instituto Ilhabela Sustentável		CRN	Chat/Formulário
Caraguatatuba	Setur - Diretoria de Turismo	Responsável pelo setor	CLRS	Presencial
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	CB	Presencial/Mesa
São José dos Campos	UNIVAP		CG	Formulário YouTube
São Sebastião	CEBIMar-USP - Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo		CGT	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CG	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		DJA	Presencial/Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura	Administrativo	DSSC	Presencial
não menciona	não menciona		Desconhecido	Meet

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube
São Paulo	Coexistir Soluções Sustentáveis (empresa), Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA-SP)		DRV	Chat/Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura	Encarregado de Projetos	DS	Presencial
VPLN	Câmara Federal	Deputado Federal	Eduardo Cury	Presencial/Mesa
São José dos Campos	Câmara Municipal	Secretário Parlamentar	EF	Presencial
não menciona	Sociedade Civil		FJNCM	Formulário YouTube
não menciona	Floema Musical		FM	Chat YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA/CPLA)		FC	Formulário YouTube
Caraguatatuba	Câmara Municipal	Assessor	FP	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Meet
Caraguatatuba	Câmara Municipal	Assessor	GS	Presencial
São Paulo	Alesp	Assessor	G	Presencial
Ilhabela	Instituto Ilhabela Sustentável, representante no CONSEMA		GN	Chat/Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura - Secretaria de Turismo	Responsável Observatório	HESC	Presencial
Caraguatatuba	CRECI-SP	Delegado Municipal	JM	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
São Sebastião	Prefeitura - Secretaria de Meio Ambiente	Secretário	JACM	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transporte		JMAN	Chat YouTube
Ubatuba	Prefeitura - Secretaria de Urbanismo		JMM	Chat/Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura	Prefeito	JPAJ	Presencial/Mesa
Ubatuba	Sociedade Civil - Conselheiro de Meio Ambiente	Conselheiro	JBP	Formulário YouTube
Ubatuba	Tamoio de Ubatuba (Sociedade Civil Organizada)		JBTP	Formulário YouTube
São José dos Campos	AGEMVALE	Diretor Administrativo	JF	Presencial/Mesa
Ubatuba	Instituto PROFAUNA		KC	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		KE	Chat YouTube
VPLN	Sociedade Civil	Perita judicial / Corretora de imóveis	KE	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Sebastião	Prefeitura - secretaria de Urbanismo	Secretário Adjunto	LFS	Presencial
Caraguatatuba	Sociedade Civil	Cidadã	LNKM	Presencial
Caraguatatuba	FUNDACC	Assistente Administrativo	LMMB	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
não menciona	MadalozoDesign		Madalozo Design	Chat YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura - Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento		MLCG	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Caraguatatuba	Prefeitura - Setur	Secretária de Turismo	MFGG	Presencial
Ilhabela	Sociedade Civil	Cidadã	MIF	Presencial
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente		MTCM	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA/CPLA)		MBS	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulário YouTube
	não menciona		ME	Chat YouTube
Caraguatatuba	não menciona		MVS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MSO	Formulário YouTube
São Sebastião	SAMARÊ Associação de Amigos do Bairro de Maresias		MM	Formulário YouTube
São Sebastião	Terra e Mar		MF	Formulário YouTube
São Sebastião	Rede Brasileira de Conselhos (RBdC)		MF	Formulário YouTube
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadã	MFRC	Formulário YouTube
Ubatuba	Representante no GERCO-LN, CBH-LN, Conselho Municipal de Meio Ambiente e de Turismo de Ubatuba	Representante	MTSS	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		MS	Chat YouTube
São Sebastião	Prefeitura	Chefe de Secretaria	PSGC	Presencial
não menciona	não menciona		PB	Chat YouTube
Ubatuba	Sociedade Amigos de Itamambuca		PRBS	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		PA	Chat YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Caraguatatuba	Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo - Regional Caraguatatuba (SASP)		PACR	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		PHCC	Chat YouTube
São José dos Campos	não menciona		RH	Chat YouTube
São Sebastião	Prefeitura	Vice-Prefeito	RAMF	Presencial/Mesa
RMVPLN	não menciona		R	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
Ubatuba	Prefeitura - Secretaria de Meio Ambiente		RFJ	Chat YouTube
Ilhabela	Prefeitura - Secretaria de Planejamento Urbano, Obras e Habitação		RMS	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Meet
			TB	Chat YouTube
Litoral Norte	Ministério Público do Estado de São Paulo - Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Litoral Norte - GAEMA - LN		TSIBJ	Formulário YouTube
Ubatuba	Prefeitura		TR	Formulário YouTube
Ubatuba	Prefeitura - Gabinete	Assessor Especial de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, representante da Prefeitura	TG	Presencial/Mesa
São Paulo	Ministério Público do Estado de São Paulo		TABS	Formulário YouTube
São Paulo	Alesp	Assessor Parlamentar	VAM	Presencial
Caraguatatuba	Prefeitura	Arquiteta	VPC	Presencial
Caraguatatuba	Sociedade Civil	Corretor de imóveis	VM	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura	Secretário	WSC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Presencial/Formulário YouTube

Equipe Técnica

Coordenador Geral – Andrea Sandro Calabi
Coordenadora Adjunta – Marta Dora Grostein
Coordenadora Técnica – Rovená Negreiros
Coordenador Institucional – Marcos Campagnone

Equipes das Unidades Regionais

AU de Franca

Fabiana Coelho
Fernanda de Cássia Costa – coordenadora
Herlan Alcântara

RM de Jundiaí e RM de Piracicaba

Leticia Roberta
Mariana Yamamoto
Sandra Brandão
Sarah M Monteiro dos Santos – coordenadora

RM de Ribeirão Preto

Braulio Bracero
Claudia Helena Leite – coordenadora
Felipe Dutra Dias
Ivana Araújo

RM Vale do Paraíba Litoral Norte

Cynthia Gonçalves
Daniel Andrade
Helena Grundig
Zoraide Amarante Itapura de Miranda –
coordenadora

Coordenadores de Bloco

Bloco 1 – Organização da base de dados e cartografia

Bruno Oliva
Roberta Fontan

Bloco 2 – Ordenamento Territorial

Marta Dora Grostein

Bloco 3 – Panorama Regional

Maria Lucia Camargo

Bloco 4 – Diagnóstico

Marlon Longo

Bloco 5 – Processo Participativo

Luciana Souza Damasceno Casa

Bloco 8 – Comunicação Social

Margareth Cunha Lemos

Equipe Processo Participativo

Elsa Maglio
Geni Toffoli
Mauricio Hoffman

Equipe Comunicação Social

Andre Cury
Sueli dos Santos

Edição gráfica

Carlos Guena
Enzo Luis Nico Neto
Guen Yokoyama – responsável

Advogada – Ana Lucia Carvalho

Consultores

Camila Maleronka
Francisco Vidal Luna
Regina Prospero Meyer

Estagiárias

Ana Flavia Vicentini Benfica (AUF)
Carolina Abdalla Braga (RMP/RMJ)
Melissa da Silva Oliveira (RMVPLN)
Sarah Helena Caetano Rolindo (RMRP)

Secretária – Rosângela Monteiro